

Caas

v.1, n.32, ano 25, jan./jun. 2024



Artur Vasílio

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais

Curso de Ciências Sociais

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral da Coordenação do Curso de Ciências Sociais, v. 1, n. 32, jan./jun. 2024

ISSN 1517-6916 (online)

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de Léon, UFPB, Brasil

Antonádia Monteiro Borges, UNB, Brasil

Edmundo Pereira, Museu Nacional/UFRJ, Brasil

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, UFJF, Brazil

Frédéric Vandenberghe, IFCS/UFRJ, Brasil

Karina Biondi, UEMA, Brasil

Lisabete Coradini, UFRN, Brasil

Maristela Oliveira de Andrade, UFPB, Brasil

Miqueli Michetti, UFPB, Brasil

Sônia Weidner Maluf, UFPB, Brasil

Stênio José Paulino Soares, UFBA, Brasil

Tássia Rabelo de Pinho, UFPB, Brasil

Vagner Gonçalves da Silva, USP, Brasil

EDITORES

Giovanni Boaes (UFMA/UFPB), Adailton Aragão (UFPB/UFMT), Mohana Morais (UFPB),
Déise Santos do Nascimento (UFCA), Geziane Oliveira (UFPB), Lais Campos Casado (UFPB) e
Flávio Lúcio Almeida Lima (UFCG)

COMISSÃO EDITORIAL

Aina Azevedo Guimarães, UFPB, Brasil

Gustavo Ferreira da Costa Lima, UFPB, Brasil

Luciana Aliaga, UFPB, Brasil

Pedro Francisco Guedes do Nascimento, UFPB, Brasil

Thiago Panica Pontes, UFPB, Brasil

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Giovanni Boaes

Revisão de inglês: Terry Mulhall

CAPA

Jonas de Sene Pinto

Imagem: Frida Kahlo. Coleção *Divas*. Xilogravuras de Airton Marinho (Instagram:
@atelieairtonmarinho)

Universidade Federal da Paraíba. Coordenação do Curso de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Bloco V, Campus I — Cidade Universitária. CEP: 58.051-900. João Pessoa, Paraíba, Brasil. Telefone: (83) 3216-7092. E-mail: revistacaos99@gmail.com.

Caos

Publicação da Coordenação do Curso de Ciências Sociais
Universidade Federal da Paraíba
(Campus I – João Pessoa)

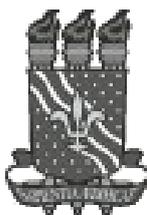
ANO 25

volume 1

número 32

jan./jun. 2024

ISSN 1517-6916 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Valdiney Veloso Gouveia

Vice-reitora: Liana Filgueira Albuquerque

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Vice-diretor: Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Gustavo Ferreira da Costa Lima

Vice-coordenador: Pedro Francisco Guedes do Nascimento



PKP | INDEX



Indexação e Registros

C111 CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais/Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. – v. 1, n. 32 (jan./jun. 2024). – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

Semestral

Publicação online: www.periodicos.ufpb.br/index.php/caos

ISSN: 1517- 6916

1. Antropologia. 2. Ciência Política. 3. Sociologia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- 6 EDITORIAL
Giovanni Boaes

PRÊMIO FLORESTAN FERNANDES / FLORESTAN FERNANDES AWARD

- 16 RAÇA, MISCIGENAÇÃO E O PROBLEMA NACIONAL EM CASA-GRANDE & SENZALA / RACE, MISCEGENATION AND THE NATIONAL PROBLEM IN CASA-GRANDE & SENZALA
Anderson dos Santos Cordeiro

ARTIGOS / ARTICLES

- 37 HARRIET MARTINEAU: precursora das ciências sociais e da luta pela emancipação das mulheres / HARRIET MARTINEAU: pioneer of the social sciences and the women's emancipation movement
Alba Paulo de Azevedo
- 52 INIQUIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA NO SISTEMA DE SAÚDE: uma revisão narrativa / INEQUITY AND VIOLENCE AGAINST BLACK WOMEN IN THE HEALTHCARE SYSTEM: a narrative review
Bianca Stefany Dias de Jorge e Tânia Maria Gomes da Silva
- 69 “SARAVÁ KEHINDE!”: o carnaval do Rio de Janeiro como manifesto político / “SARAVÁ KEHINDE!”: Rio de Janeiro's carnival as political manifesto
Carlos Antonio Nascimento de Souza
- 87 A DÁDIVA PATERNALISTA: apontamentos sobre a reciprocidade das concessões na cidade-empresa / THE PATERNALIST GIFT: notes about the reciprocity of concessions in the company town
Norberto Quintana Guidotti de Ornelas
- 107 UM VERDADEIRO CENÁRIO ÉTNICO EM MACEIÓ: sociabilidade urbana e arranjos culturais no bairro da Levada na Primeira República / A TRUE ETHNIC SCENARIO IN MACEIÓ: urban sociability and cultural arrangements in the Levada neighborhood during the First Republic
Ulisses Rafael
- 128 SOCIOLOGIA AMBIENTAL: uma análise dos possíveis efeitos socioambientais pré-implantação do projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá / ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY: an analysis of the possible pre-implementation socio-environmental effects of the Marabá Hydroelectric Plant project
Leticia Costa Silva

- 146 **POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM DEBATE:** estudo sobre as audiências públicas da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados / *CULTURAL PUBLIC POLICIES IN DEBATE: a study of public hearings of the Brazilian Chamber of Deputies' Culture Committee*

Antonio Teixeira de Barros e Malena Rehbein Rodrigues Sathler

- 182 **UMA NARRATIVA SÓCIO-HISTÓRICA SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL:** trabalho em transformação / *A SOCIO-HISTORICAL NARRATIVE ON THE FLEXIBILITY OF WORK IN BRAZIL: work in transformation*

Larissa Fernandes Camargo, Thais da Silva Ferreira e Ivan Lucon Monteiro Jacob

OFÍCIO DE CIENTISTA SOCIAL / *THE OFFICE OF SOCIAL SCIENTIST*

- 211 **PELAS RUAS DO VELHO MUNDO:** um relato fotoetnográfico sobre pobreza e segurança pública / *THROUGH THE STREETS OF THE OLD WORLD: a photoethnographic report on poverty and public safety*

Fábio Gomes de França

ENTREVISTA / *INTERVIEW*

- 228 **PAIXÃO PELO OFÍCIO:** o fazer antropológico por Ednalva Neves / *PASSION FOR THE WORK: anthropological workout by Ednalva Neves*

Ednalva Maciel Neves, Mohana Ellen Brito Morais Cavalcante e Geziane do Nascimento Oliveira

RESENHA / *REVIEW*

- 251 **O MATERNAR E A MULTIPLICATIVA DO CORPO FEMININO:** a centralidade matriarcal em “As alegrias da maternidade” de Buchi Emecheta / *MOTHERING AND THE MULTIPLICATION OF THE FEMALE BODY: matriarcal centrality in “The Joys of Motherhood” by Buchi Emecheta*

Cassirene Milena Silva Lima, Nanashara Carneiro Oliveira Santos e Rodrigo Ribeiro Santos

Giovanni Boaes

Entregamos ao público a trigésima segunda edição da Revista Caos. Este número se mostra um pouco diferenciado em relação aos demais números publicados desde dezembro de 2019, momento de relançamento da Caos.

Ele não traz um dossiê temático. Nós programamos os dossiês com antecedência de um ano ou mais. Para este número, planejamos o dossiê sobre minorias sociais. Iniciamos as negociações e diálogos com a organizadora no final de 2022, quando ela se mostrou disposta e interessada, porém o tempo foi passando e as promessas não foram se concretizando, até que, sem perceber, já havíamos ultrapassado o *ponto de retorno seguro*. Não haveria mais tempo e nem recursos (criativos e força de trabalho) para mobilizarmos um outro dossiê. Precavendo-nos em relação a futuros dossiês, implementamos um procedimento que, embora previsto em nossa política editorial, ainda não havia sido efetivado. Abrimos edital para submissão de artigos para dossiês. Atualmente, estamos com duas convocações ativas.

Sem o dossiê, este número apresenta oito artigos livres, uma artigo na seção do Prêmio Florestan Fernandes, um relato de experiência, uma resenha e uma entrevista. Além disso, ele traz outra novidade: adequamos as diretrizes de submissão de manuscritos à nova versão da NBR ABNT 10520:2023.

Ainda em termos de atualizações, a comissão editorial aprovou a recomendação dos editores para reduzir o limite máximo de palavras para artigos. Anteriormente, esse limite variava entre cinco mil e dez mil palavras. Nossa proposição surgiu a partir da observação realizada durante o trabalho editorial: muitos artigos dedicam uma parcela significativa do texto a discussões desnecessárias sobre ideias, conceitos, teorias, frequentemente relegando a parte mais importante, aquela que trata do objeto em si.

A partir desta edição, o limite máximo de palavras para artigos será de sete mil e quinhentas palavras. Vale destacar que, por ser um número de transição, o leitor ainda irá se deparar com textos que ultrapassam esse limite.

Outra novidade é a ativação dos metadados de referência de cada texto. Agora, o leitor não precisará abrir os textos para ter acesso à lista de referências, pois ela será exibida na página inicial de cada composição, abaixo do resumo da biografia do(a) autor(a). A apresentação das referências no campo de metadados visa otimizar a captura de informação pelos motores de busca e indexadores.

No processo de composição deste número, que normalmente leva em torno de seis meses, rejeitamos um número expressivo de artigos (oito artigos). A maior parte deles foi



rejeitada por não se encaixar no foco e escopo da revista. Por outro lado, o grande número de rejeições também reflete um aumento importante no número de submissões.

Antes de passar à apresentação de cada texto, gostaria de falar sobre a capa. Ela traz a arte de um importante artista maranhense: Airton Marinho. A imagem da capa é uma de suas obras, que retrata Frida Kahlo. É um dos quadros que compõem a exposição *Divas*, realizada no Convento das Mercês, em São Luís, em março deste ano, como parte das comemorações em homenagem ao Dia da Mulher. A ideia de colocar a imagem feminina na capa veio do fato de termos neste número quatro textos que se constroem sobre a temática feminina. Ao conversar com seu Airton sobre minha ideia, ele me sugeriu que Frida seria a mais apropriada, pois ela era internacional. A Caos também quer ser um espaço no qual possamos prestigiar a arte de artistas como o senhor Airton Marinho, reconhecido nacional e internacionalmente por suas xilogravuras. Nos próximos números, obras de outros e outras artistas poderão estampar a capa.

Vamos à apresentação dos textos. Começamos com o artigo de Anderson Cordeiro. Ele foi um dos premiados no concurso de melhor monografia do ano de 2023, promovido pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais da UFPB, no qual foram avaliadas as monografias apresentadas nesse ano por uma comissão de três professores. Três trabalhos foram premiados, sendo que o de Anderson recebeu uma menção honrosa. Cada um dos agraciados deveria produzir um artigo derivado da monografia e submetê-lo à Caos para publicação. Dos três, apenas Anderson Cordeiro fez a submissão, que, depois de ter passado pelo processo editorial e ser avaliado, foi aceito para publicação.

O artigo intitulado *Raça, miscigenação e o problema nacional em Casa-grande & senzala* explora as ideias de Gilberto Freyre sobre a miscigenação no Brasil. A leitura atenta realizada por Anderson da *Magnum opus* de Freyre, apoiada em análise de conteúdo, levou-o a catalogar e relacionar uma rede de significados capaz de nos conduzir à compreensão das dinâmicas da miscigenação e das relações raciais no Brasil colonial. O texto enfatiza as qualidades da obra, sem, obviamente, desconhecer as críticas justas que são feitas a Freyre. Uma das principais qualidades da interpretação freyreana, segundo Anderson, é a substituição do conceito de raça pelo de cultura na explicação das relações raciais no Brasil. Além disso, Freyre conferiu à miscigenação um teor positivo, opondo-se às posições pessimistas que prevaleciam no final do século XIX e primeiras décadas do XX. Encerrando o artigo, o autor destaca que uma das maiores contribuições de *Casa-grande & senzala* é o convite que ela nos faz ao debate. Creio que essa afirmação também pode ser direcionada ao texto de Anderson.

Os três artigos seguintes se aproximam semanticamente por tratarem de temas parecidos e refletem sobre a situação da mulher na sociedade.



Alba Paulo de Azevedo é autora do texto *Harriet Martineau: precursora das ciências sociais e da luta pela emancipação das mulheres*. Fazendo uma revisão de literatura, ela analisa o que os autores lidos dizem sobre a contribuição de Harriet Martineau para a causa feminina e para a sociologia. Uma mulher intelectual que a história não lhe deu atenção pelo fato de ser mulher. Apesar de sua condição de ser mulher a tenha deixado no anonimato, é inegável o pioneirismo da autora britânica tanto para a reflexão sobre emancipação da mulher quanto para o desenvolvimento da sociologia como uma ciência. A prova disso é que suas incursões no campo da pesquisa sociológica a levaram a produzir livros metodológicos e teóricos cuja importância está sendo descoberta apenas recentemente. Ficamos felizes em publicar este artigo, pois ele complementa nossas propostas de divulgar o pensamento de autoras e autores rejeitados pela história. Fazemos isso não por simples capricho ou porque está moda, mas por reconhecer o mérito cognitivo e metacognitivo das obras. A Caos foi pioneira em publicar no Brasil a tradução de textos de Martineau.

O artigo *Iniquidade e violência contra a mulher negra no sistema de saúde: uma revisão narrativa*, de Bianca de Jorge e Tânia Maria Gomes da Silva, investiga a situação da mulher negra no Brasil em relação aos serviços públicos de atendimento à saúde. As autoras fazem uma revisão narrativa da literatura, chegando à conclusão de que a sociedade brasileira alimenta um forte racismo estrutural/institucional em seus serviços públicos de saúde, dos quais a mulher negra é uma de suas principais vítimas, especialmente no que se refere à violência obstétrica. Com inspirações decoloniais, encerram o texto destacando “a importância de uma abordagem holística e sensível às questões de raça, gênero e classe na promoção da saúde das mulheres negras”.

Em “*Saravá Kehinde!*”: o carnaval do Rio de Janeiro como manifesto político, Carlos Antonio Nascimento de Souza analisa os aspectos emocionais e políticos do carnaval do Rio de Janeiro, colocando em foco o enredo de 2024 da Escola de Samba Portela. Esse enredo se baseou na narrativa literária de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, livro publicado em 2006. A autora do livro narra a trajetória da personagem Kehinde, africana sequestrada para o Brasil ainda criança, passando por sua vida de escravizada até seu retorno à África e sua volta ao Brasil em busca do filho, do qual foi separada violentamente pela escravidão.

A partir da ficção, a Portela politizou a situação de uma população cuja voz quase sempre foi silenciada. Para Carlos Antonio, “o carnaval abriu alas ao cordão dos excluídos e trouxe para o sambódromo da Marquês de Sapucaí mendigos, menores abandonados, gritos contra a intolerância religiosa e manifestos contra a fome, a pobreza e por mudanças sociais.” Tudo isso se sustentando em uma economia das emoções que



se comunica pela condição de uma mulher africana, escravizada, e ainda que liberta no final da vida e repatriada, estava privada de exercer plenamente a sua maternidade. Privação que a colocou novamente dentro de um navio rumo ao Brasil, singrando o Atlântico Negro, já velha e cega, para buscar em vão o seu amado filho. Esse assunto, aliás, voltará à tona ainda neste número na resenha do livro da escritora nigeriana Buchi Emecheta. As histórias de Kehinde e Nnu Ego, personagens dos dois livros, tocam-se em muitas partes sobre o solo da maternidade, em África e no Brasil.

Norberto Quintana Guidotti de Ornelas, no artigo *A dádiva paternalista: apontamentos sobre a reciprocidade das concessões na cidade-empresa*, procura compreender o paternalismo a partir de um caso específico. Analisa os tipos de relações que se estabeleciam entre os donos, patrões de uma empresa, a Companhia Brasileira do Cobre (CBC), e os seus funcionários em Minas do Camaquã, Rio Grande do Sul. Utilizando o conceito de dádiva como chave de leitura, o autor mostra que o arranjo da chamada cidade-empresa, ou seja, vilas construídas pelas empresas para usufruto dos funcionários, gerava um tipo de laço (dar-receber-retribuir) que reproduzia as velhas formas de dominação da sociedade patriarcal/colonial. Isso ocorrendo em plena *modernidade*, contexto em que a lógica racional e burocrática deveria prevalecer a partir de relações comuns a “uma sociedade salarial”. Segundo o autor, essas concessões na forma da cidade-empresa serviam para exercer profundo controle sobre os funcionários.

Após discutir os enquadramentos teóricos da noção de dádiva, o autor conclui que as prestações paternalistas poderiam ser compreendidas como uma forma de dádiva. Nessa lógica, destaca a contraprestação como “um endividamento moral”, mecanismo que tem como principal função mediar e conter conflitos entre os interesses dos patrões e os dos funcionários, equilibrando a equação em uma sociedade cada vez mais definida entre capital e trabalho. Os leitores, além de encontrar argumentos sólidos no artigo, ainda podem se comprazer com os mosaicos de imagens, retratando uma época em que os funcionários da CBC e moradores da vila de operários achavam que “tinham tudo”.

Na sequência, Ulisses Rafael nos convida a pensar sobre um bairro periférico da cidade de Maceió, no estado brasileiro de Alagoas, no momento em que o século XIX dava passagem para o novo século. No bairro da Levada, pessoas se movimentavam nas ruas, nas praças e, especialmente, nos terreiros do xangô alagoano, motivados por suas atividades laborais, suas crenças e seus interesses. Formas de sociabilidades urbanas, especialmente as sociabilidades em torno das celebrações religiosas, são colocadas sob a investigação do autor, que se valeu de matérias veiculadas por jornais da época. Em *Um verdadeiro cenário étnico em Maceió: sociabilidade urbana e arranjos culturais no bairro da Levada na Primeira República*, Ulisses Rafael quis demonstrar como a Levada

poderia ser estudada como um cenário étnico, pois era habitado, majoritariamente, por pessoas negras, ex-escravizadas e seus descendentes. O bairro, como muitos bairros periféricos no Brasil das primeiras décadas do século XX, formou-se como resquício das políticas de urbanização, higienismo e “civilização” implementadas pelos governos, de forma semelhante ao que ocorreu no Rio de Janeiro com a reforma Pereira Passos. Em Maceió, a história não foi diferente.

O artigo em pauta derivou das pesquisas que o autor empreendeu para o doutorado, no início dos anos 2000, cujo objetivo era investigar a intolerância religiosa contra as religiões afro-alagoanas. Daí, ele ampliou seu interesse, chegando às perguntas que norteiam o artigo: Seria possível encontrar, naquela época, microcomunidades negras em Maceió? Quem eram seus habitantes? Como viviam? Como compunham sua autonomia comunitária? Suas conclusões, ao chamar a Levada de “cenário étnico”, dizem que esse bairro era um exemplo de microcomunidade negra em Maceió, na qual se manifestavam as sociabilidades negras, especialmente as religiosas, que muito desagradavam à “boa sociedade” alagoana, como atestam as matérias veiculadas nos jornais da época. O texto de Ulisses transportará os leitores para o cenário narrado, aproximando-os dos eventos e dos sujeitos, como se estivessem em uma etnografia participante. A leitura nos leva a conversar com Chico Foguinho, vendo-o evoluir com o seu santo de cabeça; faz-nos duvidar de Euclides Malta, ao mesmo tempo em que desperta encantos e estranhamentos com as danças e os rituais do xangô alagoano.

Na sequência, temos o artigo *Sociologia ambiental: uma análise dos possíveis efeitos socioambientais pré-implantação do projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá*, de Letícia Costa Silva. A autora faz uma revisão de literatura com o intuito de avaliar os possíveis impactos que a implantação da Hidrelétrica de Marabá, no estado do Pará, poderia causar à natureza e, especialmente, às comunidades locais de pescadores. O texto revisa as obras que, desde a década de 1970, vêm colocando em pauta os problemas ecológicos causados pela modernidade/modernização. Com isso, foca-se nos riscos que os grandes projetos na Amazônia podem causar não só ao ecossistema amazônico, mas a toda biodiversidade do planeta. A futura implantação da hidrelétrica de Marabá, caso venha a ocorrer, terá como função fornecer energia para as empresas de extração mineral e de produção de ferro, não contemplando benefícios para as populações locais. O grande mérito do texto de Letícia é desconstruir a ideia de que a produção de energia por meio de hidrelétricas é um modo limpo e ecologicamente correto. Na verdade, além dos efeitos negativos sociais e econômicos para os moradores locais, seus riscos e impactos não podem ser desconsiderados, como a metilação de mercúrio, a proliferação de insetos e a emissão de gases de efeito estufa derivados do represamento das águas. A autora finaliza



o texto com uma exortação para o envolvimento e debate com a participação de universidades, movimentos sociais e grupos que habitam as áreas afetadas, para resistirem e buscarem justiça socioambiental.

O artigo *Políticas públicas culturais em debate: estudo sobre as audiências públicas da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados*, de Antonio Teixeira de Barros e Malena Rehbein Rodrigues Sathler, é o texto mais longo deste número. Os autores analisam as audiências públicas realizadas no âmbito da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados durante todo o ano de 2019, procurando compreender as percepções do público participante das audiências sobre a dinâmica da Comissão. Aplicaram questionários com questões fechadas e abertas a 201 participantes. O rumo da pesquisa foi mostrar como a área da cultura sempre foi instável por andar a reboque de interesses de governos do momento. Em governos como o de Jair Bolsonaro, as políticas culturais sofreram grande descaso. Por outro lado, foi nesse mesmo governo que a Comissão se tornou bastante ativa e concorrida entre deputados governistas e deputados oposicionistas. Os autores, ao focarem a atenção para o público participante das audiências, pretendiam saber como ele avaliava os debates promovidos por essas audiências, considerando a atuação dos parlamentares, dos representantes de órgãos governamentais e dos representantes da sociedade civil.

O artigo é uma leitura importante para quem deseja conhecer um pouco da história das políticas culturais no Brasil, entender o funcionamento da Comissão de Cultura do Congresso Nacional e compreender as tensões que se estabelecem entre os representantes políticos e os setores da sociedade envolvidos na área cultural. Além disso, o texto esclarece sobre o rumo que as políticas culturais tomaram no Governo de Jair Bolsonaro, com o desmonte do setor, exemplificado pela extinção do Ministério da Cultura e pela aplicação de censura a temas identitários, entre outros. Esse clima tornou a Comissão de Cultura um palco acirrado de debates, destacando a intensidade e qualidade das discussões travadas ali. Ao mesmo tempo, a Comissão foi uma arena que atraiu a participação de um público bastante informado e qualificado.

O artigo *Uma narrativa sócio-histórica sobre a flexibilização do trabalho no Brasil: trabalho em transformação*, de Larissa Fernandes Camargo, Thais da Silva Ferreira e Ivan Lucon Monteiro Jacob, faz uma revisão narrativa de literatura sobre as mudanças no mundo do trabalho, passando pela reestruturação produtiva e chegando aos processos de flexibilização e uberização. Inspirando-se em algumas ideias do materialismo marxista, com destaque especial para as reflexões de Friedrich Engels sobre as condições da classe trabalhadora na Inglaterra, os autores apontam as várias formas de precarização e informalização do trabalho no Brasil. Dois fatores concorreram fortemente



para o delineamento dessa situação: os avanços tecnológicos e a disseminação da ideologia neoliberal em contextos globais. Os quais, segundo os autores, devem ser compreendidos e enfrentados considerando a complexidade sociológica e histórica que os envolve. Apesar de terem o ponto de partida no pensamento clássico da sociologia, os autores, por meio da revisão narrativa, trazem assuntos que são extremamente atuais e que têm prioridade nos debates que se desenrolam atualmente no campo da sociologia do trabalho, assunto que não é exclusivo das correntes marxistas; ele tem mobilizado várias abordagens dentro das ciências sociais.

Na Seção Ofício de Cientista Social, Fábio França nos apresenta o inspirador relato: *Pelas ruas do velho mundo: um relato fotoetnográfico sobre pobreza e segurança pública*. O autor nos fala sobre as vertigens do estranhamento em terras que ainda não conhecia presencialmente. Ele confessa que foi impossível dissociar o turista do sociólogo; foi impossível desativar as disposições que animam a imaginação sociológica. Em viagem por Portugal, Itália e França, no final de 2019 e início de 2020, o autor se deparou com uma realidade um pouco dissonante com a imagem que se aprendeu a consumir do *berço da civilização ocidental*. Flanando por suas ruas, avenidas e praças, com a lente do seu aparelho celular apontado para cenas do cotidiano, o sociólogo-turista-fotógrafo capturou imagens que, somadas à crônica, produziram *insights* sobre pobreza, segurança pública, capitalismo e mercantilização de vidas. Por fim, suas reflexões o levaram a outro lugar: o da certeza de que a ciência não é apenas um exercício da razão, é um ato de empatia. Esperamos que os leitores se deixem levar pelas “escrevivências”, como diria Conceição Evaristo (2008), de Fábio França, e possam chegar a lugar de igual magnitude no final da rota.

Na sequência, surge a entrevista feita pelas editoras da Caos, Mohana e Geziane, com a professora Ednalva Neves, seguindo a trilha de números anteriores, nos quais trouxemos entrevistas de professoras do Departamento de Ciências Sociais que se aposentaram recentemente: a professora Maristela Andrade, no número 31, e a professora Lília Junqueira, no número 30.

A professora Ednalva se reuniu virtualmente com as editoras em uma tarde de sábado para uma conversa que foi muito descontraída e informal, apesar de existir um roteiro previamente montado. As entrevistadoras puderam mais uma vez ouvir as lições de sua eterna mestra, e mais que uma entrevista formal, o evento se converteu em um reencontro. Durante a entrevista, foram abordados temas relacionados à história de vida da entrevistada, sua carreira acadêmica e profissional, bem como à sua aposentadoria.

Destaca-se na entrevista o encaminhamento dado pelas interlocutoras (entrevistadoras e entrevistada) — ainda que não mencionem a sociologia



disposicionalista em escala individual — aos imbricamentos entre as experiências socializadoras vividas pela professora Ednalva desde a sua infância e o que ela designará como *escolha* pelas ciências sociais, mais especificamente pela antropologia. Pela lente dessa abordagem sociológica, cujo principal expoente é Bernard Lahire (2012, 2004, 2002), na qual venho me embasando teoricamente, o texto da entrevista nos fornece elementos para compreendermos o repertório de disposições que compõem o social dobrado da entrevistada. Creio que a pergunta mais interessante é a que nos obriga a compreender os mecanismos das duas grandes escolhas feitas pela protagonista: (i) tornar-se antropóloga e (ii) deixar a profissão médica. Tornar-se antropóloga profissionalmente, implicou em deixar de ser médica profissionalmente, o que, em uma fórmula econômica, pode ser lido como trocar uma posição de grande prestígio por outra menos prestigiada e recompensada financeiramente. Porém, se no campo profissional ela trocou o consultório pela sala de aula, na vida acadêmica, os mundos voltaram a se tocar, desta vez unidos pela antropologia da saúde, não só como disciplina acadêmica, mas como um objeto investido pela paixão, revelada pelo título da entrevista: *Paixão pelo ofício: o fazer antropológico por Ednalva Neves*.

Em junho de 2023, fui transferido da UFPB para UFMA, onde passei a integrar o quadro docente do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO). Trata-se de um curso pioneiro no Brasil, criado em 2015, na Universidade Federal do Maranhão, e é hoje um modelo de ensino, pesquisa e extensão voltado para a formação de profissionais habilitados e capacitados para atuarem em favor de uma sociedade igualitária e descolonizada.

Na UFMA, comecei a lecionar a disciplina Sociologia Africana. Por meio dela, tive a oportunidade de travar conhecimento com autores e ideias africanas, até então, inéditos para mim. Os cursos de ciências sociais no Brasil privilegiam os conteúdos europeus ou norte-americanos, dos quais viriam as *verdadeiras teorias*. Tudo o que não é ocidental costuma ser visto com certa desconfiança. Por exemplo, nem mesmo a sociologia latino-americana está incluída no currículo do Curso de Ciências Sociais da UFPB. E lá, até então, tínhamos apenas uma disciplina obrigatória em toda a grade curricular voltada para a sociologia brasileira. Essa experiência na UFMA tem ampliado os meus horizontes intelectuais e minhas redes de conversação e de pessoas. Aproveitei o entusiasmo desse novo aprendizado e convidei alguns alunos e alunas da Liesafro para produzirem a resenha deste número.

A resenha, elaborada por Cassirene Milena Silva Lima, Nanashara Carneiro Oliveira Santos e Rodrigo Ribeiro Santos, descreve e comenta a obra de Buchi Emecheta, socióloga e escritora nigeriana. *As alegrias da maternidade*, publicado em 1979, é o seu



livro de maior repercussão e aceitação mundial. Ele narra a história de Nnu Ego, mulher nigeriana que enfrenta todo tipo de provações para ser mãe e sustentar sua prole em um mundo que se comporta entre a modernidade e a tradição. A história de vida de Buchi Emecheta se transmuta na trama da vida de Nnu Ego, as quais os autores da resenha nos convidam a conhecer. A leitura da resenha nos leva a passear pelas Áfricas que servem de cenário ou condições sociais de produção do romance.

Por fim, resta agradecer à(os) editores da Caos, à(os) avaliadores, a Jonas de Sene pela arte final da capa, ao artista Airton Marinho por permitir que usássemos a sua arte na capa e ao professor Terry Mulhall por sua sempre presença na revisão do inglês. Agradecemos também a todos(as) que submeteram seus manuscritos para este número.

Aos leitores, agradecimentos prévios e desejo de boa leitura. Leiam, divulguem e avaliem criticamente. Que esta trigésima segunda edição seja um convite à reflexão crítica e ao diálogo acadêmico.

Referências

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*. **Releitura**, Belo Horizonte, n. 23, 2008. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/escrevivencias-da-afrobrasilidade.html>. Acesso em: 3 maio 2024.

LAHIRE, Bernard. **Monde pluriel**: penser l'unité des sciences sociales. Paris: Editions du Seuil, 2012.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.



| PRÊMIO FLORESTAN FERNANDES |



RAÇA, MISCIGENAÇÃO E O PROBLEMA NACIONAL EM CASA-GRANDE & SENZALA¹

RACE, MISCEGENATION AND THE NATIONAL PROBLEM IN CASA-GRANDE & SENZALA

Anderson dos Santos Cordeiro *

Resumo

Este artigo é derivado da pesquisa monográfica que teve como objetivo analisar Casa-Grande & Senzala, obra publicada em 1933 pelo sociólogo e intelectual pernambucano Gilberto Freyre. A obra que está para completar 91 anos desde sua primeira publicação foi objeto de críticas pelo uso da linguagem sexualizada, da relativização do colonialismo e das tensões entre poder e raça presentes nos antagonismos entre senhor e escravo; senzala e casa-grande; liberdade e escravidão. Ao mesmo tempo, sua contribuição metodológica e sociológica foi enfatizada, com o uso das fontes orais, materiais de campo e sua análise da raça pela ótica social. Assim, este trabalho busca expor alguns dos resultados obtidos na monografia a partir da questão racial, mais precisamente sobre a mestiçagem enquanto objeto, compreendendo como o autor situou esta lógica. Ao final, a partir de algumas inferências não incluídas na monografia, exemplificaremos como as nomenclaturas são utilizadas, empregues e operadas por Freyre para compreender as dinâmicas da miscigenação e das relações raciais.

Palavras-chave: sociologia brasileira; mestiçagem; raça; Gilberto Freyre.

Abstract

This article is derived from the monographic research that aimed to analyze "Casa-Grande & Senzala," a work published in 1933 by the sociologist and intellectual from Pernambuco, Gilberto Freyre. The work, which is about to celebrate its 91st anniversary since its first publication, has been the subject of criticism for its use of sexualized language, the relativization of colonialism, and the tensions between power and race present in the antagonisms between master and slave; senzala and casa-grande; freedom and slavery. Additionally, it emphasized its methodological and sociological contribution with the use of oral sources, field materials, and its analysis of race from a social perspective. Thus, this paper seeks to present some of the results obtained in the monograph from the racial question, more precisely from miscegenation as an object, understanding how the author situated this logic. Finally, based on some non-included inferences, we will exemplify how the naming terms are used, employed, and operated by Freyre to understand the dynamics of miscegenation and racial relations.

Keywords: Brazilian sociology; miscegenation; race; Gilberto Freyre.

¹ Parte substancial deste trabalho está de maneira integral na monografia intitulada: *Gilberto Freyre e a interpretação da mestiçagem em Casa-Grande & Senzala* (2022), agraciada com menção honrosa no Prêmio Florestan Fernandes da coordenação do curso de Ciências Sociais da UFPB. Agradeço a leitura e conversas atentas de Anna Kristyna, Giovanni Boaes, Jórissa Danilla, Esdras Bezerra e Ismael Cardoso, sem a qual este trabalho não teria galgado esse reconhecimento.

* Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: andersondsc97@gmail.com.



Introdução

“O Brasil foi como uma carta de paus puxada em um jogo de trunfo de ouros.”

(Gilberto Freyre, 2006, p. 275)

Revisitar *Casa-Grande & Senzala* e mostrar suas influências e críticas não é uma tarefa fácil, dada a longevidade da obra, que está prestes a completar 91 anos desde sua primeira publicação. Gilberto Freyre, o intelectual pernambucano conhecido como o “mestre de Apipucos”, como relata Vamireh Chacon (1993), continua sendo um dos autores mais inquietantes e, talvez, contestados do contexto científico das ciências sociais e humanas brasileiras. Suas ideias obtiveram ressonâncias positivas e negativas que se personificaram em sua *persona* política, intelectual, cultural e na própria maneira como suas obras seriam lidas e criticadas (Fonseca, 1985).

O intuito deste artigo é apresentar os apontamentos, as influências, construções e aparatos utilizados por Gilberto Freyre para analisar a questão racial no Brasil colonial em pleno século XX. A partir das teorias raciais que gestaram o entendimento das elites pensantes em finais do século XIX, até a primeira publicação de *Casa-Grande & Senzala* em 1933, Freyre vai construir argumentos e proposições sobre o modelo racial e estrutural do que intitulou de “família patriarcal no Brasil”. E, ao contrastar com as teorias deste contexto, o autor vai argumentar e se diferenciar — mesmo que tangencialmente — em relação à posição corrente dos estudos que atrelavam a miscigenação como o malefício que impedia o país de alcançar o *status* de moderno.

As teorias raciais produzidas ao longo do século XIX, buscaram inferiorizar e justificar a diferença entre brancos, pretos e indígenas com base nos modelos científicos europeus que encontraram solo fértil no Brasil (Leite, 1969). Estes modelos teóricos serviram de suporte — ora como refutação, adoção ou motivação — para alguns intelectuais, como no caso de Freyre, para mostrar os traços e taras que a miscigenação incumbia no indivíduo enquanto fator sociocultural e não somente genético.

Segundo Freyre, a questão que movimentaria toda sua geração em busca da descoberta do *brasileiro* e da sua identidade estaria contemplada em sua grande obra mestra: *Casa-grande & senzala*, na qual procurou mostrar a diferença entre raça



biológica, ditada pelas ciências naturais, e as raças² sociais e culturais analisadas pela ótica da sociologia e da antropologia. Assim, a posição tomada por Gilberto Freyre ia ao encontro das correntes que se estabeleciam no meio intelectual, atestando um caráter positivo para a miscigenação e o arranjo racial no Brasil.

Resulta nesta lógica uma dualidade que, até então, Gilberto Freyre consegue caracterizá-la melhor do que os demais autores que figuraram naquele contexto, a exemplo de Sílvio Romero que — mesmo sendo de geração anterior — ainda encontrava ecos de seus argumentos pela maneira como analisou a questão da miscigenação e da própria Escola de Recife, da qual foi expoente.

Primeiro, os caracteres genéticos não são estáticos a ponto de resultar numa negação dos *traços* da raça, sendo formados pelo meio e pela miscigenação. Em segundo lugar, eles também são frutos da construção social, permeada pela geografia, pela cultura e códigos culturais que ditam as proposições sociais do que se entendia por raça, saúde, infância, política e ambiente. Esta argumentação, amparada nos estudos culturalistas é o que vai fazer de sua obra, uma literatura de exaltação e, em alguma medida, contestação das teorias racistas do início do século XX.

Ao final, a partir de algumas inferências retiradas da obra, consegui mapear, tendo como base a análise de conteúdo, como Gilberto Freyre utilizou algumas nomenclaturas raciais para especificar as nuances da questão racial no Brasil, assim como dos aspectos políticos, morais e sociais da miscigenação em solo brasileiro. Sendo possível, então, argumentar como sua obra, que está prestes a completar um século, ainda contribui para se pensar as questões que têm como pano de fundo as noções de brasilidade, identidade, racialidade e relações sociais, mesmo diante das críticas relevantes que recebe.

² O debate em torno das considerações sobre raça, enquanto conceito reivindicado pela sociologia, não é novo na história da disciplina. Ao longo dos séculos XIX e XX, foram diversos os embates em torno da categoria/conceito no uso social, seja para distanciamento e definição das fronteiras do campo sociológico ou como variável do ramo da biologia para mostrar as diferenças entre os seres humanos. Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2021, p.25) “as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudados por um ramo próprio da Sociologia ou das Ciências Sociais, que trata das identidades sociais”. Para detalhes deste debate, recomendo as leituras de Banton (2010), Guimarães (2021) e Wiewiorka (2007).

Um problema nacional e várias repostas

“O que somos, ou melhor, o que estamos sendo, como nação, não é, apenas, uma resultante do que fomos, mas do que pretendemos e queremos ser.”

(Roland Corbisier, 1960, p. 58)

Falar de um *problema nacional*, contextualizando o final do século XIX e início do XX a partir de uma obra como *Casa-grande & senzala*, é incorrer em uma série de questões que se permeiam o âmbito científico, social, intelectual, político, literário, histórico e, sobretudo, racial. A produção científica desse período mobilizou diversas correntes teóricas, aparatos metodológicos e até implementos, como a frenologia e os estudos criminais, vinculados aos estudos eugênicos, para justificar o que outrora fora descrito como a incógnita, o dilema e a mazela do Brasil, a miscigenação entre diversas raças.

O argumento, como descreveu Lília Schwarcz (1993), de que *o Brasil se define pela raça*, será um dos temas comuns nas produções deste período que vai de 1870 a 1950³, produzindo constantemente análises sobre a dimensão racial do brasileiro. Essas formulações e teorias fundamentavam, no plano político, as justificativas e ações do Estado; no plano religioso, o predomínio do catolicismo; no plano sanitário, a adoção de medidas eugênicas; e, no plano cultural, o exotismo das práticas culturais existentes no país. Tudo isso colocando como norte e ponto focal a população negra e mestiça, bem como os desdobramentos do futuro da nação brasileira, que era incompatível com o modelo europeu de *civilização* que se fundamentou controversamente com o processo de colonização aqui no país.

Alguns autores europeus como Arthur de Gobineau, Francis Galton, Cesare Lombroso, George Vacher Lapouge, entre outros, obtiveram influência e participação direta vindo ao território brasileiro, caracterizando o Brasil como um grande país errático

³ Esse recorte histórico se dá de maneira metodológica, para o fim que este trabalho se propõe. Ao longo das décadas seguintes os estudos raciais ficaram evidenciados pelo Projeto Unesco no Brasil, sendo também uma constante dentro dos estudos sociológicos, antropológicos, históricos e políticos, a questão do racismo no Brasil. Sobre esse tema ver mais em Maio (1999) e Guimarães (2009).

no tocante à questão racial. E, indiretamente, por meio da adoção de suas teorias, endossaram-se as justificativas acerca da mestiçagem como um grande problema que impedia o país de atingir o grau de *civilidade* que as demais culturas europeias haviam conseguido com sua pureza *étnica e cultural*. Um exemplo disso foi Arthur de Gobineau, que veio ao Brasil e atestou essa “questão deletéria” como marca registrada da população brasileira. Gobineau, ao ancorar no país ainda no período colonial, destacou que o país estava fadado à decadência (Cordeiro, 2023; Gobineau, 2021). Ele argumentou que, devido às infindáveis misturas étnicas que aqui se processavam, tal efeito era nítido nos altos índices de mortalidade infantil que havia no Brasil (Sousa, 2013).

Como descreveu Nancy Stepan (2004), as constantes dúvidas dos intelectuais brasileiros acerca da questão racial eram fortemente marcadas pelas presunções dos cientistas europeus. Isso fazia com que toda produção teórica nacional tivesse como base os estudos que vinham importados, que eram utilizados sem *adequação* ou erroneamente, a partir da realidade brasileira no contexto científico do século XIX e XX. Assim, “os intelectuais tinham de lutar com o fato de que, em texto após texto de análises sociais e científicas europeias, o Brasil era tido como um exemplo ideal de ‘degeneração’ que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas” (Stepan, 2004, p. 338).

Se, em finais do séc. XIX, a teorização dos intelectuais esteve pleiteada pelas doutrinas europeias, no início do século XX, com o alvorecer da nova república instaurada em 1891, discursos para viabilizar uma ideia *homogênea* de nação começam a ser gestados pelos intelectuais brasileiros (Schwarcz, 1993). A tese apresentada por João Batista Lacerda, no I Congresso Internacional das raças, ocorrido em 1911, vai ser um marco, pois enquanto representante do Museu Nacional, o intelectual vai destacar como o Brasil deveria ser visto pelas potências *civilizadas*: um país na busca pela sua “melhora racial”. O trabalho intitulado *Sur les metis au Bresil* destacava o caráter ambíguo da condição brasileira. No entanto, enfatizava que a política de imigração brasileira, adotada como política de Estado, iria impulsionar o apagamento da raça preta e mestiça.

La population mixte du Brésil devra donc avoir, dans un siècle, un aspect bien différent de l'actuel. Les courants d'immigration européenne, augmentant chaque jour davantage l'élément blanc de cette population, finiront, au bout



d'un certain temps, par suffoquer les éléments chez lesquels pourraient persister encore quelques traits du négre. (Lacerda, 1911, p.19)⁴

Ainda que influenciados pelas doutrinas liberais e raciais da Europa, a própria autonomia intelectual e cultural da recém-república exigia estratos autônomos para difundir uma ideia de nação que englobasse a diversidade existente no território nacional (Skidmore, 1976). Com a aurora do séc. XX, os ditames raciais e políticos do Brasil vão sendo guiados pela lógica burguesa para e com a população negra, mas a dúvida que circundava os intelectuais era a mesma: quem era, afinal, o povo brasileiro? Como a história de um povo miscigenado, plural e diferente poderia ser descrita de maneira uníssona a todos, seja ela positiva ou negativa? — Gilberto Freyre, no prefácio da primeira edição de *Casa-grande & senzala*, afirma que as respostas às perguntas relativas ao povo brasileiro era um problema de sua geração. Esse problema podia ser identificado na busca por respostas para as lacunas que fomentavam toda a discussão acerca do indivíduo brasileiro e da identidade nacional.

Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil [...] Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum me inquietasse tanto como o da miscigenação (Freyre, p. 31, 2006).

Freyre, ao se colocar como alguém proposto a responder a essa questão, que estava envolta nas circunstâncias históricas e sociais de sua geração, consagra seu nome com a primeira publicação de *CGS*⁵, em 1933, expondo as engrenagens que circundavam as relações sociais entre a casa grande e a senzala, entre o opressor e o oprimido. Como Gildo Marçal Brandão (2010) evidencia, a lógica de interpretar um país está sujeita não apenas às suas circunstâncias históricas e sociais, mas também às suas “possibilidades objetivas”. Gilberto Freyre, oriundo da antiga oligarquia canavieira pernambucana, que viveu o auge e a derrocada da era da cana-de-açúcar, constrói sua narrativa ensaística a partir desse passado em ruínas. Ele analisa a questão da miscigenação sob a lógica do que pouco se evidencia de *CGS*, que é o seu subtítulo: *formação da família brasileira sob o*

⁴ “A população mista do Brasil, terá, portanto, que ter, em um século, um aspecto muito diferente do atual. Com as correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia, o elemento branco desta população terminará, depois de um certo tempo, por sufocar os elementos em que ainda persistirem algumas características do negro.” (Tradução nossa).

⁵ Daqui em diante utilizarei a abreviação *CGS* para me referir ao livro *Casa-grande & senzala*.



regime de economia patriarcal. Desse modo, a possibilidade objetiva que Freyre nos sugere é justamente o que consagraria a forma como sua análise iria contextualizar o período, ao descrever que “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição”, combinando, assim, dentro da “economia patriarcal”, um regime cujos fenômenos vão além do biológico, incluindo o social, o político, racial, cultural e moral. (Freyre, 2006, p. 65).

A obra, que chocou os estratos cultos por sua linguagem envolvente e pouco usual, apontada como sexual para os padrões intelectuais de sua época (Bastos, 2006; Pallares-Burke, 2005), ganhou proeminência por evidenciar — a partir de uma inovadora variabilidade de métodos e relatos orais — como a cultura, a miscigenação e o povo brasileiro foram se constituindo como um amálgama. A obra destaca a mistura, a objetividade e centralidade da raça na formação do brasileiro. Sendo a questão da mestiçagem o diferencial, desta vez positivo, que constituiu o Brasil em todos os quesitos possíveis (Freyre, 2006).

No entanto, é importante ressaltar que, embora Freyre atue para desmistificar, em certa medida, a miscigenação como uma característica deletéria da população brasileira, o debate acerca do tema era notavelmente marcado pelo pessimismo. As correntes, como eugenismo, darwinismo social, positivismo e o racismo científico atuaram como teorias que tiveram aceitação e corpo até meados da década de 1950, atestando o caráter negativo de toda e qualquer forma de mistura étnica e cultural.

Autores como Nina Rodrigues, Paulo Prado e Oliveira Viana, só para citar alguns, justificaram, no plano social e racial, os feitos e efeitos da raça enquanto molde depreciativo para o país, utilizando como exemplo negativo os negros e mestiços. Enquanto Freyre, em larga medida, justifica não apenas a miscigenação como fator positivo, descreve que “a teoria da superioridade dos dólico-louros tem recebido golpes profundos nos seus próprios redutos” (Freyre, 2006, p. 378). E que controversamente como atestavam os intelectuais contrários à miscigenação, não haveria “nada mais anticientífico que falar-se da inferioridade do negro africano em relação ao ameríndio sem discriminar-se antes que ameríndio; sem distinguir-se que negro” (2006, p. 370).

Mas isso não significa que a leitura de *CGS*, hoje, vincule o autor como um intelectual antirracista. Nesse sentido, Ricupero, ao recuperar o argumento de Élide Rugai Bastos, afirma que Freyre “é o principal ideólogo da modernização conservadora brasileira, isto é, do processo de transformação social sem ruptura com o passado que o país passa a viver a partir de 1930” (Ricupero, 2011, p. 79). Mesmo que o contexto de publicação de sua obra tenha sido favorável ao que tange a positividade da raça como fator positivo e social, as ideias que ele expressa na sua famosa trilogia — *Casa-grande & senzala*; *Sobrados e mucambos*; *Ordem e progresso* — ou em obras publicadas depois da década de 1960, colocam-no como um autor conservador, que justifica o colonialismo e o processo colonial. Não é à toa que tenha dedicado seu livro *O mundo que o português criou* (Freyre, 2010) aos aspectos positivos da lusofonia na comunhão e formação do brasileiro.

Além das suas posições, referentes às ambiguidades que o lusotropicalismo orientou ao caracterizar o português como mais suscetível à adaptação (leia-se colonização) nos trópicos, da democracia racial, do apoio ao regime civil-militar de 1964 e as perspectivas *modernizante* e *romântica* de suas obras, tudo isso teria repercussões na sua persona política. Como intelectual público, ele estava constantemente envolvido em disputas e divergências sobre suas posições enquanto sociólogo (Chacon, 1993). Dada as críticas a *CGS*, Freyre enfatiza que — como descreveu em sua (auto)biografia⁶ — “a caracterização pura e simples de ‘romântico’ não me ofende, ao contrário, agrada-me. [...]. Daí alguns críticos irem ao extremo de me considerarem por vezes ‘romanesco’” (Freyre, 1968, p. 64). Nesse sentido, *CGS* articula literatura e história, sociologia e antropologia para formar uma memória sobre o passado colonial, mesmo não fazendo as devidas críticas ao regime colonialista.

Em *CGS*, Freyre não aborda a miscigenação como um processo isolado. Ele considera a nutrição do regime colonial, questões persistentes de saúde como a sífilis, a monocultura e o clima, analisando-os em conjunto. Isso é feito devido à importância

⁶ Neste livro, *Como e porque sou e não sou sociólogo* (1968), o autor discorre sobre as fases e momentos do processo de escrita de *Casa-grande & senzala*. Ele também aborda o teor literário da obra, onde alguns capítulos são escritos em terceira pessoa. Um exemplo é o capítulo 6, intitulado *Como e porque escrevi Casa-grande & senzala*.

desses fatores para a compreensão da estrutura do sistema que se estabeleceu no Brasil, e mais especificamente no Nordeste, que é o foco de seu ensaio.

A macrosociologia freyreana parte do Nordeste para analisar o regime colonial de maneira histórica, mas utiliza descrições que englobam outras partes do país para mostrar que o regime colonial e os latifúndios tinham suas características estruturantes que fundamentavam o regime como um todo. Ainda assim, sua habilidade de escrita e os multimétodos adotados em *CGS*, não o limitaram a uma única técnica; ele também utiliza a microsociologia para analisar o que Fernando Henrique Cardoso mencionou, que vale a pena descrever na íntegra:

Gilberto Freyre inova nas análises sociais da época: sua sociologia incorpora a vida cotidiana. Não apenas a vida pública ou o exercício de funções sociais definidas (do senhor de engenho, do latifundiário, do escravo, do bacharel), mas a vida privada. Hoje ninguém mais se espanta com a sociologia da vida privada. Há até histórias famosas sobre a vida cotidiana. Mas, nos anos 30, descrever a cozinha, os gostos alimentares, mesmo a arquitetura e, sobretudo a vida sexual, era inusitado. (Cardoso, 2006, p. 22)

É com essa variedade de métodos que Freyre desmistifica as ideias equivocadas de riqueza alimentar e abundância que se ponderou sob a família patriarcal e o regime colonial. Ele atesta que a ideia de fartura, muitas vezes, era uma falácia de origens europeias sobre a lógica de *civilização*, observada no corpo e no biotipo dos senhores donos de engenhos. Isso vai além da monocultura, que era prática comum no sistema colonial e que impossibilitava uma cultura agrária diversificada.

Muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída toda à raça, ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição. [...] É ilusão supor-se a sociedade colonial, na sua maioria, uma sociedade de gente bem alimentada.

Nada perturba mais o equilíbrio da natureza que a monocultura, principalmente quando é de fora a planta que vem dominar a região. [...] Na formação da nossa sociedade, o mau regime alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e por outro da inaptidão ao clima (Freyre, 2006, p. 95-96).

Gilberto Freyre só chega a estas conclusões graças a sua jornada de estudos e, posteriormente, às viagens que fez aos Estados Unidos, Portugal e África ao longo da década de 1920. Esse período, no qual descreve como “rico para seu amadurecimento” (Freyre, 2006), é fruto de sua insistência em sair da pequena Recife, que considerava



pequena demais para seu progresso intelectual e político. É por essa razão que a biografia de Freyre é interessante para contextualizar a própria obra, que será publicada em 1933 com fins políticos e, sobretudo, histórico. Segundo o autor pernambucano, a falta de respostas para as questões sobre a história do brasileiro e as perguntas seculares que o país haveria de encontrar para se adequar à lógica de civilização, deveriam ser evocadas de maneira uníssona e homogênea por parte da população. Dessa forma, as experiências com professores ingleses e americanos marcaram sua trajetória acadêmica. A partir das teorias que estavam em voga naquele cenário, ele identificou a possibilidade de analisar uma questão específica: a miscigenação no âmago da família patriarcal.

O convívio em Columbia com intelectuais, como Franz Boas, que foi seu orientador do mestrado⁷, fez com que ele repensasse e se dedicasse a uma obra que inicialmente tinha como objetivo falar sobre a infância no Brasil (Burke; Pallares-Burke, 2009). Com a relação e aproximação desenvolvida com a teoria de Boas nos Estados Unidos, Freyre começa a pesquisar e recolher diversas fontes e materiais que seriam utilizados em sua ampla e complexa pesquisa, a fim de dar conta da pergunta que representaria o cerne do desenvolvimento de *CGS*: a miscigenação.

Como evidenciou Antonio Candido (2014), ao prefaciар o livro *Raízes do Brasil*, o livro de Gilberto Freyre, publicado em 1933, trouxe ganhos significativos ao entendimento do Brasil pelo seu povo e os de sua geração. Um livro que ensinou os homens a “refletir e se interessar pelo Brasil em termos de passado”, uma literatura que, segundo o próprio Freyre, procurou assimilar valores e ritmos clássicos ao seu modo romântico, mas sobretudo clássico (Freyre, 1968, p. 124).

Ainda assim, sua obra não foi colocada a escrutínio da crítica por simples e demasiada *fantasia romântica*. O livro, que segundo Fernando Henrique Cardoso já nasceu clássico porque “reinterpretou a raça pela cultura e até pelo meio físico” (Cardoso, 2006, p. 28), não se atentou às questões prementes que a questão racial desenvolveu. Seus posicionamentos na obra deixam claro sua relutância em admitir que o passado idílico e arcaico feito sob a figura do *pater famílias* contribuiu para as mazelas da desigualdade,

⁷ A tese, como era referida na época, foi intitulada *Life In Nineteenth-Century Brazil*. Foi defendida em 1922 na Universidade de Columbia, o que concedeu a Gilberto Freyre o título de *Master of Arts*. A banca incentivou que a tese fosse expandida e se tornasse um livro. No Brasil, foi publicada pela primeira vez apenas em 1964, sob o título de *Vida social no Brasil em meados do século XIX*.



fazendo do colonialismo o artefato exclusivo das classes dirigentes para se manterem no poder. As críticas a *CGS* foram e são o ponto chave para entender como tal obra foi lida e utilizada por estratos conservadores para justificar e acentuar as características do mundo que o português criou (Lehmann, 2008).

Sua análise do sistema patriarcal, composto pela relativização das relações entre senhores e escravos, contribuiu para que a *democracia racial* — que visava mostrar as supostas relações *amistosas* que existiam entre segmentos antagônicos — projetasse o sadismo dessas relações como formas de apaziguar e negar as violências do regime escravocrata dentro de uma estrutura patriarcal e política desenvolvida ao longo do período colonial.

Mesmo que Gilberto Freyre não utilize o conceito de democracia racial em sua obra, como atesta o pesquisador Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2002), é possível encontrar nela a gênese do que Freyre chamou de democracia social. Em contraposição, Souza (2000) argumenta que o autor pernambucano teria sido o responsável pela difusão do conceito, seja pela forma como sua obra acentuou as características tidas como “positivas” nas relações que existiam no sistema colonial, ou pela sua crença na miscigenação como forma de conciliar as dinâmicas de poder entre segmentos antagônicos. Ainda de acordo com Jessé Souza,

Gilberto teria sido o criador do conceito mesmo de “democracia racial”, o qual agiu e ainda age como principal impedimento da possibilidade da construção de uma consciência de raça por parte dos negros. Gilberto teria construído a contrapartida teórica de uma noção rósea e humanitária do passado escravista brasileiro, abrindo a possibilidade de constituição de uma ideologia social apenas aparentemente inclusiva e extremamente eficiente. (Souza, 2000, p. 136)

O dualismo presente na obra de Freyre, que contrasta e associa a vida pública com a vida íntima e privada, também se manifesta na acepção de cultura e de raça que o autor descreve ao falar sobre o português. Para ele, o europeu colonizador era um produto inacabado da miscigenação que ocorreu outrora em Portugal, não restavam dúvidas que a mestiçagem se fazia presente entre os europeus. Em contrapartida, a miscigenação no Brasil, segundo o autor, acentuou-se devido à lascividade das índias e, posteriormente, das negras. Desde a amamentação pelas amas de leite até a fetichização da mulher negra,



Freyre utiliza o sexismo e a sexualização para enfatizar como ocorreu o processo de colonização. Para ele, “não há escravidão sem depravação sexual” (Freyre, 2006, p. 399).

Essa percepção fundiu-se com a ideia corrente de que no Brasil haveria “[...] senhores desabusados e sádicos com escravas passivas”, que ao contato interétnico, “[...] adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base” (2006, p. 33). Assim, não haveria diferenças estruturais entre estes grupos, uma vez que “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (Freyre, 2006, p. 33).

Se Freyre apresentou contribuições às ciências sociais e humanas, devido à forma como ele interpretou positivamente a miscigenação, do trato com os dados, contribuindo para o aprimoramento das técnicas metodológicas, da mesma forma colaborou para que sua obra fosse utilizada para justificar determinadas premissas que acentuaram e compactuam com o racismo, a segregação, exclusão, exotização e estigmatização da população negra e indígena no Brasil. Nesse sentido, se a sexualização entra como objeto de análise para descrever como ocorreram os “intercursos sexuais” no Brasil (Freyre, 2006), a própria dinâmica entre raça, saúde, agricultura e clima também foram suscitadas pelo pernambucano para descrever que a mestiçagem, na qual se fundamentou o passado e a história do Brasil, é fruto das construções sociais, descritas a partir do meio, da cultura e sobretudo das condições históricas. Estas condições *sui generis*, segundo o autor, formaram o brasileiro na sua identidade, subjetividade e, sobretudo, na sua racialidade. Freyre é enfático na abertura do quarto capítulo de *CGS* ao descrever o brasileiro como alguém que “[...] mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo — há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil — a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (Freyre, 2006, p. 367).

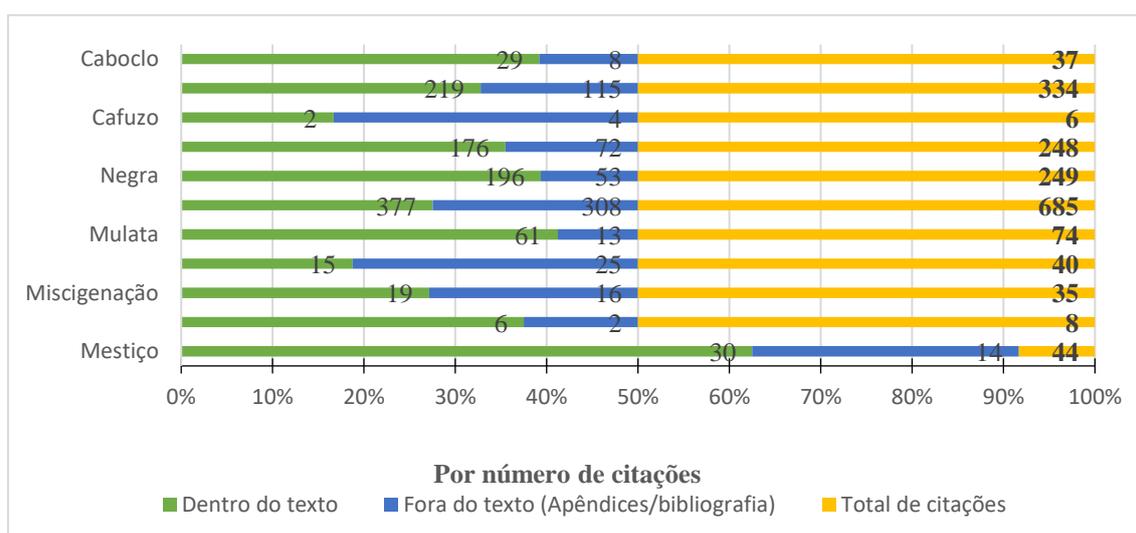
Para demonstrar como Freyre articulou as questões da raça em sua obra, utilizei a análise de conteúdo em *CGS*⁸, sendo possível compreender, a partir de algumas

⁸ A análise de conteúdo levou em consideração a edição de *Casa-grande & senzala* da Editora Global (2006). Estes números podem sofrer mudanças, considerando-se as inúmeras versões e edições que obteve nestes 90 anos.

inferências retiradas do livro, como a mestiçagem e a questão da miscigenação aparecem na obra.

Sendo pertinente, a partir das nomenclaturas raciais, que o autor mobilizou e adequou na sua narrativa, apresentá-las, já que aparecem para justificar e ressaltar a miscigenação como algo positivo, mesmo com as variedades de termos e modos de identificação circunscritas historicamente no contexto da década de 1930.

Gráfico 1 – Termos utilizados em *Casa-grande & senzala*



Fonte: compilado pelo autor

Os termos expostos no gráfico 1 representam a variabilidade utilizada por Freyre para definir e acentuar a heterogeneidade da miscigenação enquanto fator positivo para se entender as diferenças e similitudes do povo brasileiro. Mesmo com a alternância dos termos, representando expressões e terminologias diferentes, tais conceitos exprimem o teor do que a corrente científica criticava e repudiava: um povo misturado, miscigenado, para o qual não havia um termo racial capaz de identificar os brasileiros.

Gilberto Freyre rompe com essa perspectiva ao mostrar que a mestiçagem reunia o melhor do que havia de positivo, e destaca que a junção do português, do africano e do indígena resultou numa combinação única no sentido alimentar, cultural, sexual, racial, mas sobretudo identitário. Dentre todas as nomenclaturas utilizadas, uma se destaca pelo

número de citações, o termo *negro*. Uma vez que, segundo Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci, o elogio ao negro foi motivo para um choque intelectual que recebeu corpo e aceitação na década de 1930.

Esse ponto se revela de fundamental importância na história da recepção. Fundamental não só porque supõe a inversão de uma tradição que via no negro uma das causas do fracasso do Brasil, como porque, na revalorização da contribuição do negro para a cultura brasileira, apóia-se na distinção teórica raça/cultura, que constitui o arcabouço de Casa-Grande & Senzala. (Larreta; Giucci, 2007, p. 443)

Ainda de acordo com o gráfico 1, é possível perceber que os termos relativos à miscigenação, como mulatos, cafuzos, mestiço e caboclos aparecem timidamente ao longo das mais de 700 páginas da obra. Salvo a exceção da expressão *mulata*, que para citar a questão da sexualidade no período colonial, o autor utiliza o termo para se referir aos frutos da mistura entre o branco colonizador e a mulher negra africana. Resultando numa percepção sexista e abjeta, na qual o próprio Freyre destaca o ditado que se utilizava para exemplificar como as mulheres, fruto do estupro e violência dos senhores brancos, eram retratadas: “com relação ao Brasil, que o diga o ditado: Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar” (Freyre, 2006, p. 76).

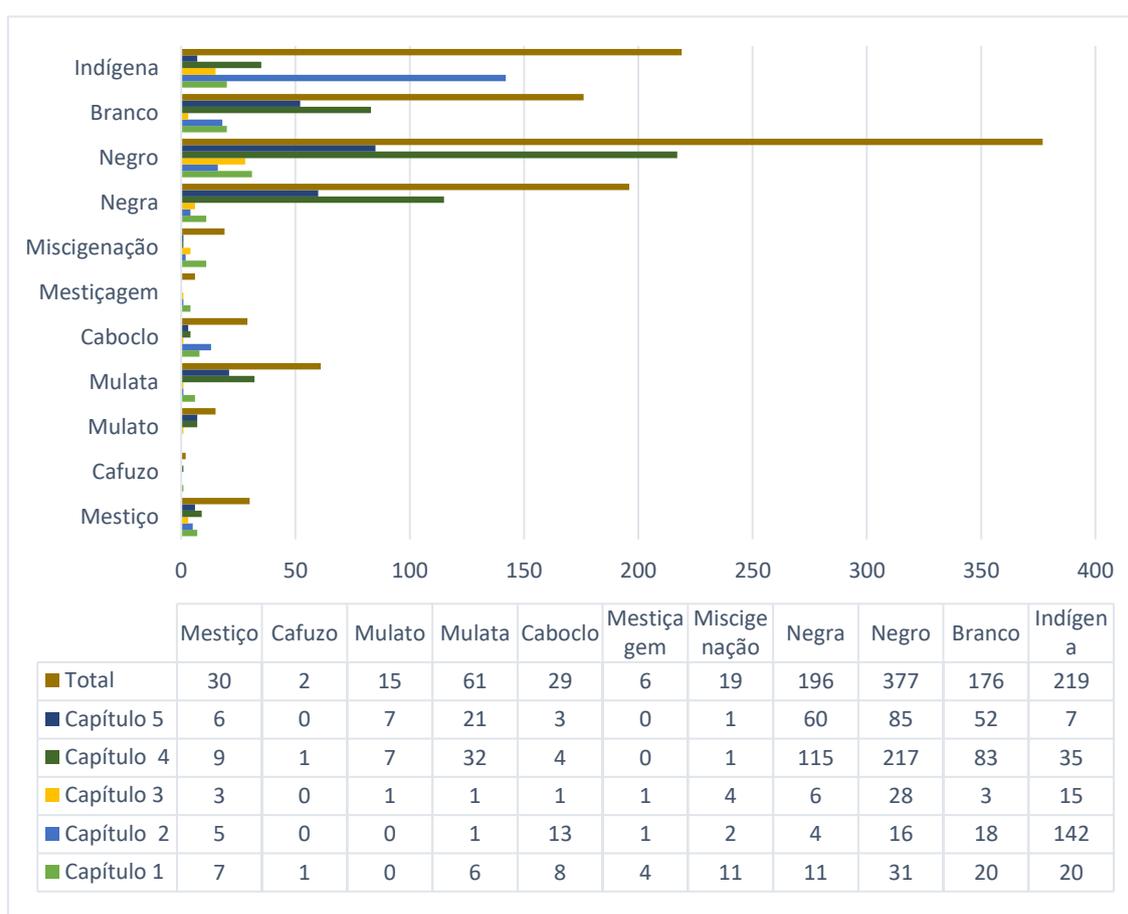
Embora o autor utilize alguns termos mais frequentemente do que outros, ele engloba todos eles para mostrar que a heterogeneidade racial no Brasil produziu e continua produzindo diferentes contextos. Sejam eles regionais ou culturais, esses contextos se fundamentam nas experiências cotidianas de cada brasileiro, em cada estado ou região. Dentre todos esses termos, três em especial ganham destaque na argumentação de Freyre por mostrarem a base do processo de miscigenação sob o regime patriarcal, sendo eles: *negro(a)*, *branco* e *indígena*.⁹

No processo de análise, destaco que optei por diferenciar os termos *negros* e *negras* por dois aspectos gerais que podem ser observados na obra. O primeiro diz respeito ao termo masculino, geralmente utilizado para falar do escravo, sendo empregado para generalizar todo o contexto estrutural na acepção masculina. O segundo,

⁹ Deí destaque ao termo *indígena*, por ser mais adequado à argumentação deste trabalho, além de ser o que é utilizado com mais frequência pelo autor, apresentando-o como título em *CGS*. Ressalta-se, porém, que Freyre utiliza também os termos *índios* e *índias* ao longo da obra. O termo *índia* é frequentemente utilizado para se referir às questões sexuais no processo de miscigenação, semelhante ao que ocorre com o termo *negra*, conforme mencionei anteriormente.

embora Freyre não faça uma discussão sobre gênero propriamente dito, diz respeito à utilização do termo *negra* sempre em questões pejorativas e sexuais, assim como o termo “mulata”. Isso demonstra a forma como o autor utiliza as palavras em *CGS*. Atribui sentidos e contextos diferentes quando tem como proposta mostrar ou o processo colonial e latifundiário como um todo, no caso dos termos masculinos. Inversamente, quando quer colocar e evidenciar a questão sexual a partir das mulheres, ele usa a flexão feminina.

Gráfico 2 – Citações por capítulos



Fonte: compilado pelo autor.

Os três termos fundamentam a percepção de que a estrutura racial do país foi constituída sobre três núcleos fundantes: o branco, o negro(a) e o indígena, sendo estes os motores que perfeitamente controlaram os antagonismos e salientaram as suas características positivas como a cultura, a língua, a culinária, a religiosidade e a raça na

junção do brasileiro, da identidade e da mistura étnica, feito que nenhum outro país foi capaz de realizar.

Note-se que os termos mestiço e mestiçagem não se enquadram entre os termos mais utilizados por Freyre. Provavelmente, isso se deve ao fato de que a corrente científica da época utilizava de forma pejorativa tais nomenclaturas (Schwarcz, 1994). Diante dessa percepção, o autor de *CGS* opta por utilizar os termos referentes às misturas étnicas que serviriam de pretexto para enaltecer os atributos desses indivíduos que se intitulavam ou eram representados por tais termos.

Mesmo que as inferências representem apenas notas introdutórias, que poderiam ser mais bem exemplificados a partir de inúmeros pontos focais vinculadas à obra freyreana, os dados expostos aqui tiveram como particularidade demonstrar a especificidade do argumento do autor, utilizando como norte a questão da miscigenação.

Diante das inúmeras questões que estão no debate sobre o mestiço e a mestiçagem no Brasil, Kabengele Munanga (2020, p. 24) acerta ao dizer que “a noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia”, não sendo possível identificá-la apenas pelo caráter biológico quando se tem outras características que fundamentam a questão racial, como no caso das questões sociais. No Brasil, inúmeros intelectuais identificaram estas questões, e Gilberto Freyre consagrou uma visão e ideal do que seria o *brasileiro nato*, oriundo do processo de miscigenação, sem atrelá-lo aos fatores negativos e pejorativos que estavam vinculados ao contexto intelectual e político da época. Mesmo com as críticas que pairaram sobre a obra e a recepção dela, os pesquisadores da obra de Freyre assertam que ela continua influente. Ela delinea e contribui para a concepção de identidade nacional, mesmo sendo uma obra conservadora.

Conclusão

Com base no que foi exposto, este artigo teve como proposta mostrar como o autor pernambucano analisou e identificou na miscigenação a base para se entender o brasileiro. A mistura étnica que se fundamentava em território nacional é um aspecto chave dessa análise. Embora os críticos destaquem que a obra de Freyre seja conservadora em



inúmeros aspectos, e concordo com essa afirmação, as análises desempenhadas por Freyre dentro de uma lente histórica foram inovadoras. Elas auxiliaram novas formas de analisar os ditames raciais que modificam a questão racial no Brasil de tempos em tempos.

A originalidade de *Casa-grande & senzala* está nas questões que ela enfatiza e traz ainda na década de 1930. Ela se tornou uma obra clássica do pensamento social brasileiro, não por simples vaidade e erudição (Chacon, 2001), mas por evidenciar o regime do latifúndio, o sistema colonial, os aspectos do racismo e da raça a partir da cultura para além do campo biológico.

As posições tomadas por Gilberto Freyre em *CGS* são conservadoras e demonstram a percepção da branquitude em relação à história do Brasil. Mesmo destacando a força da população negra e escravizada no processo da formação nacional, sua visão ainda é marcada por uma percepção aristocrática e alienada das atrocidades que foram cometidas no regime colonial. A dualidade do masoquismo e sadomasoquismo em sua obra acentua o caráter ambíguo da escravidão, dando ares de humanidade ao regime violento e estruturante que formou a sociedade brasileira e desumanizou grupos, etnias e a cultura afro-brasileira.

Assim, a tentativa de compreensão da questão da miscigenação em *Casa-grande & senzala* é uma das formas de compreender as particularidades cotidianas e atuais que permeiam as relações sociais e raciais no Brasil. Como destaca Verônica Toste Daflon (2017), falar sobre a mestiçagem é um esforço contínuo para não cair em uma visão biologicista ou superficial do que seria a complexa rede que são as relações raciais no Brasil e suas imbricações.

Como destacou Gildo Marçal Brandão (2010), as “linhagens de intelectuais” que se propuseram a pensar o Brasil, fizeram-no muitas vezes a partir de suas próprias concepções, como no caso do ensaio de Freyre, ou com profundo teor acadêmico como foi atestado posteriormente com Florestan Fernandes. Ainda assim, essa obra, publicada em 1933, suscita inúmeros debates, e a ela se atribuem distintas perspectivas que possibilitam novas leituras ou releituras a partir de infindáveis interpretações, seja na questão racial, ambiental, ecológica, moral, política e de gênero.

Ela foi tantas vezes editada, republicada e até anunciada como “livro que todo brasileiro deveria ler” (Hélio, 2000). Não deixa de ser atual, quando lida no contexto



histórico e intelectual no qual foi escrita, já que hoje muitos dos seus argumentos são objetos de críticas e superados cientificamente. Mesmo com tal percepção, ainda choca os novos leitores que se defrontam com uma enorme densidade textual, escrita em estilo simples e informal. Salienta-se ainda que umas das maiores contribuições da obra e “uma das virtudes de Gilberto Freyre, e que contribui para a singular importância de seus ensaios, está em que convida insistentemente ao debate e provoca, não raro, divergências fecundas” com sua obra e *persona* política (Hélio, 2000, p. 27).

Referências

- BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Portugal: Editora 70, 2010.
- BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu**: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global Editora, 2006.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.
- BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Repensando os trópicos**: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: Holanda, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014. p. 9-24.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene. In: FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006. p. 19-28.
- CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade**: Gilberto Freyre e sua geração. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.
- CHACON, Vamireh. **Gilberto**: uma biografia intelectual. São Paulo: Brasiliana, 1993.
- CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960.
- CORDEIRO, Anderson dos Santos. Racismo, Eugenia e Desigualdades: uma leitura crítica da obra de Gobineau. **Revista Caos**, João Pessoa, v. 1, n. 30, p. 250-260, 2023. Resenha. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/65402/37421>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- CORDEIRO, Anderson dos Santos. **Gilberto Freyre e a interpretação da mestiçagem em Casa-Grande & Senzala**. 2022. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26846>. Acesso em: 12 abr. 2024.



DAFLON, Verônica Tostes. **Tão longe, tão perto: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2017.

FONSECA, Edson Nery da. **Casa-grande & senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944: artigos reunidos e comentados por Edson Nery da Fonseca.** Recife: Companhia editora de Pernambuco, 1985.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** São Paulo: É realizações, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX.** 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Como e porque sou e não sou sociólogo.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968.

GOBINEAU, Arthur de. **Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas.** Curitiba: Editora antoniofontoura, 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970).** São Paulo: Editora 34, 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito. **Estudios Sociológicos**, México, v. 20, n. 59, p. 305-333, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/598/59805902.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

HÉLIO, Mário. **O Brasil de Gilberto Freyre: uma introdução à leitura de sua obra.** Recife: Comunigraf, 2000.

LACERDA, João Batista. **Sur les métis au Brésil.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1911. Texto apresentado no Premier Congrès Universel des Races, ocorrido em Londres, 1911. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufjf.br/bitstream/doc/35/1/Surlesmetis.cdr.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural – a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEHMANN, David. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 369-385, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fYTLdt5ztCxzYcwHRV8BR6N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia.** São Paulo: Livraria Pioneira Editôra, 1969.

MAIO, Marcos Chor. O projeto unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, p. 141-158, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QZnghFsznmKFLtHyMWpnwHk/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.



MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, p. 137-152, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652/11222>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História e Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 21-34, 2013. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=993. Acesso em: 06 abr. 2024.

SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 135-155, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ggpZPyGCpffJcDKQb8pDNKc/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, G.; ARMUS, D., (org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 330-391. E-book. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo**: uma introdução. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

Recebido em: 01/02/2024.

Aceito em: 25/03/2024.



| ARTIGOS |



HARRIET MARTINEAU: precursora das ciências sociais e da luta pela emancipação das mulheres*HARRIET MARTINEAU: pioneer of the social sciences and the women's emancipation movement*

Alba Paulo de Azevedo *

Resumo

O presente artigo tem como objetivo examinar a contribuição de Harriet Martineau para a inclusão social e política das mulheres, enquanto precursora da produção crítico-discursiva das ciências sociais acerca do fenômeno da desigualdade de gênero nas democracias modernas. Como metodologia, fez uso de um levantamento bibliográfico acerca do legado acadêmico da autora inglesa ao desenvolvimento da sociologia no século XIX, sublinhando o seu compromisso com a emancipação das mulheres, com vistas à reparação dessa incompletude na democracia, hoje considerada requisito para a concretização da diversidade e compreensão do mundo atual. Como resultado, foi identificado que o estudo de uma sociedade deve contemplar todos os seus aspectos e suas principais instituições políticas, religiosas e sociais, incluindo um entendimento da vida e do trabalho das mulheres. Como conclusão, manifesta a necessidade de (re)visitar a obra da socióloga, não apenas para o entendimento do caráter hierarquizado da democracia e da organização das relações de poder, mas sobretudo para uma afirmação da cidadania feminina plena.

Palavras-chave: Harriet Martineau; precursora; ciências sociais; emancipação das mulheres.

Abstract

This article aims to examine Harriet Martineau's contribution to the social and political inclusion of women, as a precursor to the critical-discursive production in the social sciences regarding the phenomenon of gender inequality in modern democracies. In methodological terms, it utilized a bibliographical survey of the English author's academic legacy in the development of sociology in the 19th century, emphasizing her commitment to women's emancipation, with the goal of addressing this deficiency in democracy, now considered a prerequisite for achieving diversity and understanding the contemporary world. As a result, it was revealed that the study of a society should encompass all its aspects and key political, religious, and social institutions, including an understanding of the lives and work of women. In conclusion, it underscores the need to (re)visit the sociologist's work, not only for understanding the hierarchical nature of democracy and the organization of power relations but especially for an affirmation of full female citizenship.

Keywords: Harriet Martineau; pioneer; social sciences; women's emancipation.

* Mestra em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: albaazevedo@gmail.com.



Introdução

A pensadora britânica Harriet Martineau (1802–1876) é uma das pioneiras do desenvolvimento das ciências sociais e do feminismo mundial, cuja extensa obra tornou-se objeto de investigação mais intensa a partir dos anos 1960, recebendo maior impulso a partir de 1990. No entanto, os movimentos feministas, nas esferas política, social e científica, já tinham dado seus primeiros passos durante o século XIX, antes mesmo do surgimento do termo “feminismo”. Na condição de ativista, a autora fez da crítica à dominação e à desigualdade um princípio central de sua sociologia, inclusive declarando abertamente suas posições e exercendo influência sobre a opinião pública.

Em toda a sua obra, Martineau manteve o objetivo principal de acessibilidade ao público em geral, afastou-se de dogmas religiosos e primou pela busca da verdade a partir de princípios científicos e, voltada à razão e ao empirismo, tratou de temas que lhe eram caros, perpassando por uma abordagem sistemática e científica da sociedade. Considerada progressista na luta pelos direitos das mulheres, e dedicando-se à causa feminina, teorizou a respeito da diferença de progresso entre meninos e meninas no âmbito educacional, investigou a vida e o trabalho das mulheres, desde o direito ao acesso das mulheres à educação — tema central do seu pensamento feminista — ao direito ao trabalho.

Uma diferença fundamental entre Martineau e seus contemporâneos homens da primeira geração de sociólogos é que eles almejam uma teoria geral abstrata, enquanto ela busca uma teoria empiricamente fundamentada e descritivamente rica. Ao sair dos papéis de gênero definidos para as mulheres e assimilando a concepção de políticos e intelectuais de seu tempo, teve visibilidade no domínio público e trouxe contribuições em frentes múltiplas, que albergam desde a economia, a moral, a política, a sociologia, a religião, a família, a escravidão na América do Norte até a provocação do debate sobre a questão da mulher na Inglaterra vitoriana.

Por meio de uma revisão bibliográfica, intenta-se analisar a contribuição da autora, na condição de precursora da luta pela emancipação das mulheres, e a receptividade dos seus ideais no Brasil de hoje, os quais vêm ganhando fôlego notadamente com a tradução de suas obras para a língua portuguesa, permitindo reflexões



abrangentes para uma compreensão do caráter hierarquizado da democracia e da organização das relações de poder nas sociedades contemporâneas.

Para esse propósito, o artigo contém duas partes essenciais, além da introdução e das considerações finais. A primeira trata da constituição do conhecimento científico da sociedade, identificando a contribuição da teórica para as bases das ciências sociais e abordagem de temas antes ignorados, nomeadamente casamento, filhos, vida doméstica, vida religiosa e relações raciais, com a mesma atenção dirigida a assuntos relacionados às instituições políticas, ao mercado, à indústria e às classes sociais. Isso reflete seu modo sistemático de pesquisa, que distinguiu conteúdos relacionados ao gênero como eixos centrais de organização das experiências do mundo social. A segunda parte discorre sobre a recepção de Martineau na ciência social brasileira, realçando o papel desempenhado pelos pesquisadores e instituições em articularem estudos femininos, num movimento crescente de valorização e inclusão das teóricas clássicas nos currículos de ciências sociais, as quais não integravam o cânone da sociologia clássica, sendo excluídas da grande maioria dos programas acadêmicos.

Martineau e a constituição do conhecimento científico da sociedade

A sociologia clássica do século XIX e início do século XX ocupou-se de uma abordagem do mundo social arrimada no androcentrismo e na ideologia da domesticidade dominantes naquela época, na qual homens e mulheres deveriam por sua natureza ocupar espaços distintos da vida a partir de uma divisão sexual do trabalho: as mulheres eram excluídas da gerência do desenvolvimento e das relações de trabalho e deveriam ocupar-se do espaço privado com os cuidados domésticos e da prole; aos homens, caberia o espaço público, com a condução da política e da produção social pelo trabalho assalariado. Esse cenário denota que autores clássicos, como Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), não chegaram a desenvolver um tratamento tão sistemático das relações de gênero quanto Martineau, o que evidencia a contribuição vanguardista da socióloga.

Nesse contexto, a voz de uma mulher, a britânica Harriet Martineau, apesar de ter sido ignorada por muito tempo pelo cânone da disciplina, erguia-se no âmbito da teoria



social. De modo pioneiro, ela tratou não só da emancipação feminina e diversos outros temas, mas sobretudo lançou as bases das ciências sociais com a publicação de dois livros em 1837 e 1838. Essas obras poderiam perfeitamente tê-la alçado há tempos à condição de clássica da teoria social.

Entretanto, no histórico de institucionalização das ciências sociais durante o século XIX, três homens têm espaço assegurado na condição de pioneiros. Alexis de Tocqueville (1805-1859), o autor de *Da democracia na América*, com a primeira parte publicada em 1835 e a segunda em 1840, cuja obra é considerada como um dos clássicos das ciências sociais, mais precisamente da ciência política. Auguste Comte (1798-1857), que utilizou o termo “sociologia” em 1839, na 47ª edição do seu *Curso de filosofia positiva*, para designar uma nova ciência como parte complementar da filosofia natural, relacionada ao estudo positivo de todas as leis fundamentais específicas aos fenômenos sociais. Por essa razão, ele é considerado o fundador da sociologia. E, por fim, Émile Durkheim (1858-1917) foi crucial para a institucionalização da sociologia como disciplina científica ofertada nas universidades da França ao publicar em 1895 *As regras do método sociológico*, um marco na formalização da sociologia enquanto ciência, cujo objeto específico seriam os fatos sociais, tratados como “coisas” (Castro, 2022).

Durkheim foi um defensor da natureza especializada e disciplinar do campo de investigação sociológica, enquanto outros cientistas sociais enxergavam a sociologia como um *subcampo* interdisciplinar da ciência social. Durkheim almejava criar uma ciência que não dependesse da psicologia, da biologia, da história, tampouco da filosofia, preconizando que a sociologia era uma ciência disciplinar autônoma e distinta de outras ciências sociais, com objeto definido e um método para estudá-lo (Durkheim, 2012).

De acordo com Castro (2022), esse percurso se desenvolveu sob as condições sociais de privilégios das sociedades patriarcais europeias ou estadunidenses, no qual, lamentavelmente, o nome de uma mulher — atualmente já reconhecida por muitos como a primeira cientista social, a extraordinária Harriet Martineau — foi esquecido. Daflon e Sorj (2021) frisam que o livro de Harriet Martineau, *Como observar a moral e os costumes*, é o primeiro manual de pesquisa sociológica de que se tem registro. Foi publicado em 1838, portanto, quase sessenta anos antes de *As regras do método sociológico* de Émile Durkheim. Em sua obra, Martineau (2021) discute os desafios epistemológicos e



metodológicos do estudo das sociedades e apresenta a pesquisa sociológica como uma construção intencional e controlada, constituindo-se numa perfeita introdução aos métodos das ciências sociais. Antes, porém, em 1837, na mesma época em que Tocqueville publicara o seu livro, Martineau já havia lançado o livro *Sociedade na América*, em dois volumes. O livro é o resultado de sua viagem por todo o território dos Estados Unidos, em que Martineau foi movida pela curiosidade de testemunhar o funcionamento real das instituições republicanas. Além da profunda análise e concepção não etnocêntrica, nessa obra, a autora defende os direitos das mulheres e o fim da escravidão (Martineau, 2022).

Com efeito, antes de a sociologia se institucionalizar enquanto campo científico, firmando hábitos de pensamento e investigação centrados na vida pública de determinados grupos humanos, Harriet Martineau idealizou um modo sistemático de pesquisa, que reconheceu conteúdos relacionados ao gênero como eixos centrais de organização das experiências do mundo social, trazendo para a *ciência da sociedade* essa dimensão tão relevante, acrescida de tantas outras, como o casamento, a infância, a educação das crianças, as relações entre os sexos, a economia política da casa, o trabalho doméstico, o *status* social e político das mulheres e a condição dos desprivilegiados. Tais abordagens tinham a mesma atenção que assuntos relacionados às instituições políticas, ao mercado, à indústria e às classes sociais (Daflon; Sorj, 2021).

Alcântara (2022) entende que o resgate do conteúdo e da magnitude da obra de Martineau contribui para o esforço de recontar a história da sociologia a partir de teóricos e teóricas que participaram, de fato, de sua fundação e institucionalização. Por esse ângulo, lembra que a “física social” foi nomeada por Auguste Comte em 1830, no *Curso de filosofia positiva*, e a “sociologia” em 1844, em seu *Discurso sobre o espírito positivo*. A autora remarca, contudo, que a disciplina foi realmente fundada, com teoria e prática de pesquisa, por Harriet Martineau no final da década de 1830, com suas três grandes obras: *Society in America* (1837), *Retrospect to western travel* (1838) e *How to observe: morals and manners* (1838).

Lengermann e Niebrugge (2007) sublinham a obra de Martineau mostrando que sempre houve



1) uma preocupação com os significados que as ações têm para os atores; 2) uma sensação de que o lugar para começar a fazer sociologia é no campo; 3) uma definição do objeto de estudo da sociologia como a diversidade da vida humana; (4) um compromisso com a ideia de que o gênero é importante; e 5) uma compreensão de que uma crítica da sociedade em termos de suas múltiplas práticas opressivas é responsabilidade moral do sociólogo (Lengermann; Niebrugge, 2007, p. 39, tradução nossa).

Prosseguem as autoras, acentuando que o lugar de Martineau no cânone é essencial para uma compreensão integral da complexidade da história da sociologia. Eis que, em diferentes formatos,

[...] esses cinco pontos nos mostram que Martineau representa na geração fundadora tanto o paradigma interpretativo, particularmente apresentado como tendo sido introduzido pela segunda geração de fundadores, quanto o paradigma feminista, apenas intermitentemente apresentado como um paradigma sociológico com uma tradição (Lengermann; Niebrugge, 2007, p. 39, tradução nossa).

De descendência paterna francesa, Harriet Martineau nasceu em 12 de junho de 1802, em Norwich, Inglaterra. Era a sexta de oito filhos do casal Thomas Martineau (1764-1826) e Elizabeth Rankin (1771-1848). Ao longo de sua vida, além de uma surdez progressiva, só descoberta aos 12 anos, a pensadora britânica enfrentou quadros de enfermidades, que trouxeram consequências ao seu desenvolvimento e convivência social. Autodidata, estudou em casa até a juventude, passando a frequentar uma escola particular dirigida por uma tia, por volta dos 17 anos. A morte do pai e a falência dos negócios da família impeliram-na a buscar seu autossustento, e sua primeira opção foi a costura, porém já tinha escrito alguns artigos que lhe deram um certo retorno financeiro (Alcântara, 2021).

Martineau se revelou uma escritora fecunda e sua teoria foi construída nos mesmos lugares e tempo em que outros clássicos da sociologia elaboravam as suas. Conforme assinalam Daflon e Campos (2022), a socióloga britânica publicou, ao todo, mais de 1.500 artigos na imprensa britânica e norte-americana, tanto em jornais de grande circulação quanto em revistas acadêmicas, e dezenas de livros acerca dos mais variados assuntos. Inicialmente, seu interesse se voltava para assuntos religiosos, mas progressivamente alcançou temas como matemática, música, literatura, política, história, línguas, entre outros. Ademais, escreveu histórias infantis, relatos de viagem, uma



autobiografia em três volumes e a tradução sintética do livro *Curso de filosofia positiva de Auguste Comte* (1853) para o inglês. Promovendo uma agenda abolicionista e a favor da igualdade de direitos para as mulheres, a autora defendeu, ainda, a preservação da natureza, escreveu sobre a situação política, econômica e comercial da Índia da Irlanda, além de manifestar-se sobre a situação das empregadas domésticas e a pobreza na Inglaterra.

Anthony Giddens (2012), ao reforçar o ativismo de Martineau, enfatiza que, hodiernamente, seus textos são relevantes para os sociólogos por inúmeras razões. A primeira, pelo fato de que a autora sustentava que o estudo de uma sociedade deve ter como foco todos os seus aspectos, incluindo as principais instituições políticas, religiosas e sociais. Em segundo lugar, pelo fato de a pensadora insistir no argumento de que uma sociedade deve incluir um entendimento das vidas das mulheres. A terceira razão seria o fato de que Martineau foi a primeira pessoa a ter um olhar sociológico acerca de assuntos antes ignorados, como casamento, filhos, vida doméstica e religiosa e relações raciais.

Correia e Fortuna (2018) reconhecem que os modos de vida de mulheres de variadas posições de classe e ocupações profissionais foram explorados pela autora, em conexão com posições públicas em favor de uma igualdade de oportunidades políticas e educacionais, o que colocava em causa estereótipos e convenções patriarcais daquele período. Consideram, ainda, que teria sido este envolvimento de Martineau com os processos sociais ligados ao gênero que a conduziu, de forma considerável, a ocupar um lugar pioneiro em termos de reflexão tipicamente sociológica, na medida em que ela pesquisou e refletiu quanto a assuntos ligados aos papéis sociais atribuídos às mulheres e à forma como estas os desempenhavam, fixando os eventuais contrastes com as condições e modos de vida dos homens, sem o que nenhuma observação da vida e das estruturas sociais se poderia realizar com seriedade.

Malgrado o termo *sociologia feminista* não tenha sido utilizado durante a vida de Martineau, ela é reconhecida como uma de suas fundadoras, devido ao fato de muitos de seus textos explorarem a questão dos direitos das mulheres, ao discutir a injustiça do sistema patriarcal, a marginalização das mulheres na política, na economia, no trabalho, na vida social, na restrição à educação, além dos papéis de gênero. Pontuam Alatas e Sinha (2023) que, em seus textos sobre a vida cotidiana de mulheres vitorianas da classe

média e da classe alta — assim como em sua investigação acerca do serviço doméstico —, Martineau analisou as instituições sociais, apresentando uma teoria e uma filosofia sobre o trabalho, dado que este tema era abordado como um objeto de estudo, uma lente através da qual se investigava a sociedade industrial e capitalista. Além disso, a teórica defendeu fortemente o direito individual feminino ao trabalho e o direito de escolher o trabalho almejado.

Em *Sociedade na América* (Martineau, 2022), já na introdução, a pensadora expõe que vinha sendo frequentemente questionada sobre o fato de ser mulher se tornar uma desvantagem. Na mesma obra, a seção VII é dedicada ao tema da “não existência política das mulheres”, na qual Martineau questiona a legitimidade da Declaração de Independência dos Estados Unidos, no que diz respeito ao princípio da igualdade de direitos, que estaria assegurado apenas aos homens, diante da injustiça social no tratamento opressivo das mulheres, dos escravos e da classe trabalhadora, tanto na vida doméstica quanto na pública. Pondera a autora que um dos princípios fundamentais anunciado na Declaração de Independência do povo americano é que os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados e que o princípio democrático requer a igual representação política de todos os seres racionais. Logo, não seria justo que a condição política das mulheres fosse aviltada nesse aspecto, quando os governos nos Estados Unidos têm o poder de dispor sobre a propriedade das mulheres sem o consentimento delas (governadas), além de terem o poder de escravizá-las, prendê-las e executá-las por determinadas ofensas.

Aqui é relevante não se olvidar que a igualdade, a universalidade e o caráter natural dos direitos adquiriram uma expressão política direta pela primeira vez na Declaração da Independência americana, em 1776, e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789. Entretanto, as mulheres não alcançaram direitos políticos iguais em nenhum lugar antes do século XX, e a *questão da mulher*, que veio à baila na Europa durante os séculos XVII e XVIII, relacionava-se à educação das mulheres ou à falta dessa educação. Os direitos propriamente ditos não tinham sido objeto de qualquer discussão nos anos que antecederam a Revolução Francesa ou a Americana (Hunt, 2009).

Consoante Vetter (2008), o que Martineau almejava era que o leitor de *Sociedade na América* percebesse a hipocrisia refletida na incongruência entre a situação política



das mulheres, de um lado, e o princípio de que os governos derivam seus poderes justos do consentimento do governado, do outro. Como as mulheres nunca foram questionadas sobre o que elas pensavam, então sua aceitação do Estado de direito não poderia ser inferida. Desse modo, as punições contra mulheres que infringem a lei seriam injustas porque não foram aceitas pela maioria de todos os americanos, como também seriam injustas as leis em certos estados que concedem às mulheres direitos e proteções insuficientes, porque foram elaboradas sem o consentimento delas e não estariam em harmonia com os fundamentos democráticos.

Em *Como observar: morais e costumes* (Martineau, 2021), obra que assegurou o pioneirismo da autora na sistematização da análise social e na pesquisa de campo, a autora estabeleceu critérios para o pesquisador observar a sociedade e suas instituições. O tema “casamento e mulher”, no Capítulo III, aborda o “estado doméstico”. Problematicando a relação do pesquisador com as instituições sociais, Martineau (2021) adverte que o casamento existe em toda parte. Ele deve ser investigado pelo observador moral, a fim de que, através dele, possa-se averiguar o grau de degradação da mulher e o estado da moral doméstica do país. Realça, contudo, que em todo lugar a mulher é tratada como a parte inferior em um compacto no qual ambas as partes têm um interesse igual. Ainda, quanto à inferioridade feminina na qual as mulheres foram incessantemente afundadas por meio da moral doméstica, a pensadora já chama a atenção para o fato de que, enquanto os homens eram tidos como corajosos, nada mais era exigido para fazê-los honoráveis aos olhos da sociedade; por sua vez, a condição inferior das mulheres sempre lançou aquelas que não eram protegidas pelo nascimento e pela riqueza à devassidão dos homens.

Em *Household education* (Martineau, 1848), a autora faz uma reivindicação contra o péssimo estado da educação possibilitada às mulheres, deixando entrever sua luta para que as meninas recebessem a mesma educação para a vida profissional, numa crítica à ausência de prioridade na educação formal das meninas naquela época. Para a pensadora, liberdade e racionalidade, ao invés de comando e obediência, seriam os instrumentos mais eficazes de educação, além de entender que nenhuma mulher deveria ser excluída, por ser mulher, de qualquer estudo que ela fosse capaz de seguir. A igualdade na educação doméstica e acadêmica de uma mulher lhe permitiria alcançar lugares de responsabilidade e conquistar independência econômica, combatendo, assim, as ideias correntes de



inferioridade feminina na sociedade androcêntrica. O livro de 1848 ratifica sua pujança para a contemporaneidade como uma das obras mais populares de Martineau ao ocupar, no ano de 2017, a posição de número 67 na lista dos 100 melhores livros de não ficção de todos os tempos, elaborada pelo escritor britânico Robert McCrum (2017). Naquela oportunidade, a crítica o descreveu como um protesto contra a ausência de uma educação voltada para as mulheres, o qual foi tão pioneiro quanto sua autora nos círculos literários vitorianos.

A recepção de Martineau na ciência social brasileira

A propósito de Martineau emergir em textos introdutórios de sociologia, de teoria sociológica e enciclopédias, Alatas e Sinha (2023) enaltecem o papel supremo desempenhado por professores e pesquisadores, assim como a função das instituições em promoverem estudos femininos, refletindo que isso

é indicativo de que alguma pressão surtiu efeito sobre as vozes detentoras de autoridade no registro da historiografia da disciplina. Mas, indo além do registro de sua presença, o mais importante seria indagar como Martineau é incluída nas narrativas sobre a história das ideias sociológicas (Alatas; Sinha, 2023, p. 98).

Complementam os autores que, em sendo o ensino a arena adequada para a exposição de novas ideias, listar Martineau lado a lado com Marx, Weber e Durkheim, indicar suas obras e incluir suas ideias em projetos de conclusão de cursos, constituem um passo notável para expressar sua teoria sociológica. Todavia, uma lente comparativa é instrumento pedagógico valioso nesse campo, não somente pelo esclarecimento que proporciona do ponto de vista das ideias, mas, em especial, para a abordagem independente de Martineau (Alatas; Sinha, 2023).

Yates (1985) lembra que o feminismo de Martineau, talvez por fazer parte de toda a sua filosofia política, não seja tão conhecido quanto suas outras ideias, apesar de a autora ter se posicionado e comentado praticamente todas as campanhas relacionadas às mulheres na Inglaterra e na América de sua época, inclusive abordando questões femininas que não foram identificadas com tanta clareza como tal até os movimentos de



mulheres das décadas de 1960 e 1970. Complementa Yates (1985, p. 53) que “A questão da mulher era como ela e outras pensadoras e ativistas do século XIX chamavam o que chamamos de feminismo”.

Para a propagação dos textos da autora, um fator decisivo foi a reedição em 1962 do seu livro célebre, intitulado *Society in America*, em versão resumida, por Seymour Martin Lipset. Além disso, na mesma década, o historiador americano Robert K. Webb colaborou para a publicização do nome de Martineau, com o lançamento de uma biografia da autora. Já em 1992, foi publicado o livro *Harriet Martineau: First Woman Sociologist*, de Susan Hoecker-Drysdale, no qual se procede a uma análise dos relevantes acontecimentos da vida da teórica e dos seus escritos de multifacetados domínios, além da abordagem do envolvimento da escritora na condição de ativista e figura pública (Correia; Fortuna, 2018).

Distinguem Lengermann e Niebrugge (2007) que o ponto central da teoria social de Martineau é a questão feminista básica “Onde estão as mulheres?”, de tal maneira que, para responder a essa indagação, a socióloga investigou a vida e o trabalho das mulheres, como também explorou a dominação e a desigualdade, sempre retratando as mulheres como agentes, membros ativos do mundo social.

Nessa toada, podemos indagar: “Onde está Harriet Martineau na ciência social brasileira?”

Numa recente perspectiva de consolidação do pensamento e influência de Martineau no Brasil, descortina-se um movimento crescente de valorização das teóricas clássicas, mormente com o escopo de mudanças nos currículos de ciências sociais com inclusão não apenas de autoras como Harriet Martineau, mas também de nomes como os de Flora Tristan, Marianne Weber, Rosa Luxemburgo, entre outras, que não estavam inseridas no cânone da sociologia clássica e, portanto, foram deixadas de fora da grande maioria dos programas acadêmicos (UFJF, 2021).

Embora exista uma quantidade de pesquisas específicas sobre Harriet Martineau em um âmbito circunscrito, seu trabalho tem sido discutido e mencionado nos últimos anos com passos expressivos, em estudos acadêmicos e obras publicadas, que abordam temas relacionados à sociologia, à história do feminismo e a estudos de gênero. Em afirmação ao nome de Martineau, enquanto clássica e precursora das ciências sociais,



destacam-se Fernanda Henrique Cupertino Alcântara (2021, 2022), Verônica Toste Daflon, Bila Sorj — pioneira na formação do campo de estudos de gênero no Brasil —, Luna Ribeiro Campos e Celso Castro (2022), todos com publicações de textos grifados pela intenção do preenchimento de um hiato da tradição sociológica.

Sem ter a pretensão de esgotar os esforços e os escritos desses autores para o reconhecimento do valor sociológico e teórico das obras de Martineau, rememora-se que em 2020, pioneiramente, a CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), publicou tradução de parte de um texto de Martineau, desenvolvida por Fábio Guimarães Liberal sob o título *Como observar moral e costumes: requisitos filosóficos* (Martineau, 2020). Nos anos seguintes, Fernanda Alcântara foi responsável pelas traduções das obras de Harriet Martineau do inglês para a língua portuguesa, a exemplo de *How to observe*, em 2021, e *Society in America*, no ano de 2022. Verônica Toste Daflon e Bila Sorj (2021) publicaram *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*, no ano de 2021. Verônica Toste Daflon e Luna Ribeiro Campos (2022) organizaram, no ano de 2022, *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*, obra que propõe uma recuperação das contribuições de pensadoras oriundas de contextos latino-americanos, anglo-europeus, africanos e asiáticos, nos séculos XVIII e XIX. Por sua vez, Celso Castro organizou *Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*, no ano de 2022.

Levando-se em conta que, em momentos pretéritos, a inserção da Martineau no ensino superior não teve êxito pelo fato de não haver tradução de seus livros para a língua portuguesa, essas contribuições têm um valor exponencial que, sem sombra de dúvidas, aproximam a teórica britânica da comunidade acadêmica e do público em geral, trazendo a confiança de que o momento é alvissareiro para novos protocolos de ensino, abrindo um horizonte promissor e mais inclusivo nesse caminhar de preenchimento dessa lacuna no cânone das ciências sociais.



Considerações finais

A partir de um emergente método científico, partindo da premissa de que a sociologia teria como base observações empíricas, com seu senso de independência e desiderato em testemunhar o funcionamento real das instituições republicanas, Martineau dedicou-se ao desenvolvimento da sociologia com o escopo de conferir legitimidade a essa ciência. Foi pioneira não apenas na pesquisa sociológica, como também uma das primeiras teóricas a defender a igualdade entre homens e mulheres para a realização de uma sociedade justa, sobretudo ao detectar que as mulheres não existiam politicamente e que isso transgrediria princípios fundamentais do regime democrático vigente à época, na América do Norte do século XIX.

O legado de Harriet Martineau para o campo das ciências sociais é de marcante pluralidade e contemporaneidade. Suas produções teóricas possibilitam entender conceitos como democracia e diversidade, tão correntes nos dias atuais, com base na sua capacidade de abordagem crítica e na sua observação de que somente uma análise completa da sociedade, incluindo mulheres e grupos marginalizados, traz uma autêntica compreensão do *status* das mulheres entre os homens.

A analista social britânica desafiou conceitos dominantes acerca da inferioridade das mulheres ao defender um empoderamento social e político quando tratou de questões relacionadas às mulheres e seu papel na sociedade, sempre reforçando a importância de que as mulheres deveriam ter oportunidades iguais na sociedade, incluindo o direito à educação, ao emprego e à participação na vida pública, num tempo em que as elas eram tidas como dependentes, com estado definido pelo seu *status* familiar e desprovidas de plena capacidade de autonomia política.

A democracia de hoje reclama igualdade de participação, de poder, de recursos e de respeito; passados quase 200 anos da difusão das ideias de Martineau, ao cabo e ao fim, o seu ativismo, iniciado na sociedade vitoriana, carece de ter seguimento com outras personagens. A igualdade proclamada nas Declarações de Direitos Humanos e nas Constituições do mundo ocidental ainda ecoa desigual no plano material para muitas mulheres, dada a existência política das mulheres com influência mitigada, trazendo a reboque as formas de dominação e marginalização de outrora.



Na pavimentação desse caminho para a completude democrática com plena emancipação feminina, merecem registro os esforços para contestar a visão androcêntrica dos textos canônicos da sociologia e o movimento crescente de valorização de teóricas clássicas como Martineau, por seu papel significativo no avanço do movimento de emancipação das mulheres e pela influência exercida no limiar do movimento feminista, este entendido sempre como um necessário compromisso ético e político de transformação da sociedade.

Referências

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **A teoria sociológica para além do cânone**. São Paulo: Funilária, 2023.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique C. Harriet Martineau (1802-1876): a analista social que inaugurou a Sociologia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 43, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/39916>. Acesso em: 5 abr. 2023.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique C. O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 176-190, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/35645>. Acesso em: 22 maio 2023.

CASTRO, Celso (org.). **Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

CORREIA, André Brito; FORTUNA, Carlos. Racionalidade científica: o lugar de Harriet Martineau no âmbito do património teórico e metodológico da sociologia. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 10., 2018, Portugal. **Atas do [...]**. Covilhã: Associação Portuguesa de Sociologia, 2018. p. 1-18. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/100191/1/Racionalidade%20cientifica_o%20lugar%20de.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro (org.). **Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: Eduff, 2022. E-book. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jtHJZ>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. **Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2021.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.



HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LENGERMANN, Patricia Madoo; NIEBRUGGE, Gillian. **The women founders**: sociology and social theory 1830-1930. Long Grove, Illinois: Waveland Press, 2007.

MARTINEAU, Harriet. Como observar moral e costumes: requisitos filosóficos. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 1, n. 24, p. 255-274, jun. 2020. Tradução. Fábio Guimarães Liberal. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/52437>. Acesso em: 7 abr. 2024.

MARTINEAU, Harriet. **Como observar**: morais e costumes. Governador Valadares, MG: Editora Fernanda H. C. Alcântara, 2021.

MARTINEAU, Harriet. **Household education**. London: Bradbury and Evans, 1848. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mvIUZ>. Acesso em: 5 jul. 2023

MARTINEAU, Harriet. **Sociedade na América**: política. Governador Valadares, MG: Editora Fernanda H. C. Alcântara, 2022. v. 1.

MCCRUM, Robert. The 100 best nonfiction books: No 67 – Household Education by Harriet Martineau (1848). **The Guardian**, Reino Unido, 15 mai. 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gwxL4>. Acesso em: 30 jun. 2023.

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Harriet Martineau: professora da UFJF-GV faz primeira tradução para o português de obra da socióloga britânica. **UFJF Notícias**, Juiz de Fora, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cdgP7>. Acesso em: 24 jun. 2023.

VETTER, Lisa Pace. Harriet Martineau on the theory and practice of democracy in America. **Political Theory**, [Califónia], v. 36, n. 3, p. 424–455, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0090591708315147>. Acesso em: 18 jun. 2023.

YATES, Gayle Graham (ed.). **Harriet Martineau on women**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1985.

Recebido em: 19/09/2023.

Aceito em: 20/04/2024.



INIQUIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA NO SISTEMA DE SAÚDE: uma revisão narrativa***INEQUITY AND VIOLENCE AGAINST BLACK WOMEN IN THE HEALTHCARE SYSTEM: a narrative review***

Bianca Stefany Dias de Jorge *

Tânia Maria Gomes da Silva **

Resumo

Estudos feministas e de gênero, em uma perspectiva decolonial e interseccional, têm se avolumado nos últimos anos em diferentes países. A partir dessas pesquisas, admite-se que o cruzamento de identidades vulnerabilizadas, por gênero, raça e classe social entre outras, potencializa as condições de adoecimento físico e mental das pessoas. Considerando que o Brasil é um país estruturalmente marcado por racismo e sexismo, evidencia-se a importância de discussões sobre como preconceitos de gênero e raça comprometem a saúde das mulheres negras. Objetiva-se, para isso, fazer uma revisão narrativa da literatura sobre a saúde das mulheres negras. Os dados foram coletados nas principais bases de pesquisa nacionais e internacionais, como Scielo, PubMed e PePSIC, com os descritores em português (saúde, mulheres negras, racismo), e em inglês (health, black women, racism). Para a interpretação dos dados, foi realizada a análise qualitativa de conteúdo. Na questão teórica, busca-se sustentação especialmente em autoras do feminismo negro, como Lélia González (2020) e Sueli Carneiro (2020). A partir da análise, a literatura científica destaca o alto índice de violência contra as mulheres, sobretudo a violência obstétrica na área da saúde. Conforme se verifica nas pesquisas consideradas, a estigmatização, a discriminação e o racismo se aliam ao preconceito de gênero e de classe. Em consequência, surgem efeitos adversos na saúde das mulheres, potencializando as dificuldades de busca por cuidados.

Palavras-chave: saúde; mulheres negras; racismo; iniquidade.

Abstract

Feminist and gender studies, from a decolonial and intersectional perspective, have grown in recent years in different countries. These studies admit that the intersection of vulnerable identities by gender, race, among others, enhances the conditions of physical and mental illness of people. Considering that Brazil is a country structurally marked by racism and sexism, the importance of discussions on how gender and race prejudices and stereotypes compromise the health of black women is evident. The objective was to carry out a narrative review of the literature about the health of black women. Data was collected from the main national and international research bases, such as: Scielo, PubMed and PePSIC, with the descriptors in Portuguese (saúde, mulheres negras,

* Graduada em psicologia pela Universidade Cesumar, Brasil. E-mail: biancadiasjorge@gmail.com.

** Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. Docente no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, na Universidade Cesumar, Brasil. E-mail: tania.gomes@unicesumar.edu.br.



racismo) and in English (health, black women, racism). For an interpretation of the data, a qualitative content analysis was performed. Theoretically, support was sought especially from black feminist authors, such as Lélia González and Sueli Carneiro. Based upon the analysis, the scientific literature highlights the high rate of violence against women, especially obstetric violence in the health area. In this way, the research confirms that stigmatization, discrimination and racism are combined with gender and class prejudice. Consequently, there are adverse effects on the health of these women, including increasing difficulties in seeking care.

Keywords: health; black women; racism; iniquity.

1 Introdução

O racismo é um elemento estruturador da sociedade brasileira (Almeida, 2018). País multirracial, onde, desde os primórdios da colonização portuguesa na América, os indígenas e os negros foram inferiorizados. Esse último grupo foi tido como mão de obra imprescindível para a geração de riquezas, porém, na questão moral, considerado desonesto e preguiçoso. Em suma, um ser inferior que deveria estar a serviço dos colonizadores brancos. No caso das mulheres negras, as representações não eram menos insultuosas.

Além de terem seus corpos sexualmente explorados pelos colonizadores brancos, gerando filhos mestiços, que criavam sozinhas, as mulheres negras também sofriam com o ciúme das esposas brancas, as quais não hesitavam em lhes aplicar terríveis castigos, culpando-as pela cupidez de seus maridos. Para Carneiro (2020, p. 1), é justamente essa violência sexual colonial que se configura no “[...]‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades”.

A abolição da escravatura, em 1888, não mudou significativamente a situação da população negra no Brasil. Homens e mulheres foram deixados no mais absoluto desamparo, sem qualquer indenização pelos anos de exploração do trabalho. As mulheres, em geral, foram mantidas em posição de maior subalternidade, passando a ocupar, após a *liberdade*, os ofícios de lavadeiras, engomadeiras, babás, doceiras e, sobretudo, de empregadas domésticas (González, 2020; Carneiro, 2020).

Entretanto, foi na transição do século XIX para o XX, quando se observou o notável desenvolvimento dos diferentes campos de saber, que a desqualificação da *raça* negra se legitimou cientificamente, adquirindo status de verdade. Discursos, como os de

Gobineau na França e Nina Rodrigues no Brasil, defendiam incontestavelmente a superioridade biológica da raça branca (Costa, 2004), o que, em termos práticos, dava plena legitimidade a todo o tipo de opressão do povo negro (Abreu, 2023).

A dupla marginalização das mulheres negras, em que se unem racismo e preconceito de gênero, não é uma realidade apenas da sociedade brasileira. Um estudo sobre a sociedade estadunidense deixa evidente que essa era uma situação tão presente nesse país como em outros tantos da América, nos quais o colonialismo fincou suas garras (hooks, 2019a; 2019b).

Em um país de cultura patriarcal, como é o caso do Brasil, ser mulher é sempre motivo de vulnerabilidade, posto que esse grupo se encontra mais exposto às diversas formas de violência pela questão de gênero. No entanto, quando se alia ao racismo, o quadro de desvantagens se amplia, devido à intersecção dessas opressões. As mulheres negras foram e são duplamente violentadas, pois, ao racismo, soma-se o gênero. Elas ocupam a base da pirâmide social, inclusive quando comparadas aos homens negros, os quais foram, da mesma forma, vítimas da exploração colonial, capitalista e, atualmente, neoliberal.

Essa denúncia fica evidente quando tomamos como ferramenta de análise a teoria interseccional, que denuncia a interação estrutural entre dois ou mais eixos de subordinação e promove uma crítica ao feminismo branco, heteronormativo e de classes médias e altas. Como as mulheres negras eram invariavelmente pobres, foram mão de obra explorada pelas mulheres brancas, até mesmo por aquelas que tinham um discurso igualitário e emancipador (Akotirene, 2019).

A forma como o gênero se intersecciona à raça/cor legitima as desigualdades e as desvantagens educacionais, socioeconômicas e, por conseguinte, de saúde das mulheres negras em relação às brancas. Nesse aspecto, os profissionais que atuam na área da saúde devem estar conscientes da relação entre racismo/preconceito/discriminação e adoecimento (Lima; Lewis; Lyra, 2021).

O racismo deve ser entendido como uma forma de violência, sendo assim, apresenta alto potencial de gerar agravos à saúde física e mental. No dia 5 de janeiro de 1989, foi promulgada a Lei 7.716, que define e penaliza o crime de racismo. Segundo essa legislação, serão punidos os delitos decorrentes de discriminação ou preconceito



relacionados à raça, cor, etnia, religião ou origem nacional (Brasil, 1989). A lei em referência foi importante para a população negra, pois representou um marco legal na luta contra o racismo, ofereceu proteção legal contra a discriminação racial e contribuiu para a busca de promoção da igualdade racial e a conscientização sobre os direitos humanos.

O racismo institucional é um conceito referente ao ato de segregar as pessoas em função da cor da pele, impondo-lhes condições subalternas, o que pode ser observado, também, em ações de órgãos públicos. Essas práticas de desigualdade racial nas instituições, por sua vez, resultam do racismo estrutural, que se encontra espalhado na sociedade.

O racismo estrutural sustenta o racismo institucional, produzindo práticas racistas e as entendendo como absolutamente *normais*. Além disso, sua influência se estende por diversos setores e se manifesta de maneiras variadas, resultando na subalternização de indivíduos com base em suas características biotípicas (Lima, 2019; Fanon, 2020). Há relevância de que práticas curriculares antirracistas sejam consumadas, mas embora a Lei nº10.639/2003 estabeleça a obrigatoriedade do ensino e história e cultura afro-brasileira nas grades curriculares nacionais, seu impacto é reduzido, especialmente, no nível superior (Silva, Linhares, Paulo, 2019). Mesmo que algumas universidades brasileiras insiram raça e saúde como conteúdo programático, a exemplo da sociologia da saúde, antropologia da saúde, educação para relações étnico-raciais, não há obrigatoriedade de uma disciplina específica para essa discussão (Corenza, 2022).

Para Oliveira (2020) e Passos (2020), compreender a saúde como parte do universo social, permite ampliar a visão para os fatores de invisibilidade, de vulnerabilidade e sobre a inviabilização de vidas negras, em que o sofrimento atravessa o indivíduo e se vincula às relações sociais.

Frente ao exposto, neste artigo, propõe-se uma revisão narrativa da literatura sobre mulheres negras e saúde.

2 Metodologia

A revisão narrativa permite aos pesquisadores se apropriarem do estado da arte de um tema específico, oferecendo ampla possibilidade de análise. Configura-se como uma estratégia de grande utilidade para um primeiro contato do pesquisador com o seu objeto



de estudo, oferecendo-lhe a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, bem como viabiliza a atualização de ideias. Isso porque, ao contrário da revisão sistemática, que exige critérios mais padronizados, a revisão narrativa não prescinde de uma interpretação mais subjetiva de quem a realiza (Toledo; Rodrigues, 2017).

Nessa perspectiva, os dados deste estudo foram coletados nas principais bases de pesquisa: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed e PePSIC. Foram utilizados os descritores em português: saúde, mulheres negras e racismo; e em inglês: *health, black women, racism*.

Quadro 1 – Artigos selecionados para a revisão

Autores	Título	Ano de publicação
CURI, P. L.; RIBEIRO, M. T. A.; MARRA, C. B.	A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS	2020
GOES, E. F. et al.	Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto.	2020
LESSA, M. S. A. et al.	Pré-natal da mulher brasileira: desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado.	2022
LIMA, K. D.; LEWIS, L.; LYRA, T. M.	“O escuro das cores, na pele afrodescendente, herdeira das dores”: dimensões do racismo no contexto de assistência ao parto.	2021
LIMA, K. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M.	Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras	2021
PEREIRA, M. G. et al.	Da igualdade ao equânime: singularidades do cuidado do enfermeiro à mulher negra na atenção básica.	2023
SHORTER, J. M. et al.	Racial Disparities in Mental Health Outcomes Among Women with Early Pregnancy Loss.	2021
SILVA, M. N. et al.	Representatividade da mulher negra em folhetos educativos sobre saúde da mulher.	2022
SILVIA, S. O. et al.	“Na verdade, eu nunca participei e nem ouvi falar sobre”: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na perspectiva de gestores e profissionais da saúde.	2022
THEOPHILO, R. L.; RATTINER, D.; PEREIRA, É. L.	Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa.	2018

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quanto aos critérios de elegibilidade, foram selecionados artigos em língua portuguesa e inglesa, publicados nos últimos cinco anos (2018 a 2023), com discussões relacionadas à saúde de mulheres negras. Foram excluídos artigos que não tivessem



relação direta com o tema, publicados em outro idioma e artigos de revisão de literatura e/ou sistemática. Deste modo, ao total foram selecionados dez artigos, conforme o quadro 1, os quais reportaram aspectos essenciais da temática em análise e permitiram conhecer o estado da arte; condição fundamental para a aquisição e atualização do conhecimento.

Além dos artigos, alguns livros escritos por autores e autoras negras, que abordam temas, como racismo, sexismo, discriminação e preconceito, fizeram parte do corpus. Eles foram citados ao longo do texto e estão listados nas referências deste artigo. A interpretação dos dados foi fundamentada nos referenciais teóricos dos estudos feministas interseccionais (hooks, 2019a; 2019b; Akotirene, 2019; Gonzáles, 2020; Carneiro, 2020) e realizada a partir da análise qualitativa de conteúdo (Minayo, 2012).

3 Análise do material

Os textos analisados permitiram, a partir do tema geral — mulheres negras e saúde —, que se chegasse a subtemas, apresentados e discutidos a seguir.

3.1 Atendimento na saúde e iniquidades

O tema da iniquidade em saúde recebeu maior atenção no último quarto do século XX, em especial após a criação da Comissão dos Determinantes Sociais de Saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2005. Sua origem está particularmente ligada aos fatores sociais, econômicos e ambientais, em vez de aspectos biológicos. Nessa perspectiva, o processo saúde-adoecimento entre os diferentes grupos que compõem a sociedade passa a ser visto como um processo histórico, sendo passível de mudanças.

A pobreza, que no Brasil atinge particularmente a maior parte da população preta e parda, é um exemplo de elemento promotor de iniquidade em saúde. A desigualdade educacional, salarial e de moradia entre brancos e negros é significativa, comprometendo a saúde da população que sofre com essa desvantagem. No caso das mulheres negras, essa realidade é ainda mais incisiva. Como é destacado, de maneira recorrente, pela literatura científica, a desigualdade raça-gênero no Brasil não deixa dúvidas de que a comparação dos indicadores econômicos e de saúde envolvendo mulheres brancas e negras evidencia a singular desvantagem destas últimas (Silva, M. N., et al., 2022). Essa realidade ficou



muito evidenciada nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, em que foi possível observar muitas mulheres desse grupo social em situação de pobreza e vulnerabilidade social, e sem a possibilidade de tomar as medidas sanitárias indicadas para o momento em questão (Santos et al., 2020).

Segundo documentos na área da saúde no Brasil, a iniquidade em saúde e a vulnerabilidade de gênero e raça são fatores que afetam a qualidade de vida e bem-estar da população feminina negra. Esse fato pode ser percebido nos índices de óbitos precoces, nas altas taxas de mortalidade materno-infantil, na maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e, ainda, nos altos índices de violência de gênero no país (Brasil, 2017). Além disso, os índices apresentados na Pesquisa Nacional de Saúde (2019) apontam a diferença de cor entre homens e mulheres que realizaram consultas médicas nos últimos 12 meses antecedentes à pesquisa: enquanto o acesso à população branca ao serviço foi de 79,40%, a da população parda foi de 74,80%, e da preta, de 73,30%. Obviamente, a menor participação da população negra nos serviços de saúde resulta em maior exposição à vulnerabilidade.

Essas desvantagens em relação à raça podem ser notadas desde os fundamentos que sustentam a nossa sociedade. Em diferentes momentos da história do Brasil, sistemas de governo segregacionistas sustentaram políticas públicas excludentes e discriminatórias que tiveram significativo impacto sobre a saúde e a qualidade de vida do povo negro. Embora grande parte da sociedade acredite em uma suposta harmonia entre as raças no país, o que se vê é uma negação dos direitos humanos de pretos e pardos. É uma situação vexatória para o país e que exige resistência por parte dos governos e da sociedade (Bastos; Faerstein, 2012; Theophilo; Rattner; Pereira, 2018).

Discriminação e preconceitos são comportamentos inaceitáveis em um mundo técnico e cientificamente avançado. Daí a importância de discussões voltadas a um melhor entendimento desses processos, tanto que, no Brasil, muitas pessoas entendem discriminação e preconceito como processos congêneres, sendo um equívoco pensar esses conceitos dessa forma.

Bastos e Faerstein explicitam bem a distinção entre os termos:



O preconceito costuma ser definido como uma atitude que, como tal, dispõe de um componente cognitivo (crenças sobre uma determinada categoria social) e um afetivo, pois frequentemente envolve sentimentos, e como uma predisposição a se comportar negativamente ou positivamente em relação a algum grupo socialmente definido. (Bastos; Faerstein, 2012, p. 23-24)

O preconceito, então, acontece no âmbito das ideias. O mesmo não ocorre com a discriminação que, ainda segundo definição dos autores, deve ser entendido como:

[...] um comportamento enviesado, o qual inclui não somente ações que trazem prejuízo ou desvantagem para outro grupo como também aquelas que favorecem injustamente o grupo do próprio perpetrado, gerando desvantagens relativas. (Bastos; Faerstein, 2012, p. 23-24)

Como se pode observar, trata-se de termos com certa complexidade, notadamente em um país como o Brasil, onde ainda se insiste em falar em democracia racial (Freyre, 2006). Pesquisadoras dos estudos interseccionais e do feminismo negro têm insistido na desconstrução da ideia de que reina no Brasil uma harmonia racial, na qual os diferentes povos ocupam postos iguais a depender apenas de suas capacidades e aptidões naturais. Pelo contrário, como já foi anteriormente descrito nas linhas introdutórias deste artigo.

Com a chegada dos primeiros imigrantes que vieram substituir a mão de obra escravizada, os padrões estereotípicos dos europeus, considerados o ideal de pureza da raça, passaram a se constituir como uma representação social plenamente aceita e legitimada pela sociedade como um todo. O eugenismo alimentou o racismo já existente, e os negros se viram como raça indesejada.

O agravante é que, atualmente, essa situação de desvalorização da raça negra permanece. Levando em conta o contexto da saúde, tema no qual se insere este estudo, o racismo institucional pode ser notado nas práticas de profissionais da área que, sem constrangimento, buscam exercer uma relação de poder sobre os usuários negros e, em muitos casos, pobres, desfigurando a proposta da equidade estabelecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Curi; Ribeiro; Marra, 2020; Lima; Pimentel; Lyra, 2021).

Silvana Oliveira Silva e colaboradores (2022) realizaram um estudo envolvendo profissionais da saúde, no qual os participantes foram questionados, entre outras coisas, quanto ao conhecimento sobre a saúde da população negra. Os resultados evidenciaram

que os saberes sobre esse grupo social eram superficiais e, ainda mais, que os participantes demonstraram dar pouca relevância ao tema. Além disso, desconheciam a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, o que traz inegáveis prejuízos para a sua implementação e desenvolvimento. Ademais, esse fato revela que a diversidade racial dos usuários e usuárias não é reconhecida pelos profissionais, impossibilitando o cuidado amplo, integrado e individualizado com a população negra, além de dificultar a redução dos impactos do racismo no cotidiano.

Outra pesquisa, desta vez envolvendo enfermeiros da rede básica de saúde, evidenciou que eles têm dificuldade de compreender a distinção entre equidade e igualdade. O resultado desse desconhecimento se reflete na oferta de cuidados ineficientes às pacientes negras, pois os integrantes do estudo afirmaram não haver necessidade de políticas públicas específicas para negros e negras, visto que, para eles, todos os seres humanos são iguais. Essa é uma visão limitante, pois entre as propostas do SUS está a equidade, que atenta para as especificidades dos sujeitos (Pereira et al., 2023).

As mulheres negras enfrentam uma realidade alarmante: são as mais vitimizadas pela violência, as que mais perdem suas vidas e mais dependem dos serviços do Sistema Único de Saúde (Engel, 2020). No entanto, paradoxalmente, são exatamente elas que relatam com maior frequência as negligências por parte do setor de saúde (Curi; Ribeiro; Marra, 2020).

Buscando resolver essas dificuldades, em 2007, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Objetivou, na época, responder às desigualdades em saúde enfrentadas por essa população, bem como estimular práticas de promoção da saúde mais efetivas (Brasil, 2018). Hoje, trata-se de uma política importante para o reconhecimento das iniquidades em saúde, que são dirigidas exclusivamente às pessoas, com base na raça/cor da pele, o que se configura como uma violação de direitos.

3.2 Especificidades das mulheres negras em saúde reprodutiva

No que se refere à atenção integral à saúde da mulher, é preciso considerar suas necessidades específicas. Embora não se deva pensá-las unicamente pelo viés

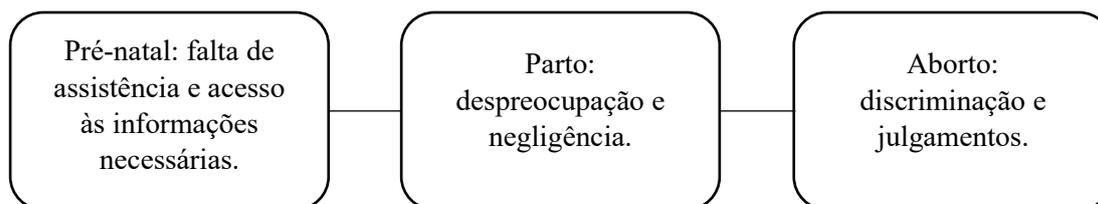


reprodutivo, é crucial reconhecer sua significância no contexto holístico da saúde. Além do direito à livre escolha de ter ou não filhos, quantos e quando, e da garantia à saúde sexual e reprodutiva, essa perspectiva envolve ainda a licença maternidade, o aborto em concordância com a lei, a menopausa, bem como a livre expressão da sexualidade. Todas essas medidas devem ser implementadas em conformidade com as diretrizes de promoção da igualdade racial, étnica, de gênero, orientação sexual e combate a todas as formas de discriminação (Brasil, 2021).

Desde 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a violência obstétrica como questão de saúde pública, tendo em vista o período que vai desde a gestação ao puerpério, levando em conta também os casos de aborto. Apesar desse reconhecimento, a literatura científica pesquisada neste estudo ressalta os elevados índices de violência obstétrica no Brasil, sendo as mulheres negras as que mais são vítimas dessas práticas violentas (Curi; Ribeiro; Marra, 2020; Lima; Pimentel; Lyra, 2021; Brasil, 2021).

No figura 1, apresentada a seguir, destacam-se os principais elementos norteadores da violência obstétrica, envolvendo mulheres negras, e que foram discutidos nos artigos selecionados para esta pesquisa.

Figura 1 – Formas de violências obstétricas encontradas na literatura científica.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Alguns médicos tomam decisões sobre o parto e as impõem às mulheres, mesmo quando não há respaldo clínico, o que permite colocá-las em situações de violação de direitos. Esse comportamento revela a desigualdade de poder entre as usuárias e os profissionais (Lima; Pimentel; Lyra, 2021).

A pesquisa de Lessa e colaboradores (2022), voltada à discussão do pré-natal, mostra que as mulheres negras têm de 24% a 33% mais chances de ter menor acesso a

informações em comparação a mulheres brancas. É importante destacar que essas mulheres dependem amplamente do Sistema Único de Saúde, com 79,9% dos atendimentos pré-natais das mulheres negras feitos no sistema público, e somente 15,9% no setor privado. Já as mulheres brancas contabilizam 41,1% de usuárias do setor privado. O mesmo estudo destaca que as mulheres negras apresentam menores chances (35%) de iniciar o pré-natal precoce, com doze semanas ou menos, se comparadas às mulheres brancas. Esses dados mostram a desigualdade racial no sistema público de saúde no Brasil (Lessa et al., 2022).

Em relação ao parto, as mulheres negras apresentam menores chances de serem submetidas à episiotomia¹ e, se submetidas a esse procedimento, recebem menos anestesia local, em razão da crença de que mulheres negras são mais resistentes à dor; o que, sem dúvida, é uma estigmatização perversa. As violências sofridas durante o parto mostram que não se trata apenas de uma condição de gênero, mas de raça, contribuindo para a expressiva mortalidade materna de mulheres negras no Brasil (Lima; Pimentel; Lyra, 2021).

Ao se afirmar que as mulheres negras suportam a dor, com respaldo na afirmativa de uma predisposição biológica, sem evidências científicas, banaliza-se o sofrimento. Além disso, é possível observar profissionais da saúde justificarem as práticas abusivas com falas permeadas pelo preconceito racial, como: “mulheres negras são fortes e mais resistentes à dor”, ou “mulheres negras têm mais leite”. Essas representações determinam a forma como as mulheres são tratadas pelos profissionais da área (Curi; Ribeiro; Marra, 2020). Na verdade, são permanências culturais de antigos períodos do Brasil, quando as mulheres negras eram expostas a duros trabalhos, ou feitas de amas de leite de crianças brancas.

Na pesquisa empírica de Lima, Pimentel e Lyra (2021), de modo geral, as participantes afirmaram ter tido poucas intervenções médicas quando estavam em

¹ Trata-se de um procedimento cirúrgico feito no períneo da mulher no momento da realização do parto *normal* (São Bento; Santos, 2006).

trabalho de parto. Uma delas, em especial, relata que a episiotomia realizada durante o parto demorou para cicatrizar e que, a despeito disso, não teve qualquer atenção médica.

No que se refere ao aborto espontâneo, 31,1% dos casos são vividos por mulheres pretas, e 24,2% pelas pardas, contabilizando 55,5% de mulheres negras, e 21% de mulheres brancas. Convém admitir que, independentemente da cor, as mulheres em situação de aborto tendem a ser recriminadas pelos profissionais da saúde, por meio de julgamentos morais que causam constrangimento e podem, em alguns casos, chegar à violência explícita. Padrões morais e religiosos dão sustentação a esses comportamentos, mas se deve considerar que o racismo institucional está na base desses procedimentos.

Dessa forma, a condenação moral e a discriminação racial por parte dos profissionais da saúde são fatores que levam as mulheres negras a não buscarem, ou ao menos, a adiarem a procura pelo serviço de saúde, retardando tratamentos, muitas vezes, de emergência (Goes et al., 2020).

É imprescindível que o sistema público de saúde ofereça atenção à saúde mental das mulheres negras que enfrentam situação de preconceito e racismo. A exclusão devido ao pertencimento de raça e gênero compromete a saúde física e psíquica das pessoas (Shorter et al., 2021), o que pode se manifestar por meio de sintomas depressivos, ansiedade, diminuição do bem-estar subjetivo, além de causar alterações psicofisiológicas, reduzindo, ademais, o comprometimento com o cuidado em saúde (Bastos; Faerstein, 2012).

Estudos indicam que a discriminação estabelecida entre profissionais da saúde e pacientes pode ser deletéria à saúde, influenciando nas condições de saúde e vida de indivíduos e populações. Adicionalmente, a frequência e a intensidade dessas experiências discriminatórias estão associadas às piores condições de saúde, sendo exemplos, a prevalência na população negra de hipertensão arterial, morte por causas violentas, diabetes, entre outras, se comparadas entre os brancos. Essas doenças e padecimentos podem ser resultado de numerosos fatores subjacentes, como a discriminação racial (Bastos; Faerstein, 2012).

Por conseguinte, racismo, sexismo e exploração de classe, que em tempos neoliberais jamais podem ser esquecidos, são elementos prejudiciais à qualidade de vida



das mulheres negras. Assim, decolonizar o olhar, enxergando-as como sujeitos plenos de direitos, é um dispositivo promotor da saúde.

4 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre racismo, discriminação, preconceito e saúde das mulheres negras. Nos trabalhos selecionados, procurou-se encontrar informações sobre o atendimento de mulheres negras pelos profissionais da área da saúde, levando em conta o racismo e o sexismo dominantes na sociedade brasileira.

Evidenciou-se que o Brasil tem uma longa história de desvalorização e desrespeito à população negra, que tem início nos primeiros momentos do processo colonial e se estende no tempo até chegar aos dias atuais, infiltrando-se em toda a sociedade, com consequências nefastas. Desse modo, o racismo é um elemento profundamente enraizado na estrutura da sociedade brasileira, perpetuando desigualdades e injustiças que afetam diretamente a vida e a saúde das mulheres negras.

Racismo e preconceito são fenômenos deletérios em quaisquer ambientes e situações, mas, no setor saúde, há o agravamento que incide sobre essas pessoas, as quais já estão, pela condição do adoecimento, em situação de vulnerabilidade. Isso, por si só, deveria ser motivo para que fossem tratadas com empatia e cuidados humanizados.

Todavia, conforme foi possível observar, muitos profissionais da saúde têm tratamento diferenciado para os pacientes, a depender da cor da pele. No caso específico das mulheres, os agravantes são maiores, porque há uma intersecção entre pertencimentos identitários vulneráveis por raça, a negra, e por gênero, o feminino.

A análise dos dados revelou que as mulheres negras enfrentam inúmeras barreiras no acesso aos serviços de saúde, sendo frequentemente vítimas de negligência, violência obstétrica e discriminação racial por parte dos profissionais de saúde. Essa realidade contribui para disparidades alarmantes nos indicadores de saúde, com taxas mais elevadas de mortalidade materno-infantil, doenças crônicas e violência de gênero entre as mulheres negras.



Assim, como foi possível verificar, a violência obstétrica é a forma de abuso mais frequentemente vivida pelas mulheres negras na área da saúde, caracterizada por visões estereotipadas que presumem sua maior resistência à dor e à necessidade de menor atenção durante o pré-natal, parto e pós-parto. Trata-se de um pensamento colonizador que resulta de um processo histórico de subjugação e desumanização dos indivíduos de raça negra, notadamente mulheres. Apesar de ser evidente que o racismo desumaniza as pessoas, levando a diversos impactos negativos na saúde física e mental, os profissionais de saúde ainda não foram adequadamente preparados para rever suas práticas.

Dessa forma, nesta pesquisa, evidenciou-se a necessidade urgente de políticas públicas e ações que visem combater a discriminação devido à cor da pele e ao preconceito de gênero no sistema de saúde. Essas ações são passos importantes para promover a saúde das mulheres negras.

Considerando-se que o racismo no Brasil possui caráter estrutural, com os brancos sendo valorizados e os negros desvalorizados, não se pode pensar a educação à parte destes jogos de poder. Urge, portanto, introduzir no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação uma discussão obrigatória acerca do quesito raça/racismo/discriminação em uma disciplina específica; notadamente nos cursos de saúde, área onde os impactos do racismo tanto se fazem sentir. Assim, dadas as complexidades das experiências de vida de cada paciente, profissionais formados sob a égide de uma educação antirracista certamente fariam uma prestação de cuidados mais sensível, compassiva e eficaz.

Em suma, este estudo destaca a importância de uma abordagem holística e sensível às questões de raça, gênero e classe na promoção da saúde das mulheres negras. É fundamental que os profissionais de saúde reconheçam e confrontem o racismo e o sexismo institucionalizados, garantindo um atendimento equitativo e livre de discriminação para todas as mulheres.

A saúde das mulheres negras não pode mais ser negligenciada e é imperativo à sociedade, como um todo, comprometer-se com a criação de um ambiente que promova a igualdade e a justiça para todas.



Referências

ABREU, R. E. A. Teoria crítica e relações étnico-raciais: reflexões e possibilidades no campo teórico. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 1, n. 30, p. 60-76, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/65865>. Acesso em: 2 set. 2023.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BASTOS, J. L.; FAERSTEIN, E. **Discriminação e saúde: perspectiva e métodos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da população negra**. Brasília: Ministério da Saúde v. 1, n. 1, mar. 2021. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/populacao_negra_novembro_2022.pdf. Acesso em: 1. ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de promoção da saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/Ministério da Saúde**. Brasil: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral da população negra: uma política para o SUS**. 3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 369, 06 jan. 1989.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI)**. Recife, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

CORENZA, Janaína de Azevedo. Ensino superior e discussão racial curricular. *In*: CORENZA, Janaína de Azevedo (org.). **Práticas curriculares antirracistas: temas em construção**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021, p. 225-247.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

CURI, P. L.; RIBEIRO, M. T. A.; MARRA, C. B. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, p. 156-169, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672020000300012. Acesso em: 5 jul. 2023.

ENGEL, C. L. A violência contra a mulher. *In*: FONTOURA, N.; REZENDE, M.; QUERINO, Ana C. (org.). **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2020.



p. 159-215. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10307>. Acesso em: 2 maio 2024.

FANON, F. **Alienação e liberdade**: escritores psiquiátricos. Brasil: Ubu, 2020.

FANON, F. Racismo e cultura. **Revista Convergência Crítica**, Campos dos Goytacazes, n. 13, p. 78-90, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512>. Acesso em: 09 out. 2023.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOES, E. F. *et al.* Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, n. 36, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Gk58HJMk95gYjSqztFm84hS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Teoria feminista**: da margem ao Centro. São Paulo: Perspectiva, 2019a.

HOOKS, B. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019b.

LESSA, M. S. A. *et al.* Pré-natal da mulher brasileira: desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3881-3890, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/twSzJkjbDCRB9xdT3HRVrdv/#>. Acesso em: 22 jun. 2023.

LIMA, E. F. Racismo no plural: um ensaio sobre o conceito de racismo. *In*: LIMA, E. F. (org.). **Ensaio sobre o racismo**: pensamentos de fronteira. Brasil: balão, 2019. p. 11-24.

LIMA, K. D.; LEWIS, L.; LYRA, T. M. “O escuro das cores, na pele afrodescendente, herdeira das dores”: dimensões do racismo no contexto de assistência ao parto. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/JcvRkGQgCyn36VYFkPQfQbK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LIMA, K. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 4909-4918, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wbq3FxQH7HmVMYSp7Y9dntq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/#>. Acesso em: 3 jun. 2023.

OLIVEIRA, R. G. Racismo e suas expressões na saúde. *In*: MAGNO, P. C.; PASSOS, R. G. (org.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 58-71.

PASSOS, R. G. “Crime da paz”: as expressões do racismo na saúde mental da população negra. *In*: MAGNO, P. C.; PASSOS, R. G. (org.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 72-84.



PEREIRA, M. G. *et al.* Da igualdade ao equânime: singularidades do cuidado do enfermeiro à mulher negra na atenção básica. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, Uberaba, v. 12, n. 1, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/5368>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE. **Painel de Indicadores de Saúde**. Brasil: PNS, 2019. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/painel-de-indicadores-mobile-desktop/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SANTOS, H. L. P. C. *et al.* Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 4211-4224, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5FLQN6ZV5yYPKv6bv4fTbVm/>. Acesso em: 1 set. 2023.

SHORTER, J. M. *et al.* Racial disparities in mental health outcomes among women with early pregnancy loss. **Obstetrics & Gynecology**, [Washington, DC], v. 137, n. 1, p. 156-163, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33278280/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

SILVA, Joselina da; LINHARES, Ângela Maria Bessa; PAULO, Adriano Ferreira de. Didática do ensino superior e a lei 10.669/03 nos cursos de história do Ceará. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 02, p. 35-57, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/download/34704/26774>. Acesso em: 05 maio 2024.

SILVA, M. N. *et al.* Representatividade da mulher negra em folhetos educativos sobre saúde da mulher. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/nzhBdBnqBrZ7kSpPwr3KNGD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, S. O. *et al.* “Na verdade eu nunca participei e nem ouvi falar sobre”: a política nacional de saúde integral da população negra na perspectiva de gestores e profissionais da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Ssj6hY44nMJXbNFjcT39YJR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

THEOPHILO, R. L.; RATTNER, D.; PEREIRA, É. L. Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da ouvidoria ativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 3505-3516, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MsvQjnbsTvS3cSvvrqyCCz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TOLEDO, J. A.; RODRIGUES, M. C. Teoria da mente em adultos: uma revisão narrativa da literatura. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 37, n. 92, p. 139-156, jan. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000100011. Acesso em: 3 set. de 2023.

Recebido em: 16/08/2023.

Aceito em: 04/05/2024.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n32.67650.p52-68>

“SARAVÁ KEHINDE!”: o carnaval do Rio de Janeiro como manifesto político**“SARAVÁ KEHINDE!”: Rio de Janeiro's carnival as political manifesto**

Carlos Antonio Nascimento de Souza *

Resumo

O presente artigo discute a emoção no universo das escolas de samba do Rio de Janeiro. Tomada como um elemento central e um sentimento universal durante o processo de construção do desfile de carnaval, a emoção é capaz de impulsionar as escolas de samba na disputa do concurso de carnaval. Diante da mobilização frequente de múltiplos sentimentos pelos diversos atores das agremiações, este artigo se propõe a investigar os impactos, efeitos e consequências da emoção no carnaval das escolas de samba. Para tanto, tem-se como objeto central do estudo o desfile *Um defeito de cor*, baseado em livro homônimo (Gonçalves, 2006), da escola de samba Portela, eleito nas categorias *melhor enredo* e *melhor desfile* do carnaval 2024 em uma premiação de grande relevância no carnaval do Rio de Janeiro. A análise do trabalho está centralizada no campo da antropologia das emoções e em conceitos desenvolvidos por Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990). Para além de apresentar a sistematização desse campo teórico pelas autoras na década de 1980, o artigo expõe elementos presentes no universo das escolas de samba e o desfile de 2024 da Portela. Como resultado, observou-se que a emoção é o fator responsável por produzir uma dimensão micropolítica no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro que busca alterações da realidade social dos desfilantes e do público.

Palavras-chave: carnaval; emoção; política; literatura.

Abstract

This article discusses the emotion in the universe of samba schools in Rio de Janeiro. Taken as a central element and a universal feeling during the process of building the carnival parade, emotion can boost the samba schools in the of the carnival contest. Faced with the frequent mobilization of multiple feelings by the various actors of the associations, this article aims to investigate the impacts, effects, and consequences of emotion in the carnival of samba schools. To do so, the central object of the study is the parade *Um defeito de cor*, based on a book of the same name (Gonçalves, 2006), from the Portela samba school, elected in the categories *best plot* and *best parade* of carnival 2024 in an award of great relevance at the carnival of Rio de Janeiro. The analysis of the work is located in the field of the anthropology of emotions and on concepts developed by Lila Abu-Lughod and Catherine Lutz (1990). In addition to presenting the systematization of this theoretical field by the authors in the 1980s, the article exposes elements present in the universe of samba schools and the parade of 2024 of Portela. As a result, it was observed that emotion is the factor responsible for producing a micropolitical dimension in the carnival of the samba schools of Rio de Janeiro that seeks changes in the social reality of the participants and of the public.

Keywords: carnival; emotion; politics; literature.

* Bacharel em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. E-mail: carlosansouza95@gmail.com.



Introdução

Em 2024, a escola de samba de Portela foi premiada nas categorias *melhor enredo* e *melhor escola de samba* do prêmio Estandarte de Ouro, organizado pelos jornais O Globo e Extra. Desde 1972, ela é a principal premiação extraoficial do carnaval carioca e busca exaltar os destaques dos desfiles das escolas de samba. Apesar de não ter se sagrado campeã no concurso de carnaval organizado pela LIESA (Liga Independente das Escolas de Sambas), terminando na quinta colocação, o desfile da agremiação centenária emocionou componentes¹ e público, provocou debates nas redes sociais e até o esgotamento de estoques virtuais do livro no qual o enredo se baseou.²

O enredo dos carnavalescos André Rodrigues e Antônio Gonzaga adaptou o romance brasileiro *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2006), para o Sambódromo da Marquês de Sapucaí. O livro, que narra a história de Kehinde, desde a infância em África, as vivências como uma mulher escravizada e a peregrinação em busca de seu filho ao longo de toda sua vida, tornou-se um ponto de partida para uma homenagem às mulheres e mães pretas, à exaltação da luta negra e um chamado à luta contra o racismo e a violência armada do Estado. O enredo da Portela, *Um defeito de cor*, não é a primeira adaptação literária a desfilar na passarela do samba, mas os elementos e escolhas narrativas promovidos pela escola de samba fizeram com que o desfile se tornasse histórico: o prêmio Estandarte de Ouro na categoria *melhor enredo* foi o primeiro na história da agremiação. O livro, lançado em 2006, após o desfile se tornou o título mais vendido no Brasil na plataforma de vendas Amazon, e esgotou os estoques do site Estante Virtual.³

A narrativa portelense de uma homenagem politizada às mães e mulheres pretas brasileiras, e a recepção positiva do público e da mídia ao enredo e ao desfile, mostram

¹ Termo que designa os indivíduos que desfilam nas alas da escola de samba, fantasiados no chão e em carros alegóricos.

² C.f.: Livro *Um defeito de cor* esgota após o desfile da Portela: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/02/exemplares-de-um-defeito-de-cor-esgotam-apos-o-livro-ser-tema-do-desfile-da-portela.shtml>.

³ C.f.: *Um defeito de cor* assume a ponta da lista de mais vendidos da Amazon após desfile da Portela: <https://www.publishnews.com.br/materias/2024/02/14/um-defeito-de-cor-assume-a-ponta-da-lista-de-mais-vendidos-da-amazon-apos-desfile-da-portela>.



se eficazes em desvelar a compreensão sobre um elemento central do universo das escolas de samba do Rio de Janeiro: a emoção. Enquanto a Portela toma como base do seu carnaval a emoção e a mobilização de uma pluralidade de sentimentos — do afeto à saudade —, este artigo toma o seu desfile do carnaval de 2024 como ponto de partida para analisar a emoção nos desfiles das escolas de samba. Assim, para além de abordar o enredo e o desfile portelense, o presente trabalho discute o campo da antropologia das emoções e utiliza os seus conceitos para pensar a forma como a emoção possibilita a transformação dos desfiles de carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro em um manifesto político que debate a sociedade brasileira.

A emoção

As escolas de samba do Rio de Janeiro têm no enredo o ponto de partida de seus desfiles carnavalescos. Sendo um dos nove quesitos julgados na apuração da Quarta-Feira de Cinzas⁴, o enredo é a narrativa central da escola de samba e o fator que guia a construção do desfile da escola. Escolhido pelo menos nove meses antes da entrada da agremiação no sambódromo da Marquês de Sapucaí, o enredo é um produtor de agência temática (Mangabeira; Marques, 2023) que impacta na criação do samba-enredo, das fantasias e alegorias e se torna a espinha dorsal do carnaval da escola de samba (Lemos; Couto; Till, 2022).

O concurso de carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro, ao longo do tempo, já assistiu a uma pluralidade de enredos e temas, de homenagens a personalidades e elementos do carnaval, à exaltação de cidades, países e expressões da cultura popular. Mapeando os enredos das escolas de samba, Farias (2007) observa pelo menos 15 categorias temáticas não excludentes: histórico, literário, folclórico, homenagem/biográfico, metalinguístico, geográfico, compromisso e crítica social, humor, abstrato/conceitual, objeto, esportivo, infantil, afro-brasileiro, indígena e de patrocínio.

⁴ Data em que são reveladas as notas dadas pelo corpo de jurados e na qual se define o resultado do concurso de carnaval, da escola de samba campeã à rebaixada. Ocorre no dia seguinte ao feriado de carnaval.



Para alguns autores, os enredos devem cumprir algumas obrigações e, diante do seu contexto de atuação, necessitam apresentar características em comum, mesmo com a presença de narrativas inicialmente distintas oriundas da diversidade de categorias temáticas. Cavalcanti (2008) observa o enredo da escola de samba como o vetor da vasta rede de reciprocidade do carnaval e elemento sustentador das relações existentes em uma agremiação carnavalesca. Assim, Candeia Filho e Araújo (2023) assumem que o enredo de carnaval deve conter uma relação de identidade com a escola de samba e com seu “material humano” — os componentes, torcedores e desfilantes. Essas funções do enredo somente são exercidas a partir da presença de um importante elemento do vasto universo carnavalesco: a emoção.

Objeto de estudo presente nas ciências sociais desde a sua fundação como campo teórico, tratada com um grau de ambiguidade nos textos de autores clássicos⁵ — sendo assumida, em determinados trabalhos, tanto como essencial para a vida social, quanto como um elemento secundário da sociedade — e que se torna objeto autônomo de investigação da antropologia a partir de 1980, a emoção se transforma em um fator primordial do carnaval ao ser o elemento responsável por conectar um enredo e um tema ao indivíduo componente da escola de samba. Como mostrado por Pavão (2005), a noção de comunidade carnavalesca está atrelada a uma sensação de pertencimento produzida pela subjetividade, atuando nesse processo componentes espirituais, identitários e simbólicos. Atrelada a componentes morais do indivíduo, a emoção se torna a produtora dos vínculos identitários, conforme preconizado por Candeia Filho e Isnard Araújo (2023), e permite que o enredo, como defendido por Maria Laura Cavalcanti (2008), transforme-se em um vetor de sociabilidade da escola de samba.

É dessa forma que, mesmo não fazendo parte do quadro de quesitos julgados no concurso das escolas de samba, a emoção é elemento que se faz presente durante todo o processo de construção de um carnaval — da escolha do enredo e do samba-enredo até o dia do desfile. Diante do enredo, o papel da emoção é fazer com que o componente da

⁵ Rezende e Coelho (2010) discutem como a emoção surge de diferentes maneiras nos textos programáticos e nos textos temáticos de Émile Durkheim e Georg Simmel.



escola de samba assuma a importância da temática escolhida pelo carnavalesco e se reconheça perante ela. Com o samba-enredo, tem-se a função de produzir o envolvimento do *self* do ator social, como os “pensamentos incorporados”, discutidos por Michelle Rosaldo (2019). Ou seja, a emoção é o fator responsável por fazer com que os versos e a melodia da música “toquem o coração” do componente e do público, provocando arrepios, lágrimas e gritos. Essas reações, vistas a partir do samba-enredo, assumem a emoção como fenômenos incorporados, proposição que, como Rezende e Coelho (2010) mostram em coletânea de apresentação ao campo de antropologia das emoções, é defendida por diversos autores da área de estudos, que assumem o fato de que a emoção é corporificada, mas sem admitir que, por estar situada no corpo, seria “natural” (Abu-Lughod; Lutz, 1990).

No tão esperado dia do desfile da escola de samba, a emoção é encarada como um sentimento universal capaz de atingir componentes, público, imprensa e jurados. A busca pela emoção, ao longo das fases e processos de construção do carnaval, transforma-se em um elemento praticamente obrigatório que faz uma agremiação ser campeã do concurso. Isso porque a emoção — no dia do desfile — possuiria uma capacidade de impulsionar a escola de samba na luta pelo título de campeã, ao atingir igualmente os componentes, público e jurados. Enquanto para os jurados a emoção pode fazer com que alguns erros do desfile sejam mascarados na hora do julgamento, para os desfilantes, a emoção pode ser traduzida em uma espécie de gás que lhes dá força nessa disputa, e, nas arquibancadas e camarotes, ela é capaz de fazer com que o público “desfile junto a escola”, promovendo uma catarse em forma de assombro holístico (Mangabeira; Marques, 2023). Esse “quadro emocional” dos desfiles das escolas de samba se aproxima das proposições de Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990) para o estudo das emoções nas ciências sociais.

Na coletânea *Language and the politics of emotion* (1990), Abu-Lughod e Lutz realizam um mapeamento que busca identificar e sinalizar as estratégias utilizadas para o desenvolvimento do campo da antropologia das emoções. Assim, as autoras apresentam três vertentes teóricas que fazem da emoção um objeto de pesquisa: essencialismo, historicismo e relativismo. Na primeira categoria, a emoção seria um objeto universal e natural que responde apenas a diferenças ambientais e culturais, tendo os sistemas sociais

a obrigação de lidar com ela, seja reprimindo ou ritualizando. As duas outras categorias — historicismo e relativismo — são semelhantes, sendo ambas opostas ao essencialismo e assumindo as emoções como construções culturais. Enquanto o historicismo investiga as genealogias das categorias emotivas em busca de sua constituição e deslocamentos ao longo do tempo, o relativismo assume a emoção como um conceito local articulado às questões sociais. Ele utiliza as categorias emotivas para comparação e relativização entre as culturas.

É o contextualismo, perspectiva proposta por Abu-Lughod e Lutz (1990) para o estudo das emoções, em substituição às outras, que permite compreender as dinâmicas emocionais das escolas de samba e do carnaval do Rio de Janeiro. Isso porque a vertente teórica proposta pelas autoras se debruça sobre as situações sociais nas quais as emoções são apresentadas a partir da noção de discurso de Michael Foucault. No argumento de Abu-Lughod e Lutz, os discursos emotivos são proposições que fazem a estruturação dos objetos que falam, logo, a relação dos discursos com a realidade não é de referência, mas de formação. É dessa forma que, ao situar os contextos sociais de expressão das emoções, a vertente contextualista assume que as emoções são parte da interação social e sujeitas às reações dos atores nela envolvidos.

O contextualismo também compreende que as emoções vão além de uma construção histórico-cultural, enxergando uma capacidade de transformação das relações de poder por parte delas, havendo assim, uma dimensão micropolítica que dramatiza, altera ou reforça as macrorrelações sociais em que as emoções são vivenciadas (Rezende; Coelho, 2010). Ao vincular as emoções com a estrutura social, a vertente contextualista insere os discursos emotivos nas relações de poder e de hierarquia, já que a emoção passa a ser vista como além de apenas um momento de expressão de estados subjetivos internos, sendo encarada, por Abu-Lughod e Lutz, como “atos pragmáticos e desempenhos comunicativos”, nos quais a sua expressão é vista como “uma forma de ação social que tem efeitos sobre o mundo, que são lidos de um modo culturalmente informado pela audiência da fala da emoção” (Abu-Lughod; Lutz, 1990, p. 19). Assim, é a partir desse cenário traçado com base na proposição das autoras, desde o foco nas situações sociais em que as emoções emergem até a relação dos sentimentos com o poder e hierarquias, que a perspectiva contextualista torna possível o estudo da emoção no carnaval e de

enredos politizados como o de 2024 da Portela, já que desloca o foco do significado da emoção para a sua relação prática com a vida social através do discurso, nesse caso, o desfile de carnaval.

Um defeito de cor

O romance escrito por Ana Maria Gonçalves é centrado na figura de Kehinde, uma criança africana da região do Daomé, narradora do livro, que, após a morte de sua mãe, é capturada junto de sua irmã gêmea Taiwo e transportada para o Brasil para ser vendida como escravizada. Ao narrar a diáspora africana no navio negreiro, realizada também junto de sua avó, Kehinde apresenta todo o cenário de condições sub-humanas e insalubres às quais os negros capturados por portugueses eram submetidos nas embarcações que os traziam para as terras brasileiras. É também durante esse momento da travessia que Kehinde narra algumas características que marcam as mais de novecentas páginas de *Um defeito de cor*, como passagens que permitem a reflexão sobre a condição do povo negro e a importância da religiosidade e da espiritualidade durante as suas trajetórias e vivências no Brasil.

Dessa forma, o romance de Ana Maria Gonçalves traz desde a aflição dos negros recém-chegados ao estado da Bahia, onde aguardavam o momento de serem *escolhidos e comprados* por homens brancos, até a retirada de seus nomes e sobrenomes africanos para o batismo com um nome brasileiro e sobrenome do senhor de escravos. A narração de Kehinde, que adotou o nome de Luísa Gama, descreve também a esperança na própria fé diante dos constantes abusos que ocorriam nas fazendas dos brancos, como as tentativas de conversão ao catolicismo e as violências coloniais, apresentando assim os cultos escondidos aos orixás e voduns que reforçavam a espiritualidade e a conexão das pessoas com sua ancestralidade e raiz africana.

Tendo como cenário o Brasil do século XIX, a saga de Kehinde perpassa as lutas pela liberdade e contra a escravidão do povo negro no país. Assim, o livro concebe Luísa Gama como Luísa Mahin, heroína da pátria brasileira⁶, mulher negra, símbolo de

⁶ Senado aprova Dandara dos Palmares e Luísa Mahin como Heroínas da Pátria: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/senado-aprova-dandara-dos-palmares-e-luisa-mahin-como-heroínas-da-patria>.



resistência, que lutou junto dos muçurumins, negros islamizados, na Revolta dos Malês, rebelião que ocorreu nas ruas de Salvador no ano de 1835 em busca da liberdade religiosa da população negra e contra o regime escravocrata. Movimento que ficou conhecido como a maior revolta dos escravizados brasileiros.

A morte da mãe de Kehinde ainda em Savalu, África, e de sua irmã e avó durante a travessia, fazem com que a sua chegada ao Brasil seja realizada sem qualquer tipo de laço sanguíneo. Marcas de toda a narrativa do romance, os laços familiares e de afetividade são formados por Luísa, junto de pessoas que surgiam durante suas vivências em Salvador com outros negros escravizados, alforriados, brancos e portugueses. São esses laços familiares que, na segunda metade do romance, passam a guiar a trajetória de Kehinde e se tornam a narrativa central de *Um defeito de cor*, a partir do nascimento de seu filho, Omutundê.

Omutundê, com nome brasileiro de Luís Gama, é o segundo filho de Kehinde e a razão do livro existir. *Um defeito de cor* é uma carta que narra a sua vida, desde a infância em África até a volta para o Brasil quando já estava com cerca de 80 anos de idade, endereçada para o seu filho, que fora vendido pelo pai português como uma criança escravizada. A busca por ele faz com que Kehinde, que já tinha vivido na Ilha dos Frades e em Salvador logo depois que chegou ao Brasil, na Ilha de Itaparica após a fuga de revoltas, no Maranhão e no Recôncavo Baiano para a iniciação e aprendizado sobre o culto vodum, iniciasse uma peregrinação para encontrá-lo após diversas informações de comerciantes de escravizados. Assim, antes de retornar ao continente africano, Kehinde viveu no Rio de Janeiro e passou, buscando pistas que pudessem levá-la ao encontro do filho, por Santos, Campinas e São Paulo.

O retorno de Kehinde ao Porto de Uidá se dá trinta anos depois de ter embarcado no mesmo lugar para o Brasil. O retorno à África, fruto de um sonho, marca uma nova fase da vida de Luísa que, mais uma vez sem qualquer tipo de laço familiar, transforma-se em uma empreendedora de sucesso e constrói uma nova família a partir do casamento com um comerciante inglês. Nessa fase de sua trajetória, Kehinde se torna Dona Luísa, a mãe de gêmeos *ibejis*, comerciante famosa que tem relações comerciais com mercadores de pessoas escravizadas e com o rei do Daomé.



A jornada de sucesso familiar e financeiro, com muitos netos e empreendimentos, que Kehinde trilha em Uidá e em Lagos, não apaga a dor de ter perdido Omutundê. Assim, mesmo distante, seguiu buscando-o por meio de anúncios em jornais brasileiros e cartas. São estas últimas, como o próprio livro *Um defeito de cor*, que trazem a notícia a Kehinde, já com 80 anos, que seu filho tinha sido encontrado e fazem com que ela, com uma avançada perda de visão, embarque novamente ao Brasil na expectativa de um reencontrá-lo.

O desfile

O carnaval de 2024 da Portela, diante das categorias de enredo abordadas anteriormente nesse artigo, a princípio pode ser classificado como um enredo literário, já que conta a história do romance *Um defeito de cor* de Ana Maria Gonçalves. No entanto, ao propor que Omotundê, filho de Kehinde — protagonista do livro — vendido pelo pai, percorra os caminhos traçados por sua mãe durante a sua vida em forma de homenagem a ela, a agremiação transforma o seu enredo em uma homenagem-biográfica, que, por fim, durante o desfile de carnaval e novamente a partir da proposta narrativa da escola, torna-se também um enredo de compromisso e crítica social.

Desenvolvida a partir da última categoria proposta por Farias (2007), compromisso e crítica social, a noção de enredos politizados pode auxiliar na compreensão dos caminhos percorridos pela Portela em seu desfile do carnaval 2024. Isso porque a categoria de “enredos politizados” assume que, nesse tipo de enredo, as escolas de samba têm como premissa dar protagonismo a uma população que tem suas demandas ignoradas. Isso é feito a partir da incorporação, no discurso do desfile carnavalesco, das pautas de grupos sociais invisibilizados diante do poder público. Em outro lugar (Souza, 2023), argumentei que para melhor compreensão das narrativas carnavalescas os “enredos politizados” podem ser desdobrados em outras três subcategorias não excludentes: críticas à política institucional do Brasil, homenagem a figuras políticas e/ou combativas e manifestos político-sociais.

Sob título homônimo do livro, *Um defeito de cor*, o enredo da Portela pode ser assumido como um enredo politizado de homenagem a uma figura combativa da história



do Brasil e que possui passagens de manifestos político-sociais. Segundo o livro-abre alas⁷ da agremiação, escrito pelos carnavalescos André Rodrigues e Antônio Gonzaga, a escola pretende, com base no romance de Ana Maria Gonçalves, refazer os caminhos de Kehinde para cultuar e celebrar a história de vida de uma mãe preta que se confunde com tantas outras de todo Brasil. Para isso, a proposta da Portela é realizar o caminho inverso ao do livro: Luís Gama, o filho que Kehinde nunca reencontrou, responde à carta deixada como herança por sua mãe e exalta a jornada e os caminhos por ela percorridos.

É nesse sentido que o desfile portelense exalta, desde o início de seu desfile, o afeto que baseou a vida de Kehinde, da forte ligação com as mulheres de sua família — avó, mãe e irmã — até o amor e proteção do matriarcado que sempre esteve consigo por meio dos espíritos ancestrais de orixás e voduns. Com base na espiritualidade, a escola também celebra outras mulheres negras que guiaram o caminho de Luísa no Brasil, auxiliando na compra de sua alforria, na reconexão com sua ancestralidade por meio da Irmandade da Boa Morte e em sua formação como sacerdotisa vodunsi da Casa das Minas do Maranhão. A proposta da Portela de celebração da vida e jornada de Kehinde, pelo olhar de seu filho Luís Gama, ganha contornos mais fortes durante o quarto setor do desfile da escola, quando nessa carta-resposta, Omotundê sugere que sua mãe deveria ser coroada a rainha de um Brasil livre.

O início e o encerramento do desfile da Portela são marcados por uma *licença poética carnavalesca*, com fatos que não acontecem no livro, já que, como colocado no roteiro do desfile da agremiação, escrito pelos enredistas Beatriz Chaves e Marcelo Macedo, a escola não busca reproduzir integralmente a obra *Um defeito de cor*, e sim utilizá-lo como base para o cortejo. É dessa forma que a comissão de frente da escola de samba promove a cena buscada ao longo de todo o romance de Ana Maria Gonçalves: Kehinde, após contar toda sua saga e história de luta, reencontra com seu filho Luís Gama.

O reencontro entre Kehinde e Omotundê também acontece na alegoria que encerra o desfile portelense. Isso porque, reproduzindo um porto com múltiplos barcos, o carro

⁷ Segundo a LIESA, a Liga Independente das Escolas de Samba, organizadora dos desfiles do grupo especial do Rio de Janeiro, o livro abre-alas é o documento oficial de cada escola de samba que é entregue aos jurados, contendo informações detalhadas de todos os nove quesitos julgados na avenida, como histórico e justificativas do enredo, de fantasias, alegorias de coreografias e croquis dos elementos alegóricos (Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela, 2024).

alegórico permite o desembarque de Kehinde no Brasil, o abraço e a sua benção em seu filho Omotundê. A alegoria também é a responsável por contextualizar o livro enredo da escola para os dias atuais, já que os barcos ali presentes têm como destaque mães negras que perderam os seus filhos para a violência da sociedade produzida pelo Estado brasileiro.

“Teu nome vive”

A dinâmica emocional do carnaval se faz presente ao longo de todo o contexto do desfile da Portela de 2024. A partir da escolha narrativa do corpo criativo da escola, a emoção se torna o fio que conduz, desde a construção dos vínculos identitários diante do enredo até o impulsionamento do desfile com base na mobilização dos sentimentos.

Para contextualizar a saga contada no livro *Um defeito de cor* e criar os laços com o material humano da escola (Candeia Filho; Araújo, 2023), a própria Portela e as mulheres componentes da escola são acionadas e tomadas como base para o enredo. No argumento da sinopse, a escola assume que o enredo é baseado no afeto, colocando como o principal fator simbólico que deu consistência à agremiação e lhe permitiu que comemorasse 100 anos. É essa trilha de afeto, ainda no mesmo argumento, que também introduz a ancestralidade presente em toda vida de Kehinde, que a Portela se assume como o fruto de um *sagrado feminino e mãe* de todas as outras escolas de samba.

Com base na narrativa do romance, de uma mãe que busca incessantemente o seu filho, essa figura materna é acionada de forma constante como justificativa e criadora de laços do enredo. Já na divulgação do tema escolhido para o desfile, o carnavalesco Antônio Gonzaga, em entrevista para o site da agremiação⁸, dedica o enredo a “nossas mães, nossas avós e a cada mulher preta que carrega a força de sobreviver, ser e semear novas histórias.” Argumento semelhante está presente na sinopse do enredo da escola, onde assume-se que o livro de Ana Maria Gonçalves é a “negra história da mãe de todos nós”.

⁸ C.f.: ‘Um defeito de cor’ é o enredo da Portela para 2024: <https://www.gresportela.com.br/Noticias/Detalhes/um-defeito-de-cor-e-o-enredo-da-portela-para-2024>.

A ideia do sagrado feminino presente na vida de Kehinde é transportada para o enredo a partir das mulheres negras de destaque da Portela, que protagonizam no desfile, papéis de figuras que foram decisivas na trajetória de Luísa. Enquanto Tia Surica, presidente de honra da escola, representa a avó de Kehinde, a passista Nilce Fran e a rainha de bateria Bianca Monteiro representam a sua ancestralidade e sua liberdade: respectivamente, Agontimé, a mulher que a apresentou com uma estátua com pó de ouro e a reconectou com seu vodum, e Oxum, orixá que sempre a acompanhou e, com seu ouro, permitiu que comprasse sua liberdade.

Vilma Nascimento, baluarte da Portela, para além de representar mais outra figura feminina do enredo, também surge como uma personagem que resulta na dimensão micropolítica do desfile *Um defeito de cor*. Após um episódio de racismo no aeroporto de Brasília, onde foi acusada de furto em uma loja⁹, a ex-porta-bandeira da escola assume a posição de destaque em uma alegoria para representar Nega Florinda, a primeira mulher que reconheceu Kehinde por seus voduns.

Tendo como base um sentimento que vincula o enredo com a escola — o afeto — e a utilização de suas componentes — mulheres negras — para auxiliar nesse processo, a Portela consegue alcançar uma das principais etapas da emoção em um enredo politizado que homenageia uma figura combativa: a incorporação da pauta da personalidade homenageada no desfile pela agremiação carnavalesca. Isso porque como figuras políticas, tais personagens, na maioria das vezes, defendem pautas *populares* que se relacionam com o cotidiano dos componentes da escola de samba. Os episódios de racismo da sociedade brasileira que atingiram Kehinde e Luís Gama também atingem os componentes da Portela, como Vilma Nascimento e tantos outros desfilantes negros, de forma sistêmica em seu cotidiano. É dessa forma que a emoção, que impulsiona o componente no dia do desfile, traduz-se em garra por ele desfilar a sua própria história. Assim, a personalidade homenageada no carnaval tem a sua agenda reconhecida por estar relacionada às experiências do dia a dia do indivíduo da escola de samba.

⁹ C.f.: Porta-bandeira da Portela denuncia racismo no aeroporto de Brasília: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/porta-bandeira-da-portela-denuncia-racismo-em-loja-do-aeroporto-de-brasilia/>.



Os vínculos emocionais contidos nos enredos politizados articulam múltiplos sentimentos para que a escola de samba se manifeste pelas pautas do seu personagem homenageado ao longo do desfile. A *emoção carnavalesca*,¹⁰ que toma sentimentos como impulso para o título, não faz distinção entre sentimentos prescritos socialmente como negativos ou positivos. Assim, a *fúria* e a *raiva* são utilizadas como incentivos, da mesma forma que o *prazer* e a *alegria*. No caso dos enredos politizados, como *Um defeito de cor*, sendo a premissa do carnaval a de que os desfilantes necessitam comprar a *briga* do homenageado, a raiva pode ser vista como justificável (Lutz, 1988 apud Rezende; Coelho, 2010), tornando-se a força para que a escola assuma e expresse, de forma efetiva, a agenda política do tema do desfile. Nesse contexto, a raiva é justificável, pois o indivíduo se reconhece a partir das suas experiências com as pautas mobilizadas no carnaval. Assim, no dia do desfile da escola de samba, passa a desfilando lutando por suas próprias demandas em busca das alterações em sua realidade.

O reconhecimento da agenda e incorporação da pauta do homenageado são elementos que permitiram que o desfile de carnaval de 2024 da Portela, a partir da biografia de Kehinde, tornasse-se um desfile-manifesto. Em consequência da utilização de vínculos emocionais durante a construção do carnaval, há um desfile micropolítico que insere a escola de samba nas discussões macrossociais. É nesse sentido que a escola de samba exerce a capacidade micropolítica das emoções, onde se dramatiza, altera-se ou se reforça as macrorrelações sociais em que as emoções são vivenciadas (Rezende; Coelho, 2010). Relacionada à estrutura social e não somente restrita ao estado subjetivo do indivíduo, a *emoção carnavalesca* é expressa como os “atos pragmáticos e desempenhos comunicativos” descritos por Abu Lughod e Lutz (1990). Neles, a expressão da emoção se dá como uma forma de ação social que tem efeitos sobre o mundo.

Em seu carnaval de 2024, a Portela exerce a sua capacidade micropolítica em relação ao poder — relacionada a Kehinde, homenageada no desfile, que em sua trajetória enfrentou e questionou os poderes dominantes do Brasil. Assim, a contestação do poder, exercida pela protagonista do desfile, também é exercida pela escola de samba. Utilizando

¹⁰ Neste trecho — respondendo a um dos pareceristas anônimos —, os sentimentos são listados apenas para que se apresente o funcionamento da gramática emocional do carnaval. Uma tentativa de análise aprofundada de cada um deles está reservada para o desdobramento do estudo, o que envolverá pesquisa de campo durante a construção de um desfile carnavalesco.

os elementos do desfile de carnaval — samba, alegorias e fantasias —, a Portela faz com que a emoção, criadora de vínculos de identidade, também exerça a sua função micropolítica. Ela busca dramatizar e mostrar a realidade do Brasil, apontar as estruturas hierárquicas que compõem as dinâmicas sociais e incentivar a reflexão e mudanças da realidade social.

O transporte da narrativa de *Um defeito de cor* — século XIX — para o contexto da época da realização do desfile — século XXI —, apresentado no último setor do cortejo, é a síntese da dimensão micropolítica no carnaval de 2024 da Portela. De forma emocionante e poética, ainda no cenário do livro, a alegoria “Em cada porto, nosso ninho”, para além de promover o reencontro final entre Kehinde e Luís Gama em um porto de navios, traz dezesseis mães cujos filhos foram vítimas fatais da violência do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo o samba-enredo uma manifestação discursiva (Ortiz, 1998), os versos do samba-enredo da Portela, escritos em primeira pessoa — “Em cada prece, em cada sonho, nêga, eu te sinto nêga, seja onde for...” e “Em cada canto, em cada sonho, nêgo, eu te cuido, nêgo, cá de onde estou...” — funcionam como uma conversa entre mãe e filho baseada no afeto e na saudade. Junto dos elementos que carregam em suas mãos, que representam as suas lutas — faixas e camisetas —, essas mães, como Kehinde, têm a oportunidade de, simbolicamente, abraçarem mais uma vez os seus filhos e celebrarem as suas memórias.

A homenagem às mães que tiveram filhos retirados de seu convívio — por assassinato, como o caso da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes; mortes por balas perdidas em operações policiais, como a jovem grávida Kathlen Romeu e como o adolescente Marcos Vinicius — possibilita que, para além do reencontro simbólico e da celebração da memória de seus filhos, essas mulheres que não tiveram direito ao luto, gritem por seus direitos e lutem por justiça, reparação e resolução dos casos que as vitimaram, usando um palco midiático, como o dos desfiles de carnaval. Como diz o verso



do samba-enredo que embalou o desfile portelense, “tal a história de Mahin”¹¹, as dezesseis mães pretas presentes no carro alegórico representam lutas maiores do que as suas próprias. Elas representam, em cada um dos barcos da Portela, tantas outras mães e mulheres pretas do Brasil que vivem jornadas de sobrevivência e que sonham apenas em reencontrar os seus filhos e entes queridos.

Considerações finais

Em 2024, o sambódromo da Marquês de Sapucaí completou 40 anos como o palco dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro. Com um público que ultrapassou mais de 120 mil pessoas por dia de desfile do grupo especial¹², milhões de espectadores na televisão¹³ e na internet, as escolas de samba desfilam seus enredos para um aparato midiático gigantesco e que reproduz suas histórias para além dos limites do mundo do carnaval e da passarela do samba.

Ao trazer para o seu desfile a pauta de tantas mães das favelas do Brasil que perderam os seus filhos, a Portela se junta a diversos outros desfiles de carnaval que buscaram refletir o país e dar a voz a uma parcela da população que não tem voz na sociedade brasileira. De 1984 a 2024, o carnaval *abriu alas ao cordão dos excluídos* e trouxe para o sambódromo da Marquês de Sapucaí mendigos, menores abandonados, gritos contra a intolerância religiosa e manifestos contra a fome, a pobreza e por mudanças sociais. Por meio de seus enredos politizados, as escolas de samba mostram um pensamento que transcende o grito de “é campeã” na Quarta-Feira de Cinzas. Enquanto entidades culturais da sociedade, elas se transformam em atores políticos, proporcionando voz aos cidadãos marginalizados pelo Estado e negligenciados pelo poder público. As escolas de samba buscam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

¹¹ C.f.: Portela: a letra do samba-enredo escolhido para o carnaval 2024: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2024/noticia/2023/10/07/portela-a-letra-do-samba-enredo-escolhido-para-o-carnaval-2024.ghtml>.

¹² C.f.: Carnaval do Rio: 8 milhões curtiram a folia na cidade: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/carnaval-do-rio-8-milhoes-curtiram-folia-na-cidade>.

¹³ C.f.: Apuração do Rio teve a maior audiência desde 2020; mais de 58 milhões acompanharam o carnaval 2024 na TV Globo: <https://carnavalesco.com.br/apuracao-do-rio-teve-a-maior-audiencia-desde-2020-mais-de-58-milhoes-acompanharam-o-carnaval-2024-na-tv-globo/>.

Tal faceta das agremiações somente se torna possível por meio da emoção, o aspecto central e que se faz presente durante todo o processo de construção de um carnaval. É a mobilização de sentimentos nas diversas etapas que culminam no dia do desfile — escolha de enredo, samba-enredo, confecção de alegorias e fantasias — que possibilita a atuação de uma dimensão micropolítica no sambódromo do Rio de Janeiro. Como delineado por Abu-Lughod e Lutz (1990), essa dimensão busca apontar as hierarquias sociais e mostrar a realidade de seus “excluídos”. Para além de alcançar esses dois objetivos, a emoção carnavalesca, por meio da sua dimensão micropolítica, também atinge outro aspecto da teoria das autoras: a alteração da realidade. A concretização efetiva — e completa — da teoria de Abu-Lughod e Lutz, por parte das escolas de samba, pode ser vista a partir de um desfile de outra agremiação: o carnaval de 2020 do Acadêmicos do Grande Rio.

Semelhante ao caminho traçado pela Portela, analisado nesse artigo, o desfile da Grande Rio também homenageia uma figura política da história do Brasil e também foi premiada com o Estandarte de Ouro de *melhor desfile*, mesmo sem ter sido consagrada campeã do concurso de 2020. Homenageando o pai de santo Joãozinho da Goméia, um dos pioneiros do candomblé, a agremiação toma a sua trajetória biográfica como ponto de partida para celebrar a liberdade e a diversidade e, assim, manifestar-se contra a intolerância e o racismo religiosos. Buscando dar visibilidade à história do babalorixá, que construiu sua história em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense, onde a escola de samba está instalada, a Grande Rio alcança efeitos reais pouco tempo após o seu desfile.

Em meio aos processos e discussões sobre o tombamento do Terreiro da Goméia, a prefeitura de Duque de Caxias anunciou em junho de 2020 que faria daquele espaço, sagrado para os praticantes de religiões de matriz africana, uma creche. Enxergando no movimento da prefeitura uma ação antidemocrática e um ato de racismo religioso, diversas organizações políticas, instituições, como a Acadêmicos do Grande Rio, movimentos sociais e entidades religiosas, manifestaram-se na defesa da preservação da memória do espaço histórico. Um ano depois de toda a movimentação social e política em defesa do legado do pai de santo, um projeto de lei determinou o tombamento do terreiro por interesse histórico e cultural. Além disso, instituiu o dia 27 de março no



calendário do estado do Rio de Janeiro como o *Dia Joãozinho da Goméia*, uma data que busca celebrar a conscientização contra o racismo religioso.

Em todo o trajeto micropolítico percorrido pela Grande Rio há, como pano de fundo, a emoção. É a mobilização de sentimentos vinculada à ancestralidade, à religião e ao senso de pertencimento territorial que possibilita a escola — a partir de seus componentes — reconhecer o personagem homenageado do desfile e, por consequência, assumir a sua identidade, tomando para si a defesa de suas lutas e pautas em busca da demonstração e alteração da realidade. É dessa forma que a emoção, utilizada como um fator universal das escolas de samba do Rio de Janeiro, termina seu percurso como o elemento que insere as agremiações em discussões macrossociais e faz com que os seus desfiles de carnaval tenham dimensões que vão além dos portões do sambódromo da Marquês de Sapucaí.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CANDEIA FILHO, Antonio; ARAÚJO, Isnard. **Escola de samba: árvore que esqueceu a raiz**. 2. ed. Nova Iguaçu: Carnavalize, 2023.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca dos bastidores ao desfile**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- FARIAS, Júlio Cesar. **O enredo de escola de samba**. Rio de Janeiro: Litteris, 2007.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- LEMONS, Julianna; COUTO, Rita; TILL, Joy. É no chuê-chuá: um mergulho nos enredos das escolas de samba do Grupo Especial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 14., 2022, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Blucher, 2022. p. 3498-3518.
- MANGABEIRA, Clark; MARQUES, Victor. **Assombros e enredos: escolas de samba em perspectiva antropológica**. 2. ed. Nova Iguaçu: Carnavalize, 2023.
- ORTIZ, Elsa Maria Nitsche. O sujeito do samba-enredo. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 115-132, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15486>. Acesso em: 4 maio 2024.
- PAVÃO, Fábio. **Uma comunidade em transformação: modernidade, organização e conflito nas escolas de samba**. 2005. Dissertação (Mestrado em antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Niterói, 2005. Disponível em:



<https://www.academiadosamba.com.br/monografias/FabioPavao-2.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA PORTELA. Um defeito de cor. *In*: LIESA — Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. **Site oficial**, 2024. p. 119-198. Disponível em: <https://liesa.globo.com/downloads/carnaval/abre-alas-segunda-carnaval-2024.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ROSALDO, Michele Zimbalist. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 18, n. 54, p. 31-49, dez. 2019. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/rbse/RosaldoArt_RBSEv18n54dez2019.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

SOUZA, Carlos Antonio Nascimento de. “**O meu samba é manifesto**”: a dimensão micropolítica das escolas de samba do Rio de Janeiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Recebido em: 11/03/2024.

Aceito em: 04/05/2024.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n32.69595.p69-86>

A DÁDIVA PATERNALISTA: apontamentos sobre a reciprocidade das concessões na cidade-empresa

THE PATERNALIST GIFT: notes about the reciprocity of concessions in the company town

Norberto Quintana Guidotti de Ornelas *

Resumo

Entendendo que o paternalismo envolve vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio e ajuda que se desenvolvem entre sujeitos de posições desiguais — relação comum em assentamentos industriais que mantêm um projeto autárquico de assistência aos trabalhadores —, este artigo busca refletir em que medida o paternalismo empresarial pode ser interpretado como uma forma de dádiva, baseada na reciprocidade e dependência. Para tal, parte-se do constructo teórico de Marcel Mauss (2003) e seus desdobramentos contemporâneos. O caso concreto que baliza esta reflexão é o da cidade-empresa de Minas do Camaquã/RS. A partir da compreensão do fenômeno no grupo investigado, por meio de análise documental e entrevistas com ex-trabalhadores(as) da Companhia Brasileira do Cobre, é possível estabelecer aproximações explicativas entre os dons e dívidas que eram oriundos das benesses do patrão e as dinâmicas das relações laborais tecidas entre os trabalhadores mineiros e a empresa.

Palavras-chave: paternalismo; dádiva; reciprocidade; cidade-empresa.

Abstract

Understanding that paternalism involves bonds of proximity, benevolence, aid and help that develop between subjects with unequal positions - a common relationship in industrial settlements that maintain an autonomous project of assistance to workers - this article seeks to reflect on the extent to which paternalism can be interpreted as a form of gift, based on reciprocity and dependence. To do so, we start from Marcel Mauss' theoretical construct (2003) and its contemporary developments. The concrete case that guides this reflection is the company city of Minas do Camaquã/RS. From the understanding of the phenomenon in the investigated group, through documentary analysis and interviews with former workers from Companhia Brasileira do Cobre, it is possible to establish explanatory approximations between the gifts and debts that came from the employer's benefaction and the dynamics of the labor relations woven between mining workers and the company.

Keywords: paternalism; gift; reciprocity; company town.

* Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. E-mail: norberto.ornelas@acad.ufsm.br.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Introdução

“A gente tinha tudo!” Foi o que disse um entrevistado, antes de dizer que “não é como agora”. Tal entusiasmo, provocado pela lembrança das concessões que a antiga empresa prestava para além do espaço de trabalho, não são casos incomuns. O Brasil da primeira metade do século XX foi marcado por empresas que possuíam vilas para abrigar seus funcionários. São exemplos, a Vila Maria Zélia, Fordlândia, Vila Rheingantz, Vila Cerealina, Núcleo Carajás, Porto Trombetas, Vila Beltramo, entre outras espalhadas especialmente pela região Sudeste e Norte. Estas vilas de caráter autárquico, pertencentes a grandes empresas, serão chamadas neste artigo de *cidade-empresa*¹. Embora haja variações, no geral, o termo designa assentamentos onde a empresa não é proprietária somente do espaço laboral, mas também das casas, dos logradouros e do comércio. Em alguns casos, essa situação assenta-se sobre o ideal fortemente paternalista da empresa ou de seu proprietário.

Esta relação paternalista entre empregado e empregador é constituída de vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio e ajuda, que se desenvolvem entre sujeitos em posições desiguais, e que, portanto, baseia-se na dependência de uma relação verticalizada. Preservando-se de qualquer generalização, o tema do paternalismo empresarial é definido tendo em vista a caracterização de uma relação presente na sociedade salarial (Ornelas, 2023; Thompson, 1987; 1998; Lopes, 1988; Leal, 1975; Ramalho, 1989; Palmeira, 1977; Perrot, 2017). Nas Minas do Camaquã, os mineiros da Companhia Brasileira do Cobre (CBC) experienciaram por mais de 50 anos um modelo de gestão que continha não só a garantia de habitação, serviços e lazer, mas também presentes, festas, gestos, cumprimentos e deferências que partiam da figura paternalista central: o patrão.

Dissimulado através destas concessões, o modelo cidade-empresa exerce profundo controle sobre o funcionário. Os conflitos de classe são latentes, especialmente

¹ Optou-se pela utilização do termo *cidade-empresa* — uma tradução livre de *company town* (Borges; Torres, 2012) — pois o equivalente em inglês é o que melhor designa o caráter do objeto em estudo, especialmente pelo fato de, em sua conceituação, levar em conta elementos como relações de classe, disposição espacial da urbe e centralidade da figura paternalista.

em uma realidade isolada geograficamente em relação aos núcleos urbanos mais populosos. O paternalismo é superveniente à necessidade de conter os conflitos, como uma resposta imediata para abrandar as condutas desviantes. Entretanto, dentro deste processo, o receber da empresa e o retribuir com trabalho devotado contém, em certa medida, um caráter espontâneo e de aceitação, e mesmo quando economicamente orientado, ocorre de modo quase ritualístico. Diante disso, convém refletir sobre as aproximações desta forma de gestão com a lógica da dádiva, apresentada por Mauss, no *Ensaio sobre a dádiva*, publicado originalmente em 1925.

Quanto à metodologia, uma vez que a empresa do caso analisado encerrou suas atividades em 1996, valemo-nos da memória daqueles que experienciaram as relações de trabalho *no tempo da Mina*. Os dados que consubstanciam esta análise são provenientes de pesquisa documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas (Boni; Quaresma, 2005; Triviños, 1987). A pesquisa documental ocorreu nos arquivos da CBC, hemeroteca da Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal, arquivos pessoais, acervo digital do Departamento Nacional de Produção Mineral, relatórios enviados ao INPS e imagens fotográficas.² As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de 26 de novembro a 18 de dezembro de 2022, com 16 ex-trabalhadores da CBC. Foram elaborados três roteiros de entrevista com os eixos direcionados para 3 perfis diferentes: trabalhadores, gestores e representantes de entidades.³ Para tratamento dos dados foi usado o software de análise de dados qualitativos MaxQDA.

Contextualização do caso analisado

Quando o conde Francesco Matarazzo morreu, ele era o quinto homem mais rico do mundo. Matarazzo se encontrava justamente na transição de um país escravista para a lógica da indústria que se fixou a partir dos anos 1930, antes mesmo de a noção de

² No contexto da pesquisa, foi levantado um acervo fotográfico de 935 imagens, de 1903 a 1996. Foram datadas e identificadas na medida do possível. Houve autorização dos proprietários dos acervos pessoais para a utilização neste trabalho. Aqui, a imagem constitui não somente um dado, mas também um material visual de suporte às entrevistas, nos termos metodológicos de Flick (2008).

³ Neste caso, considera-se a escola, o sindicato e a igreja.

“competência empresarial” existir no Brasil⁴ (Martins, 2013). Por certo, a fortuna e o maior conglomerado industrial paulista viriam a ser herdados por alguém. Seu neto, Francisco Matarazzo Pignatari, conhecido como “Baby Pignatari”, herda do avô não só parte das empresas, mas também o legado de ser um bom patrão. Pignatari lembrava muito seus antepassados capitalistas. Sua maneira de considerar precisamente o *trabalho*, assemelha-o ao seu avô, Conde Matarazzo, ou Jorge Street, no sentido de que traziam para si o status de trabalhador, em que os gestos e discursos sempre tendiam a demonstrações de simetria nas empresas, alimentando a retórica do *se sou rico e faço o que faço, é porque muito trabalhei*. O *playboy* Baby Pignatari, fundador do *Clube dos Cafajestes*, até então famoso pelos seus quatro casamentos e sequestro da princesa europeia Ira von Fürstenberg, encarnou o moderno empresário quando foi convidado por Getúlio Vargas, em 1942, para formar uma empresa junto ao Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de explorar as reservas de cobre na região de Minas do Camaquã, que estavam intocadas desde o fracasso de uma empresa belga.

Foi criada a Companhia Brasileira do Cobre (CBC), empresa que Pignatari dividia ações com o governo do Estado. Em 1957, Pignatari compra a parte estatal. Durante seu poder acionário, começa o projeto de assentamento urbano para os trabalhadores da CBC. Era um complexo de 8 vilas administradas pela CBC, com vínculos assistencialistas e uma racionalização espacial intensamente hierarquizada.

Segundo minha pesquisa, a “fase Baby Pignatari” é o período mais bem recordado, agregando numerosas avaliações práticas positivas, sempre com relatos saudosistas. Essa fase foi marcada por empreendimentos de caráter coletivo e recreativo, além do surgimento dos elementos que criaram a ideia de uma microcidade *autossuficiente*. Entre as décadas de 1970 e 1980, a população da vila alcançou 4.800 habitantes. Os serviços incluíam alojamentos, hospital, farmácia banco, escola, centro comercial (também mantido pela empresa), sapataria, cabeleireiro, clube de engenheiros, clube de

⁴ Palestra proferida por José de Souza Martins na conferência realizada no Museu da Imigração, intitulado *A reinvenção da acumulação capitalista na sequência do fim da escravidão*, em 30 de julho de 2013 na USP.



funcionários, cinema⁵, bar, mercado, quiosque com piscina e salão de jogos, posto de gasolina, aeródromo, horta, aviário, açougue, subestação de energia e TV. Eram gratuitos os serviços de água, luz, gás, cesta básica, assistência médica e transporte urbano. Festas e presentes, especialmente para os filhos dos funcionários, eram comuns. A CBC construiu quadras de esporte e igreja católica. Havia banda, time de futebol e pároco local.

Mesmo depois da morte de Pignatari, quando a União (BNDES) assumiu a empresa, o Estado acabou mantendo muito dos elementos paternalistas da gestão anterior. Mudanças ocorreram a partir dos anos 80, quando a empresa foi leiloada para os próprios funcionários (modelo de autogestão). A última privatização levou à terceirização de serviços, e o poder público municipal passou a assumir atribuições com relação às vilas e à assistência da população que eram inicialmente da CBC. É a partir desta fase que muitos serviços perderam a gratuidade. O sindicato dos trabalhadores é deste período. A empresa encerrou suas atividades em 1996.

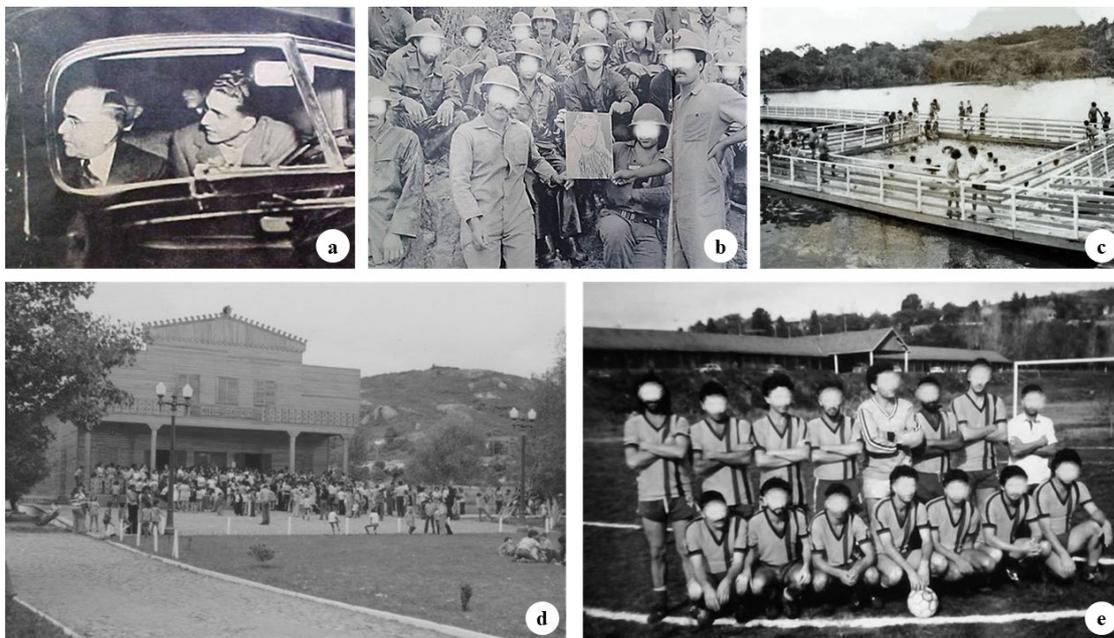
Para garantir a ordem da cidade-empresa e os pressupostos de disciplina e hierarquia, era necessária uma coesão, que nas Minas do Camaquã se dava no doseamento entre cobrança e benesse. A dependência gerada criava o que chamamos de circuito paternalista (Ornelas, 2023). Reivindicações de sentimentos comuns mais elevados, como religião ou orgulho nacional, foram incorporadas às práticas de gestão como forma de fortalecer o vínculo entre trabalhadores e empresa, promovendo a lealdade e as relações pacíficas.

Na óptica dos trabalhadores, todos esses serviços eram manifestações de benevolência do patrão. O presente tinha essa dimensão material (atrelada à condição de vida oferecida para o funcionário), mas também acompanhava a postura do patrão. Para um mineiro receber um aperto de mão do *playboy* que se casou em Las Vegas, ou de vez em quando, ter Pignatari perguntando quantos litros de óleo vão em um motor, era motivo suficiente para o trabalhador contestar qualquer um que falasse mal do patrão.

⁵ O cinema *Cine-Rodeio*, em estilo *Saloon de Farwest*, sempre foi uma construção insólita no centro da vila principal. Seu espaço era multiuso. Ali ocorriam bailes, festas e formaturas promovidas pela CBC. O cinema recebia os filmes diretamente das produtoras, e exibia-os antes que muitas cidades maiores.

Figura 1 — Mosaico de imagens A

a – Getúlio Vargas e Francisco Pignatari – 1941; **b** – Funcionários seguram a foto do patrão em trajes de árabe – 1971; **c** – Complexo recreativo com quiosque e piscina – 1972; **d** – Distribuição de presentes de Natal para as crianças – 1971; **e** – Time de futebol mantido pela CBC – 1970.



Fonte: Ornelas (2023, p. 24, 46, 63, 49 e 64, respectivamente).

Teoria da dádiva e a operação do conceito

A obra de Marcel Mauss sintetiza a pesquisa etnológica de seu tempo e desenvolve a tese de que as sociedades arcaicas e pré-modernas se reproduzem simbolicamente por meio do ciclo de dar, receber e retribuir.

Como pensava Mauss, a coisa dada não é inerte. O ato de dar é dotado de sentido, e resulta na formação de um vínculo. Esta é a ideia central para entender a socialização, pois a relação com o outro se concretiza na aliança. Lanna (2000) caracteriza como “aliança de contrários”, ao comentar o *Ensaio sobre a dádiva*. De fato, Mauss demonstra, a partir de etnografias feitas por outros antropólogos, que o sistema de dádiva cria alianças de vários tipos, podendo assumir a forma de alianças matrimoniais, familiares, políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas.

As trocas podem assumir e englobar as mais variadas formas de *dar-receber-retribuir* bens, sejam estes materiais ou simbólicos. Várias pesquisas dão conta de demonstrar a possibilidade explicativa e interpretativa da teoria da dádiva a respeito de variados temas: voluntariado (Lima, 2004); religião (Silva, 2006); transplante de órgãos (Borges, 1998); compadrio e eleições (Lanna, 1995); economia e individualismo (Dumont, 1986); direitos e trabalho (Sigaud, 1979; Ferreira, 2011).

Já o conceito de paternalismo, não raro, é empregado, especialmente nos estudos do campo da história, para definir uma estratégia que seria responsável pela postura de subserviência que, nestes casos, estaria conectada com um *Brasil arcaico* em torno do tipo de controle empreendido especialmente pelas oligarquias agrárias, que continham — a exemplo da relação entre senhores e escravizados — poder e violência associados à propriedade. Portanto, ao longo do século XIX, identificaríamos a relação dos subalternos e dos coronéis no mundo rural como alicerçada em práticas *paternalistas*. A fim de evitar essa operação redutiva e imprecisa do conceito, reiteramos a importância de situar o conceito de paternalismo empresarial na sociedade salarial.

Segundo a literatura, apesar de José Sérgio Leite Lopes (1988) se referir à “personalização patronal”, pode-se descrever diversos paralelos entre o paternalismo que, à partida, identificamos nas Minas do Camaquã e às “concessões acessórias” identificados no caso do sistema paulista; assim como o efeito do laço instituído pelo “sistema de moradia” entre o trabalho e a habitação (Sigaud, 1979). A significância dada à casa da vila operária, como um “presente”, é, por fim, elemento de interiorização da dominação a que está submetido. Dominação esta que, não sendo total, deixa transparecer conflitos específicos ligados ao modelo de fábrica com vila operária. Lygia Sigaud (1999, p. 89) caracteriza o que de um lado são relações baseadas na “troca e nos seus aspectos espirituais”, e do outro, de “direitos e obrigações”. A fim de evitar que as obrigações fossem legalmente cobradas, o paternalismo se defende barrando noções de cidadania e direito para garantir uma forma de gestão baseada em valores e laços de dependência. Na obra *Os clandestinos e os direitos*, Sigaud (1979) demonstrou que o universo das relações dos trabalhadores da cana-de-açúcar (em Pernambuco) envolvia uma transição das vantagens da ordem tradicional para os benefícios dos “direitos”. O paternalismo, que opera no campo das dádivas, disputa espaço com a racionalidade sindical e a burocracia

no campo dos direitos. No fim, o que resulta é uma complexa coexistência de modelos ontologicamente divergentes que, ao invés de se excluírem, imbricam-se na subjetividade do trabalhador.

Em sua tese de doutorado, Sigaud (1979) usa a categoria dos “direitos” para analisar as transformações em uma estrutura rural, ocasionadas pela ordem moderna. A emergência das ligas e sindicatos, do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), do salário-mínimo, das férias remuneradas e do décimo terceiro salário cria uma realidade que entra em choque com o sistema de moradia, no qual os proprietários consideravam sua responsabilidade a garantia de moradia, cuidado médico e assistência à família em caso de morte. Os trabalhadores, da mesma forma, compreendiam que ao pedir moradia, o trabalho acompanhava a concessão de casa e roçado. Com a chegada dos direitos, os proprietários utilizavam artifícios de resistência à sindicalização, que se davam de forma direta e indireta. Estes incluíam desde expulsões até omissões em caso de crise, afirmando que *isso é responsabilidade do sindicato, não minha*. O proprietário manipulava a solidariedade intrínseca ao sistema de moradia perante os trabalhadores, que celebravam a conquista de direitos. A lógica tradicional e paternalista operada por meio de “dons” não era compatível com a racionalidade legal dos direitos. O que é “trocado” na dádiva paternalista é intangível (Sigaud, 2007), como o cuidado, o respeito e o reconhecimento. Quando as coisas parecem originar-se da boa vontade, aquele que recebe sente-se como um devedor.

Dinâmicas semelhantes àquelas encontradas em diversas pesquisas das ciências sociais também são verificadas no caso de Minas do Camaquã. Com a criação do Sindicato dos Trabalhadores da CBC em 1986, parte dos trabalhadores mineiros buscava se fazer ouvida por meio da coletividade. Ramalho (1989) alude justamente a essa natureza prática do sindicalismo, que deixa de lado anseios individuais para torná-los coletivos. Com isso, é exigido da empresa o diálogo e medidas gerais e estatutárias, não podendo negociar individualmente a insatisfação.

Sendo assim, as dádivas paternalistas, no caso analisado, apresentavam-se não como um fenômeno irreduzível, mas como um estilo gerencial que se adaptou à evolução das circunstâncias nas relações sociais, laborais e produtivas. Esse estilo respondia não



só aos conflitos locais, mas também à conjuntura política que incidia sobre a forma como os trabalhadores se reconheciam enquanto cidadãos com *direitos*.

Verificou-se, então, uma contradição entre o ambiente político nacional da década de 1980⁶, com a forte emergência de contestações trabalhistas, e o caso de Minas do Camaquã, no qual os trabalhadores ofereceram resistência à aceitação de ideias sindicais diante de uma gestão paternalista que ainda operava dialeticamente entre *controle e bem-estar social*.

As limitações para pensar a dádiva à luz de Lévi-Strauss

Na interpretação *à la* Lévi-Strauss (2003), a dádiva é entendida como fundamento de toda sociabilidade e comunicação humana, assim como sua presença e sua diferente institucionalização em várias sociedades, capitalistas e não-capitalistas. Para servir à própria teorização, Lévi-Strauss estendeu a teoria da dádiva para além das pretensões de Mauss (Sigaud, 1999).⁷ O *dar-receber-retribuir*, que estaria em tudo e todos, como a amálgama de todas as sociedades, é uma justificativa para a antropologia estrutural que viria em seguida, e que procurava as formas mentais fundamentais. Neste caso, a lógica da reciprocidade acompanha e estrutura todos os modos de interação, do micro ao macro social. Sigaud (1999) chama atenção que esta “repaginada” na teoria maussiana pode ser verificada pela extensão conceitual: em Mauss falamos em *atos sociais totais* — no plural — e em Lévi-Strauss, falamos no *fato social total* — no singular.

Entretanto, a interpretação de Lévi-Strauss nos faz pensar somente no sistema social. A agência perde visibilidade na relação de troca. Consequentemente, somos levados a não considerar a face *interessada* do sistema de prestações, e reiteramos mais uma vez que Mauss não negou a existência dela.

Contornando essa lógica, o que este artigo propõe, em contraposição, é que a dicotomia de interesse e moralidade é transcendida ou dissolvida pelo efeito do presente como iniciador da reciprocidade social. O longo debate na sociologia clássica sobre se a

⁶ Destaque para a grande greve de 1979, a fundação da CUT em 1983, a efervescência do sindicalismo dos anos 70 em diante e o amadurecimento dos direitos na Constituição Federal de 1988.

⁷ Nesse texto, Sigaud recapitula todas as interpretações e conformações acerca dos textos de Mauss e o sentido que Lévi-Strauss, o *intérprete autorizado*, deu para a teoria maussiana.

ação social pode ser mais bem explicada por meio de teorias da escolha racional e do interesse próprio, ou por meio da norma, cultura, altruísmo e socialização, pode ser superado ao se utilizar essa tradição teórica.

Os presentes oferecidos entre grupos parecem à primeira vista de natureza voluntária; mas eles exibem um caráter obrigatório com a mesma intensidade. Lembremo-nos dos questionamentos de Mauss nas primeiras páginas do *Ensaio*: “Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? [...] Que força há na coisa dada que faz com o que donatário a retribua?” (Mauss, 2003, p. 188).

As prestações paternalistas

Por ocasião da gravidez das esposas dos mineiros, elas ganhavam enxoval, e muitas vezes, Regina, esposa de Pignatari, escolhia até o nome da criança que estava para nascer. Ademais, anualmente no Dia do Trabalhador, todos ganhavam churrascos. Os latifundiários das circunvizinhanças forneciam as vacas para o abate, que eram servidas com vinho Santa Úrsula. Outro relato que atesta essas *proximidades* paternalistas com os operários é a história contada sobre o *Fulano*, um morador que tinha problemas mentais e era protegido por Pignatari, sendo chamado por ele de “padrinho”:

O [Fulano] uma vez ganhou um capacete branco do Pignatari... e os capacetes brancos eram para quem trabalhava na direção..., mas Deus o livre se alguém tomasse aquele capacete. O [Fulano] andava pra lá e pra cá com aquele capacete, até que um dia um engenheiro tomou dele... de certo achava que não ia dar nada, aí na mesma hora o [Fulano] foi berrando até a casa do Pignatari. Pois ele mandou chamar o engenheiro e quase demitiu e fez ele pedir desculpa pro [Fulano] (Trabalhador 9).⁸

Havia uma simbologia que transcendia o sentido prático das cores dos capacetes. Trabalhadores de classes diplomadas usavam capacetes brancos (engenheiros e geólogos), enquanto as classes mais baixas usavam marrom ou preto (almoxarifado ou limpeza). Entre eles, havia inúmeras cores (amarelo, laranja, verde, azul etc.). O objetivo

⁸ Entrevista de pesquisa concedida em 10 de dezembro de 2022, na localidade de Minas de Camaquã.

era organizar visualmente os agentes do espaço de trabalho, mas isso também criava uma marca para a relação de poder, simbolizada pela posse de um determinado capacete. Eles funcionavam como códigos da casa.

Pignatari, desta feita, ganhou não somente um *afilhado* que lhe contava tudo que acontecia na vila enquanto ele estava em São Paulo, mas também conquistou a simpatia da classe de mineiros. Esse *potlatch* dos símbolos das hierarquias sociais criava obrigações pessoais que transcendiam os próprios atores da troca. Fulano era *de baixo*, o engenheiro infeliz era *de cima*, e a mediação da dádiva de Pignatari mantinha, então, a coesão dos trabalhadores e o respeito dos engenheiros com relação aos mineiros. A dádiva assume uma noção de tributo. Seguem outros exemplos:

Ele tinha um jeito que “saía” por quem tinha menos e não admitia destratamento. A vez do [Cicrano] foi bem isso. Já ouviu falar dessas história? [Já, mas gostaria que o senhor repetisse]. Tá. O ano eu não vou lembrar, mas tava o [Cicrano] sovando barro pra aumentar a casa por causa dos filhos que tava aumentando, e ele disse pra parar com aquilo, aí ele foi na administração e ordenou que queria ver uma casa construída até ele ir embora. Tu vê se isso não é coisa pra se usar como exemplo... eu admirava ele. (Trabalhador 5)⁹

[...] e também tinha o Arco-íris que era a banda particular da CBC. Tocava nas festas, no carnaval. O Pignatari deixava largar mais cedo os músicos pra ensaiarem. [Eles trabalhavam na CBC e tocavam no Arco-íris?] Sim, o conjunto era um serviço à parte. O [Beltrano], por exemplo, trabalhava no escritório e era o tecladista. Aliás, o teclado do [Beltrano], o Sr. Pignatari trouxe de fora... foi o primeiro teclado elétrico do estado, algo assim. [O senhor uma vez falou sobre a música que eles tocavam, que o Pignatari gostava, qual era, mesmo?] Ah! Era Bandeira Branca. Música bem linda. Essa não podia faltar quando o patrão chegava no baile. (Trabalhador 5)¹⁰

Percebemos que, se entendidos como dádivas, os bens da troca vão desde elementos materiais (casa, teclado) às prestações imateriais e *frívolas* (tocar a música preferida, admiração). O paternalista age de uma forma, não só porque objetiva lucro, mas também porque é dotado de valores e é, em certa medida, — como demonstram os estudos de Thompson (1987) sobre a classe operária inglesa — moralmente ligado aos subalternos. Da mesma forma, o mineiro adentra as galerias com reverências ao patrão, não só porque está alienado, mas também porque objetiva uma retribuição. Dar algo também é saber que pode haver retribuição.

⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 03 de dezembro de 2022, na localidade de Minas do Camaquã.

¹⁰ Idem.



A teoria da dádiva não nega a compreensão marxista da venda da força de trabalho. Na modernidade, a dádiva está, de certo modo, *contida* na compra e venda, bem como nas demais dimensões do modo de produção capitalista. Isto é, essas lógicas não se excluem porque “as coisas vendidas têm uma alma” (Mauss, 2003, p. 294). Não podemos negar o interesse de Baby Pignatari na submissão dos funcionários a ele. Da mesma forma, Mauss não negou a possibilidade da *troca interessada*. A dádiva se apresenta aparentemente como presente ou dom ofertado generosamente; a transação pode ser acompanhada de ficção, formalismo ou mentira social. Ou seja, Mauss não nega a possibilidade de a dádiva sonegar a obrigação ou interesse econômico. Concretamente, podemos verificar isso na espetacularização da concessão das graças: em 1968, uma cruz de 17 metros de altura foi colocada no alto de uma pedra, que se iluminava à noite a fim de servir de referência para o pouso de aviões no aeródromo (que era apontado pelo braço esquerdo da cruz). Apesar de ser uma solução simples e prática, a colocação da cruz foi revestida de benevolência e fé cristã, com uma festa e missa de inauguração presidida pelo bispo diocesano. Pignatari escolheu o Natal para *a oferecer* como presente aos seus trabalhadores.

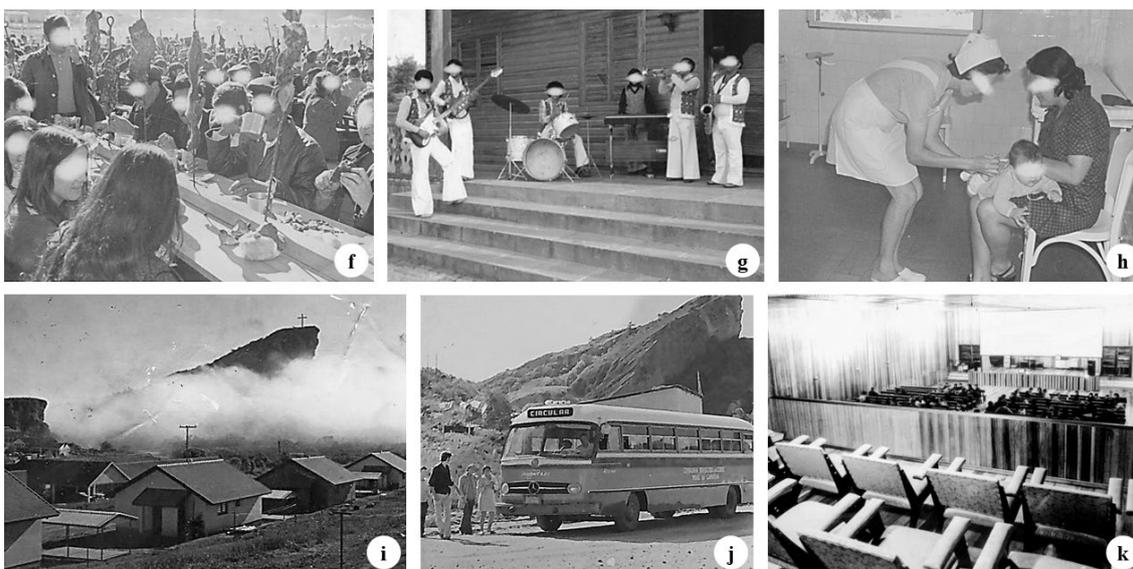
Outro *presente* dado aos trabalhadores e a suas famílias — e que acompanha uma conotação de compadecimento quando relatado pelos interlocutores entrevistados — é o ônibus de circulação interna das vilas. A maioria das famílias não possuía carro, e vale ressaltar que somente os modelos de casas da administração, dos engenheiros, dos geólogos e dos encarregados possuíam garagem na planta. Nos dias de missa na Capela Santa Bárbara, uma máquina da CBC passava antes, molhando as ruas de terra para não levantar poeira, evitando que alguém chegasse à igreja precisando *tirar o pó das roupas*. Regina Fernandes, que assumia virtualmente o papel de primeira-dama, *ficou com pena* (conforme expressão do trabalhador 7) ao ver as pessoas indo a pé para a igreja. Ficou com pena também dos alunos da Vila Uruguai que tinham que andar muito para chegar à escola na Vila São Luiz. Então, Pignatari comprou um ônibus Mercedes, que no primeiro dia de funcionamento teria sido inaugurado por Regina. Ela percorreu o corredor do ônibus despejando cachaça nos bancos a fim de *batizá-lo*, anunciando que seria para o povo. O ônibus recebeu o nome de *Regina*.



Do modo como ocorreu a gestão do trabalho por mais de 50 anos, a leitura do passado por parte dos ex-trabalhadores, em muitos casos, tende a privilegiar os episódios de graça/dom. É o caso exemplificado por uma história que acompanha os relatos elogiosos ao casal de patrões. Conta-se que, certa vez, Regina, ao transitar de kombi pelas ruas de uma das vilas, desembarcou em uma casa onde uma mulher, sem dar muita atenção à visita, mexia um alimento no fogão. Regina teria perguntado o que era, e a mulher respondeu que se tratava de café e que o estava engrossando com farinha de mandioca para dar aos filhos, pois o marido havia morrido em acidente de trabalho e haviam “cortado o mercado”. Regina então correu até Pignatari, e, diante disso, teria sido ordenado o imediato reestabelecimento do acesso aos alimentos para a viúva e os filhos. Não se costuma pensar na situação acima a partir da lógica dos direitos e das obrigações da empresa com a família do operário falecido. E mesmo atualmente, tal situação não é interpretada como *falta de direito*, ou questionando o passado pela falta de princípios legais atuais, como a indenização por morte ou a assistência e suporte (obrigações legais), mas é lembrada como manifestação de uma graça/dom.

Figura 2 – Mosaico de imagens B

f – Churrasco de Dia do Trabalhador – 1970; g – Banda da empresa – 1975; h – Serviço médico gratuito – 1972; i – Pedra com a cruz ao fundo – 1972; j – Ônibus Regina – 1972; k – Vista dos camarotes do cinema – 1974.



Fonte: Ornelas (2023, p. 64, 64, 67, 61, 74 e 63, respectivamente).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n32.69317.p87-106>

Enquanto em realidades urbano-industriais, onde não há uma gestão paternalista, as conquistas de bem estar são percebidas como resultados da luta coletiva, na CBC, isso aparece como presente e benevolência de Pignatari ou da esposa. O direito é conquistado pela luta e pressupõe um sujeito que o reivindica como exigência. A dádiva, por outro lado, funciona como uma graça concedida em troca de lealdade e deferência, podendo ser retirado de acordo com os gostos, interesses e idiossincrasias da autoridade paternalista. Outro resultado que surgiu da análise das entrevistas, e que vai ao encontro desta reflexão, é que a identidade dos mineradores da CBC foi construída muito mais a partir da articulação simbólica da linguagem operária levada a cabo pela figura paternalista e personalista de Pignatari, do que a partir da memória das lutas políticas e sindicais articuladas pelo sindicato criado posteriormente.

Considerações finais

Quando nos propomos a refletir sobre a possibilidade de o paternalismo ser interpretado como uma forma de dádiva, parece plausível afirmar que sim. As dualidades do pensamento ocidental, que Lanna (2000) afirma que Mauss ajuda a superar, também podem ser superadas quando ao se considerar um fenômeno tão complexo como o paternalismo empresarial a partir da teoria da dádiva. As relações sociais em uma cidade-empresa como Minas do Camaquã vão muito além dos maniqueísmos de espontaneidade e obrigatoriedade, interesse e altruísmo, egoísmo e solidariedade, controle e bem-estar social.

O caso da CBC demonstra como, por um lado, arranjos de reciprocidade podem legitimar distribuições sociais particulares de recursos e status, mas, por outro, mostra como uma violação de normas estabelecidas de reciprocidade pode evocar o “endividamento moral” (Lopes, 1988). A falta de simetria entre quem dá e quem recebe pode levar a uma relação de dominação, que se manifesta justamente pela sujeição da classe de mineiros. Presume-se, portanto, que os *dons* — enquanto uma mediação/contenção dos conflitos — foram tão bem difundidos na cidade-empresa de Minas do Camaquã, pois ali não existiam, ou existiam fragilmente, os direitos. E por sua vez, tal como um circuito fechado, a lógica de reciprocidade dificultou que as novas



conquistas no campo dos direitos se internalizassem eficientemente por meio do sindicato.

Com uma *boa dose* de teoria antropológica, podemos evitar que a historiografia da sociologia econômica e do trabalho represente a transição para a sociedade moderna como a dissolução integral da doação cerimonial e a diferenciação do sistema de reciprocidade em lógica de mercado estrita. Os elementos morais de benesses, deferências e de personalização patronal, que estão relacionados às dádivas, parecem ser antagonísticos ao cálculo racional da empresa considerada tipicamente moderna. Em outras palavras, a forma de operação de Pignatari lembra muito as relações *tradicionais* de organizar o trabalho, justamente no momento em que o desenvolvimento industrial do Brasil pretendia romper com o passado colonial. Isto vai de encontro ao *caso brasileiro*, no qual coexistem, não como uma dicotomia, mas como representação de uma contradição permanente, formas modernas e tradicionais de organizar o trabalho. Isso fica claro nas obras de Martins (1975, 2008, 2010) e Fernandes (2021, 2015, 1960), bem como em Harvey (1992).

Fazia parte da intenção de Mauss, e isso aparece ao final do *Ensaio*, mostrar que o desenvolvimento das sociedades modernas de mercado não levou ao desaparecimento de motivos não econômicos como parte dos processos de troca social — um argumento também posto por Durkheim (1995, 1983).

Tanto a dádiva nas sociedades “arcaicas” quanto o paternalismo na cidade-empresa são uma expressão de voluntariedade e obrigação. Eles estão ligados a muito mais do que apenas transferências econômicas: funcionam tanto como um portador de identidade quanto como um sinal de vínculo, sendo uma expressão de alianças interpessoais e de confiança. Pensar em Minas do Camaquã através da lente maussiana é abrir espaço para pensar que nas sociedades modernas também há espaço para formas intermediárias que seguem a lógica da dádiva e da reciprocidade a ela ligada. Considerar apenas a unidirecionalidade da dádiva é ignorar não apenas os significados que os próprios trabalhadores atribuem à sua labuta, mas também desconsiderar a forte dependência do chefe em relação aos seus subalternos.



Sem abrir mão da reflexividade do trabalhador mineiro, pode-se levar em conta a capacidade dos agentes sociais de refletir criticamente sobre suas ações e escolhas (Archer, 2009, 2011; Perrot, 2017). Isso pode ser aplicado à análise de como os sujeitos do passado percebiam e respondiam às concessões da empresa. A reflexividade pode influenciar a forma como os indivíduos recebem e internalizam a dívida em suas vidas, especialmente em relação à autonomia e liberdade individual. A capacidade de refletir sobre essas dinâmicas das trocas interessadas pode influenciar a aceitação ou resistência. Isso é algo que as entrevistas já realizadas com ex-trabalhadores apontam. Os mineiros e suas famílias sabiam da parcela de resignação que o paternalismo empresarial ocasionava, e às vezes, defendiam a lógica das dádivas em oposição à burocracia do direito, porque tinham mais a ganhar. Da mesma forma, havia inúmeras microrresistências ao controle coercitivo do modelo cidade-empresa que se davam por meio de boicotes, escrachos e relações jocosas.

Quadro 1 – Síntese comparativa das aproximações reflexivas

Reciprocidade (sociedades estudadas por Marcel Mauss)	Paternalismo (Minas do Camaquã)
Dar, receber e retribuir são necessidades culturais, não somente utilitárias e econômicas.	As benesses se davam sem retorno econômico direto e distante da lógica considera tipicamente capitalista moderna que deveria racionalmente operar o <i>estado das coisas</i> .
A dádiva produz alianças (políticas, matrimoniais, sociais, econômicas, jurídicas ou religiosas).	A prática paternalista ou de bem-estar foi incorporada como forma de fortalecer o vínculo entre trabalhadores e empregadores e promover a lealdade à empresa e relações pacíficas.
As <i>coisas</i> mudam, mas as estruturas permanecem.	O paternalismo da empresa criava condições de dependência, ao mesmo tempo em que estruturava um conjunto comum de experiências sobre as quais os trabalhadores podiam se basear e se organizar, em que as ideias de direitos trabalhistas, trazidos pela discussão sindicalista, tiveram dificuldades de penetrar.

Fonte: elaborado pelo autor



É justamente nesta complexidade que se assenta a razão dos relatos sobre Pignatari, que mostram uma sujeição e entrega do trabalhador, mesmo quando a exploração sempre pareceu evidente. Eles estavam cientes de quem serviam, e isso não alterava a obrigação de servir: essa mistura de compaixão e dominação que atravessava os *presentes* e as *dívidas* justifica a idealização e o saudosismo que os ex-trabalhadores têm do seu passado nas Minas do Camaquã.

Diante da racionalidade capitalista e da sociologia das estruturas, podemos ser levados a pensar o trabalhador como ingênuo sob uma coerção invariável. Por outro lado, diante do saudosismo emocionado de um trabalhador entrevistado, podemos ser levados a considerar sua agência. Podemos perceber que não havia tanto controle, nem a incorporação da dominação por meio das deferências, e que todos eram (como de fato alegam) genuinamente felizes naquela hierarquia rígida da cidade-empresa.

Depreende-se que a interpretação das relações de trabalho verificadas em Minas do Camaquã, se tomados os pressupostos ontológicos da dádiva, transita entre os aspectos de contingência e determinação. Tomando uma perspectiva maussiana, o paternalismo não se limitaria à preocupação ou graça, dramatização institucional ou mesmo entrega advinda de exigência. Essa mudança de ponto de vista nos permite considerar também seu lado sombrio: relações de poder, dominação e até violência. Dar um presente é um processo profundamente ambíguo, que Mauss (2003) não explica somente em termos econômicos, como interesse próprio, nem em termos morais como doação altruísta “pura”. Eram dádivas os braceletes do *kula*, os sacrifícios aos deuses, e talvez fosse também o capacete branco. Se nas sociedades “arcaicas”, os presentes reduziam a desconfiança e produziam alianças e evitam guerras entre clãs; na cidade-empresa, o paternalismo mascara os conflitos de classe, a insurgência e produz conformação do trabalhador. Se está correto, conforme o Eda Escandinavo (2003) na abertura do *Ensaio sobre a dádiva*, que o avarento é sempre aquele que tem medo dos presentes, é certo também que, na cidade-empresa, o insurgente é tido sempre como o egoísta.

Referências

ARCHER, Margaret S. Habitus, reflexividade e realismo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/f56PzJtSrbkvR4h3qC3f9Gw/?lang=pt>. Acesso em: 9 maio 2024.

ARCHER, Margaret S. **Teoría social realista**: el enfoque morfogenético. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2009.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 9 maio 2024.

BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana B. **Company towns**: concepts, historiography, and approaches. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

BORGES, Zulmira. N. **Da doença à dádiva**: um estudo antropológico sobre os transplantes de órgãos através da análise do transplante renal. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

DUMONT, Louis. **O individualismo**. Rio de Janeiro: Rocco. 1986.

DURKHEM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEM, Emile. **Lições de sociologia**: a moral, o direito e o estado. São Paulo: T. A Queirós, 1983.

ESCANDINAVO, E. Havamál. Introdução: da dádiva, e em particular, da obrigação de retribuir os presentes. In: MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. 2. Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 185-193.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2015.

FERNANDES, Florestan **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1960.

FERREIRA, Laura. S. A relação entre “dom/dívida” e direitos trabalhistas. **Plural**, São Paulo, v.18, n. 2, p. 83-98, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74499/78113>. Acesso em: 9 maio 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 14, p. 173-194, jun. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/DnM89HCd96n5DBcBmPcbVHm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 maio 2024.



LANNA, Marcos. **A Dívida divina**. Troca e patronagem no nordeste brasileiro. Campinas: Unicamp, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 11-46.

LIMA, Vilma Soares de. **Dádiva e voluntariado**: ações de apoio junto a portadores de câncer. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. Brasília: Editora Marco Zero, 1988.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. P 183-314.

ORNELAS, Norberto Q. G. de. **Sob a gestão paternalista**: relações de classe e condições de vida no caso da *company town* de Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 103-114, 1977.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira. **Estado-patrão e luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Drance Elias. **A sagração do dinheiro entre os neopentecostais**: religião e interesse à luz do sistema da dádiva. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) — Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SIGAUD, Lygia. Se eu soubesse: os dons, as dívidas e suas equivalências. **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 123-153, 2007. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16774>. Acesso: 9 maio 2024.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do “ensaio sobre o dom”. **Mana** Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 89-124, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/RKqxBzX3LTkhfSTB3Q3VjBn/#>. Acesso em: 9 maio 2024.



SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 07/02/2024.

Aceito em: 08/04/2024.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n32.69317.p87-106>

UM VERDADEIRO CENÁRIO ÉTNICO EM MACEIÓ: sociabilidade urbana e arranjos culturais no bairro da Levada na Primeira República

A TRUE ETHNIC SCENARIO IN MACEIÓ: urban sociability and cultural arrangements in the Levada neighborhood during the First Republic

Ulisses Rafael *

Resumo

Este artigo explora as formas de interação social em espaços públicos da cidade de Maceió, em Alagoas, especificamente no bairro periférico da Levada, cuja população se formou a partir da passagem do século XIX para o século XX, por ex-escravizados, remanescentes africanos, homens e mulheres livres e pobres. Diante das dinâmicas cotidianas relacionadas ao trabalho e ao entretenimento, podemos pensá-lo como um verdadeiro cenário étnico. Procuramos explorar as formas de sociabilidades verificadas nas áreas públicas do bairro, sobretudo as sociabilidades das celebrações religiosas, espaço privilegiado para observação dos costumes e normas de comportamento público. Destacamos duas situações celebrativas: a festa de São Benedito e as homenagens à Santa Bárbara. Essas festas, realizadas pelas casas religiosas de matrizes africanas, atraíam muitas pessoas, tanto do bairro como de outras localidades. Elas ganhavam maior visibilidade quando organizadas por Chico Foguinho, liderança religiosa do bairro. Nas notícias jornalísticas, as festas eram frequentemente relatadas como fatos trágicos, anedóticos ou como denúncias feitas por vizinhos insatisfeitos. A interpretação se deu sobre matérias de jornais da época, particularmente o Jornal de Alagoas, principal órgão oposicionista, além das crônicas locais daquele período. Este artigo deriva da pesquisa de doutorado, iniciado nos anos 2000, cujo objetivo foi investigar a perseguição contra as casas de culto religioso, conhecidas, à época, como xangôs. A conclusão, conforme já verificada na tese (Rafael, 2004), é que a presença da população negra de Maceió sempre foi obliterada, não apenas por parte da imprensa, mas, sobretudo nos trabalhos de cunho acadêmico de períodos mais recentes.

Palavras-chave: Primeira República; sociabilidades urbanas; cenário étnico; celebrações afro-religiosas em Maceió.

Abstract

This article explores forms of social interaction in public spaces in the city of Maceió, Alagoas, specifically in the peripheral neighborhood of Levada whose population was formed, during the transition from the 19th to the 20th century, by ex-slaves, African remnants, and free and poor men and women. Given the daily dynamics related to work and entertainment, we can think of it as a true ethnic scenario. We seek to explore the forms of sociability observed in the public areas of the neighborhood, especially the sociabilities of religious celebrations, a privileged space for observing customs and public behavior norms. We highlight two celebratory situations: the feast of São

* Doutorado em sociologia e antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professor titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: ulisses38@academico.ufs.br.



Benedito and the tributes to Santa Bárbara. These celebrations, held by religious houses of African matrices, attracted many people, both from the neighborhood and from other locations. They gained greater visibility when organized by Chico Foguinho, a religious leader in the neighborhood. In journalistic news, the celebrations were often reported as tragic facts, anecdotes, or as complaints made by dissatisfied neighbors. This interpretation is based on newspaper materials of the time, particularly the *Jornal de Alagoas*, the main opposition organ, in addition to the local chronicles of that period. This article derives from doctoral research, started in the 2000s, whose objective was to investigate the persecution of religious worship houses, known at the time as *xangôs*. The conclusion, as already verified in the thesis (Rafael, 2004), is that the presence of the black population in Maceió has always been erased, not only by the press, but especially in academic works of more recent periods.

Keywords: First Republic; urban sociabilities; ethnic scenario; Afro-religious celebrations in Maceió.

Introdução

Este artigo busca refletir sobre as práticas culturais verificadas na Levada, bairro periférico da cidade de Maceió, nas primeiras décadas do Século XX. O período selecionado coincide com o marco inicial da Primeira República (1889 a 1930), cuja importância sociológica advém do fato de que, conforme atestam inúmeros especialistas no assunto, “nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até de seus reflexos instintivos (Sevcenko, 1998, p. 7-8).

Trata-se, especificamente, de acompanhar algumas das expressões culturais mais sensíveis produzidas no interior daquele enclave étnico, assim chamado por reunir parcela significativa da população pobre e preta da sociedade maceioense em área recôndita da cidade. Estimulados pelos estudos sobre pós-emancipação, esta investigação se debruça sobre supostos “cenários étnicos” (Soares; Gomes; Farias, 2005, p. 44) maceioenses, mais especificamente sobre esse lugar de exclusão (Caús, 2020, p. 92), onde se concentrou parte considerável dos remanescentes de escravos naquele período decisivo da vida social brasileira representado pelo advento da República.

Nas primeiras décadas do século XX, as referências ao bairro da Levada, na crônica jornalística, apontam-no com a localidade onde se encontravam as ruas mais esconsas da cidade. A distância em relação ao centro da capital hoje seria considerada



insignificante, embora no passado, pela dificuldade de acesso, situava o lugar como recôndito e perigoso.

Durante nossas pesquisas, localizamos diversas notícias sobre a realização dos cultos religiosos de origem africana em Maceió. Boa parte desse material consiste em denúncias contra as celebrações que aconteciam no terreiro de Chico Foguinho, uma das casas de xangô mais antigas de Maceió.

Diante do exposto, algumas questões despontam: É possível falarmos de “microcomunidades” negras em Maceió? Quem seriam os homens e as mulheres que as compunham? Como viviam os agentes negros que agora tomamos como sujeitos deste estudo? E quais elementos poderíamos acionar para atestar a autonomia de enclaves negros na cidade de Maceió?

De modo geral, interessa-nos, pois, pensar o impacto das transformações sociais ocorridas durante os primeiros anos da chamada Primeira República em contextos mais afastados do centro político nacional, como em Alagoas, onde notadamente escravizados e seus descendentes também experimentaram alterações significativas em suas dimensões de comportamentos e formas de sociabilidade, categorias sobre as quais realizaremos uma curta digressão.

A partir do século XIX, na corrente da expansão capitalista e da industrialização crescente ocorrida, sobretudo, entre os anos 1820 e 1900, cria-se um novo tipo de agregação urbana, a que Charles Dickens, em *Tempos difíceis*, chamou de “carbonópolis”, arquetipo das cidades industriais do ocidente (Dickens apud Mumford, 2004, p. 484). Em meio a tantas transformações, desponta toda uma tradição de pensamento social, voltada para o desenvolvimento de perspectivas sociológicas preocupadas com a descrição e interpretação desse fenômeno urbano. Entre as categorias básicas que despontam no debate sociológico da época e que se espraiam até nossos tempos, destaca-se o conceito básico de sociabilidade urbana. Sua gênese é reconstituída com propriedade pelo antropólogo Heitor Fruguli Jr. (2007), e encontra em Georg Simmel sua primeira formulação. Para este autor, a ideia de sociabilidade remete aos processos de interação microsociológicos ou de associação básica, entendidos como um “tipo ideal arquetípico” de toda socialização humana (Frugoli Jr., 2007, p. 9).



A contribuição de Simmel se expande através do uso feito pela Escola de Chicago, particularmente nas abordagens eminentemente empíricas de autores como Robert Park e Louis Wirth. Park explora a ideia de segregação espacial que resulta na categoria de “regiões morais”, talvez sua maior contribuição ao debate sociológico, que é de particular interesse aqui. A categoria se encontra fortemente associada à ideia de lugar estigmatizado, com fronteiras bem definidas e normalmente representado pelos moradores da cidade como uma área de perdição e vício. Segundo esse mesmo autor, as *regiões morais* representariam pequenos mundos distintos que, no espaço urbano, tal qual um mosaico, se tocariam, mas não se interpenetrariam (Park, 1987, p. 62). Quanto a Louis Wirth, continuador nos Estados Unidos da tradição germânica de estudos urbanos, sua definição sociológica de cidade preza por elementos relacionados aos seus modos de vida. Para ele, a urbanização diz respeito às alterações dos modos de vida “reconhecidas por aqueles que sucumbiram perante as influências da cidade, graças ao poder que as suas instituições e personalidades exercem através dos meios de comunicação e de transportes (Wirth, 1997, p. 48). Wirth também desenvolve importante estudo sobre guetos americanos, formado por imigrantes judeus oriundos do leste europeu no pós-guerra. Esses imigrantes constituíram, nos Estados Unidos, comunidades regulares baseadas em princípios e valores decorrentes de sua condição originária (Fruguli Jr., 2007, p. 31-32).

Para muitos autores, o termo *gueto*, cunhado por Wirth, talvez soe exagerado, sendo mais apropriado o conceito de *enclave étnico*, uma vez que os judeus não sofreram no país qualquer tipo de segregação. A ideia de *enclave* é de particular interesse para nós, tendo recebido no Brasil uma formulação mais sistemática, que advém da contribuição de Sandra Pesavento (1999). Ela denomina assim os espaços segregados, degradados e marginalizados que se situam lado a lado com os chamados espaços da “cidade da ordem” (Pesavento, 1999). Trata-se, na visão da autora, de lugares de exclusão, cuja característica populacional e habitacional é formada por segmentos predominantemente negros que residem nos cinturões de miséria encontrados nas bordas das cidades. Essa ideia de enclave se coaduna com a de “cenário étnico”, categoria desenvolvida por Flávio Gomes (2005) para se referir “aos arranjos sociais construídos no universo urbano da escravidão africana do Rio de Janeiro” e que inspiram o título deste artigo (Gomes, 2005, p. 27).



Por fim, para o tipo de reflexão microssociológica aqui adotado, que privilegia a descrição etnográfica das mediações simbólicas presentes nos processos de interações sociais e comportamentos corporais em lugares públicos, adotaremos também a categoria de “usos da rua” de Fraya Frehse (2009), cuja noção conota uma conjugação recorrente de comportamentos corporais e formas de sociabilidade que se verificam em lugares públicos (Frehse, 2009, p. 154).

Propomo-nos a reunir informações relacionadas à população negra estabelecida na Levada, bairro onde esteve concentrado um grande percentual de homens e mulheres remanescentes de africanos, cujas dinâmicas religiosas e de entretenimento permitem pensar no conjunto como um “dispositivo aglutinador” (Farias; Soares; Gomes, 2006, p. 97) da presença étnica, com traços identificáveis a partir da própria localidade onde são produzidos.

Embora o tema da negritude, durante muito tempo, tenha sido um assunto subestimado e até esquecido nos meios intelectuais alagoanos, como nos faz lembrar o historiador Dirceu Lindoso (1983), o fato é que, nos últimos anos, tem surgido um interesse renovado entre os pesquisadores locais pelo resgate da memória dessa presença africana no Estado, particularmente em Maceió, e por aspectos variados da cultura negra alagoana. Trata-se de estudos sobre uma suposta Maceió afro-alagoana (Bezerra, 2014; Cavalcanti; Barros, 2007), mas nos quais os marcadores étnicos dessa presença se encontrariam histórica e geograficamente dispersos em suas análises.

Segundo o Almanaque do Estado de Alagoas de 1891, a capital era formada basicamente por três bairros: o de Maceió, onde se localizava o epicentro político e administrativo da Capital, com a sede oficial do Governo, os principais prédios públicos, como a Câmara dos Deputados, além dos principais estabelecimentos comerciais. O bairro do Jaraguá, onde se concentravam os equipamentos necessários à realização do comércio de exportação e importação com seus trapiches, e o bairro da Levada ou Ponta Grossa, onde se situava o grosso da população formada por ex-escravizados, africanos livres e remanescentes pobres de africanos.

Além dessa divisão oficial que separava as localidades em função das atividades produtivas e do padrão ocupacional, outro tipo de classificação que vamos encontrar dentro da *geografia encantada na cidade de Maceió*, diz respeito a uma clara divisão



entre os espaços marinhos das praias e os espaços lacustres situados à beira do complexo lagunar Mundaú-Manguaba (Bezerra, 2014, p. 78-80).

Raquel Rocha (2018) explora mais a fundo as metáforas aquáticas contidas nas representações da paisagem natural maceioense e o reflexo dessas imagens sobre a cultura do isolamento, que ela identificou como importante matriz para compreender a identidade local. As considerações dessa antropóloga alagoana sobre a importância das lagoas na constituição da geografia humana maceioense nos ajudam a compreender um dos motivos, pelos quais, boa parte da população negra e pobre da capital se concentrou nessa região. As retóricas sobre o lugar variam desde a ênfase em aspectos relacionados ao lazer, narrativas mais comuns nos primeiros anos do século XX, até o “imaginário mórbido e adoecido” (Rocha, 2018, p. 127), que decorre das condições de insalubridade características da região de “pântanos, mangues, charcos, alagadiços, brejos e toda variação de terreno mole, enlameado, pouco sólido” com seus exércitos de mosquitos (Rocha, 2018, p. 127). Em meio a tais representações, a autora ainda recupera uma imagem construída acerca da Lagoa Mundaú, que ilustra bem sua utilidade para esta análise:

Essa sugestiva imagem da lama, associada à lagoa e por extensão também ao sururu, que é retirado do fundo da lagoa, é bastante corriqueira. Ela aparece num estudo sobre o folclore negro em Alagoas de Abelardo Duarte (1975), quando ele recolhe exemplos do adagiário afro-alagoano: “...um provérbio autenticamente alagoano, legitimamente nosso, na forma e na substância (...) de larguíssimo uso e de (...) fácil aplicação: *negro e lama de sururu se parecem* (Duarte apud Rocha, 2018, p. 139).

Chico Foguinho, um homem de seu tempo

Durante nossas pesquisas em Alagoas, localizamos diversas notícias sobre a realização dos cultos religiosos de origem africana em Maceió. Boa parte desse material consiste em denúncias contra as celebrações que aconteciam no terreiro de Chico Foguinho, situado na rua Dias Cabral. No passado, essa rua era conhecida como rua do Reguinho, uma referência, talvez, ao que restou do canal da Levada que atravessava o



bairro, ligando a Lagoa Mundaú ao mar¹. Trata-se de uma das casas de *xangô* mais antigas de Maceió.

Assim, se quisermos reconstituir as dinâmicas culturais no bairro da Levada, que aqui estamos considerando como verdadeiro cenário étnico (Gomes, 2005), temos que nos debruçar inevitavelmente sobre a figura de Francisco Foguinho, cuja atuação, naquele contexto, foi decisiva para a emergência e manutenção das práticas culturais do lugar; muito embora sua biografia tenha sido negligenciada, como a de tantos homens e mulheres pretos e pobres daquela região periférica de Maceió.

A começar com a própria alcunha pela qual o sacerdote da Casa de Santa Bárbara era conhecido localmente. Tudo nos faz acreditar que o apelido advém do fato de ele ser filho de Agostinho Fogueteiro, cujo nome aparece no Almanaque do Estado de Alagoas de 1894. Já no *Almanak Laermert*, de 1909, parece haver uma confusão entre duas pessoas com o mesmo nome e profissão: Agostinho da Silva Moraes, residente ou com o comércio situado à rua dos Fogueteiros, e Agostinho Costa, residente na Levada, mesmo bairro onde residia o suposto filho.

A possibilidade do vínculo familiar é reforçada pelo livro *Festa dos martírios*, de Virgílio Guedes, publicado a primeira vez em 1931. A obra reconstitui um dos principais acontecimentos religiosos de Maceió do começo de século:

Que doce simplicidade
Daquela gente de outrora e agora
Como nos apraz rever e recordar essas meigas velharias
[...]
O Antonio Assignalado...
O Prudêncio e o Sabino
O Saturnino...
O Antonio Cotó,
A velha Sinhá Rosa do Laurindo...
Iam abrindo,
a gengibirra que espocava
como as bombas dos foguetes
do seu Agostinho Fogueteiro,

¹ Paulo Victor de Oliveira, na sua dissertação intitulada *A perseverança e o silêncio: ensaio sobre a disjunção nas narrativas sobre religiões afro-brasileiras em Maceió*, faz referência à região, que à época de que estamos tratando, era conhecida como rua do Reguinho. Trata-se de toda a região que se estendia desde a atual Praça Deodoro, antigo Largo do Cotinguiba e depois Praça das Princesas, último nome antes da Proclamação da República, até o extremo sudoeste da capital: “No início do século XIX, falava-se em Rua do Cotinguiba e Lagoa do Reguinho. O Canal da Ponta Grossa, vindo da Lagoa Mundaú, chegava até aquela área, enquanto o canal do Reguinho seguia até o Riacho Maceió, que deságua no mar” (Oliveira, 2019, p. 18).

o pai do Chico, tão pretinho,
que sabia ‘tentear’ o chapeuzinho’
para se tornar mais elegante...
E criticar
a todo mundo, a todo instante (Guedes, 1981, p. 11).

Aqui, desponta um marcador de diferença que se aplicaria, a princípio, a todos os implicados no parentesco linear, ainda mais se tratando de uma relação pai-filho. Aliás, segundo Antônio Sérgio Guimarães, “a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue” e, portanto, trata-se de uma categoria racial, “pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação” (Guimarães, 2008, p. 76-77).

Na sequência, as expressões “tentear”, posta entre aspas, e chapeuzinho, no diminutivo, não deixam margem para dúvidas quanto a seu sentido jocoso. Pesquisa rápida e aleatória do termo na literatura de língua portuguesa demonstra sua associação a situações chistosas e a personagens anedóticos (Queiroz, [1900]; Barreto, 1997). O chapéu foi um símbolo de distinção na época dos coronéis, com seus ternos de linho e chapéus panamás. Era o primeiro aspecto da aparência a ser notado e revelava a posição social de quem o possuía ou portava (Leite, 1996). Para alguém de condição social mais baixa, filho de um fogueteiro, o uso do “chapeuzinho” produz efeito de chacota.

Essa será a tônica da crônica local que acompanhará as referências a Chico Foguinho na imprensa, cujo apelido, também no diminutivo, pode ser indicativo de conduta sexual imprópria para os padrões da época. Sob esse aspecto, convém lembrar as assertivas de Michel S. Kimmel (1998), na análise da emergência histórica do ideal hegemônico de masculinidade nos Estados Unidos, desde o século XVIII até os dias atuais, o qual demonstra o modo como versões de masculinidades subalternas foram desacreditadas ao longo do tempo, inclusive, a de homens negros. O autor afirma que a masculinidade é uma construção que introduz seus agentes em relações de poder. No caso americano, particularmente,

os escravos negros eram vistos como homens dependentes e indefesos, incapazes de defender as suas próprias mulheres e crianças, incapazes de sustentar uma família e completamente “escravos” de seus próprios desejos carnis e da violência bestial. (Kimmel, 1998, p. 114)



Não seria forçoso afirmar que, numa cultura patriarcal como a brasileira, classificações como essas estavam profundamente arraigadas na nossa sociedade, inclusive em período anterior à Proclamação da República. Daniel Vital dos Santos Silva, por exemplo, faz menção ao uso, nos jornais baianos da segunda metade do século XIX, de diminutivos para se referir pejorativamente a “homens que tinham afeto por outros homens” (Silva, 2015, p. 23).

Voltando à figura de Chico Foguinho, os dados biográficos que dispomos sobre essa liderança religiosa são muito escassos para sustentar qualquer argumento acerca de sua suposta homossexualidade. Inclusive, o assunto sempre pareceu estar envolvido em uma aura de proibição e negação na crônica maceioense da época, a ponto, por exemplo, de se admitir qualquer tipo de acusação mútua entre oponentes, até mesmo aquele esforço de *diabolização* que associava o nome do então governador Euclides Malta e seus correligionários, como o próprio Chico Foguinho, ao *ídolo com chifres*, mas nunca, qualquer tipo de suspeita sobre a suposta conduta sexual *desviante* dos contendores.

Nunca é demais lembrar o papel desempenhado pela antropóloga americana Ruth Landes. Em 1938, ela aportou na cidade de Salvador para realizar um trabalho pioneiro sobre a força do matriarcado e a presença dos homossexuais masculinos nos cultos afro-baianos. O resultado da investigação, intitulado *Cidade das mulheres*, seria publicado em inglês em 1947 e somente traduzido para o português em 1967. No entanto, antes disso, já havia atraído contra si a ira de Arthur Ramos e Melville Herskovitz por conta do fato de se tratar de uma mulher atuando num campo predominantemente masculino, pela ênfase emprestada ao tema das relações raciais, e também pela importância dada ao papel que mulheres desempenhavam nos terreiros de candomblé da Bahia (Corrêa, 2000). Segundo Mariza Corrêa, o principal motivo da hostilidade dos dois pesquisadores para com a pesquisadora americana consistiu, principalmente, na “constatação, feita por Landes, sobre a importância da presença de homossexuais no campo das religiões afro-brasileiras” (Corrêa, 2000, p. 242).

As festas religiosas da Levada

Se quisermos destacar a atuação de Chico Foguinho no contexto das celebrações religiosas maceioenses, precisamos nos debruçar sobre a festa de Santa Bárbara. Ela se



situava na fronteira entre duas confissões, a católica e a de presença africana. A parte oficial acontecia nos primeiros dias do mês de dezembro, com a realização de missa pela manhã e, à noite, com “ladainha, leilão e fogos de artifício” (Festa, 1907). Embora as celebrações se concentrassem em torno da capela de São Benedito, um templo de menor expressão situado em área mais afastada do centro da cidade, as homenagens à santa mobilizavam parcela significativa da população da capital. A visibilidade e a centralidade dessa festa religiosa em Maceió foi objeto de análise feita pela professora Irinéia Santos. No artigo *De quilombos e de xangôs* (2016), a autora informa que foi por volta da passagem entre os séculos XIX e XX que a denominação “dança de Santa Bárbara” foi sendo substituída por “xangô”, para se referir aos cultos de matriz africana em Maceió (Santos, 2016, p. 103).²

As celebrações comumente denunciadas eram invariavelmente as que homenageavam Santa Bárbara, cujas comemorações apareceriam na imprensa maceioense em épocas distintas do ano, o que nos faz pensar que a denominação era uma forma generalizada para os cultos religiosos de matrizes africanas. Apesar do viés sensacionalista, uma dessas reportagens nos permite realizar uma incursão pelo interior do terreiro de Chico Foguinho, talvez um tipo de *casa de zungu*³, embora o termo não tenha sido utilizado pelo jornalista alagoano:

Ante-hontem [04/02/1904], eram 10 horas do dia quando o bonde da companhia circular foi atingido, na praça Deodoro por um rojão que partia da entrada da rua Dias Cabral, antiga do Reguinho. O nosso repórter para alli se dirigiu imediatamente e teve que passar sob os arcos de flores e folhas até á casa onde entrou parte da multidão que se acotovelava, carregando uma charola com o vulto mignon de uma santa que, na algaravia africana dos influentes da tal festa, era a Santa Bárbara. Mas isto não é tudo, porque o nosso representante lutou com dificuldades para entrar no recinto, onde a santa ficou em exposição.

² A frequência com que o termo *xangô* aparece para se referir aos próprios cultos afro-alagoanos, ao menos até a década de 1940, talvez explique a razão pela qual, muito recentemente, concebia-se apenas o caráter masculino desse orixá, em detrimento de sua consagrada associação mais comum e antiga com Santa Bárbara, sobretudo em áreas menos urbanas do Estado. Segundo Théo Brandão, no seu já clássico *Folguedos natalinos*, “a beijação existia no maracatu de Viçosa e consistia no ato de beijarem os integrantes do folguedo a boneca ou calunga, denominada Santa Bárbara, nome que esconde o orixá dos raios – Xangô que deu o seu nome próprio no Nordeste ao culto religioso negro” (Brandão, 1982, p. 150).

³ Termo encontrado nos arquivos policiais para se referir ao “tipo de moradia, para onde convergiam homens e mulheres negros. E igualmente constituía um espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua. Um esconderijo, um reduto bem protegidos na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos” (Farias; Soares; Gomes, 2006, p. 84).

Afinal consegui falar com Chico Foguinho, que se lhe apresentou descalço, em mangas de camisa, e disse que não era possível dar entrada, pois o santo estava lá dentro falando com o mestre Adolpho, pai da Bahia, e enquanto mestre Adolpho não falasse, ninguém poderia entrar. Fora, o povo se aglomerava, e em gritos, dava vivo a Santa Bárbara. Chico Foguinho trepou-se num banco e fez um discurso, com que a turba exaltou-se, havendo um momento de simpatia ao fanatismo. Depois, a reunião foi dispersando, e o nosso representante pôde entrar no recinto, sendo recebido com zumbaias de adufos e danças macabras, nas quais uma crioula nova fez tais piruetas que abateu-se estafada no solo. Diversas africanas velhas, ornadas de rosários e colares de ouro, acudiram a limpar o rosto da pretinha com alvas toalhas rendadas. A cena terminou numa sala contígua, onde a obsedada ficou deitada n'um catre coberto de cocha encarnada. O nosso repórter teve que provar uma beberagem travosa, que lhe deu tia Maria, africana chefe [...] O nosso repórter estava assediado neste momento por uma turma de negros de carapuças vermelhas, dando assim um aspecto do *negus manelik*. Foi preciso pedir licença para sair entrançando-se na turbamulta dos assistentes; mas lhe estava destinado um martírio. Era a manifestação promovida por Chico Foguinho. Teve de assistir ao sacrifício do Deus que veio embrulhado e ficou em exposição para a noite. A pracinha e parte da rua iluminada à noite, houve danças a moda do rito e muita concorrência, atraída por fogos artificiais, balões, etc. (Bárbara, 1904, p. 2)

Curioso notar que um dos motivos mais costumeiros das queixas dos vizinhos contra as celebrações que aconteciam na casa de Chico Foguinho era o barulho provocado pelos instrumentos utilizados no culto e pelo entusiasmo com o qual os devotos ardorosos se atiravam nas comemorações, conforme denúncia publicada no jornal *A Tribuna*:

Caro amigo e Sr. Cel. José Gatto. – Os habitantes das ruas Barão de Maceió e Dias Cabral pedem-nos para que leve ao conhecimento de V. Sa. o desgosto que eles sentem, apesar de serem bons católicos, de não poderem comungar na mesma taça, com os ardorosos e muito entusiastas devotos de Santa Bárbara. Os reclamantes têm a alegar não concordarem com o rito dessa igreja, pois as festas que ela promove são abrilhantadas por uma orquestração de adufos, chocalhos e latas que ferem o tímpano da humanidade todo um dia e toda uma noite quase frequentemente.

Acontece que o santo entra quase sempre na cabeça dos crentes e os incrédulos, que são os reclamantes, têm de sofrer incômodos pela alta recreação dos devotos.

Sem outro assumpto, envio a V. Sa. com os meus respeitos, o agradecimento unânime de todos quantos fazem votos nas ruas Dias Cabral e Barão de Maceió, por sua felicidade pessoal (Maciel, 1903, p. 2).

Trata-se, portanto, de uma denúncia que mira uma celebração religiosa, a festa de Santa Bárbara, e oferece pistas valiosas sobre atividade concomitante realizada no interior do terreiro e de caráter mais profana, talvez um folguedo, o maracatu, sobre o qual Chico Foguinho também tinha responsabilidade. De todo modo, o fato é que os apelos ao comissário, em 1903, não devem ter surtido efeito, pois três anos depois, outra denúncia aparece noutro jornal maceioense, o *Gutemberg* reclamando as mesmas providências:

Prende-se o assunto desta carta que tenho a honra de vos dirigir e para o qual vos peço publicidade no vosso conceituado jornal a um fato muito deprimente para uma cidade que se diz civilizada⁴. Realiza-se três vezes na semana em uma casa sita à Praça Deodoro a dança africana conhecida por xangô que é, como se diz, um deus me acabe. Tem se desenrolado casos ali que nos envergonham, pois como sabeis, a Praça Deodoro é quase no seio da capital. Há poucos dias, ilustrados redatores, deu o santo na cabeça de um dançarino que foi uma coisa espalhafatosa. O santo tanto aperreou o rapaz que ele viu-se obrigado a galgar o telhado da referida casa com dois lampiões e, enquanto fazia suas manobras lá por cima, em baixo o pessoal cantava...

Quando o manobrista do telhado desceu foi furioso, resultando agarrar um cidadão que, ao longe, presenciava o caso, e decepar-lhe o nariz com um golpe de navalha. E em sangue terminou o xangô.

Enviando-vos a presente carta, peço providências as dignas autoridades da capital no sentido de proibirem esses **escândalos** que têm obrigado a diversos cavalheiros transferirem suas residências da Praça Deodoro (Cruzes, 1906, p. 2).

Por esse tipo de *escândalo* é que muitas das práticas realizadas no interior dessas casas de culto de origem africana eram consideradas bárbaras. O argumento em prol da civilização, talvez, também tenha sido um dos motivos pelos quais Chico Foguinho precisou sair das imediações do Teatro Deodoro, construção incluída no rol das reformas urbanas implementadas pelo governador Euclides Malta. O local escolhido para as novas instalações de sua casa foi a Rua Santa Cruz, antiga do Sopapo, umas das mais “esconsas do bairro da Levada” (Bruxaria, 1912, p. 1).

⁴ O jornal *Gutemberg*, identificado como “Órgão da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos”, foi fundado em 1881 e era editado semanalmente. Até o ano de 1899 a redação estava sob responsabilidade do Bel. Eusebio de Andrade, um dos braços direitos de Euclides Malta em 1912 e dos dois únicos alagoanos que acompanhou o governante destituído ao Rio de Janeiro, em sua fuga do Estado. Até o surgimento do *A Tribuna*, que se tornou órgão oficial do governo Euclides Malta, era a Typografia Gutemberg que cumpria essa função. Quando fechou sua gráfica em 1911 ainda trazia na logomarca a inscrição: “Jornal de maior circulação no Estado” (Lima, 2015, p. 15).

Por fim, o nome de Chico Foguinho também irá aparecer com mais frequência nos noticiários alagoanos em razão das relações com Euclides Malta, acusado de buscar proteção nos terreiros de Maceió para se manter à frente do executivo alagoano por mais tempo. O cronista Edu Blygher conta que o próprio Euclides Malta esteve presente na inauguração do novo terreiro. Na ocasião, ele teria recebido a comenda de *papa do xangô alagoano*. Essa comenda seria posteriormente utilizada por seus oponentes para execrá-lo na acirrada campanha eleitoral entre 1911 e 1912, que decidiria sua substituição no executivo. Blygher (1951) se apresenta como testemunha ocular da visita:

Muita gente desconhece a razão por que chamavam de Lebás, os partidários da política do Euclides [...] Chico Foguinho, o pioneiro dessa seita entre nós, nos primeiros passos para a sua constituição foi ao Palácio, acompanhado dos seus irmãos Japyassu, Cesário Thompsom, Chico de Teça e vários outros crentes, no número dos quais, mais tarde, se filiaram muitos doutores, comerciantes e senhoras de alto coturno social e convidaram o Governador, para honrar com a sua presença, a sessão inicial dos ofícios inaugurais do culto aludido. Euclides, dentro do seu velho princípio, em virtude do qual, melhor seria estar bem com todos, do que ter alguém ou alguma coisa que lhe pudesse fazer algum mal, aceitou o convite e lá se foi para a tal inauguração do Xangô do Foguinho [...].

Em lá chegando, Japyassu, como que introdutor diplomático e palavra passada com a irmandade, aclamou o seu chefe Euclides, como representante máximo de Deus Leba, ou seja, o Papa do Xangô alagoano. Euclides meio embaraçado com a surpresa, recebeu, todavia, aquela honraria, como uma simples palhaçada e com sua proverbial bondade e indiferença a uns tantos preconceitos sociais, dentro sempre do seu inseparável princípio já anunciado [...] submeteu-se ao ‘Beija mão dos fiéis’, coroou os santos, desde o maior ao menor e ao terminar toda essa cerimônia ritual, ao retirar-se, chamou Chico Foguinho e toda a corja macumbeira e disse-lhes: Bem, está tudo certo e faço votos pela felicidade de todos vocês, mas eu os advirto de que, acima desse tal de papado está o meu poder secular. Em caso, pois de conflito entre os dois, podem ficar certos, o papa de vocês desaparece, para ficar o governador zelando pelo bem estar do povo que governa. E, outrossim, declaro, ainda que para evitar massadas e nova visita ao templo xangoriano, como papa não devo andar muito a mostra, de modo que, sem arredar o pé do vaticano farei de lá, tudo que julgar necessário aos interesses de vocês. E retirou-se com grande séquito de papalinos. Pouco tempo depois, a imprensa meteu o pau na macumba de Foguinho, denunciando à polícia, fatos graves cometidos pela sua gente, que estava a extorquir dinheiro do povo, para descasar e arranjar noivo, etc., com chá de pedaço de fraudada de camisa ou de ceroula. Tudo numa exploração terrível e abuso de ignorância da nossa população. O pânico estabeleceu-se, desde logo, por toda a cidade e o papa teve que intervir,

baixando uma bula e caso não fosse obedecida, como na bula se ordenava, a polícia fechá-lo-ia (Blygher, 1951, p. 12-14).

Talvez, por conta dessa proximidade e da proteção que desfrutava junto às principais autoridades da capital, entre elas o Governador Euclides Malta, Chico Foguinho sempre escapou dos constrangimentos causados pela polícia. Durante o período em que a família Malta esteve à frente do executivo, pode-se afirmar que, de um modo geral, os terreiros maceioenses foram beneficiados pela atitude mais liberal da família do governador, fato constatável pela diminuição de ações repressivas contra a religião de origem africana durante a era dos Maltas.

O ataque sofrido pelos pais e filhos de santo no episódio que ficou conhecido como “Operação Xangô” em 1912, curiosamente não contou com a participação dos órgãos oficiais de controle e repressão do Estado. Foi uma iniciativa da própria população revoltada contra os desmandos do governador, cuja permanência prolongada no poder era atribuída à intervenção mágica dos pais de santo que trabalhavam noite e dia para livrá-lo dos inimigos.

A sublevação foi capitaneada pela Liga dos Republicanos Combatentes, misto de associação civil e milícia paramilitar criada para servir de braço armado da campanha de Clodoaldo da Fonseca, candidato opositor do Partido Republicano Alagoano. Os objetos que sobreviveram à invasão das antigas casas de culto foram conduzidos e exibidos na antiga rua do Sopapo, onde se situava a sede da Liga e a residência do seu presidente, Manoel Luiz da Paz, conhecido pelo modo truculento como tratava seus desafetos, inclusive durante a campanha de Canudos, conflito onde perderia uma perna.

Contudo, além da divergência partidária que colocou antigos companheiros em lados opostos da disputa eleitoral, e dos conflitos de credo, os moradores daquele complexo conjunto de relações étnico-raciais também se enfrentavam noutras arenas políticas não menos relevantes, envolvendo os espaços de produção cultural, assunto do próximo tópico.

Além do aspecto sagrado, a Levada também era conhecido pela presença de uma grande variedade de expressões culturais populares, frequentemente noticiada pelos jornais locais nas primeiras décadas do século XX, principalmente no carnaval, quando o



bairro despejava nas ruas centrais da cidade todo um “exército de bobagens” (Máscaras, 1901, p. 2).

A Levada era o epicentro da alegria e mote privilegiado das colunas carnavalescas dos jornais, que descreviam jocosamente o estoque cultural do bairro. Os termos pejorativos utilizados na imprensa para se referir aos moradores do local e às suas agremiações são reveladores da existência de um código de classificação racial que estabelecia posições e lugares na sociedade, tarefa assumida, prioritariamente, pelos jornalistas maceioenses. Algumas menções abusam de expressões depreciativas. O marcador de diferença, pautado na cor, também está presente nas denominações dos clubes carnavalescos, as quais parecem incorporar a tendência mais comumente encontrada nos jornais. Exemplo disso é a nota do jornal *A Tribuna*:

Da Levada, me consta que vem um bando de clubes: Clube Pretinho, Clube Cor de Canela, Clube Roxinho, Clube Caboclo e muitas outras novidades atraentes, como têm saído daquelas bandas em outras épocas. Aquilo é que é gente: ao meio dia ganha a rua e não há sol, nem poeira, nem suor, que a empate. À noite recolhe-se à casa dizendo: – Diverti uma porção (Máscaras, 1901, p. 2).

Entre as atrações, mesmo quando o marcador das diferenças não faz referência direta à raça, a própria origem africana do folguedo é indicadora da condição dos seus integrantes, como no caso dos *indefectíveis maracatus*, dos *cordões de quilombola*, dos *blocos Cabinda de Ouro* e das *baianas* com seus ritmos africanos tirados dos atabaques, adufos, chocalhos e latas, incomodando tanto o sossego dos vizinhos, como vimos acima.

Além de ser afamado pai de santo, com inserção nos mais altos circuitos da política maceioense, Chico Foguinho também era reconhecido na imprensa local como importante mestre de maracatu, conforme atesta a seguinte nota do jornal opositor *Gutemberg*:

Que linda novidade! A rua do Reguinho vai se enfiar nos três dias gordos. Haverá para dar passagem aos aguerridos festejadores do incomparável deus Momo. Haverá maracatu constando também que uma banda de música contratada tocará durante os dias sem par no Carnaval! Para isto está a testa deste festival em projeto o Máximo Chico Foguinho, que sobre ser pai de santo, tornou-se agora pai do Carnaval! Para frente! Maracatu êh! Eh, Eh! Maracatu, ah! Ah! Ah!... (Carnaval, 1911, p. 1).

A nota do jornal ainda fala de outras modalidades que se apresentaram no carnaval daquele ano de 1911, como as *Lindas Baianas* e as *Africanas*, também da rua do Reguinho; as Caboclinhas, os “Morcegos adoráveis e os Republicanos! Haja festa e bizzarria!” (Carnaval, 1911, p. 11).

Dada a importância adquirida por Chico Foguinho naquele espaço de produção cultural, não seria difícil imaginar a antipatia, e até a hostilidade que atraiu contra si, ainda mais tendo se aliado ao Leba das Alagoas, que era como o governador Euclides Malta costumava ser chamado pelos seus detratores. Contudo, não se tem notícias de enfrentamentos envolvendo seu grupo com os de outras localidades.

Cenários silenciados

Durante o período em que foi governador do Estado, Euclides Malta, que já era acusado pelos seus oponentes de manter estreitas relações com as casas de culto afro na capital, transformou a Praça dos Martírios em referência territorial decisiva para manifestações culturais locais. Dentre os vários blocos e grupos carnavalescos que se apresentavam ali, destaca-se a presença das africanas, baianas, dos caboclinhos e das cambindas — outro nome pelo qual os maracatus de Alagoas eram mais conhecidos (Brandão, 1982). No período carnavalesco, a Praça dos Martírios

era convertida em palco armado, onde dançava a tia Marcelina, sob o comando do Chico Foguinho e João Catharina para deliciar suas vistas pspicuas e seu coração de pai alegre! E essas danças eram novas pedras do edifício da sua grandeza, por muita propensão que ele sempre teve para os negros (Prato, 1912, p. 1).

Contudo, no carnaval de 1912, quando os terreiros de xangô já tinham sido defenestrados do cenário da cidade, uma nova configuração também irá se abater sobre as expressões culturais de matrizes africanas associadas àquelas casas de culto religioso. Durante a realização dos festejos carnavalescos, que aconteceria algumas semanas depois do fatídico 02 de fevereiro de 1912, data em que aconteceu a chamada Operação Xangô, também conhecida como Quebra dos xangôs, já se fez sentir a ausência dos cordões, blocos e clubes



de negros que, naquele ano, desapareceram da programação oficial. Aliás, a realização da festa, naquele ano de 1912, fora transferida para a Praça Deodoro, outro espaço bastante representativo dos novos tempos políticos em Alagoas e no Brasil.

A centralidade adquirida pelo lugar remontava às reformas implementadas pelo próprio Euclides Malta (1906-1909). A presença ali da estátua equestre do Marechal das Alagoas reforçava o aspecto simbólico e ideológico da mudança. Não é por acaso, talvez, que Chico Foguinho precisou se retirar da rua do Reguinho, onde se situava seu terreiro, área que depois das reformas urbanas estava “quase no seio da capital”, (Cruzes, 1906, p. 105). Assim sendo, o carnaval de 1912 em Alagoas e a mudança do local de apresentação dos grupos carnavalescos irão representar o fim de uma época indesejável, marcada pela presença longa das oligarquias, mas que leva de roldão um conjunto de ricas manifestações populares de origem africana.

Considerações finais

O bairro da Levada como demonstrado, tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, objeto de inúmeras apreciações na crônica alagoana, na maior parte das vezes, para se referir a episódios que, de acordo com a forma de tratamento, comprometiam a idoneidade de seus moradores. Trata-se, antes de tudo, de notícias acerca das condições de insalubridade do lugar, aspecto que, segundo a crônica local, concorria para tornar a região “o paraíso da sujeira” (Pedrosa, 1998, p. 122). Em seguida, a má fama do bairro decorria também das ocorrências policiais que, quando verificadas na Levada, ganhavam tons no noticiário local que faziam da violência ali ocorrida um acontecimento supostamente mais trágico. Por fim, destaca-se a ênfase sobre as celebrações e folguedos, os quais, segundo *A Tribuna*, tornavam o bairro “incontestavelmente, o mais fértil nas bobagens e futilidade com que o carnaval nos delicia” (Boi, 1904, p. 2). Sob esse aspecto, os jornais destacam a grande profusão de clubes recreativos e blocos carnavalescos, denominados pela crônica local como “mascarados”, como o Clube dos Morcegos, presença cativa nos carnavais de Maceió nas primeiras décadas do século XX e que era patrocinado pela Liga dos Republicanos Combatentes, órgão responsável pela devassa contra os terreiros de Maceió. E não era só isso, o bairro abrigava

naus catarinetas para apresentação dos fandangos, além dos “indefectíveis e detestáveis maracatus” (Gutemberg, 1973, p. 163).

Nesse universo festivo, destaca-se a figura de Chico Foguinho, misto de mediador cultural e liderança religiosa do terreiro de Santa Bárbara, situado na antiga rua do Reguinho, cujas festas estrondosas já tinham sido objeto de inúmeras denúncias nos jornais de Maceió. Aliás, segundo Duarte (1974), a Levada era um dos *lugares preferidos para o funcionamento dos terreiros* pelo fato de se encontrar em região mais afastada da cidade.

Além da ligação com as religiões afro-alagoanas, Chico Foguinho também expandiu sua influência para o catolicismo popular. Ele era o responsável pela organização de uma das principais festas ocorridas na região, a Festa de São Benedito. Essa festa atraía uma grande gama de devotos.

Por conta, talvez, de toda essa visibilidade, Chico Foguinho se tornou um dos principais alvos dos desafetos políticos de Euclides Malta. Ele foi governador de Alagoas por quase 12 anos, ao final dos quais sofreu sua pior derrocada política, quando foi obrigado a fugir pelos fundos do Palácio dos Martírios, sede oficial do Executivo, para buscar abrigo no Recife e de lá partir de navio para o Rio de Janeiro. Durante o período em que esteve afastado, seus correligionários sofreram toda sorte de violência, principalmente os integrantes das religiões de matrizes africanas cujas casas foram invadidas e destruídas.

Além das agressões físicas, Chico Foguinho, que se dizia próximo do Governador destituído, foi alvo de verdadeira campanha difamatória. Isso incluiu acusações sobre seu comportamento sexual, embora os termos, como era comum na época, apenas insinuassem uma conduta supostamente transgressora.

No rastro dessa perseguição, os cultos de matrizes africanas quase desapareceram. Passaram a funcionar de forma discreta para escaparem da sanha dos inimigos políticos, que continuavam varejando terreiros por muitos anos depois do Quebra de 1912. O conjunto de práticas culturais associadas àquele universo religioso também ficou comprometido, como é atestado pela crônica dos jornais da época, que falam do arrefecimento dos festejos carnavalescos na capital nos anos imediatamente posteriores à devassa.

Com o fim da oligarquia maltina e a invasão aos terreiros de xangô de Maceió, os tambores são silenciados, os sacerdotes dispersados e os maracatus desaparecem em terras



alagoanas. Mas apenas temporariamente, pois, apesar da hegemonia do discurso de denegação contra pessoas negras, são os homens e mulheres pobres e da periferia que sobrevivem a esse passado de Alagoas. Aqueles e aquelas que foram vítimas da violência racial e de gênero mantêm-se vivos na memória, principalmente dos seus descendentes e continuadores. Não são os nomes dos agressores, cujas histórias os especialistas buscam em vão recuperar através de vestígios quase imperceptíveis nos documentos disponíveis. A memória que hoje se cultiva de Chico Foguinho revela que, não obstante os discursos estigmatizantes dos veículos oficiais de informação de sua época, o seu protagonismo sobrepõe-se ao esquecimento. A longevidade da sua memória se apresenta como um tipo de “astúcia sutil”, expressão cunhada por Certeau (1994) para se referir, justamente, à visibilidade que integrantes das camadas pobres da população despontam em meio a regimes disciplinadores.

Referências

ALMANAQUE do Estado das Alagoas para o ano de 1891, ano XX, Maceió: Tipografia do Gutenberg, 1891.

BÁRBARA ou santa. **A Tribuna**, Maceió, ano IX, n. 2300, 06 fev. 1904, p. 2.

BARRETO, Lima. **O homem que sabia javanês e outros contos**. Curitiba: Polo Editorial do Paraná, 1997.

BEZERRA, Edson. Quilombismo urbano: uma alegre folia de negros periféricos. *In*: Douglas Tenório Apratto e Jairo José Campos da Costa (org.). **A presença negra em Alagoas**. Maceió: Viva Editor, 2014. p. 1-9.

BLYGHER, Edu. **Alagoas pithoresca**. Maceió: Imprensa Oficial, 1951.

BOI estrela: club pamparra. **A Tribuna**, Maceió, ano IX, n. 2068, 13 fev.1904, p. 2.

BRANDÃO, Théo. **Folclore de Alagoas II**. Maceió: Museu Théo Brandão; Edufal, 1982.

BRUXARIA. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 08 fev. 1912, p.01

CARNAVAL. **Gutemberg**, Maceió, 17 fev. 1911.

CAÚS, Pedro Zanella. **Conflito e controle na cidade de Porto Alegre/RS**: produção do espaço a partir das práticas e discursos policiais. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAVALCANTI, Bruno César; BARROS, Rachel Rocha de Almeida. Maceió, cidade negra: diversidade e distribuição espacial de manifestações, bens e serviços afro-brasileiros. *In*:



CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna; BARROS, Rachel Rocha de Almeida (org.). **Kulé Kulé**: Afroatitudes. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 63-74.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.

CRUZES, Amadeu das. Com as autoridades: o changô da Praça Deodoro. **Gutemberg**, Maceió, 19 set. 1906, p. 2.

CORRÊA Mariza. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia Brasileira. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 233-265, 2000. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/2762>. Acesso em: 04 maio 2024.

DUARTE, Abelardo. **Catálogo ilustrado da coleção perseverança**. Maceió: SENEC, 1974.

FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

FESTA de Santa Barbara. **Gutemberg**, Maceió, 05 dez. 1907.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 151-170.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007

GOMES, Flávio dos Santos. Reinventando as “nações”: africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888. *In*: SOARES, Carlos Eugênio Farias; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações**: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 19-63.

GUEDES, Virgílio. **A festa dos martírios**. Maceió: Fundação Teatro Deodoro, 1981.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. (org.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 63-82.

GUTEMBERG. Maceió, Sergasa, 1973. Jornal.

KIMMEL, Michael. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/>. Acesso em: 10 maio 2024.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas**: a caricatura na literatura paulista, 1900-1920. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

LIMA, Carlos Eduardo Ávila Casado de. **A sensoria dos indefectíveis e detestáveis maracatus**: um estudo sobre uma expressão popular em Alagoas na primeira metade do século XX. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

LINDOSO, Dirceu. **Utopia armada**: rebelião de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

MACIEL, Pedro Nolasco. Rapsódias. **A Tribuna**. Maceió, ano VIII, n. 1810, p. 2, 18 mar. 1903.



- MÁSCARAS e mascarilhas. **A Tribuna**, Maceió, 16 fev. 1901.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- OLIVEIRA, Paulo Victor de. **A perseverança e o silêncio**: ensaio sobre a disjunção nas narrativas sobre religiões afro-brasileiras em Maceió. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.
- PARK, Robert. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Gilberto (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. p. 29-72.
- PEDROSA, José Fernando de Maya. **Histórias do velho Jaraguá**. Maceió: Talento, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, set. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BJNpPwDJnKb4dwb5N6WDQWx/?lang=pt#>. Acesso em: 10 maio 2024.
- PRATO do dia. **Jornal de Alagoas**, Maceió, p. 01, 20 fev. 1912.
- QUEIROZ, Eça de. **A correspondência de Fradique Mendes**. Lisboa: Livros do Brasil, [1900].
- RAFAEL, Ulisses Neves. Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ROCHA, Rachel. **Solitários no paraíso**: produção cultural e expressões de isolamento em Maceió. Maceió: FAPEAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.
- SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **A caverna do diabo e outras histórias**: ensaios de história social das religiões: Alagoas, séculos XIX e XX. Maceió: EDUFAL, 2016.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução: prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 7-48. v. 3.
- SILVA, Daniel Vital dos Santos. **A captura do prazer**: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900). 2015. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações**: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, Carlos (org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997. p. 46-66.

Recebido em: 07/02/2023.

Aceito em: 10/05/2024.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n32.69315.p107-127>

SOCIOLOGIA AMBIENTAL: uma análise dos possíveis efeitos socioambientais pré-implantação do projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá***ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY: an analysis of the possible pre-implementation socio-environmental effects of the Marabá Hydroelectric Plant project***

Leticia Costa Silva *

Resumo

No contexto da Conferência de Estocolmo de 1972, começa um movimento nas ciências humanas — que leva à fundação da sociologia ambiental — de produção de pesquisas relativas à problemática ambiental na sociedade contemporânea, cuja preocupação está centrada na globalização dos efeitos socioambientais e a produção de riscos típicos dessa sociedade. Nesse contexto, este trabalho tem como foco a região amazônica e seus habitantes, que sofrem com alterações no seu ecossistema e nas suas relações sociais tradicionais. Analisa-se os possíveis efeitos socioambientais a serem causados pela pré-implantação do projeto Hidrelétrica de Marabá na Amazônia, mais especificamente na tradicional comunidade pesqueira da Vila Apinagés, em São João do Araguaia-PA. A metodologia adotada foi a revisão da literatura que discorre sobre as consequências do avanço da sociedade industrial e seus efeitos socioambientais atrelados à implantação de grandes projetos na Amazônia. Como resultado desta inicial pesquisa bibliográfica, constatou-se que a iminente instalação da hidrelétrica de Marabá, se construída, afetará áreas de diversos municípios, levando ao deslocamento de várias comunidades tradicionais, como os moradores da vila Apinagés. Por isso, a importância do fomento para constantes discussões sobre e como foram disseminados esses projetos na região amazônica, articulando os debates com a atuação de movimentos sociais, dentre outros agentes de reação e reivindicação por justiça social e ambiental.

Palavras-chave: Amazônia; grandes empreendimentos; sociologia ambiental; justiça ambiental.

Abstract

In the context of the 1972 Stockholm Conference, a movement begins in the human sciences — leading to the foundation of environmental sociology — to produce research related to the environmental problem in contemporary society, whose concern is centered on the globalization of socio-environmental effects and the production of typical risks of this society. In this context, this work focuses on the Amazon region and its inhabitants, who suffer from changes in their ecosystem and their traditional social relations. It analyzes the possible socio-environmental effects to be caused by the pre-implementation of the Marabá Hydroelectric project in the Amazon, more specifically in the traditional fishing community of Vila Apinagés, in São João do Araguaia-PA. The adopted methodology was the review of the literature that discusses the consequences of the

* Mestra em dinâmicas territoriais e sociedade na Amazônia e graduada em ciências sociais pela UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), Brasil. E-mail: leticia_200914@hotmail.com.



advancement of industrial society and its socio-environmental effects linked to the implementation of large projects in the Amazon. As a result of this initial bibliographic research, it was found that the imminent installation of the Marabá hydroelectric plant, if built, will affect areas of several municipalities, leading to the displacement of several traditional communities, such as the residents of vila Apinagés. Therefore, the importance of fostering constant discussions about and how these projects were disseminated in the Amazon region, articulating the debates with the performance of social movements, among other agents of reaction and claim for social and environmental justice.

Keywords: Amazônia; large undertakings; environmental sociology; environmental justice.

Introdução

Os questionamentos à sociedade moderna, iniciados com a Escola de Frankfurt, criticam a ascensão da modernidade pautada pelos ideais iluministas de progresso; um progresso que não alcançou a todos e levou a Natureza a ser subjugada pelo homem. A disseminação desenfreada da técnica, industrialização e extração de recursos naturais a qualquer custo levou a sociedade ao que Beck (2011) denomina “sociedades de risco”, nas quais há a produção de riscos que podem criar catástrofes de níveis globais. Ou seja, como afirma Giddens (1991), nesse cenário de propagação de riscos, a sociedade está em constante sensação de incerteza e insegurança, o que caracteriza a sociedade atual em um estágio de “modernidade reflexiva”.

A intensificação da preocupação com a questão ambiental nas ciências humanas levou ao surgimento de enfoques teóricos para a fundamentação da sociologia ambiental a partir dos anos 1970, principalmente no contexto da Conferência de Estocolmo de 1972. Os debates entre os teóricos realistas e construtivistas, assim como as teorias normativas do modernismo e da modernização ecológica, contribuíram para tornar a temática ambiental uma nova questão social pública e acadêmica.

Os riscos causados pelo avanço tecnológico podem ser observados nas dinâmicas dos grandes projetos na Amazônia, como a implantação de empreendimentos hidrelétricos. Shiva (2003) destaca o PGC (Programa Grande Carajás), criado em 1980, e os grandes projetos advindos dele, que, pautados por uma visão desenvolvimentista, desencadearam efeitos socioambientais à biodiversidade do planeta. Dentre os objetivos do PGC, estava o interesse em explorar a produção energética da região amazônica. Além de possuir uma extensa província mineral, a região também controla boa parte da bacia



do Araguaia-Tocantins, com um intenso potencial de energia hidroelétrica (SILVA, 2012). Além disso, nos anos 2000, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal) promoveu intenso investimento no setor de energia elétrica, especialmente com foco em hidrelétricas.

Dentre os projetos idealizados por esses programas, um dos mais recentes será a futura implantação da hidrelétrica de Marabá, cujo objetivo principal é o fornecimento de energia para os processos de extração mineral e produção de ferro, atividades que demandam elevadas quantidades de eletricidade. Este empreendimento vem sendo planejado desde a década de 1980, com o PGC.

De acordo com o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do projeto, o planejamento da hidrelétrica de Marabá surge a partir dos “Estudos de Inventário do Baixo Araguaia-Tocantins”, realizados em 1981 pela Eletrobrás. Neles, é identificado como potencial hidrelétrico o projeto de aproveitamento hidrelétrico de Marabá, no rio Tocantins. Em 2006, foi encaminhado ao IBAMA o pedido para a abertura do processo para o licenciamento ambiental. Posteriormente, em 2009, o IBAMA emitiu o Termo de Referência do projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, liberando-o para os estudos ambientais. Em 2013, a Eletronorte entregou à Aneel o estudo de viabilidade técnica e econômica, que foi aceito, e o EIA/RIMA foi entregue ao IBAMA. Entretanto, o avanço do projeto para a próxima etapa de implantação ainda não foi aprovado pelo IBAMA, pois o EIA/RIMA não está concluído totalmente, já que ainda falta o estudo do componente indígena. Ou seja, o estudo de impacto da Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins-PA, o qual não foi autorizado pela comunidade indígena até então (Brasil, 2013).

A implantação de hidrelétricas provoca o deslocamento de populações situadas às margens dos rios para precários assentamentos ou para as periferias das cidades. Empreendimentos desse tipo distribuem os efeitos socioambientais de forma desigual, sendo os grupos mais pobres os mais atingidos. Por isso, é importante a retomada dos debates sobre justiça ambiental para refletir sobre os efeitos sociais e ambientais de projetos hidrelétricos, mais especificamente do projeto hidrelétrica de Marabá. Levando em consideração as anteriores experiências de grandes obras desse tipo, observa-se a necessidade de estar alerta, pois já é possível apontar a produção de riscos e possíveis



injustiças socioambientais que poderão ocorrer na região amazônica, impactando seus ecossistemas e sua diversidade social, caso a hidrelétrica seja construída.

Quando discutimos os efeitos socioambientais, baseamo-nos na noção de efeitos sociais proposta por Sigaud (1992). Segundo essa noção, os impactos socioambientais gerados por empreendimentos, como as hidrelétricas, provocam reações nos grupos sociais que serão afetados. Esses grupos não aceitam passivamente serem deslocados em face das imposições de grupos político-empresariais. Portanto, é essencial estudar os efeitos socioambientais de grandes empreendimentos. Isso nos permite revelar as ações perversas do modelo de desenvolvimento promovido, no qual o capital se beneficia mais do que a população local. Essa população, por sua vez, tem o direito de se organizar e reivindicar condições de vida digna.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a questão dos riscos e efeitos socioambientais promovidos pela implantação dos grandes projetos na Amazônia. O foco principal é a potencial implementação do projeto da hidrelétrica de Marabá e as consequências que esse empreendimento poderá causar a Vila Apinagés, uma comunidade tradicional de pescadores localizada no município São João do Araguaia-PA. A análise é fundamentada na revisão bibliográfica dos debates conduzidos por alguns teóricos que contribuíram e constituíram o campo da sociologia ambiental, dentre outros.

Modernidade, ciência e técnica

A partir da modernidade, com o desenvolvimento da técnica e da ciência aliadas ao mercado e Estado, dissemina-se a promessa de progresso para a humanidade. O próprio homem, através da ciência e não mais a religião, torna-se o transformador na sociedade moderna. No entanto, o homem moderno se deu conta de que as promessas de progresso pautado na razão, ciência e no individualismo não promoveram o desejado futuro para todos. Por isso, surgiram vários teóricos críticos questionando esse projeto de modernidade. Uma corrente que segue essa linha foi desenvolvida pela Escola de Frankfurt.

A proposta da Escola de Frankfurt foi a criação de uma nova teoria baseada no marxismo, denominada de Teoria Crítica. Ela procurava se distanciar da análise



economicista que predominava no materialismo dialético dos autores marxistas até então e no comunismo da União Soviética. A teoria crítica surge no contexto de uma nova modernidade, de uma sociedade desencantada com as promessas do iluminismo, inserida nas relações de trocas, interesses individuais e economia monetária. Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o homem não está entrando em um estado verdadeiramente humano, na verdade, entrou em um novo tipo de barbárie. Para os autores, o progresso se transformou em um regresso. A ciência estava se aproximando da natureza apenas para explorá-la, com o objetivo de intensificar o consumo em massa, explorando-se os recursos naturais até sua exaustão.

Outro importante autor que inicialmente fez parte da Escola de Frankfurt, mas que depois se afastou dela, foi Jürgen Habermas. Habermas (1968), como outros autores da Escola de Frankfurt, alertou para as consequências da intensa racionalização científica na contemporaneidade, como a opressão sobre as pessoas que não percebem essa ação sobre elas. A influência do poder da ciência é tão forte na sociedade moderna, principalmente proporcionando bens e benefícios, que os indivíduos não questionam os malefícios que ela traz. Para Habermas (1968), a ciência e a técnica se tornaram um novo tipo de ideologia na sociedade contemporânea, que resiste porque as benesses que a racionalidade científica produz para os países ricos são entendidas como justificadoras em relação aos malefícios que produz, como a intensa exploração dos recursos naturais e o desprezo por outras formas de conhecimento populares.

Os apontamentos da Teoria Crítica voltam à tona atualmente, quando se perceber a constante degradação ambiental promovida em nome do avanço científico e da acumulação do capital. Esses fatores estão levando a vida no planeta a correr riscos por conta da desenfreada exploração da natureza, poluição e mudanças climáticas. A tecnologia é utilizada de forma ideológica e como meio de dominação dos que possuem mais avanços no âmbito científico sobre os que não possuem (Habermas, 1968).

Sociologia ambiental

O crescente avanço tecnológico e a ideia de dominação do homem sobre a natureza a partir da modernidade levaram a uma exploração indiscriminada dos recursos



naturais do planeta, ameaçando sua biodiversidade. De acordo com Leite Lopes (2006), a preocupação global com a crescente degradação ambiental se torna mais visível a partir da Conferência de Estocolmo-72¹, organizada pela ONU, em que se configurou, em âmbito internacional, incluindo o Brasil, a generalização da questão pública sobre a preservação ambiental.

Com a intensificação dos debates sobre o aumento e a gravidade da degradação ambiental e suas consequências socioambientais, os teóricos se inquietaram sobre como transformar a questão ambiental em uma questão sociológica. Eles também questionaram como proceder metodologicamente para estudar a problemática ambiental na sociologia. Tarefa que é um desafio, dada a multidimensionalidade da problemática ambiental, que inclui tanto a dimensão natural quanto a social.

De acordo com Hannigan (2009), o primeiro estágio da sociologia ambiental se deu nos anos 1970, e estava voltado para identificar o mais importante fator que condiciona a destruição ambiental; já o segundo estágio procura o melhor mecanismo para o desenvolvimento ambiental. Para o autor, há duas abordagens fundamentais para explicar a degradação ambiental: a explicação ecológica e a explicação da economia política. A explicação ecológica parte da ecologia humana, destacando as características excepcionais dos humanos e a sua habilidade em dominar a natureza, em vez de enfatizar o que eles têm em comum com as outras espécies do mundo.

Já a perspectiva da economia política se concentra nos problemas ambientais e nas políticas públicas organizadas na estrutura da sociedade moderna industrial. Dentro dessa abordagem, é analisada a relação entre capitalismo, meio ambiente e Estado. Ou seja, examina-se as relações contraditórias entre a degradação ambiental, a expansão econômica e o compromisso constante do Estado com o desenvolvimento econômico. Ainda fazem parte da pauta de discussões as problemáticas do Terceiro Mundo, a dependência destes aos mercados globais e as consequências ambientais de uma

¹ A Conferência de Estocolmo, também chamada de Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, aconteceu entre 05 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia. A Conferência é considerada um marco na questão ambiental, por ser o primeiro grande evento organizado pela ONU, envolvendo dirigentes de todo o mundo para debater sobre questões ambientais de forma global.

reprodução industrial nesses países, cujo efeitos promovem massivos estragos ecológicos, como enchentes, destruição de florestas, erosão de solo e poluição (Hannigan, 2009).

No contexto da fundamentação da sociologia ambiental, Hanningan (2009) destaca também as teorias normativas do modernismo e do desenvolvimento ambiental. Em relação às teorias do modernismo, na contemporaneidade, proliferaram-se teóricos críticos às teorias de desenvolvimento pautadas pelo indiscriminado incentivo à modernização em escala industrial, que passaram a provocar desequilíbrios ecológicos. Isso levou teóricos, como Giddens (1991), a afirmar que a sociedade está passando pelo estágio de “modernização reflexiva” e pelo processo de “incerteza artificial”. Por sua vez, Beck (2011) caracterizou essa nova realidade como uma nova forma de sociedade, a “sociedade de risco”.

Ulrich Beck (1944-2015) criou a teoria da sociedade de risco, em que afirma que estamos frequentemente expostos a riscos dos quais, muitas vezes, não temos consciência e que estão além do domínio das instituições de controle. Para Beck (2011), a revolução tecnológica e científica que ofereceu progresso, agora é apontada como a responsável pela produção de riscos globais, como os que podem ser provocados pela biotecnologia, indústria nuclear e energia química. O avanço científico e tecnológico, para saciar as necessidades humanas, chegou a um estágio crítico. Se ocorrer alguma catástrofe, seria tão grave que seria praticamente impossível conter o impacto e retornar à normalidade. Logo, surgem contradições entre governantes e cientistas a respeito de como enfrentar os riscos. Há o medo de viver em um mundo em que não se tem controle sobre tudo. Como consequência, nossa relação com as instituições tem mudado de forma profunda nas últimas décadas, exigindo uma nova maneira de pensar o risco (Beck, 2011).

A percepção que antes tínhamos de que teríamos o controle e domínio sobre a natureza parece não ser mais possível. Isso leva a um desencantamento da sociedade com as estruturas sociais que existem para garantir segurança. Na “sociedade de risco”, as pessoas, grupos, corporações e governos cada vez mais se preocupam com a produção, experiência e distribuição do risco. Beck (2011) aponta o importante papel dos movimentos sociais em direcionar a percepção pública sobre os riscos, como o Greenpeace, e o papel da mídia em alertar e tornar visíveis os riscos. Os riscos globais exigem respostas globais, pois as catástrofes podem ultrapassar as fronteiras nacionais.



Por isso, há necessidade de diálogo entre diferentes grupos para lidar com riscos de catástrofes, prevalecer o interesse comum e transformar as instituições de forma benéfica para a sociedade.

Também nessa linha de teorias de sociedade global e de riscos, Anthony Giddens estuda as incertezas do que chama de “modernização reflexiva” como caracterização do período atual, pautado por inúmeras transformações sociais. De acordo com Giddens (1991), as implicações da modernidade criam incertezas e ambiguidades na sociedade atual, gerando dualidades, como perigo x segurança e risco x confiança. De acordo com o autor, o intenso avanço da industrialização capitalista e da globalização afeta o dia a dia dos indivíduos em âmbito mundial e cria uma situação de incerteza artificial.

Para Giddens (1991), uma característica da sociedade atual é o desencaixe. Ou seja, há uma dissolução de características locais que são reestruturadas devido à intensa expansão do tempo-espço. Isso produz um distanciamento e a criação de instituições globais e gerais que atuam de forma extensa. Elas são pautadas pelos mecanismos desse desencaixe, como as fichas simbólicas e os sistemas peritos.² A organização social da vida moderna se baseia na confiança nesses mecanismos. Confiamos uns nos outros e nos sistemas peritos, mas também sabemos da existência do risco. A sociedade seria caracterizada por estar sempre em situação de perigo e insegurança, sendo que o risco não ocorre apenas de forma individual, mas podem ser coletivos e até mesmo globais, como os riscos ambientais.

Na perspectiva do desenvolvimento ambiental, Hannigan (2009) destaca a teoria da modernização ecológica de Mol e Spaargaren (2002). Eles apontam a existência de uma troca ecológica nas dinâmicas de industrialização que levam em consideração a manutenção da sustentabilidade, sem impedir a modernização. Essa é uma posição racional que fica entre os ambientalistas *catastróficos* e os apologistas do capital. Hannigan (2009) afirma que essa perspectiva tem seus limites por se tratar de um “otimismo tecnológico”, sugerindo que o capitalismo estaria indo para uma direção mais

² Mecanismos de desencaixe: fichas simbólicas (dinheiro, nos que atribuímos aquele valor, objeto objetivado pelos indivíduos da sociedade capitalista, responsável pelo desencaixe, pelas novas relações sociais), sistemas peritos (indivíduos especializados em serviços que todos nós precisamos, confiar no outro por sua especialização). O dinheiro como uma ficha simbólica é um meio de intercâmbio que não depende de um determinado grupo para existir, pois é o meio das pessoas se relacionarem. Já os sistemas peritos são pautados por ambientes sociais que dão ênfase à técnica.

verde. Os autores da abordagem da modernização passaram a ser considerados como ingênuos, pois empresas só têm alguma consideração em relação ao ecológico quando isto pode lhes beneficiar. Apesar das duas perspectivas teóricas se contrastarem em diversos aspectos, ambas acreditam que um estado ambiental vai surgir e que a proteção ambiental será uma responsabilidade básica, pela pressão de movimentos sociais ou pelo Estado.

De acordo com Hanningan (2009), há, no contexto da sociologia ambiental, o clássico debate realismo *versus* construcionismo. Os primeiros sociólogos ambientais eram realistas, aceitaram quase sem críticas a existência de uma crise ambiental por conta de um aumento populacional e o uso de tecnologias sem verificação. Já os construcionistas argumentam que a tarefa central da sociologia ambiental é demonstrar que os problemas ambientais resultam de um processo social de negociação, legitimação e definição, logo, não é a negação da atuação da natureza, mas a magnitude dos impactos que está relacionada à construção humana. O autor afirma que o construcionismo contribuiu para a constituição de políticas na área ambiental, fazendo questionamento sobre quem reivindica a existência dos problemas ambientais e quem se opõe a eles nos contextos sociais e políticos. Hanningan (2009) propõe a necessidade de formular-se um construcionismo nas análises socionaturais, com o objetivo de integrar construcionismo e realismo.

Para Guivant (2002), é importante a formulação de uma abordagem que equilibre realismo e construtivismo, apropriada para tratar das dinâmicas de instituição de políticas públicas. Na sociologia ambiental, o diálogo entre construtivistas sociais e realistas contribuiu para esclarecer importantes divergências na formulação de propostas de desenvolvimento sustentável. É importante notar que uma perspectiva estritamente realista necessita de flexibilidade para lidar com as diferentes visões ambientais, pois nessa abordagem não se leva em consideração outras racionalidades. De acordo Almeida e Premevida (2014), a temática ambiental se torna de fundamental interesse nas ciências sociais, pressionando por mudanças epistemológicas e teóricas nas ciências humanas. Há uma necessidade da prática interdisciplinar no tratamento relativo à temática ambiental para a construção de uma mudança mundial em relação às questões que se reúnem sob o termo que chamamos de questão ambiental.



Grandes projetos na Amazônia

No contexto da intensificação da preocupação ambiental, há a necessidade de expor os malefícios desse avanço desenfreado da racionalidade científica. Esse avanço, manifestado através da implantação de grandes empreendimentos, desconsidera outros saberes e continua a esgotar os recursos naturais do planeta. Além disso, produz riscos e desestrutura a biodiversidade e modos de vida tradicionais. Shiva (2003) discute sobre a temática da biodiversidade nesse cenário do paradigma desenvolvimentista dos grandes projetos. Destaca como as monoculturas e a biotecnologia impactam a biodiversidade do planeta, especialmente a relação de exploração entre os países possuidores de tecnologias e os países de terceiro mundo, ricos em recursos naturais.

De acordo com Shiva (2003), esses grandes projetos com financiamento internacional para a implantação de atividades mineradoras em áreas florestais e de barragens e rodovias são uma das grandes causas de degradação da biodiversidade. A autora aponta o Programa Grande Carajás no Brasil, que implantou a barragem de Tucuruí, atividades de mineração e indústrias que afetaram a biodiversidade e a diversidade sociocultural na Amazônia. Em regiões como Carajás, existem projetos que desmatam milhares de quilômetros quadrados de floresta, fazendo com que desapareçam até mesmo habitats inteiros. Entretanto são as comunidades e sua relação com o meio ambiente que fazem a proteção da biodiversidade.

Para a autora, justiça, eficiência e ecologia convergem para a biodiversidade, pois a diversidade garante a estabilidade da ecologia, o modo de vida de muitas comunidades e também garante eficiência em variadas dimensões. O saber de comunidades e os seus direitos necessitam de fortalecimento para que aconteça uma satisfatória preservação da biodiversidade, esse incentivo tem que ser feitos em âmbitos locais, nacionais e globais. Atualmente, a perspectiva ambiental dos conflitos sociais vem recebendo atenção por causa da intensificação dos debates fomentados pela justiça ambiental sobre a pegada ecológica, na defesa de produção para subsistência, preservação ecológica e no combate às injustiças ambientais deflagradas pela degradação ambiental.



Justiça ambiental e empreendimentos hidrelétricos

A ecologia política é a perspectiva voltada para os estudos dos conflitos ecológicos distributivos, uma área constituída por sociólogos, antropólogos, geógrafos, entre outros. Os conflitos ambientais na contemporaneidade estão cada vez mais intensos, especialmente por conta do crescimento das tensões por causa dos recursos naturais. De acordo com Leff (2013), a ecologia política visa à desconstrução teórica no campo político, reconhecendo a diversidade cultural, os saberes e os direitos dos povos tradicionais. Além disso, vê no ambientalismo uma forma de confrontar a hegemonia do mercado. A intensa expansão da produção leva à busca de recursos em outros países. O Brasil é um exemplo nesse contexto, pois a extração mineral para exportação ocorre de forma predatória, resultando em um passivo ambiental que não pode ser ignorado. Isso causa o deslocamento de populações, desmatamento, assoreamento de rios, dentre outras consequências.

O economista ecológico Martinez Alier, referência acadêmica nos debates sobre conflitos ecológicos, apresenta as três mais importantes correntes ambientalistas atuais. Atualmente, no movimento ecologista global, predominam duas correntes³: “culto ao silvestre” e “evangelho da ecoeficiência”, sendo que está em crescimento uma terceira corrente, nomeada “justiça ambiental” ou “ecologismo dos pobres”. A perspectiva da justiça ambiental se opõe à devastadora expansão da produção, que resulta em efeitos socioambientais que atingem desproporcionalmente grupos sociais. Essa terceira corrente não defende um culto sagrado à natureza, mas sim vê o meio ambiente como provedor de recursos para grupos sociais pobres. Essa corrente reivindica justiça social entre os indivíduos e argumenta que grupos tradicionais, como camponeses e indígenas, utilizam de forma sustentável os bens naturais, contribuindo assim para a preservação ambiental.

³ De acordo com Alier (2011), a primeira corrente, “culto ao silvestre”, não se opõe ao crescimento econômico e à industrialização. Para ela, baseada na biologia conservacionista, o homem deve preservar e manter a natureza de forma intocada, sem a influência do mercado no que restou da natureza original, quase que de forma sagrada. Então propõe a manutenção de reservas naturais, como parques nacionais, livre da interferência do homem. Já a segunda corrente ambientalista apontada pelo autor, “evangelho da ecoeficiência”, acredita no desenvolvimento sustentável e na utilização sustentável dos recursos naturais, sem a necessidade de manter partes da natureza intocada, como na primeira corrente. A “evangelho da ecoeficiência” propõe um equilíbrio entre a preservação ambiental e o processo de intensificação da produção.

Esses novos movimentos em nome dos direitos humanos, Alier (2011) denomina como o “ecologismo dos pobres” ou movimentos por justiça ambiental. Eles colocam a questão ambiental no seio dos debates relativos ao modelo desenvolvimentista, principalmente dando atenção aos grupos sociais mais pobres, que precisam de igualdade social e que são vítimas da injustiça ambiental. Injustiça ambiental é entendida, de acordo com Acelrad e colaboradores (2004), como o meio em que nas sociedades desiguais direcionam-se socialmente as maiores consequências dos danos ambientais para os povos de baixa renda, aos grupos racializados, aos povos étnicos, de bairros periféricos, marginalizados e em vulnerabilidade. Para os autores, a injustiça ambiental resulta da perversa lógica de um sistema de produção que provoca a destruição do ecossistema e de ocupação do solo que prejudica as condições de saúde de populações vulneráveis, as quais são excluídas pelos grandes projetos. Enquanto isso, as populações de alta renda possuem diversas formas de transitar para espaços mais protegidos da destruição ambiental.

De acordo com Acelrad e colaboradores (2004), a noção de justiça ambiental representa um movimento para ressignificar a questão ambiental, pois é resultado da apropriação do tema meio ambiente por dinâmicas sociais e políticas que estão envolvidas tradicionalmente no processo de construção da justiça social em um sentido amplo. Esse processo se associa à reconstituição dos espaços onde acontecem os conflitos sociais pela formação de possíveis futuros. Nesses espaços, a temática ambiental se torna cada vez mais central, perpassando questões sociais tradicionais como renda e emprego.

O biólogo Phillip Fearnside (2019) faz a relação entre a corrente da justiça ambiental e as dinâmicas de implementação de barragens na Amazônia. Afirma que justiça ambiental se refere principalmente às desiguais consequências ambientais sobre grupos humanos. De acordo com o autor, as represas na Amazônia se inserem em qualquer definição de justiça ambiental, já que essas barragens afetam principalmente as populações que vivem ao longo dos rios amazônicos e deles são dependentes, como os grupos indígenas e ribeirinhos.

Segundo Fearnside (2019), é comum observar no discurso do setor elétrico que é necessário criar mais barragens para atender à demanda dos brasileiros que não têm acesso à energia elétrica. No entanto, esse discurso quase nada tem a ver com a distribuição de energia elétrica nacionalmente, pois a ampliação da rede elétrica em áreas rurais não vem sendo prioridade para o governo. Grande parte da eletricidade de hidrelétricas está direcionada para

indústrias, mas esse fato não é amplamente tornado público à população. De acordo com o autor, essa forma de injustiça poderia ser reduzida caso houvesse uma melhora considerável na maneira como os indivíduos são reassentados e na substituição dos seus meios de subsistência. Entretanto, a base principal da injustiça não se modifica. Então, a instalação de barragens aponta uma recorrente violação dos direitos humanos ao não considerarem os alertas ambientais e sociais.

O biólogo demonstra as injustiças ambientais provocadas por barragens ao apresentar as hidrelétricas de Balbina no estado do Amazonas e Tucuruí no Pará, que moveram populações indígenas e foram prejudiciais à atividade pesqueira; em Jirau e Santo Antônio, a barragem bloqueou migrações de peixes que contribuíram para a subsistências de povos ribeirinhos; Teles Pires inundou um local sagrado dos indígenas Munjuruku; e Belo Monte deslocou grupos de pessoas de espaços rurais e urbanos, interferiu na pesca ao tirar por volta de 80% do fluxo de água em pelo menos 100 km do rio Xingu, espaço que era utilizado por áreas indígenas. Por isso, Fearnside (2019) alerta que muitas outras barragens já planejadas na região amazônica prejudicariam intensamente a região. Um exemplo é o projeto da hidrelétrica de Marabá, que estima o deslocamento de até 40.000 pessoas, incluindo ribeirinhos e pescadores. A vila Apinagés, situada em São João do Araguaia, terá que deslocar seus moradores.

Hidrelétrica de Marabá e a vila Apinagés

Os governos militares que ascenderam ao poder a partir dos anos 1960 impulsionaram a implantação das atividades desenvolvimentistas na região amazônica. Simultaneamente, quando o Estado promove ações e programas com o objetivo de integrar a Amazônia ao mercado, são apresentadas diversas justificativas para a exploração de seus recursos pelo capital. A necessidade de energia levou a ciência a descobrir diferentes formas de criação energética. Uma dessas formas é a energia hidroelétrica, e a região amazônica, por sua riqueza de águas, possui um enorme potencial energético.



Em relação aos efeitos socioambientais⁴, as hidrelétricas são promovidas como forma alternativa de geração de energia limpa, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis. No entanto, elas não estão isentas de riscos e impactos. Há a metilação de mercúrio e a proliferação de insetos, além da emissão de gases de efeito estufa devido às barragens. Gases como dióxido nitroso e o metano são propagados através da água nos reservatórios e da água que se movimenta pelas turbinas e vertedouros. Além disso, há o desmatamento para a construção da infraestrutura da hidrelétrica. A implantação de grandes projetos promovem mudanças radicais na reprodução social de comunidades tradicionais que possuem estreita relação com o meio ambiente. Como apontam os estudos de Fearnside (2019) sobre barragens, as populações localizadas à beira-rio são deslocadas para assentamentos ou casas na área urbana. Em muitos casos, os municípios não conseguem atender à população recém-chegada, o que gera um aumento nos casos de desemprego, alcoolismo, violência, prostituição e a disseminação de doenças.

Um dos mais recentes projetos de empreendimento é o Projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá, que vem sendo planejado pelo menos desde os anos 1980 no PGC e foi discutido novamente em 2001. O futuro empreendimento hidroelétrico tem a previsão de distribuir energia elétrica às dinâmicas de extração das minas de ferro e cobre. Para a instalação da hidrelétrica em Marabá, estima-se a inundação de 1.115 km² de terras. A grande quantidade de áreas previstas de serem atingidas demonstra os efeitos socioambientais que resultarão do projeto. Pois serão afetados doze municípios entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (Silva, 2012). O empreendimento poderá atingir por volta de 40.000 pessoas e 36 projetos de assentamentos, sendo 22 no Tocantins, 12 no Pará e 2 no Maranhão. Além disso, povoados, vilas, uma localidade de comunidade indígena e o Parque Estadual Encontro das Águas, localizados às margens dos rios, também serão impactados (Pereira; Pinto, 2020).

São João do Araguaia está entre os doze municípios que poderão ser afetados com a Hidrelétrica de Marabá. O município tem uma população estimada em 14.051 habitantes (IBGE, 2020). No município, localiza-se a vila Apinagés, considerada um dos povoados mais antigos do sudeste paraense, tendo se constituído no contexto do auge da castanha-do-Pará e

⁴ De acordo com Sigaud (1992), a noção de impacto se preocupa mais em dar visibilidade às ações dos dominadores que dos dominados. Por isso neste trabalho será utilizada a noção de efeitos sociais (SIGAUD, 1992); (REIS, 1998); no contexto de implantação de grandes projetos, entendendo a existência de uma confrontação de forças em que se destaca o protagonismo dos grupos atingidos em dificultar as ações arbitrárias político-empresariais.

do garimpo na região. A vila se organiza socialmente de forma entrelaçada ao rio Tocantins. Além de atividades, como pecuária e agricultura, muitos obtêm sua subsistência a partir das águas dos rios. Pescadores se relacionam com o mercado de São Domingos do Araguaia e Marabá. Além disso, os transportadores de barcos e canoas que no verão transportam os turistas às praias da região (Araújo; Sieben, 2020). A possível instalação do empreendimento hidroelétrico deslocará os indivíduos dessa comunidade e desestruturará sua organização social.

Nesse sentido, utilizando a noção de efeitos sociais (Reis, 1998; Sigaud, 1992), é possível notar nesse contexto a existência de um confronto de forças, que mesmo ocorrendo de forma desfavorável para os grupos mais pobres a serem atingidos, estes reagem frente às ações arbitrárias político-empresariais. Nos movimentos sociais, como o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), há integrantes mulheres que vivem em territórios ameaçados de inundação devido ao lago que seria formado caso a hidrelétrica de Marabá fosse implantada. O movimento, além de estar em constantes embates contra a produção de carvão do coco-babaçu, desmatamento dos babaçuais, a expansão da pecuária, agora terão que lidar também com as inseguranças do projeto da hidrelétrica de Marabá. Em Apinagés, no município de São João do Araguaia, está localizada a Colônia de Pescadores Z-45, onde os pescadores já sofrem por causa de outros empreendimentos, como a hidrelétrica de Tucuruí. Desse modo, caso a hidrelétrica de Marabá seja instalada, o trecho entre São João do Araguaia e Marabá poderá desencadear mais desafios aos pescadores da bacia do Araguaia-Tocantins (Marin; Trindade, 2010).

Os processos provocados pela instalação de grandes obras, como hidrelétricas, afetam diretamente a vida e as relações sociais dos atingidos. Por isso, há a necessidade de constantes discussões nos espaços públicos e a responsabilização dos atores que impõem essas dinâmicas de dominação. Vários grupos sociais que já enfrentam injustiças ambientais terão suas dificuldades intensificadas caso a hidrelétrica de Marabá seja construída. Daí surge a necessidade da atuação e reivindicação desses grupos sociais, aliados a movimentos de reivindicação pela defesa de seus territórios.



Considerações finais

Como observado, o aumento da preocupação com a temática ambiental, principalmente com a globalização dos efeitos socioambientais e a produção de riscos, levou os teóricos das ciências humanas a refletirem sobre a questão ambiental no contexto da sociedade atual, que, de forma geral, não usufruiu do progresso prometido. A partir dessa preocupação, surge a sociologia ambiental, vinda da necessidade de se discutir, na academia, as questões ambientais e suas consequências sociais. As correntes teóricas em questão refletem sobre a relação entre a natureza, a técnica e a sociedade e as consequências sociais da degradação ambiental, contribuindo, assim, para a promoção de políticas públicas.

Na região amazônica, considerável parte dos efeitos socioambientais acontece devido à expansão do capital, realizada por meio dos grandes projetos e suas dinâmicas que desconsideram os efeitos negativos para os grupos tradicionais que já habitavam a região amazônica, como quilombolas, pescadores, camponeses, indígenas etc. Como aponta Fearnside (2019) em seus estudos sobre barragens na Amazônia, estes grupos sociais são expropriados de seus territórios, resultando em confrontos, desterritorializações de comunidades, culturas e modos de vida.

Nesse contexto, há a iminente instalação da hidrelétrica de Marabá. Se o projeto for implementado, afetará áreas de municípios da região, assim provocará o deslocamento de comunidades, como os habitantes da vila Apinagés, de suas localidades tradicionais, entre outras consequências. Por isso, destaca-se a importância de constantes debates na academia em articulação com movimentos sociais e outros grupos que habitam o território, como pescadores, indígenas, ribeirinhos, bem como áreas urbanas, sobre como esses projetos foram disseminados na região amazônica. São esses grupos sociais que, ao se engajarem, podem se transformar em agentes de reação e resistência aos efeitos socioambientais provocados por grandes empreendimentos. Eles também atuam em reivindicações territoriais e buscam melhores condições de vida e subsistência, lutando por uma justiça socioambiental.



Referências

ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 9-22.

ALIER, M.J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 14-33, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/9b58nJCGjGQSYXGzTcc7QdC/#>. Acesso em: 4 maio 2024.

ARAÚJO, A. S.; SIEBEN, A. A comunidade de Apinagés em São João do Araguaia, Pará: atingido pela perspectiva da construção da usina hidrelétrica de Marabá. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 38, n. 2, p. 130-150, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/43271>. Acesso em: 4 maio 2024.

BECK, U. **A sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: editora 34, 2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Relatório de impactos ambientais: aproveitamento hidrelétrico Marabá**. [Brasília]: Worley Parsons, [2013].

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GUIVANT, J.S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 72-88, 2002. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/220>. Acesso em: 4 maio 2024.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panoramas: cidades: São João do Araguaia**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-joao-do-araguaia/panorama>. Acesso em: 24 maio 2021.

LEFF, E. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 27, p. 11-20, jan. - jun. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269733079_Ecologia_Politica_uma_perspectiva_latino-americana. Acesso em: 4 de maio 2024.

LOPES, J. S. Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Cw4JM8d7rs5GzyxfkQVNYFj/#>. Acesso em: 4 maio 2024.



MARIN, R. E. A.; TRINDADE, J. S. B. O direito de dizer “não” à construção da hidrelétrica de Marabá. **Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia**, Manaus, n. 4, p. 1-16, nov. 2010. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/04-o-direito-de-dizer-nao-a-construcao-da-hidreletrica-de-maraba/>. Acesso em: 4 maio 2024.

MOL, A. P. J.; SPAARGAREN, G. Sociologia, meio ambiente e modernidade: modernização ecológica: uma teoria de mudança social. **Society & Natural Resources**, [U. K.], v. 5, n. 4, p. 323-344, 2002.

PEREIRA, A. R.; PINTO, P. D. Os impactos da hidrelétrica de Marabá nas festividades no Divino na vila Espírito Santo, no município de Marabá-PA. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.7, n. 16, p. 24-34, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2942>. Acesso em: 4 maio 2024.

REIS, M J. Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1998.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, 1992.

SILVA, C. B. **Entre o recurso e a vida**: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Pará, Marabá. 2012.

Recebido em: 02/10/2023.

Aceito em: 25/04/2024.



POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM DEBATE: estudo sobre as audiências públicas da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados

CULTURAL PUBLIC POLICIES IN DEBATE: a study of public hearings of the Brazilian Chamber of Deputies' Culture Committee

Antonio Teixeira de Barros *

Malena Rehbein Rodrigues Sathler **

Resumo

O texto analisa os debates sobre políticas públicas culturais no Brasil, originados das audiências públicas promovidas pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. O objetivo é examinar as percepções do público sobre essas audiências, considerando: os debates em si; a atuação dos parlamentares e dos expositores dos convidados; e a atuação do Congresso Nacional e do Poder Executivo. Os dados resultam de questionário aplicado presencialmente com os participantes das audiências públicas durante o ano de 2019, totalizando 30% do público total de 670. As principais conclusões mostram o predomínio de percepções positivas sobre audiências, os debates e a participação dos expositores convidados, mas a atuação dos deputados é considerada regular. A avaliação sobre a atuação do Congresso Nacional e do Poder Executivo é vista de forma negativa. Os participantes destacam as omissões dos congressistas e a falta de prioridade do tema na agenda do Executivo, com severas críticas ao Governo em exercício durante a realização da pesquisa.

Palavras-chave: políticas públicas culturais brasileiras; poder legislativo; Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados; audiências públicas.

Abstract

The text analyzes the debates on Brazilian cultural public policies based upon the public hearings promoted by the Culture Committee of the Chamber of Deputies. The objective is to examine the public's perceptions of these audiences, considering: the debates themselves; the performance of parliamentarians and guest speakers; and the performance of the National Congress and the Executive Branch. The data result from a questionnaire applied in person with the participants of the public hearings during 2019, totaling 30% of the public of 670. The principal conclusions show the predominance of positive perceptions about audiences, debates and the participation of the invited exhibitors; but the performance of the deputies is considered ordinary. The performance of the National Congress and the Executive Branch is viewed in a negative way. The informants highlighted the omissions of the congressmen and the lack of priority on the topic on the Executive's agenda, with severe criticisms of the Government in office during the conduct of the survey.

* Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR), Brasil. E-mail: antonibarros@gmail.com.

** Doutora em ciência política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. Docente e pesquisadora do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR), Brasil. E-mail: malena.rodrigues@camara.leg.br.



Keywords: Brazilian cultural public policies; legislative power; Culture Committee of the Chamber of Deputies; public hearings.

Introdução

O desenvolvimento e execução de políticas culturais no Brasil é historicamente marcado por altos e baixos de investimento no setor, ao sabor da mudança de governos e sempre sem uma política de longo prazo para desenvolver um dos setores mais rentáveis do país, responsável por cerca de 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Uma síntese da trajetória das políticas culturais brasileira é apresentada por Rubim (2007, p. 101) nos seguintes termos: “a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: ausência, autoritarismo e instabilidade”.

A área de cultura foi sempre instável por andar a reboque de interesses de governos do momento, cuja existência seria fortalecida pelo controle do setor, seja para fortalecê-lo ou enfraquecê-lo. No caso de governos autoritários, foi sempre necessário controlar ao máximo a pluralidade das manifestações culturais brasileiras, com clara ausência de política de Estado para o setor como estratégico para o país. Boa parte dos contrapontos a esse tipo de (a)política cultural foi e é sempre feito pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, desde 2013 e que em vários momentos, como no governo Jair Bolsonaro (2018-2022), funcionou como verdadeiro ponto de resistência a políticas de caráter destrutivo ao setor. Um ponto importante de interface com a sociedade são as audiências públicas feitas pelo colegiado, com participação da sociedade civil. Nesse sentido, parece-nos importante saber como a sociedade vê esse espaço de interface e debate sobre políticas culturais.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar as percepções do público sobre essas audiências, considerando as seguintes questões: Como esse público avalia os debates promovidos por essas audiências públicas? Quais suas percepções? O que acham da experiência de assistir a uma audiência pública que põe em discussão temas culturais da agenda legislativa? O foco da análise são os seguintes aspectos: as percepções do público sobre a atuação dos parlamentares; dos representantes de órgãos governamentais;



dos representantes da sociedade civil. Além disso, são avaliadas as percepções dos cidadãos sobre a atuação do Congresso Nacional e do Poder Executivo no âmbito das políticas públicas culturais. Com isso, espera-se conhecer melhor como os participantes se sentem e como enxergam este locus de debate e o próprio tema em si.

Destaca-se ainda que o período escolhido, o ano de 2019, foi um dos anos mais atuantes da Comissão de Cultura na Câmara, tendo em vista que lá eram discutidas ações do governo, com o propósito de fazer oposição ao projeto governista. Em razão disso, o governo mobilizou seus apoiadores para estarem constantemente no colegiado, chegando a aventar a possibilidade de pedir a presidência da referida comissão. Tal interesse nunca foi uma marca de governos de direita, o que tornou a Comissão de Cultura um dos palcos políticos mais polêmicos e atuantes do ano em questão. Considerando ainda que todos os conselhos com participação social foram eliminados das esferas ligadas ao Poder Executivo no governo Bolsonaro, a CCULT, como é chamada dentro da Câmara dos Deputados, passou a ser o único locus institucional com possibilidade de participação social institucionalizada, via audiências públicas, e/ou informal, pelo acesso direto aos parlamentares pela sociedade civil durante as reuniões.

Em cena estava a disputa pelos significados simbólicos dos valores a compor uma nova identidade nacional. Isso poderia ser visto, por exemplo, em temas simples como as moções de repúdio votadas no colegiado. O governo obstruía recorrentemente as votações de repúdio contra censura, contra o posicionamento brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU), referente aos indígenas, por exemplo. O argumento era de que repudiar tais coisas é que seria censurar. Ou seja, uma opinião contrária, pública, seria prática de censura ao governo, deixando clara uma disputa de verdades sobre a realidade atual.

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas fechadas e abertas (apêndice A). O questionário foi aplicado presencialmente com os participantes das 32 audiências públicas realizadas pela Comissão durante todo o ano de 2019. Foram obtidas 201 respostas, totalizando 30% do público que acompanhou os debates no período estudado. Todos os participantes concordaram em responder às questões, sob a condição de que as respostas abertas não fossem identificadas. Por essa



razão, os relatos são utilizados de forma anônima. O perfil dos informantes será mencionado no início da análise dos dados (tabela 1).

Antes, apresentamos uma breve contextualização da história de políticas para o setor cultural e, em seguida, uma revisão bibliográfica sobre conceitos de cultura, modelos culturais e políticas públicas para o setor. Há ainda um tópico sobre a Comissão da Cultura da Câmara, objeto de análise do artigo.

Um pouco da história das políticas de governos para a cultura

Do ponto de vista histórico, segundo Lia Calabre (2009), no Brasil republicano, as primeiras iniciativas em termos de políticas culturais ocorreram durante o Governo Vargas, na década de 1930, na gestão do ministro Gustavo Capanema (1934 – 1945). São legados dessa época a criação de instituições culturais como o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional de Cinema Educativo e o Instituto Nacional do Livro. Outro marco, embora controverso, ocorreu durante o regime militar (1964 – 1985), com a criação do Conselho Nacional de Cultura, da Política Nacional de Cultura, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), do Conselho de Direito Autoral e da Fundação Pró-Memória. São iniciativas que, apesar da prevalência da censura durante o período em questão, reconhecidas como relevantes no contexto da institucionalização de políticas culturais, cujas contribuições se estendem até o final do regime militar (Calabre, 2009).

Durante a transição democrática, no governo Sarney, uma contribuição expressiva, na gestão de Celso Furtado no Ministério da Cultura, foi a implementação de incentivos fiscais para o setor cultural. A legislação da época “passou a conceder benefícios e concessões fiscais no imposto de renda para iniciativas operacionalizadas no setor cultural ou artístico”. Assim, “foi instaurado um mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura através de renúncia fiscal” (Silva, 2014, p. 202).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, destacam-se as políticas negativas para o setor. Estas foram implementadas pelo governo Collor e resultaram na extinção de instituições e programas culturais, além de cortes orçamentários para o setor. Durante o governo Fernando Henrique, a ação do Estado mais expressiva foram os



estímulos ao patrocínio privado para o setor, o que resultou em investimentos prioritários em áreas como música, audiovisual, patrimônio histórico, artes cênicas e produção editorial (Rubim, 2007; Silva, 2014).

Outra fase que também é reconhecida como um marco histórico ocorreu durante o governo de Lula (2003 – 2008), especialmente durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura. Segundo Silva (2014), essa terceira fase foi marcada por investimentos financeiros expressivos e pela articulação das políticas culturais com outros setores, como educação, ciência, tecnologia e meio ambiente. Além disso, foram impulsionados projetos para setores da cultura, favorecendo, inclusive, áreas pouco valorizadas pelo Estado, como circo, dança e manifestações populares. Foi uma fase em que a sociedade foi estimulada a participar dos debates internos no setor, por meio de conselhos, grupos e outras conformações. Outra característica desse momento foi o investimento em equipamentos culturais em áreas da periferia, uma tentativa de democratizar o acesso à cultura e valorizar as expressões oriundas das periferias, favelas e zonas urbanas marginalizadas. As políticas implementadas na gestão Lula “tiveram como diretrizes: a reinserção da cultura na pauta política da nação, a interiorização destas iniciativas e a pluralização identitária” (Silva, 2014, p. 199).

Durante o governo Dilma, uma das contribuições de destaque foi o Plano Nacional de Cultura (PNC), formulado com o objetivo de garantir maior estabilidade e continuidade às políticas públicas culturais brasileiras, por meio do Sistema Nacional de Cultura, um instrumento de gestão compartilhada das políticas culturais entre União, estados e municípios (Chedid; Capella, 2018). O PNC foi orientado por uma perspectiva de cidadania cultural, a fim de promover a inclusão cultural, o respeito às diversidades culturais em nível local e regional.

Os eixos dos PNC foram orientados pelos programas Pontos de Cultura, Cultura Viva e Mais Cultura, todos voltados para o reconhecimento e o fortalecimento das expressões culturais periféricas e regionais, que viriam a ser completamente esvaziadas pelo governo Bolsonaro. Segundo as autoras, o Poder Legislativo exerceu um papel de protagonismo no debate e proposições relativas ao PNC, com destaque para as formas de financiamento dos programas e projetos acima mencionados. Isso reforça a importância



do financiamento das políticas públicas culturais (Santos; Paulo, 2014; Costa; Medeiros; Bucco, 2017; Ferron; Arruda, 2019).

O início do governo Bolsonaro foi marcado por *guerras culturais* e medidas de desmonte de instituições representativas para o setor. Desde o seu início, ele tem sucateado a área de *cultura* de forma progressiva e severa. Primeiro, ocorreu a extinção do Ministério da Cultura e de várias áreas importantes dele, transferindo-o para o Ministério da Cidadania e, depois, para o Ministério do Turismo, reduzindo a cultura ao que pode gerar em termos de exploração turística. Depois, houve cortes máximos de recursos, prática de censura explícita a eventos culturais e veículos institucionais, como a EBC (Empresa Brasil de Comunicação). Além disso, foram nomeadas pessoas sem qualquer preparo ou, muitas vezes, em total discordância com as premissas de defesa da cultura no Brasil para órgãos, como o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), Funarte e Ancine (esta última que está praticamente acéfala desde o final de 2019).

Em vez de promover políticas culturais, o governo Bolsonaro optou por incentivar *guerras culturais*, entendidas como “discursos que têm como pauta temas morais, tais como aborto, homossexualidade, legalização das drogas e maior rigidez do sistema penal, subordinando as questões de ordem econômica e sociais a uma perspectiva punitiva, e que ganham cena no debate público, seja dentro ou fora da imprensa” (Miguel, 2018, p. 210). Para Bolsonaro, cultura é “coisa de esquerda” e, para dizimar a esquerda — o inimigo escolhido na estratégia política de mobilização social —, tornou-se necessário destruir a cultura que, para ele, a reflete. Ele entendia a importância da cultura, tanto que tentou moldá-la na tentativa de homogeneizar uma sociedade em deferência ao autoritarismo e aos valores morais de cunho conservador e religioso. Dessa forma, não se trata de mero desprezo à cultura, mas de adequação ao projeto em voga, algo que jamais havia sido feito nesses moldes após a redemocratização.

Cultura: conceitos básicos, modelos e políticas públicas

Apesar da complexidade dos estudos sobre cultura, existem duas visões que funcionam como âncoras conceituais para as pesquisas nessa área: a noção antropológica de cultura e a visão sociológica. Ambas oferecem suportes relevantes inclusive para o



estudo das políticas culturais. A dimensão antropológica, em resumo, compreende a cultura como “tudo quanto tem significado espiritual e, simultaneamente, adquire relevância coletiva” e também tudo que se relaciona aos processos de “criação ou de valoração humana, contrapostas às puras expressões da natureza” (Miranda, 2006, p. 2).

Na perspectiva antropológica,

a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (Botelho, 2001, p. 74).

A dimensão sociológica, por sua vez, trata a cultura como “produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (Botelho, 2001, p.74). A cultura é tratada, portanto, como um sistema simbólico que depende de instituições para fomentar a produção, de circuitos organizados que permitam a circulação desses bens e de públicos habilitados a compreender as produções que são oferecidas à sociedade.

Ambas as dimensões, contudo, conforme alerta a autora citada, podem ser levadas em conta quando se trata do estudo de políticas públicas culturais. No primeiro caso, observa-se que o foco está em níveis mais amplos da formação humana, a fim de que os indivíduos consigam entender a relevância da cultura para uma sociedade. Aqui, percebe-se que as políticas culturais operam em interface direta com as políticas educacionais e todas as demais políticas que são voltadas para o desenvolvimento humano, a promoção do bem-estar e da qualidade de vida em sentido integral. No segundo caso, as políticas públicas para o setor cultural apresentam como eixo o fortalecimento das instituições de produção simbólica, a valorização dos agentes produtores de cultura e a capacitação do público para o entendimento do valor das obras artísticas e dos demais bens simbólicos que lhes são oferecidos.

A literatura registra ainda outras três abordagens: a) a cultura como discurso simbólico (recurso retórico); b) a cultura como processo de criação simbólica; c) a cultura como consumo simbólico (Davel; Cora, 2016). Para os autores,



a autoridade pública em cultura tem de operar com um espaço, a sociedade, que é internamente subdividida em subespaços governados por lógicas diferentes – a cultura erudita, a indústria cultural e as culturas populares. Em cada um desses três espaços a autoridade pública deve manifestar ou uma linha clara de ação ou, ao menos, uma justificativa consistente sobre o que pode ser feito como financiamento direto, fomento indireto ou regulação (Durand, 2001, p. 71).

No lastro desses estudos sobre as várias dimensões da noção de cultura, destaca-se a discussão sobre os direitos culturais. A perspectiva dominante é a de que, embora muito comentados e discutidos em vários âmbitos políticos e sociais, constituem a categoria mais negligenciada pelas políticas públicas no âmbito dos direitos humanos (Vásquez, 2011). Por essa razão, as políticas públicas são consideradas instrumentos fundamentais para suprir essa lacuna e promover a efetivação dos direitos culturais em diferentes escalas, do nacional ao local (Cunha Filho, 2017).

Em perspectiva similar, Pedro (2011, p. 43) considera os direitos culturais “o filho pródigo dos direitos humanos”. Isso porque, apesar de amplamente defendidos, esses direitos são definidos de forma pouco efetiva nos ordenamentos jurídicos e recebem pouca importância pelos planos e projetos governamentais. Tudo isso faz com que “os direitos culturais apareçam insatisfatoriamente desenvolvidos, o que os relega à condição de parentes pobres dos direitos humanos”(Pedro, 2011, p.43).

Incluir os direitos culturais no rol dos direitos fundamentais implica, portanto, “situá-los na categoria mais alta de garantias da qual um direito subjetivo pode usufruir” (Pedro, 2011, p. 45). Isso implica uma visão integral e holística dos direitos culturais, o que compreende a totalidade dos direitos que têm a ver com os processos culturais, como “as liberdades de criação artística, científica e de comunicação cultural, os direitos autorais, o direito de acesso à cultura, o direito à identidade e à diferença cultural, o direito à conservação do patrimônio cultural” (Pedro, 2011, p. 45).

Os direitos culturais são aqueles relativos à identidade cultural, às liberdades culturais e ao acesso aos bens culturais (Miranda, 2006, p.2). São temas que se tornaram muito expressivos na agenda das questões sociais contemporâneas, abrangendo múltiplas dimensões da vida humana, como gênero, etnia, raça, classe social, práticas religiosas, identidades regionais, fatores geracionais, entre outros. O campo dos direitos culturais



abrange ainda os estilos de vida, as relações de trabalho, as culturas alimentares, os hábitos relacionados a vestuário, habitação, locomoção, cuidados relativos ao corpo, saúde, os modos de diversão, lazer e entretenimento, entre outros aspectos da vida contemporânea (Gohn, 2005).

Boaventura Sousa Santos (1997) ressalta a dimensão multicultural de direitos humanos, considerando o contexto de crescente globalização de certas práticas culturais, especialmente aquelas diretamente relacionadas à emergência de dispositivos tecnológicos, numa relação dialética com as práticas culturais ancoradas em identidades locais e regionais. Essa dimensão multicultural, segundo o autor, nos coloca diante de algumas tensões muito relevantes para a compreensão dos direitos culturais na atualidade. Entre tais tensões, estão os projetos culturais a serviço de uma política progressista e emancipatória versus projetos culturais nacionalistas e xenófobos; a tensão entre Estado e sociedade civil na formulação e revisão de políticas públicas culturais; e as disputas entre os estados nacionais e as políticas de orientação global, confrontando a legislação nacional relacionada aos direitos humanos e aos direitos culturais com as diretrizes de órgãos e acordos internacionais.

Os direitos culturais são estudados em duas dimensões, sendo uma generalista e a outra específica (Cunha Filho, 2011, p. 117). A primeira entende os direitos culturais como fundamentais para a segurança social, à dignidade individual e grupal e ao livre desenvolvimento da personalidade humana. O segundo prevê que “toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios” (Cunha Filho, 2011, p. 177).

Analisar políticas culturais exige uma breve abordagem sobre sua relação com os modelos culturais, que são mais abrangentes e servem de contexto para o debate relativo às políticas públicas. De forma resumida, os modelos culturais são entendidos como sistemas de representação de natureza simbólica compartilhados por indivíduos de uma cultura ou grupo social. Funcionam como guias mentais para a atribuição de sentidos a práticas, condutas e formas de pensar que orientam a vida coletiva, produzem senso de pertencimento e identidade cultural.



Tais modelos são formados por valores e crenças que carregam avaliações intersubjetivas que motivam tanto a ação individual quanto o comportamento coletivo. Os modelos culturais são construções sociais que são apreendidos individualmente por meio dos processos de socialização. Na vida prática, tornam-se redes de conteúdos mentais e ideológicos (ideias) que unem os membros de uma coletividade (Hunt, 1992; D’Andrade; Strauss, 1992; Feltes, 2018).

No âmbito desse tema, convém ressaltar ainda o debate relativo às diferenças entre democracia cultural e democratização da cultura e sua contribuição para refletir sobre as políticas públicas culturais na atualidade (Albuquerque Júnior, 2007; Botelho, 2007; Lopes, 2007; Lacerda, 2010; Souza, 2019). A noção de democratização da cultura é criticada pelos autores mencionados porque pressupõe políticas voltadas para

a superação dos desníveis culturais entre os segmentos sociais a partir de um movimento simplista e paternalista de democratização do acesso do grande público ao que é reconhecido e legitimado como “grande patrimônio”, quase sempre atrelado à “cultura erudita” (Souza, 2019, p. 184).

O que é posto em questão aqui é a suposta existência de um legado cultural hegemônico, considerado um valor universal. Essa vertente leva a políticas públicas culturais “de cariz conservador, elitista e paternalista de democratização” das expressões culturais de forma seletiva, priorizando aspectos e formas da cultura dominante em detrimento das culturas subalternas (Botelho, 2007, p. 172). Tal abordagem pressupõe a “verticalização e centralização das decisões políticas e, conseqüentemente, uma concepção restrita de cultura, públicos e capital cultural” (Lacerda, 2010, p. 29). As políticas culturais, orientadas por essa perspectiva, são

essencialmente elitistas, balizadas em uma ordem hegemônica que, ao passar pela dimensão cultural, sedimenta um conjunto de práticas como se fossem autofundamentadas no tecido social, e estabelecem, assim, fundamentos mais ou menos instáveis com sentidos de verdades fundantes (Souza, 2019, p. 186).

A noção de democracia cultural, por sua vez, compreende uma perspectiva política relacional, que se propõe a repensar a ação política no campo cultural, de modo a evitar o dirigismo do Estado e projetos políticos assentados em visões assistencialistas que promovem seletivamente certas expressões culturais. Daí a grande discussão, por exemplo, sobre o



fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura (FNC), de forma a estimular a produção cultural marginalizada no cenário nacional, por meio dos Pontos de Cultura. A democracia cultural pressupõe uma visão mais ampla, que entende a cultura como direito do cidadão, o que implica em “uma perspectiva pluralista e não hierarquizante [que busca] garantir ao cidadão o direito à cultura” (Souza, 2019, p. 191). Para o autor, essa abordagem requer a compreensão de que os espaços públicos devem ser “caracterizados pela pluralidade e interação cultural e [devem] buscar sempre o seu alargamento”. Essa visão “tem como pressuposto uma perspectiva pluralista de cultura e de públicos”, de modo a “fomentar e reconhecer as diferentes manifestações artístico-culturais sem hierarquizá-las” (Souza, 2019, p. 191).

O Estado, em sua atuação no campo das políticas culturais, exerce um papel como agente mediador e regulador dessas políticas, mas com o propósito de investir em projetos plurais, evitando a hierarquização e a marginalização das expressões culturais, dos gostos e dos públicos (Lopes, 2007). Assim, as políticas públicas para o setor cultural são orientadas para “ampliar os espaços de participação já existentes e buscar por novas experiências democráticas no sentido de contribuir para a efetiva participação política de diferentes linguagens artístico-culturais presentes no espaço social” (Souza, 2019, p. 193). Esse princípio “evidencia a necessidade de aprofundamento das experiências participativas em que diferentes grupos sociais e indivíduos possam participar das discussões e tomadas de decisão” (Souza, 2019, p. 193). Com esse propósito, na última década, foram criadas várias instâncias participativas ligadas ao antigo Ministério da Cultura, por meio, principalmente, de conselhos, a maioria extinta pelo Decreto 9759/2019 (Brasil, 2019)¹, que extinguiu todos os colegiados ligados à administração pública federal, como conselhos e comitês em que houvesse participação da sociedade civil.

Marques (2015) aponta como um dos principais desafios para as políticas culturais na atualidade o enfrentamento dos modelos hierarquizados de cultura, que supervalorizam determinadas expressões artísticas e culturais de elite, enquanto subestimam ou depreciam as manifestações populares e as expressões periféricas. Em sua visão, um projeto de democracia cultural, no âmbito de políticas culturais públicas, “deve considerar o contexto de interação

¹ Esse Decreto foi revogado em 2023, no Governo do presidente Lula, por meio do Decreto 11.371 de 1º de janeiro de 2023.



cultural, os diferentes públicos envolvidos, as relações de poder que se fazem presentes na própria ideia de políticas culturais públicas e buscar a maximização da participação pública nos espaços de decisão política” (Marques, 2015, p. 43).

As políticas culturais, quando classificadas segundo seus objetivos, apresentam a seguinte divisão, conforme Costa (1997): (a) políticas culturais carismáticas — apoio aos criadores reconhecidos; (b) políticas de democratização da cultura — ampliação do acesso às obras aos grandes públicos; (c) políticas de democracia cultural — alargamento das práticas culturais e da criatividade e expressões culturais dos vários grupos sociais, incluindo as minorias.

A partir dessa classificação, Tavares (2011) apresenta três modelos de incentivo e fomento à cultura: o liberal, o social-democrático e o neocensitário. O primeiro trata a cultura como inerente a um mercado em que os indivíduos escolhem livremente os produtos culturais, conforme seus interesses. O segundo pressupõe a atuação do Estado para assegurar o direito de acesso à cultura aos indivíduos. O terceiro constitui um modelo híbrido, que defende princípios liberais, mas reivindica a ação do Estado para que a cultura seja tratada como um bem público.

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados

Até o início do ano de 2013, os temas culturais eram discutidos pela então Comissão de Educação e Cultura. No final de fevereiro de 2013, a referida comissão foi desmembrada, resultando na criação da Comissão de Cultura, que conta com 20 membros titulares e igual número de suplentes. As atribuições da nova comissão foram definidas por meio da Resolução nº 21/2013, com o propósito de promover:

- a) o desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico, acordos culturais com outros países;
- b) o direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- c) a produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos;
- d) a gestão da documentação governamental e patrimônio arquivístico nacional;
- e) a área de diversões e espetáculos públicos;
- f) as datas comemorativas de relevância nacional;
- g) as homenagens cívicas. (Brasil, 2013)



Durante o ano de 2019, período em que a pesquisa foi realizada, a comissão foi presidida pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ). As deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Áurea Carolina (PSOL-MG) foram a primeira e a segunda vice-presidentes, respectivamente. A representação partidária dos demais titulares é bem diversificada, conforme exposto no quadro 1. Predominam parlamentares do espectro de esquerda: PT, PDT, PSB e PSOL.

Interessante ressaltar que a Comissão de Cultura é uma das mais fáceis para negociar troca de vagas entre membros na época em que os colegiados estão sendo formados, com base na proporcionalidade partidária. Tradicionalmente, sempre houve mais interesse de partidos de esquerda e centro-esquerda pela Comissão. Entretanto, em 2019, com as diversas medidas do governo na área, acabou se tornando um dos principais centros de debate na Câmara, com amplo interesse de partidos mais ligados à ala centro-direita e à direita.

Quadro 1 – Composição partidária da Comissão de Cultura em 2019

Partido	Titulares
PT	7
PDT	2
PSB	2
PSL	2
PSOL	2
DEM	1
PRB	1
PCdoB	1
PODE	1
Cidadania	1
PL	1
PSDB	1
Total	22

Fonte: elaboração própria com base no Relatório Anual da Comissão da Cultura da Câmara dos Deputados, 2019.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Durante o ano de 2019, a comissão realizou 32 audiências públicas, com a participação de 183 convidados, conforme exposto no quadro 2. A maioria dos temas estava ligada ao desmonte da área promovido pelo governo, como forma de reação e tentativa de conter avanços nesse sentido: censura na EBC, patrocínio e fomento cultural, racismo, preconceito, censura, estruturas de políticas de cultura com cobranças constantes de autoridades nomeadas.

Quadro 2 – Audiências públicas realizadas

	Tema	Data	Deputado requerente	Convidados
1	A Tradição Alimenta Não Violenta	28/03/19	Erika Kokay	6
2	Discussão sobre a nova política de patrocínio da CEF, BB, BNDES, Petrobrás e Correios na área de Cultura	11/04/19	Chico D'Angelo	7
3	A EBC e a garantia da comunicação pública	23/04/19	Chico D'Angelo	6
4	Discussão sobre o PL 7619/2017 proposto pela CPI da Lei Rouanet	24/04/19	Benedita da Silva	3
5	A criminalização do Funk	25/04/19	Áurea Carolina	6
6	Ações para a defesa e fortalecimento do FAC e da LOC do Distrito Federal	02/05/19	Erika Kokay	7
7	Discutir o PL 8889/2017 que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual sob demanda (CAVd)	08/05/19	Paulo Teixeira	6
8	Os impactos da extinção do Ministério da Cultura	22/05/19	Áurea Carolina	5
9	A disseminação de <i>fake news</i> e a interferência na democracia brasileira	23/05/19	Maria do Rosário	6
10	O papel e a reativação do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC	30/05/19	Jandira Feghali	4
11	Liberdade de imprensa e comunicação: a cultura de violência contra jornalistas e comunicadores como ameaça aos direitos humanos e à democracia	04/06/19	Túlio Gadelha	4
12	Os impactos das políticas afirmativas no Brasil, com base no livro "Reafirmando Direitos: trajetória de estudantes cotistas negros (as) no ensino superior brasileiro"	06/06/19	Áurea Carolina	5
13	Mecanismos de fomento à cultura e a Política Nacional das Artes	12/06/19	Marcelo Calero	4
14	Memória Verdade e Justiça – 50 anos de luta LGBTQI+	25/06/19	David Miranda	6

15	Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura	03/07/19	Benedita da Silva	8
16	“Cultura Viva”, uma política de Estado	04/07/19	Áurea Carolina	5
17	ANATEL proíbe Fox do Brasil de oferecer sua programação pela internet	11/07/19	Marcelo Calero	12
18	Racismo estrutural	14/08/19	Benedita da Silva	6
19	Situação dos museus e do patrimônio cultural brasileiro	15/08/19	Marcelo Calero	4
20	Iniciativas do governo federal e a produção do audiovisual no Brasil	04/09/19	Lídice da Mata	7
21	Artistas de rua: condições de atuação e legislação	05/09/19	Alexandre Padilha	3
22	Observatórios de cultura	11/09/19	Benedita da Silva	5
23	Atentados e crimes contra as comunidades religiosas de matriz africana	09/10/19	David Miranda	5
24	A criminalização da apologia à ditadura	16/10/19	Túlio Gadelha	6
25	Fortalecimento dos sistemas de bibliotecas públicas	17/10/19	Marcelo Calero	3
26	Em defesa do patrimônio cultural brasileiro	23/10/19	Áurea Carolina	5
27	A charge como expressão cultural e política do Brasil	06/11/19	Benedita da Silva	4
28	30 anos da política de redução e danos	07/11/19	Áurea Carolina	6
29	Tráfico e comércio ilícito de bens culturais	31/10/19	Marcelo Calero	8
30	“Art. 5º: Censura nunca mais”	18/11/19	Áurea Carolina	8
31	Consciência negra	20/11/19	Benedita da Silva Alexandre Padilha e Áurea Carolina	4
32	Consolidação das leis sobre direitos autorais	10/12/19	Marcelo Calero	3
Total				177

Fonte: elaboração própria, com base no Relatório Anual da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, 2019.

Análise dos dados

A tabela 1 mostra que homens, com idades entre 31 e 50 anos, têm uma participação 14,4% maior. A maioria deles possui pós-graduação (46%), configurando assim um público qualificado. A renda variava para cada uma das seguintes faixas salariais em torno de 30%: 6 a 10 salários-mínimos; 11 a 15 salários-mínimos; mais de 15 salários-mínimos. No geral, os participantes ganhavam entre R\$ 6,27 mil e mais de R\$ 15 mil. Só cerca de 15% ganhavam menos do que isso.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Esses dados revelam que a participação política nas audiências públicas da Comissão de Cultura ainda se restringe a classes com mais recursos financeiros. Isso também pode ser explicado pelo fato de que, em 2019, houve um corte severo nos gastos com passagens em comissões, resultando em uma média de oito passagens aérea por mês, o que equivale a cerca de duas para cada audiência. Desta forma, muitos convidados tiveram que comparecer com recursos próprios ou com o financiamento de entidades e instituições do setor cultural. Essa situação também se aplica aos interessados em assistir aos debates. Isso explica o predomínio da população local do Distrito Federal (88, 56%).

Tabela 1 – Perfil dos participantes

SEXO	N	%
Masculino	115	57,21
Feminino	86	42,79
Subtotal	201	100
FAIXA ETÁRIA	N	%
Até 20 anos	2	1
21 a 30 anos	30	14,9
31 a 40 anos	63	31,3
41 a 50 anos	64	31,9
51 a 60 anos	36	17,9
Acima de 60 anos	6	3
Subtotal	201	100
ESCOLARIDADE COMPLETA	N	%
Ensino Fundamental	2	1
Ensino Médio	19	9,5
Curso Superior	88	43,5
Pós-Graduação	92	46
Subtotal	201	100
RENDA FAMILIAR MENSAL	N	%
Até 2 salários-mínimos	9	4,6
De 3 a 5 salários-mínimos	20	10,1
De 6 a 10 salários-mínimos	58	28,2
De 11 a 15 salários-mínimos	61	30,5
Mais de 15 salários-mínimos	53	26,6
Subtotal	201	100
Faz parte de alguma entidade cultural?	N	%
Não	105	52,24
Sim	96	47,76
Subtotal	201	100,00
É filiado a partido político?	N	%
Não	148	73,63
Sim	53	26,37
Subtotal	201	100,00
ESTADO ONDE RESIDE	N	%
DF	178	88,56
Outros	23	11,44
Subtotal	201	100

Fonte: elaboração própria, 2020.



Interessante notar que a maioria do público (73,6%) não apresenta vínculo com nenhum partido político. Dos que citaram ser afiliados a partidos (26,4%), a maioria (54,72%), como mostra a tabela 2, estava vinculada ao PT. Convém ressaltar que o PT foi, historicamente, um dos partidos que mais participou ativamente da comissão, desde quando ela funcionava junto com a Comissão de Educação, uma das mais cobiçadas pelo partido. Em seguida, 13,2% são ligados ao PSOL. Os que se disseram ligados a partidos de centro-direita e direita (PPS e PROS) somaram juntos somente 5,66%. O restante se distribuiu entre os demais partidos de esquerda, configurando este como o espectro político mais presente na comissão.

Tabela 2 – Partidos mencionados pelos informantes filiados

Partidos	N	%
PT	29	54,72
PSOL	7	13,21
PCdoB	4	7,55
PSB	4	7,55
PV	3	5,66
PCO	2	3,77
PPS	2	3,77
PROS	1	1,89
Rede	1	1,89
Total	53	100

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Aqueles que assistiam às audiências apresentaram uma característica interessante, conforme mostrado na tabela 3: demonstram um certo grau de continuidade no acompanhamento dos debates, com cerca de 30% deles frequentando as audiências pelo menos uma vez por mês. Isso denota um interesse permanente e continuado na discussão e defesa do setor em seus vários aspectos. Os que frequentavam até uma vez a cada 15 dias somam 19%; e os que frequentavam uma vez a cada dois meses representam 15%. Apenas 5% frequentavam semestralmente e 8% eventualmente. Trata-se de um setor em

que atrai as pessoas das mais diversas áreas culturais, todas demonstrando interesse na agenda de debates da Comissão.

Tabela 3 – Frequência da participação nas audiências públicas

FREQUÊNCIA	N	%
Semanalmente	18	9
Quinzenalmente	38	18,9
Mensalmente	60	29,9
Bimensalmente	30	14,8
Trimestralmente	21	10,4
Semestralmente	10	5
Eventualmente	16	8
É a primeira vez que participo	8	4
Total	201	100

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 4 – Motivações para a participação nas audiências públicas

O QUE MOTIVA VOCÊ A PARTICIPAR DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS?	N	%
Atividades profissionais	118	36,20
Militância e atuação em entidades culturais	78	23,93
Vínculo partidário	74	22,70
Estudos	32	9,82
Busca de informação e interesse pessoal	18	5,52
Outros	6	1,84
Total	326	100

Fonte: elaboração própria, 2020.

Este cenário pode ser mais bem definido quando se observa a tabela 4. A maioria dos participantes (36,2%) vai aos debates em razão do exercício de atividades profissionais. Provavelmente, são profissionais que atuam em defesa do setor, que em



2019 de fato se mobilizou bastante em defesa da não redução de instâncias, cargos, atividades culturais e recursos orçamentários. No entanto, uma porcentagem não muito menor (24%) compareceu por militância no setor cultural (23,93%) ou por vínculo partidário (22,70%). É oportuno mencionar que a vinculação a partidos pode ser compreendida também como uma militância no setor, posto que partidos costumam ter membros especializados em cada área das comissões.

Como o público avalia as audiências públicas da Comissão de Cultura

Mas o que esses participantes pensam sobre as audiências públicas? Quais são suas percepções? O que avaliam a experiência de assistir a uma audiência pública que discute temas culturais da agenda legislativa? Na tabela 5, pode-se ver que a maior parte deles (40,3%) atribuiu nota 4 (numa escala de zero a 5) às audiências, o que mostra que gostam da experiência e consideram o debate ali de qualidade (43,8%). A avaliação do público sobre os temas registra 43,8% de nota 4 e 32,8% de nota 5 (numa escala de 0 a 5), o que chama atenção pela valorização do fórum de discussões representado pela Comissão de Cultura.

Selecionamos um panorama das percepções positivas dos informantes sobre as audiências públicas e os debates retiradas dos questionários:

- Os temas são pertinentes, atuais e convergem para as demandas atuais da sociedade.
- Os deputados de esquerda, especialmente as mulheres, apresentam uma atuação muito boa.
- Atualidade dos temas.
- Espaço aberto para diferentes visões.
- Oportunidade para me atualizar e aprofundar conhecimentos

Apesar disso, há muitas críticas registradas pelos participantes da pesquisa:

- O tempo para debate é muito curto, simplificando a discussão.
- Falta espaço para a exposição do contraditório, para a apresentação de ideias divergentes.
- Tanto os expositores quanto os deputados, às vezes, fogem do tema e falam de outros assuntos.



- A participação da sociedade civil é muito limitada, devido ao horário e à falta de divulgação.
- O debate é pouco efetivo, pois tende a se tornar mero palanque para críticas generalizadas.
- Há um monopólio da visão de esquerda nas audiências.

Enquanto os elogios são mais genéricos e abrangentes, as críticas são mais diretas e específicas. Destacam-se as percepções de que o debate é simplificado e mais voltado para o viés de esquerda. Há críticas ao modo como os parlamentares utilizam a Comissão de Cultura como um espaço para expressar suas posições político-ideológicas. O espaço destinado às expressões da sociedade civil também é considerado insuficiente e limitado. Além disso, alguns participantes criticam a baixa divulgação das atividades da Comissão, incluindo as audiências públicas.

Tabela 5 – Avaliação dos participantes das audiências públicas

Avaliação	Audiências	Debates	Deputados	Representantes Governamentais	Setor Cultural	Congresso Nacional	Poder Executivo
Zero	0	0	1	0	0	4,4	5,5
Um	0,5	1	9,5	1	0,5	36,3	36
Dois	8	4	26,8	5,5	5,5	41,3	36,5
Três	27,4	18,4	36,3	18,4	17,9	10	12
Quatro	40,3	43,8	16,4	38,8	41,3	7,5	8
Cinco	23,8	32,8	10	36,3	34,8	0,5	2
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria, 2020.

No ano de 2019, somente duas (6,3%) das 32 audiências públicas tiveram o objetivo de discutir projetos em tramitação na Comissão. Uma para discutir o projeto advindo da CPMI da Lei Rouanet e outra para discutir a regulamentação de conteúdo sob demanda. De fato, as duas propostas mais polêmicas e de peso da Comissão no ano. O



restante (93,7%) foi sobre problemas políticos na área de cultura, o que direcionava as discussões para a tomada de posições políticas.

Importante destacar que a fiscalização e o debate público fazem parte do papel do Poder Legislativo, para além da produção de leis. As comissões fazem parte disso, inclusive de forma regimentalmente prevista. O art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados prevê a possibilidade de a audiência pública *tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação*.

No caso específico da Comissão de Cultura, é oportuno retomar as discussões teóricas citadas na primeira parte do texto. Dentre tais visões, ressaltamos as abordagens que destacam a dimensão retórica da cultura, entendida como um discurso simbólico (Davel; Cora, 2016), expresso no caso em estudo, pelos debates promovidos pela Comissão, na forma de audiências públicas. É cabível retomar ainda os estudos anteriormente citados que destacam a centralidade das discussões relativas aos direitos culturais e a relevância das instâncias de formulação de políticas públicas voltadas para a promoção de tais direitos (Vásquez, 2011; Cunha Filho, 2017; Pedro, 2011). Essa retomada é importante porque a Comissão de Cultura da Câmara constitui uma dessas instâncias.

Atuação dos parlamentares

Os dados mostram que 36,3% dos participantes avaliam com nota 3 a atuação dos deputados, o que se justifica pelo fato de não entenderem por que poucos deputados comparecem e permanecem nas audiências. Isso porque os parlamentares participam de diferentes comissões que funcionam no mesmo horário e precisam se dividir entre elas. Mas há outros aspectos criticados, como veremos a seguir.

Nas questões abertas fica mais fácil entender alguns pontos da avaliação do público. No que diz respeito às audiências, há uma clara insatisfação com o uso dos debates para os *palanques individuais* que fogem ao tema das audiências. Isso porque, de fato, as audiências públicas, muitas vezes, são convocadas para manifestações políticas dos parlamentares que propuseram a realização dos eventos e não para coleta de

informações para projetos. Eis alguns exemplos de percepções que expressam essa insatisfação:

- Alguns deputados ficam brigando entre si, devido às divergências ideológicas, o que prejudica o debate.
- Há pouca profundidade nas intervenções dos deputados, mais preocupados com as disputas políticas.
- Poucos deputados participam efetivamente do debate, ficam só no nível da polarização política.

Há também a percepção do público de que a atuação dos deputados resulta em intervenções superficiais, sem conhecimento sobre os temas em debate, além das saídas constantes. Eis alguns exemplos das manifestações dos respondentes do questionário sobre esses aspectos:

- Poucos deputados se empenham efetivamente no debate sobre as políticas culturais.
- A maioria dos parlamentares não tem o menor interesse no tema.
- Falta conhecimento técnico dos deputados sobre os temas discutidos.
- Muitos deputados se ausentam durante as discussões ou ficam o tempo todo usando o celular.

Realmente, os deputados que requerem as audiências são geralmente os que dominam melhor o tema — e, muitas vezes, são preparados por assessores para a audiência. O demais debatem mais politicamente, em apoio ou contraditando o que foi colocado. Há uma visão de que o deputado deve conhecer o tema tecnicamente, quando isso na verdade geralmente é feito pela assessoria/consultoria, obviamente com a participação do parlamentar, que dá justamente a direção política que quer.

Os pontos positivos destacados passam pela atuação das mulheres na Comissão (a presidente e as vices são mulheres; duas delas negras) e pelo clima amistoso que propiciariam. Os respondentes destacam ainda a atualidade dos temas, o que converge para a agenda política do momento:

- A atuação dos deputados é positiva porque existe uma escuta atenta e cuidadosa sobre as demandas culturais da sociedade.
- A presença maior de mulheres favorece um clima mais amistoso nos debates.
- Alguns mostram que realmente acreditam na necessidade de defender e lutar pelas políticas culturais.



Nas respostas abertas, observamos que há, ao mesmo tempo, críticas e apoio a uma hegemonia de deputados da esquerda na comissão, refletindo a polarização política vigente:

- Os deputados de esquerda valorizam mais o setor cultural.
- Falta mais engajamento dos deputados de esquerda.
- A diversidade partidária é muito reduzida, com predomínio gritante da esquerda.
- A cultura não pode ser dominada pela esquerda.

As divergências nas percepções do público, entretanto, são típicas de avaliações políticas em contextos democráticos. Isso ocorre porque, entre os cidadãos que participaram dos debates e acompanhavam as audiências públicas da Comissão, há uma variedade de espectros políticos, o que é positivo. Assim como o parlamento é plural, a sociedade também o é, com reflexos de tal pluralidade na agenda da Comissão e nas percepções dos indivíduos que participaram da pesquisa. As divergências de percepções dos cidadãos refletem o que as abordagens teóricas mencionadas na primeira parte do texto expressam sobre os processos simbólicos e cognitivos envolvidos nas atividades culturais e nas formas de valoração típicas de tais expressões pelos indivíduos e as representações por eles construídas (Botelho, 2001; Miranda, 2006).

Atuação dos representantes governamentais

Cerca de 40% dos participantes avaliam com nota 4 tanto os representantes governamentais quanto os que representam o setor cultural. Isso se explica pelo perfil dos convidados, que, em ambos os casos, são técnicos de competência reconhecida, além da experiência profissional na área cultural. As percepções do público revelam isso:

- São profissionais competentes, especializados nos temas debatidos.
- A maioria cumpre bem o seu papel nos debates.
- São profissionais de carreira com vasta experiência, o que contribui para uma boa atuação nos debates.

As percepções favoráveis à atuação dos expositores que representam os órgãos governamentais ressaltam a relevância do conhecimento técnico e o capital dos saberes



desenvolvidos no âmbito burocrático. Tais percepções reforçam os estudos que apontam a importância das variadas formas de conhecimento que são acionadas pelos debates promovidos no âmbito das audiências públicas (Barros, 2020, p. 364). As audiências públicas no Poder Legislativo, “constituem um importante instrumento de trocas argumentativas e fontes de informação para subsidiar as decisões dos parlamentares” (Barros, 2020, p. 364).

Nesse sentido, os debates são entendidos como uma forma de serviço público prestado pelos convidados tanto ao parlamento quanto à sociedade, “a partir do compartilhamento de conhecimentos especializados no âmbito da agenda legislativa” (Barros, 2020, p. 364). Assim, ao atuarem nesses fóruns de discussão pública, os convidados vinculados aos diversos campos do setor público contribuem para o aprofundamento das discussões relativas aos temas da agenda legislativa. A formação especializada permite a contribuição com informações e conhecimentos de várias áreas de conhecimento. Além disso, há que se destacar o capital de experiência em diversas áreas do setor cultural. Tudo isso associa a burocracia a comportamentos regulados por normas e procedimentos que “conseguem fazer de suas opções políticas decisões de natureza técnica” (Klüger, 2015, p. 91).

As percepções positivas dos informantes sobre a atuação dos quadros burocráticos revela ainda a relevância da dimensão pública da cultura. Essa dimensão é ressaltada não só na forma de financiamento das políticas públicas culturais, mas também na constituição de quadros funcionais com formação técnica para garantir estabilidade a tais políticas (Rubim, 2007; Santos; Paulo, 2014; Costa; Medeiros; Bucco, 2017; Ferron; Arruda, 2019).

Mas também há críticas aos convidados do setor governamental:

- Apresentam uma visão muito chapa branca.
- Atuam como se fossem advogados do governo.
- Desconversam e fogem das questões polêmicas.
- Passam uma falsa ideia de que há muitos avanços no setor cultural.
- Alguns usam uma linguagem muito técnica, o que dificulta a compreensão dos temas discutidos.



As percepções críticas, por sua vez, mostram que não há unanimidade em relação à valorização dos conhecimentos técnicos do corpo burocrático que atua nas audiências públicas da Comissão de Cultura. Um dado contextual a ser considerado aqui diz respeito ao perfil do governo na época da realização da pesquisa. Os convidados de instituições públicas e órgãos governamentais, de forma direta ou indireta, eram associados por uma parcela do público à postura do governo em exercício, cuja atuação na área cultural foi deficitária, recebendo críticas de vários segmentos da sociedade e do próprio parlamento.

Diante de tal cenário, tanto o conhecimento técnico especializado quanto o capital de experiência podem ser instrumentalizados para a defesa de posições ideológicas, mediante a necessidade de justificações públicas de decisões e medidas governamentais (Klüger, 2015). Essa posição revela ainda a permanente tensão da burocracia entre conhecimento técnico e a tomada de posições políticas em prol de determinadas políticas públicas que podem contrariar interesses sociais, como no caso das políticas (anti)culturais do governo Bolsonaro e sua lógica de “guerras culturais” (Miguel, 2018).

Essa tensão se manifesta em disputas de narrativas ou na tentativa de legitimação de certas posições políticas que podem contrariar a própria lógica da racionalidade burocrática (Klüger, 2015; Barros, Monteiro, Nóbrega Netto, 2019). Nesse sentido, convém retomar a ideia de que a autoridade pública deve garantir os meios necessários para o fomento das políticas culturais (Durand, 2001, p. 71). Nessa perspectiva, os quadros burocráticos adquirem relevância porque, de forma direta ou indireta, podem ser percebidos como integrantes do conceito de autoridade pública.

Atuação dos representantes do setor cultural

Os representantes de entidades culturais também recebem boas avaliações pelo conhecimento que possuem sobre os temas discutidos:

- São abertos ao diálogo e ao contraditório.
- Conhecem bem as demandas e necessidades do setor.
- Dominam bem os temas da agenda da comissão.
- São muito qualificados.
- Sabem do que falam, pois conhecem bem os temas.



De forma similar ao item anterior, aqui os participantes também valorizam o capital de conhecimento técnico dos representantes do setor cultural. Da mesma forma que os técnicos que atuam no serviço público, pode-se afirmar que os profissionais das variadas áreas culturais também prestam um serviço público ao parlamento e à sociedade quando participam dos debates promovidos pelas audiências públicas da Comissão de Cultura.

Além disso, eles apresentam um lugar de fala que é reconhecido e respeitado pelos cidadãos consultados durante a pesquisa. Essa constatação se revela tanto na boa avaliação sobre a atuação desse segmento (ver a tabela 5) quanto nas afirmações extraídas das respostas abertas transcritas acima. A valorização e o reconhecimento do lugar de fala desse segmento são expressos pelos participantes da pesquisa da seguinte forma:

- São combativos durante os debates.
- Conseguem debater em pé de igualdade com os representantes do governo e com os parlamentares.
- Além de conhecimento técnico, são militantes da causa cultural.
- São respeitados no meio pela boa militância que fazem em prol da cultura.

Além do conhecimento técnico, os informantes valorizam o capital² militante dos representantes do setor cultural que participam das audiências públicas. Esse dado é relevante porque se trata de uma conjuntura em que o governo e seus aliados no parlamento tentavam desqualificar essa militância, como parte da estratégia de *guerras culturais*, anteriormente citada.

O capital militante resulta de trajetórias de militância em movimentos sociais específicos, como no caso daqueles que defendem os direitos culturais. Trata-se de um tipo de capital que é construído ao longo de uma trajetória de engajamento e ativismo. Seu alcance está condicionado à abrangência geográfica do movimento, à inserção em múltiplas redes sociais e às conexões com movimentos similares (Palumbo, 2018, p. 89).

As críticas do público consultado aos expositores que representam entidades do setor cultural se devem justamente ao fato de que muitas vezes são atropelados pela

² Aqui, entendemos *capital* no sentido de acúmulo de poder de um determinado setor ou área, conforme o conceito de Bourdieu (1986), aplicado às áreas econômica, social e cultural.



excessiva politização do debate. O que, a essa altura, eleva a tensão entre o debate político e técnico durante as discussões:

- Acabam sendo tolhidos ou podados pela avalanche de questões meramente ideológicas.
- Ausência dos produtores culturais nas discussões.
- Algumas áreas são muito valorizadas e outras são totalmente ignoradas.

Há também críticas a uma baixa representação regional, o que pode ter sido favorecido pela escassez de recursos para a emissão de passagens aéreas aos convidados para as audiências públicas da Comissão:

- Falta mais diversidade regional, pois os convidados são quase todos do Sudeste.
- Algumas regiões do Brasil são favorecidas, exatamente as mais ricas.
- Não há muita preocupação com a diversidade de manifestações culturais, especialmente das regiões mais carentes de incentivos públicos.

Além de trazer à tona a questão das desigualdades no âmbito cultural, as manifestações acima mencionadas, fazem-nos retomar as críticas de Rubim (2007) sobre a trajetória das políticas culturais brasileiras. Para o autor, uma das marcas dessa trajetória é a ausência de certas expressões e manifestações culturais na agenda oficial. Essa ausência, que também é observada pelos sujeitos da pesquisa, compromete a pluralidade e a integralidade dos direitos culturais (Santos, 1997; Pedro, 2011; Miranda, 2006; Gohn, 2005).

Atuação do Congresso Nacional e do Poder Executivo

Os participantes revelam clara noção do desmonte que está ocorrendo na área e avaliam que o Congresso Nacional é conivente. Por isso avaliam a instituição com nota 1 (36, 5%) e 2 (41,3%). Aqui, convém citar alguns trechos das respostas às questões abertas:

- O Congresso tem sido conivente com o desmonte do setor cultural.
- A tramitação dos projetos para o setor cultural é muito lenta, mostrando desinteresse político.
- O Congresso tem sido muito omissivo no caso das políticas culturais.



- Os projetos relativos às políticas culturais não são priorizados na pauta de votações.

É oportuno destacar algumas marcas das respostas sobre a atuação do Congresso Nacional, expressas em termos como “omissão”, “conivência” e “falta de prioridade” para a agenda cultural. Tais visões remetem aos estudos que mostram o quanto a atuação e a agenda do Congresso são dominadas pelos interesses do Poder Executivo e pelas chamadas *hard politics*, ou seja, aquelas que fazem parte do elenco de prioridades e recebem maior atenção e mais recursos, como economia, saúde, previdência, trabalho e emprego (Miguel; Feitosa, 2009). Convém salientar mais um dado contextual: no ano de 2019, período de aplicação do questionário, a agenda da Câmara foi tomada pela primeira prioridade do governo Bolsonaro, a Reforma da Previdência, além de outros temas de natureza econômica, todos enquadrados na categoria de *hard politics*. A cultura, que se situa no âmbito da chamada *soft politics*, ficou totalmente relegada a segundo plano, inclusive na agenda do Congresso Nacional.

Em relação à atuação do Poder Executivo, predominam as avaliações que correspondem à nota 1 (36%) e 2 (36,5%). Ambas somadas atingem 72,5%. De fato, o posicionamento reflete um lugar de marginalização da cultura no âmbito do Estado brasileiro, cuja tônica tem sido a ausência e omissão no plano cultural (Rubim, 2007). Algumas das respostas abertas revelam a opinião dos participantes sobre esse tópico:

- O Governo atual desvalorizou todo o sistema de cultura ao extinguir o Ministério da Cultura.
- Vivemos um momento de retrocesso na visão do que é cultura e educação.
- Está havendo uma redução sistemática e intencional dos investimentos públicos em cultura.
- Está em curso um desmonte generalizado da cultura, da educação, da ciência e das artes.
- O atual cenário político brasileiro é de censura e de retrocesso nas políticas culturais.

É interessante observar que os participantes vão além do diagnóstico das ausências e omissões. Eles apontam a “desvalorização” da cultura, os “retrocessos” das políticas culturais e os “desmontes” das instituições do setor. Isso reflete o desprezo do governo Bolsonaro pela cultura, considerada “coisa de esquerda” (Miguel, 2018).



Nessa perspectiva, o Estado, representado pelo referido governo, passa a atuar no âmbito cultural como um agente regulador para impedir a diversidade e promover maior hierarquização da cultura, impondo modelos culturais conservadores e exclusivamente alinhados a seu projeto político-ideológico. Dessa forma, torna-se também um agente de marginalização das expressões culturais, cujos valores não lhe agradam, promovendo mais exclusões e desigualdades culturais (Lopes, 2007; Marques, 2015).

Considerações finais

Este artigo pretendeu compreender a percepção de 30% do público presente nas audiências públicas da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados em 2019. A análise levou em conta a importância daquele ano para a Comissão, que, em geral, não figura entre as mais disputadas na Câmara dos Deputados, seja em termos de disputa pela composição do colegiado, seja em relação à visibilidade na mídia.

Em 2019, excepcionalmente, o espaço da comissão foi amplamente disputado e divulgado na mídia (ainda que na maioria das vezes sem discussões profundas). Isso se deu em decorrência das ações de desmonte do setor por parte do governo Bolsonaro, com a extinção do Ministério da Cultura, aplicação de censura a temas identitários, principalmente ligados a minorias, nomeação de pessoas sem conhecimento do setor, entre outras questões. Tudo isso configurou uma clara disputa do que a perspectiva sociológica denomina como *produção elaborada com intenção explícita de construção de sentido* (Miranda, 2006).

A desconstrução do setor, em 2019, não carrega em seu bojo o extermínio da cultura, mas do sistema de cultura vigente. E isso foi determinante do funcionamento do colegiado, com apenas duas audiências públicas sobre projetos, sendo todo o resto dominado por disputas políticas. Essas questões foram percebidas pelo público participantes da pesquisa, que tendeu a participar de forma perene (com cerca de 30% indo pelo menos uma vez por mês; e 20%, uma vez a cada 15 dias). Esses dados mostram um interesse em acompanhar o cenário cultural em questão e a agenda de debates da Comissão de Cultura. Isso se confirma inclusive pelo tipo de público, formado por 60%



de pessoas que compareceram aos debates motivadas por suas atividades profissionais ou pela militância no setor cultural.

Esse perfil dos participantes revela que a maioria acompanha os trabalhos da Comissão de Cultura com o intuito de influenciar a disputa pelo novo sistema de cultura — por meio dos parlamentares que atuam diretamente nas políticas discutidas pelo colegiado ou pelos representantes da sociedade civil com acesso a eles. Usando o enquadramento de Boaventura Souza Santos (1997), temos uma disputa entre o sistema progressista e emancipatório e o sistema nacionalista e autoritário de cultura. Convém ressaltar, mais uma vez, que se trata de um público bastante qualificado, com 46% de pós-graduados, com renda mensal entre 6 e 30 salários-mínimos.

As disputas políticas foram tão acirradas no âmbito da Comissão de Cultura em 2019 que influenciaram a percepção sobre a qualidade dos debates. Paralelamente, os deputados receberam avaliação regular, pois o público considerou que usavam as audiências mais para palanque político, com falas superficiais (em contraste com os técnicos) e sem interesse efetivo nas audiências, já que a frequência era baixa e os que compareciam também saíam de forma recorrente dos eventos em curso. Avalia-se aí que o público espera dos parlamentares uma atuação mais técnica e menos política. Ao que parece, os cidadãos consultados tendem a equiparar a atuação de técnicos e de parlamentares, sem levar em conta que as comissões também funcionam como espaços para a tomada de posições político-ideológicas pelos deputados.

De qualquer forma, há que se destacar a importância da existência das audiências públicas em 2019, principalmente pelo local ter assumido um ponto de resistência para garantir a sobrevivência mesmo do setor. Várias audiências visavam somente trazer à tona o desmonte do setor cultural como um todo, na tentativa de constranger o avanço desse processo. Como foi o caso de audiências para defesa do patrimônio cultural, museus, diversidade religiosa, cultura LGBTQIA+, racismo estrutural, censura, apologia à ditadura e consciência negra. Todos esses temas foram atacados por políticas ou ausência total de parte do governo Bolsonaro. Ainda assim, houve audiências sobre projetos e políticas importantes que conseguiram ser discutidos naquele momento, como tráfico de bens culturais, criminalização da cultura do funk, situação dos artistas de rua, regulação de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) — que, após muita discussão, foi aprovado



pela CCULT, e ainda no início de 2024, encontra-se em regime de urgência para votação em plenário. Além disso, houve discussões sobre Sistema Nacional de Cultura (SNC) e Plano Nacional de Cultura, que inexistiram na gestão do momento. Também se discutiu sobre os direitos autorais, um tema que perpassa vários governos e permanece sem solução. Ele quase foi a voto como parte do projeto sobre *fake News*, que não chegou a ser aprovado pelo Congresso.

O público participante da pesquisa demonstrou ter completa noção do desmonte que estava em curso do setor cultural, acreditando que o Congresso Nacional estava sendo conivente, avaliando-o com nota 1 (36%) e 2 (41%). Isso mostra que o público que se dispôs a acompanhar as audiências públicas da referida comissão estava majoritariamente tentando apoiar a defesa do setor cultural. De fato, a cultura não é tradicionalmente um tema prioritário do Congresso e nem do Estado, posto que ambos se dedicam mais aos temas das chamadas *hard politics*, como economia, previdência social, saúde e outras prioridades do Poder Executivo (Miguel; Feitosa, 2009).

Internamente, 2019 foi um dos anos de maior atividade para a Comissão de Cultura, com todas as reações parlamentares e sociais adquirindo repercussão no seu âmbito. A polêmica tomou tal proporção que houve uma sequência de secretários de Cultura, sem que ninguém permanecesse no cargo por muito tempo. Houve uma mobilização triangulada envolvendo a Comissão de Cultura, o público e a imprensa. A disputa tornou-se tão intensa e importante que defensores do governo chegaram a manifestar vontade de assumir a presidência do colegiado. Infelizmente, a pandemia de Covid-19 inviabilizou a instalação da comissão e a observação dos resultados da disputa de 2019. Considerando que a maioria dos conselhos de participação da cultura foi extinta, a avaliação da percepção do público, que acompanhou as audiências públicas promovidas pela Comissão de Cultura, torna-se ainda mais relevante.

Destacam-se ainda as percepções sobre a inoperância do Poder Executivo no sentido de propor políticas públicas culturais de forma democrática. Ao contrário disso, os participantes apontam “desvalorização” da cultura, “retrocessos” nos programas culturais e “desmontes” das instituições do setor. Tais visões decorrem do empenho do governo Bolsonaro em descontinuar ações culturais consideradas esquerdistas, além de

promover as chamadas “guerras culturais” (Miguel, 2018). Tal postura acentua as exclusões e desigualdades culturais (Lopes, 2007; Marques, 2015). Faltou, portanto, um projeto público de promoção da cultura, visto que a postura do governo de Jair Bolsonaro fugiu a qualquer modelo de classificação de políticas públicas culturais (Costa, 1997; Tavares, 2011; Lacerda, 2010; Sousa, 2019).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Gestão ou gestação da cultura: algumas reflexões sobre o papel do estado na produção cultural contemporânea. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 61-86.

BARROS, Antonio Teixeira; MONTEIRO, Adriana Resende; NÓBREGA NETTO, Miguel G. Política, burocracia e mídia: lutas simbólicas em torno da divulgação das audiências públicas na câmara dos deputados. **E-Legis**, Brasília, v. 12, n. 29, p. 51-82, maio/ago., 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/39448>. Acesso em: 7 maio 2024.

BARROS, Antonio Teixeira. Parlamento de saberes: a atuação de cientistas sociais nos debates na câmara dos deputados como uma forma de serviço público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 71, n. 2, p. 364-396, 2020. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3325>. Acesso em: 7 maio 2024.

BOTELHO, Isaura. Políticas culturais: discutindo pressupostos. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 171-180.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/>. Acesso em: 7 maio 2024.

BOURDIEU, P. As formas de capital. *In*: RICHARDSON, J. (ed.). **Manual de teoria e investigação em sociologia da educação**. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório anual da comissão de cultura**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

BRASIL. **Decreto 9.759 de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 7 maio 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Resolução da Câmara dos Deputados n. 22, de 22/08/2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/csuCX>. Acesso em: 10 maio 2024.



CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHEIDID, Samira; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Agenda governamental e políticas culturais: ascensão e mudanças na policy image do Plano Nacional de Cultura. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 21-41, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9220>. Acesso em: 7 maio 2024.

COSTA, António Firmino da. Políticas culturais: conceitos e perspectivas. **OBS-Publicação Trimestral do Observatório das Atividades Culturais**, Lisboa, n. 2, p. 10-14, 1997.

COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira; BUCCO, Guilherme Brandelli. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003-15: um caminho para geração de renda monopolista. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 509-527, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/71170>. Acesso em: 7 maio 2024.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Políticas Públicas como instrumental de efetivação de direitos culturais. **Sequência**, Florianópolis, n. 77, p. 177-196, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2017v38n77p177>. Acesso em: 7 maio 2024.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos culturais no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n.11, p. 115-126, 2011. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/observatorio_11/4?ff&experiment=previewReaderTestMode,new-bff-dynamic. Acesso em: 7 maio 2024.

D'ANDRADE, Roy G.; STRAUSS, Claudia. **Human motives and cultural models**. Cambridge: University Press, 1992.

DAVEL, Eduardo; CORA, Maria Amélia Jundurian. Empreendedorismo cultural: cultura como discurso, criação e consumo simbólico. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 363-397, 2016.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 66-72, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fHHZxHX7XDrpPYTMYpGQRzd/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2024.

FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Modelos culturais: teoria, estudos e métodos. **Linguagem e Discurso**, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 193-213, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/WK8sfRSVMRCKKVwYVQDBbzg/#>. Acesso em: 7 maio 2024.

FERRON, Fabio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 173-193, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/689GnqZZMCH9ghmXtwxKmQC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 7 maio 2024.



GOHN, M. G. M. Cidadania e direitos culturais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.15-23, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6931>. Acesso em: 7 maio 2024.

HUNT, Lynn. **Modelos de história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KLÜGER, Elisa. A contraposição das noções de técnica e política nos discursos de uma elite burocrática. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 55, p. 75-96, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/43021>. Acesso em: 7 maio 2024.

LACERDA, Alice Pires. Democratização da cultura x democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS: TEORIA E PRÁXIS, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2010, p.1-13.

LOPES, João Miguel Teixeira. **Da democratização à democracia cultural**. Porto: Profedições, 2007.

MARQUES, Marcelo de Souza. Críticas ao modelo hierarquizado de cultura. **Revista de Estudos Sociais**, Bogotá, n. 53, p. 43-51, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9240>. Acesso em: 7 maio 2024.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/ZT6J5vBHs7tRCvxXNJY8F8C/?lang=pt>. Acesso em 7 maio 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. O pensamento e a imaginação no banco dos réus. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 209-226, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/26804>. Acesso em: 7 maio 2024.

MIRANDA, Jorge. **Notas sobre cultura, constituição e direitos culturais**. 2006. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

PALUMBO, María Mercedes. Saber falar: construção do capital militante nos movimentos populares na Argentina. **Íconos – Revista de Ciências Sociais**, Quito, EC, n. 61, p. 179-202, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/iconos.61.2018.2778>. Acesso em: 7 maio 2024.

PEDRO, Jesús Prieto. Direitos culturais, o filho pródigo dos direitos humanos. **Revista Observatorio Itaú Cultural**, São Paulo, n.11, p.43-48, 2011. Disponível em: <https://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2014/03/Revista-Observat%C3%B3rio-11.pdf>. Acesso em: 7 maio 2024.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia**, São Paulo, n.13, p.101-113, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>. Acesso em: 7 maio 2024.

SANTOS, Eduardo Gomor; PAULO, Carla Beatriz de. Gastos tributários e recursos orçamentários nas políticas culturais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.18, n. 1, p. 111-124, 2014. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2743>. Acesso em: 7 maio 2024.



SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, p.105-124, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp#>. Acesso em: 7 maio 2024.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 199-224, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/pkCD7nQQmzBs39DnCGXCyBf/#>. Acesso em: 7 maio 2024.

SOUZA, Marcelo Marques. Democracia cultural, estado e políticas públicas culturais. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 98, p. 169-195, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/colombiaint/5364?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2024.

TAVARES, Francisco Mata Machado. As políticas públicas de promoção do direito humano à difusão da manifestação cultural no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 253-265, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321129113006>. Acesso em: 7 maio 2024.

VÁSQUEZ, Diana Marcela Rey. Los derechos culturales, la categoría subdesarrollada de los derechos humanos. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 245-251, 2011. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/510>. Acesso em: 7 maio 2024.

Recebido em: 19/01/2024.

Aceito em: 04/05/2024.



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

- 1) Você participa das audiências públicas sobre cultura com que frequência?
 Semanalmente; Quinzenalmente Mensalmente; Bimensalmente
 Trimestralmente; Semestralmente Eventualmente; É a primeira vez que participo
- 2) O que motiva a participar das audiências? _____
- 3) De zero a 5, em termos gerais, como você avalia as audiências sobre cultura realizadas pela Câmara dos Deputados? Zero 1 2 3 4 5 Por quê?

- 4) De zero a 5, como você avalia a atuação dos deputados nas audiências sobre cultura realizadas pela Câmara dos Deputados? Zero 1 2 3 4 5 Por quê?

- 5) De zero a 5, como você avalia a atuação dos palestrantes nas audiências públicas sobre cultura realizadas pela Câmara dos Deputados? Zero 1 2 3 4 5 Por quê?

- 6) De zero a 5, como você avalia a atuação dos representantes das entidades do setor cultural nas audiências públicas? Zero 1 2 3 4 5 Por quê?

- 7) De zero a 5, como você avalia o nível de esclarecimento dos debates sobre cultura: Zero 1 2 3 4 5
 Por quê?

- 8) De zero a 5, como você avalia a atuação do Congresso Nacional quanto às políticas culturais? Zero 1 2 3 4 5 Por quê?

- 9) De zero a 5, como você avalia a atuação do Poder Executivo quanto às políticas culturais: Zero 1 2 3 4 5 Por quê? _____

DADOS DO RESPONDENTE:

Idade: Até 20 anos; 21 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos 51 a 60 anos; Acima de 60 anos

Escolaridade completa: Ensino Fundamental; Ensino Médio Curso Superior ; Pós-Graduação

Renda Familiar: Até 2 salários-mínimos; De 3 a 5 salários-mínimos De 6 a 10 salários-mínimos; De 11 a 15 salários-mínimos Mais de 15 salários-mínimos

Faz parte de alguma entidade cultural?

Sim Não

Se respondeu SIM, favor informar qual: _____

É filiado a partido político?

Sim Não

Se respondeu SIM, favor informar a sigla do partido: _____

Estado onde reside – Sigla: _____

Espaço para comentários, críticas e sugestões: _____



UMA NARRATIVA SÓCIO-HISTÓRICA SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: trabalho em transformação

A SOCIO-HISTORICAL NARRATIVE ON THE FLEXIBILITY OF WORK IN BRAZIL: work in transformation

Larissa Fernandes Camargo *

Thais da Silva Ferreira **

Ivan Lucon Monteiro Jacob ***

Resumo

A flexibilização global, concomitante às transformações paradigmáticas no mercado de trabalho brasileiro, sob o influxo do avanço tecnológico e em sintonia com as premissas do neoliberalismo, potencializa a precarização e o fenômeno do subemprego. Neste cenário, emerge como objetivo deste estudo a análise dos impactos socioeconômicos e sociais decorrentes da precarização e informalização do trabalho contemporâneo, fundamentada por meio da análise através dos postulados do materialismo histórico. A presente investigação, caracterizada como uma revisão narrativa da literatura, de caráter qualitativo, possibilitou a abrangência de obras recuperadas por meio dos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo com a utilização dos descritores alienação do trabalho, flexibilização e precarização do trabalho. Conclui-se, mediante a contextualização literária, que tais aspectos de mudança no contexto laboral exercem um impacto considerável na tessitura social, traduzindo-se em uma persistente alienação do trabalho e na instauração da denominada “uberização,” cujas consequências reverberam na precarização das condições laborais, impactando adversamente a saúde física, mental e a dignidade da classe trabalhadora.

Palavras-chave: trabalho; precarização; neoliberalismo; informalidade.

Abstract

Global flexibilization, concurrent with paradigmatic transformations in the Brazilian labor market, under the influence of technological advancement and in line with neoliberal premises, exacerbates precarization and the phenomenon of underemployment. In this scenario, the objective of this study is the analysis of the socio-economic and social impacts resulting from the precarization and informalization of contemporary work, grounded, by way of an analysis, through the postulates of historical materialism. The present investigation, characterized as a qualitative narrative literature review, enabled the coverage of works retrieved through the Google Scholar and Scielo databases using the descriptors alienation of labor, flexibilization, and precarization of work. It is concluded, through literary contextualization, that such changes in the labor context have a considerable impact

* Bacharela em ciências econômicas, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil. E-mail: larissafcamargo6@gmail.com.

** Bacharela em psicologia pela Universidade São Judas Tadeu, Brasil. E-mail: thais.sil.fe@hotmail.com.

*** Mestre em economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil. Docente do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil. E-mail: ivan.jacob@cruzeirosul.edu.br.



on the social fabric, manifesting as persistent alienation of labor and the establishment of so-called "uberization," whose consequences reverberate in the precarization of working conditions, adversely affecting the physical, mental health, and dignity of the working class.

Keywords: work; precariousness; neoliberalism; informality.

Introdução

A precarização do trabalho, embora não seja um fenômeno recente, reverbera na contemporaneidade perante as reestruturações ocorridas sob os paradigmas da nova ordem social, ou seja, o avanço do neoliberalismo na política econômica. As flexibilizações dos processos de produção e distribuição de mercadorias com base na acumulação flexível implicam no desemprego estrutural, na precarização das condições laborativas e na aceleração da degradação do meio ambiente em âmbitos globais (Antunes, 2001).

A natureza ontológica do pensamento marxiano destaca a ideia do metabolismo social, tendo o ser humano como a única espécie inclinada ao trabalho. Por meio dos aspectos da atividade social, especialmente o trabalho, há a interação do ser com o meio natural. Conforme Marx (2004, p. 84) argumenta, “o animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência”. Essa concepção ressalta a centralidade do trabalho na formação da identidade e da própria humanidade, sendo algo natural e favorável para a preservação e subsistência do ser social. Entretanto, sob o processo de produção capitalista, essa relação intrínseca entre o homem e o trabalho é subvertida. Na dinâmica do sistema capitalista, o trabalhador se depara com a alienação de sua própria produção. Nesse contexto, o trabalhador torna-se mais barato quanto mais bens produz, ou seja, há uma valorização das coisas produzidas proporcionalmente à desvalorização do produtor. Assim, ocorre não apenas a produção da mercadoria, mas também a produção de si mesmo como trabalhador, equiparado à produção dos bens (Marx, 2004).

Diante desse contexto, a alienação se manifesta quando o trabalhador, ao produzir, torna-se estranho ao produto de seu próprio esforço, uma vez que este se converte em propriedade do capitalista. O trabalhador é despojado do controle sobre o processo produtivo, transformando-se em mero instrumento de trabalho e sua força de trabalho em



uma mercadoria a ser vendida no mercado. O capitalista, por sua vez, apropria-se do excedente gerado pelo trabalho, enquanto o trabalhador é relegado à condição de assalariado, alienado tanto do produto do seu trabalho quanto de sua própria essência como ser humano. Essa condição reflete a perda de controle do trabalhador sobre seu próprio trabalho, enquanto o produto de sua atividade é apropriado pelo capitalista, perpetuando assim a dominação do capital sobre o trabalho (Marx, 2004).

Tal aspecto de alienação é exacerbado no contexto contemporâneo, onde as constantes mutações lógicas e materiais incorporadas à atividade laborativa visam principalmente à manutenção da hegemonia financeira no capitalismo global (Mészáros, 2011), em detrimento da saúde e da qualidade de vida do trabalhador. Evidencia-se, portanto, o progressivo afastamento humano em relação ao sentido intrínseco da classificação *trabalho*.

No que diz respeito ao Brasil contemporâneo, há um contínuo movimento de transformação no valor do trabalho, devido às constantes mutações lógicas e materiais incorporadas à atividade laborativa como forma de manutenção da hegemonia financeira presente no capitalismo global (Mészáros, 2011). Ainda de acordo com Mészáros (2011), ocorre uma segunda ordem de mediações capitalistas, na qual os meios de produção alienados, que invertem a ordem de essencialidade do trabalho, geram como resultado a degradação do meio orgânico e, conseqüentemente, da vida humana.

A mundialização do trabalho interferiu fundamentalmente para que o processo de exploração máxima do valor de troca, que engloba a força produtiva do trabalhador, forjasse na contemporaneidade as condições para o acúmulo exacerbado, acelerado e desigual do capital por meio da financeirização das relações sociais, impondo a expansão dos meios de produção e da sociabilidade. O mercado mundial assume, portanto, a característica de meio para a obtenção de bens pelos quais passará o trabalho alienado, na tentativa de preservar o funcionamento do sistema do capital em meio às suas contradições (Batista, 2014).

Conforme Marx (2004, p. 86) discorre, “o que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem”, ou seja, a alienação do trabalho parte do estranhamento entre o trabalhador e o produto do

seu trabalho. Corroborado pelos estudos de Antunes (2005), na ordem do capital, há a desfiguração do trabalho em prol da arrecadação capitalista. O processo laborativo se transfigura em um meio pelo qual as trocas se direcionarão, seja para a criação de novas mercadorias ou na exploração da força de trabalho. Nessa ótica, o trabalhador se rebaixa à condição de mercadoria, estranho ao trabalho, sujeitado à condição de miséria. Ainda, conforme corroborado por Mészáros (2011), a forma social assumida pelo modo de produção capitalista compreende um sistema de controle totalitário que exige de todas as coisas, incluindo seres humanos, que se adequem e demonstrem sua “viabilidade produtiva” ou serão excluídos do meio.

Atualmente, com o avanço tecnológico da era digital, a deterioração da condição de trabalho tem se ampliado em meio à lógica neoliberal, que altera o padrão de produção anteriormente estabelecido. Algumas empresas de plataformas online interagem como mero mediador entre oferta e demanda, sem subordinar o trabalhador ao vínculo empregatício. Tal lógica se pauta nos pilares do liberalismo, de promover aos agentes independentes um mecanismo eficiente, orgânico e autorregulatório na gestão do ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda por bens e serviços de uma economia (Abílio, 2019).

Embora as discussões sobre o sistema capitalista argumentem sobre a responsabilidade social para promover uma economia saudável, justa e sustentável a longo prazo, o atual cenário global denota uma tendência contrária, expressa pela concentração de poder na regulação dos preços e da oferta, criando uma força monopolizadora que prejudica a qualidade de vida, a empregabilidade e o bem-estar social. Por meio da literatura científica, evidencia-se que esta concentração de poder coage as esferas do ciclo social e não promove a liberdade, o pleno emprego e a justiça que o neoliberalismo propõe ao trabalhador, mas age como fator agravante da precarização do trabalho e interfere no acesso ao produto final da economia (Abílio; Machado, 2017).

Conforme exposto, retoma-se como objeto de análise a supracitada lógica voltada ao neoliberalismo, que expõe o trabalhador contemporâneo a situações de vulnerabilidade e insegurança por meio da flexibilização e informalização do trabalho. Denota-se também a fragilização do ser humano diante de sua condição em relação ao trabalho e às relações



advindas dele. Portanto, parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: quais são os impactos multidimensionais das transformações ocorridas no contexto laboral e como elas se manifestam ao longo da história? Diante disso, o presente estudo objetivou analisar os impactos socioeconômicos e sociais advindos da precarização e informalização do trabalho na contemporaneidade, com base nos pressupostos do materialismo histórico.

Método

O presente estudo adotou um delineamento de pesquisa qualitativa e descritiva. O caráter qualitativo visou propiciar a contextualização do objeto de pesquisa abordado, a fim de discutir e refletir em maior grau de coerência e abrangência os achados da literatura científica (Yin, 2016). Especificamente, quanto ao procedimento de pesquisa, foi conduzida uma revisão bibliográfica da literatura para compilar as contribuições teóricas existentes sobre a temática (Baumeister, 2013). Dentre as formas de revisão, adotou-se a revisão de literatura narrativa, que implicou a exploração não sistemática da literatura, estruturando um panorama abrangente sobre a questão em análise (Rother, 2007). Tal característica se denota como útil, à medida que visa aprimorar e atualizar o conhecimento e entendimento profissional, científico e social de maneira eficiente sobre a temática (Bae, 2014).

A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e novembro de 2023. Para a coleta de dados, foram utilizados critérios que dispensaram data limite de publicação, dada a historiologia do fenômeno analisado, visto que este estudo se baseia em uma corrente epistemológica derivada do século XIX que reflete nos conceitos e temáticas ainda aventadas na análise contemporânea. Foram selecionadas obras referenciais, documentos secundários e artigos científicos disponibilizados por meio das bibliotecas virtuais do Google Acadêmico e Scielo. Os temas abordaram conceitos relativos à *alienação do trabalho*, *flexibilização do trabalho* e *precarização do trabalho*, de forma a contribuir com os estudos referentes ao comportamento desses fenômenos durante a história e à sua manutenção ainda na contemporaneidade.



As condições da classe trabalhadora

A análise das relações oriundas do contexto laboral reclama uma investigação de natureza material, que percorra os distintos estágios de evolução da produção capitalista ao longo de sua trajetória histórica, os quais se refletem na exploração da força de trabalho. Através desse exame, é possível adquirir uma compreensão mais abrangente dos fenômenos contemporâneos associados à era da modernidade, caracterizada como uma manifestação da flexibilização do trabalho que perpetuamente reconfigura as concepções inerentes ao seu valor.

A história da classe operária, nas palavras de Engels (2010), tem seu início com a invenção da máquina a vapor e o advento da Revolução Industrial, a qual, para ele, centraliza suas forças na Inglaterra como foco de estudo do proletariado. Antes da introdução das máquinas, a tecelagem e a fiação eram as principais atividades dos trabalhadores. Mulheres e crianças fiavam o fio para uso doméstico, enquanto os homens, quando o teciam, o faziam para a venda. O mercado interno, definido como praticamente o único mercado disponível, supria essa demanda, uma vez que não existia a influência de um mercado externo concorrente sobre os salários. Logo, os trabalhadores do campo levavam uma vida acima do operário inglês, com confortos e honra e, vivendo, portanto, de acordo com os padrões morais, uma vez que não tinham motivos para não o fazer. O autor argumenta ainda que sem a Revolução Industrial, esses trabalhadores jamais haveriam abandonado tais modos. Em suas palavras, não eram autênticos seres humanos; eram instrumentos de trabalho a serviço da minoria aristocrática que, até então, havia guiado os destinos históricos (Engels, 2010).

Friedrich Engels, em sua obra publicada em 1845, faz uma síntese de *A essência do cristianismo*, obra de Ludwig Feuerbach, e analisa a situação dos trabalhadores na Inglaterra do século XIX, especialmente na cidade de Manchester. Ele utiliza observações diretas, relações pessoais e documentos oficiais para destacar as condições objetivas que diferenciam os trabalhadores da burguesia industrial média. O autor ressalta ainda a importância do trabalho, porém enfatiza que os trabalhadores são frequentemente submetidos a condições brutais, sendo a competição entre eles uma das principais formas de exploração. A miséria vivenciada pela classe operária é tão intensa e evidente que se



torna um ponto de partida para a luta e a conscientização social. Na medida em que a classe trabalhadora toma consciência de sua condição exploratória, a união em torno de objetivos comuns impulsiona a formação de sindicatos, greves e outras formas de resistência e protesto.

As condições enfrentadas pela classe trabalhadora urbana na Inglaterra industrial do século XIX, descritas por Engels (2010), revelam uma realidade extremamente árdua. As jornadas de trabalho eram exorbitantemente longas, abrangendo de quatorze a dezesseis horas diárias, sem considerar pausas adequadas para as refeições. A insegurança no emprego também era uma preocupação constante, uma vez que os trabalhadores viviam sob a ameaça de demissões arbitrárias, desprovidos de qualquer proteção social que pudesse garantir estabilidade. As habitações em que viviam eram deploráveis, com muitas pessoas amontoadas em espaços insalubres, mal arejados, úmidos, sujeitos a condições precárias e superlotação. A falta de acesso a serviços básicos de higiene, saúde e educação agravava ainda mais suas condições de vida, sendo que, muitas vezes, somente diante de ameaças epidêmicas, alguma atenção era dada a tais necessidades. O trabalho infantil era uma prática comum, e as crianças eram submetidas às mesmas dificuldades e sofrimentos que os adultos, estando sujeitas a um ambiente de trabalho insalubre e perigoso. As fábricas e ambientes de trabalho eram notoriamente poluídos e carentes de ventilação adequada, o que resultava em riscos significativos à saúde dos trabalhadores. Além disso, os salários eram extremamente baixos, não sendo suficientes para atender às necessidades básicas de subsistência dos trabalhadores e suas famílias.

Ao fazer tal análise, o autor defende que o cenário vivenciado na Inglaterra se repetiria em outros países, e suas palavras funcionam como um alerta para a Alemanha. Ele aponta a possibilidade de industrialização e exploração dos trabalhadores ocorrerem também em outras nações. Ao discutir a condição do proletariado como classe, sustenta que as condições de exploração e alienação observadas na Inglaterra se tornaram comuns em outros lugares à medida que o capitalismo se expandisse. Desse modo, Engels não somente expôs as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores em sua análise da Inglaterra, mas também previu que tais condições poderiam se espalhar para outras regiões à medida que o sistema capitalista se globalizasse. Porém tais movimentos trazem consigo a própria história da luta proletária: “a situação da classe operária é a base real e



o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social" (Engels, 2010, p. 41).

No entanto, ao discutir o proletariado inglês durante o período industrial, o autor destaca as diversas condições em que se encontravam. Em um extremo, na melhor das hipóteses, o trabalhador desfrutava de uma habitação relativamente adequada, alimentação regular, um salário razoável e vivia de forma aceitável. No pior cenário, existia a extrema pobreza, chegando até mesmo à morte por inanição. No entanto, na média, é o pior cenário que predomina, ou seja, a maioria se encontrava em condições de extrema miséria.

Ao analisar as reflexões de Friedrich Engels, é possível citar dados atuais nos quais, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2021) em 2021, 1,3 bilhão de seres humanos viviam em situação de pobreza. Além disso, segundo os dados divulgados no relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World (Sofi)*, cerca de 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2021.

Conclui-se que a lógica de superexploração e as desigualdades inerentes ao capitalismo, mencionadas por Engels (2010) na obra supracitada, permanecem presentes e persistem em meio às transmutações do capital, que se adequa aos diferentes contextos históricos na busca pelo lucro financeiro, e se agravam diante do progresso tecnológico. Neste contexto, aspectos da individualidade são constantemente reforçados, os trabalhadores são induzidos ao trabalho em condições precárias e, além disso, à fome.

O valor do trabalho

O trabalho exerce uma influência significativa nas sociedades, sendo considerado uma categoria universal. Isso leva diversos pensadores a abordar a temática em suas obras, qualificando-a de acordo com suas próprias convicções e percepções da realidade na qual estão inseridos. Max Weber, por exemplo, acreditava que o trabalho vai além de ser uma simples atividade necessária para a subsistência. De acordo com ele, a categoria desempenha um papel fundamental na atribuição de valor e significado a um indivíduo



dentro da sociedade. Em sua obra, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber (2004) delineou, a partir da análise da ética protestante, uma perspectiva singular acerca do trabalho, revelando como essa concepção se conecta intrinsecamente à lógica do capital em sua essência. Weber ressalta a importância da valorização do trabalho como profissão na formação da identidade e do esforço pela obtenção do lucro como inerentes ao espírito capitalista. Nesse sentido, o labor não apenas confere uma sensação de propósito e satisfação, mas também se torna um caminho moral para a obtenção de status diante de um ciclo social e um meio para uma redenção divina, enquanto a pobreza e a preguiça resultam em um afastamento da relação com o ideário protestante.

Dessa forma, a partir da conceitualização do pensador, pode-se compreender que a acumulação de riquezas por meio do trabalho confere dignidade à existência humana. Entretanto, inserido no contexto do sistema capitalista, paradoxalmente, o trabalho também se configura como um fator limitante dessa dignidade. Vale mencionar que a exclusão completa do acesso a esse meio (o trabalho) para alcançar a dignidade é outra face do mesmo problema. Além disso, a própria atividade capitalista e sua ânsia pelo lucro frequentemente se refletem na desconsideração dos direitos fundamentais dos trabalhadores, o que contribui para a degradação do acesso destes a ocupações que carreguem consigo um caráter dignificante. A convergência desses fatores, portanto, exerce influência significativa na constante degradação das condições laborais, seja por sua submissão a padrões indesejados, seja por sua completa inexistência.

Nota-se que a ideia de Weber reverbera no ideal contemporâneo em relação à acumulação de riquezas por meio do trabalho e a consideração de caráter moral por detrás disso. Complementarmente, de acordo com Barbosa (2010), chama-se a atenção para a lógica da meritocracia nos dias de hoje, que associa talento, habilidades e esforços individuais ao mérito atribuído à acumulação de riquezas, sem levar em consideração quesitos objetivos como a hereditariedade, posição social, econômica ou política do indivíduo. Atualmente, compreende-se a uberização como um processo que incorpora tal essência, resultante do aumento da exploração e sofrimento dos trabalhadores em prol de uma ideologia que se alastrou como uma viabilidade ao acesso à prosperidade.

David Ricardo (2018), por outro lado, possui uma percepção aguçada pela ótica da mercadoria, abordando o trabalho sob uma perspectiva em que os meios de produção

e a força de trabalho são vistos como elementos essenciais na criação da riqueza dos países. Ele desenvolveu a teoria do valor-trabalho, sustentando que os preços das mercadorias refletem a quantidade de trabalho incorporada nelas. Em outras palavras, o valor de um produto é determinado pela quantidade de trabalho essencialmente humano incorporado nele durante o processo de produção e pelo tempo dispendido em sua confecção. Desta forma é composto o valor de troca das mercadorias, segundo os conceitos de Ricardo, expostos em seu livro *Princípios de economia política e tributação*, publicado primeiramente no ano de 1817.

No entanto, conforme delineado por Marx (2008), na sociedade capitalista, onde os produtos assumem a forma de mercadoria, emerge uma divisão social do trabalho. Distintos trabalhos úteis são desempenhados separadamente, estabelecendo, assim, uma divisão social do trabalho que se configura como um pilar fundamental do modo de produção capitalista e que acarreta implicações significativas para a estrutura econômica e social. Nessas circunstâncias, alguns trabalhadores podem receber salários mais altos, enquanto outros podem enfrentar condições de trabalho precárias e salários baixos. Além disso, a especialização extrema e a fragmentação do trabalho podem resultar na alienação dos trabalhadores em relação ao produto final, à sua própria atividade laboral e à atividade de seu semelhante.

Portanto, como caracterizar o trabalho? Para Marx (2013, p. 98), “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. Ou, como destaca Engels (2014), é uma característica essencialmente humana. Ambos associam o trabalho, essencialmente necessário, unicamente à espécie humana, embora dissociado quando submetido ao processo de produção capitalista.

Friedrich Engels (2014) oferece ainda uma análise robusta acerca do trabalho em *sociedades primitivas*, destacando que, ao considerar uma sociedade em seus estágios culturais pré-históricos, *superado o estado da barbárie*, o trabalho não se distinguia da esfera social, uma vez que as atividades produtivas eram realizadas de forma coletiva, sem uma divisão rígida do trabalho. Aí se dava o papel da constituição familiar, explorado pelo autor ao longo da obra. Para ele, a historicidade da vida humana se conecta com a

produção. Nessa perspectiva, o trabalho era compreendido como uma atividade essencial para a sobrevivência e manutenção do grupo social como um todo, o que sugere uma integração entre a atividade laboral e as dinâmicas sociais, na qual a colaboração e a solidariedade eram fundamentais para a subsistência do grupo. Além disso, quanto menos desenvolvido for o trabalho e a produção de mercadorias, maior será a influência dos laços consanguíneos na sociedade. À medida que a produção de mercadorias se intensifica, ocorre uma transformação na ordem social, que passa a ser marcada pela luta de classes e pela exploração do trabalhador. Essa produção desenfreada de mercadorias estabelece uma nova dinâmica societal na qual a luta de classes se centraliza.

A análise feita por Engels alerta para a importância de se conhecer o trabalho em diferentes contextos históricos, suas características e valores, assimilando as variações e transformações ao longo do tempo. Ao explorar as características do trabalho em sociedades primitivas, ele oferece atributos valiosos para a compreensão da dinâmica de evolução das relações laborais e a influência da propriedade privada na divisão do trabalho e na exploração da classe trabalhadora, abordada anteriormente por Marx, em contextos sociais similares.

Em paralelo, hoje, acentua-se o contexto do avanço capitalista sobre as relações de trabalho, intensificando a competição entre os trabalhadores. Com efeito, o discurso da competência ganha destaque, colocando grande ênfase na responsabilidade individual do trabalhador em relação à sua empregabilidade (Bendassolli, 2001). Em um cenário de desemprego estrutural, tal fato se agrava. Freud (2019), no entanto, destaca a relevância das relações afetivas e do contato com o outro na formação e no desenvolvimento da identidade e do bem-estar psicológico do ser humano, o que se demonstra em um sentido contrário quando analisado o cenário da competição capitalista atual. Nesse contexto, há um movimento que pode levar à culpabilização do indivíduo, caso ele enfrente o desemprego ou situações precárias no mercado de trabalho. A situação descrita leva o trabalhador a *lutar* — lutar contra o avanço tecnológico, lutar contra outros trabalhadores e contra o seu próprio cotidiano — para assegurar sua posição de subsistência em meio às flexibilidades do capitalismo contemporâneo (Caniato; Rodrigues, 2012).



Reestruturação flexível como ciclo do capital: contexto histórico

A segunda ordem do capital excede a lógica exposta por Marx (2013), subvertendo a ordem de essencialidade do trabalho dentro do contexto de sociabilidade do sistema de produção capitalista. De acordo com Mészáros (2011, p.71), os meios alienados de produção (mediações de segunda ordem do capital), o dinheiro e o valor de troca das mercadorias, regidos pela formatação do Estado capitalista em contexto de um mercado mundial, sobrepujam a essencialidade advinda da mediação primária entre a atividade produtiva, ou seja, a natureza e o ser humano. Tais ações acarretam sérias consequências para a subsistência da humanidade como espécie, uma vez que, na presença de uma inversão na ordem de essencialidade, onde as personificações do capital prevalecem sobre as necessidades básicas para a sobrevivência, as condições fundamentais à manutenção da vida na Terra são negligenciadas em benefício da constância de uma riqueza concentrada.

Segundo Marx (2013), no modo de produção capitalista, o trabalho útil é subordinado ao trabalho abstrato, assim o valor de troca das mercadorias supera o seu valor de uso. Deste modo, o trabalho, antes essencial, torna-se uma atividade alienante, que impulsiona a degradação metabólica do meio natural no qual este exerce sua atividade. Nestas condições, diante da estruturação do Estado regido pelos interesses burgueses, a produção desenfreada de mercadorias e serviços sobrepõe a condição social do indivíduo, subjugando a sua qualificação como ser humano. Além disso, a alienação do trabalho e o caráter fetichista da mercadoria encobrem o processo de reificação da vida. Nesse processo, os indivíduos e a força da natureza que sustentam a existência humana são transformados em meros meios para a geração de mais-valia, que compõe o valor de troca das mercadorias.

O paradigma fordista-taylorista, com sua linha de montagem e produção em massa, representou um marco na organização capitalista do trabalho, promovendo uma divisão cada vez mais detalhada e hierarquizada das tarefas, a fim de aumentar a eficiência e a produtividade. No entanto, essa padronização e especialização do trabalho também levaram à alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho e à perda de controle e conhecimento sobre o processo produtivo (Ribeiro, 2015).



A significativa crise mundial do capital, que se manifestou de forma proeminente entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, é um fenômeno intrinsecamente ligado ao funcionamento do sistema de produção capitalista. Segundo os estudos de Antunes (2000), ela é uma consequência inevitável das contradições fundamentais embutidas no próprio mecanismo. Nesse período em evidência, tornou-se notória a visão de que o capitalismo não pode sustentar indefinidamente o seu crescimento econômico, devido às suas tendências inerentes à superprodução, exploração da força de trabalho e centralização de riqueza nas mãos de uma minoria. A substituição do até então modelo taylorista-fordista por novos paradigmas de acumulação flexibilizada, juntamente com a implementação do modelo japonês de gerenciamento do trabalho, conhecido como toyotismo, expôs um amplo processo de reestruturação do capital que estava ocorrendo em todo o mundo. Essas mudanças visavam atender às demandas capitalistas, que buscavam recuperar seu ciclo de produção hegemônico por meio do trabalho alienado. No entanto, de acordo com Batista (2014), a resposta que surgiu com a difusão do toyotismo procurou enfrentar apenas a superfície da crise, reestruturando-a sem transformar os pilares básicos do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, a busca incessante pelo lucro máximo conduz à exploração intensificada da classe trabalhadora, gerando desigualdades socioeconômicas prejudiciais ao bem-estar coletivo. A acumulação de capital nas mãos de uma elite, que cresce cada vez mais rica, cria uma base instável para a reprodução contínua do sistema. A crise estrutural também está intrinsecamente ligada ao conflito de classes. No período em questão, as lutas sindicais e os movimentos trabalhistas ganharam força considerável, desafiando o poder do capital e demandando melhores condições de trabalho e justiça social. Isso abalou a estabilidade do sistema e forçou uma resposta do capital, levando à reestruturação da produção, à busca de novas formas de organização industrial, como o toyotismo, e à promoção do neoliberalismo como uma ideologia que enfatiza a individualidade e a liberdade, enquanto, na prática, busca amenizar a resistência da classe trabalhadora (Antunes, 2020).

A reestruturação do capitalismo, através da introdução de avanços tecnológicos e da busca por novas formas de eficiência (acumulação), representa uma tentativa de superar temporariamente as contradições inerentes. No entanto, essa reestruturação não



altera a essência exploratória e desigual do próprio modo de funcionamento do sistema, e as crises continuam a ser uma característica recorrente. Essas mudanças tiveram um impacto profundo na natureza do trabalho em termos físicos e, além disso, buscavam maximizar a eficiência no processo produtivo através da exploração da força de trabalho e novas formas de acumulação flexível. No entanto, as transformações não se limitaram apenas ao aspecto material do trabalho, em conformidade com as análises de Antunes (2018); elas também desencadearam um significativo movimento de reestruturação dos significados do trabalho. Logo, entende-se que a crise estrutural do capital é uma manifestação inevitável das contradições inerentes ao sistema. Ela exige uma análise crítica das relações de classe, da exploração da força de trabalho e da centralização de riqueza. Sendo assim, enquanto o capitalismo persistir, crises cíclicas serão recorrentes, de acordo com as análises relativas a Marx (2013), destacando a necessidade de uma transformação fundamental em direção a um sistema econômico mais justo e equitativo.

Uma das características centrais do toyotismo, amplamente implementado a partir da década de 1960, é a implementação do sistema *just-in-time*, no qual as peças e materiais são fornecidos apenas quando necessário, evitando estoques excessivos e os custos associados a eles. Essa abordagem, que busca maximizar a eficiência e reduzir desperdícios, tem sido amplamente adotada no contexto atual de avanço tecnológico e da era digital, acarretando transformações significativas nas condições de trabalho. No cenário contemporâneo, observamos o surgimento de um novo fenômeno que ganha relevância: o advento das empresas de plataformas online. Algumas empresas atuam no mercado, posicionando-se como intermediárias entre oferta e demanda, estabelecendo uma relação peculiar com os trabalhadores, evitando a formalização de vínculos empregatícios tradicionais.

Nesse contexto, emerge o conceito do *trabalhador just-in-time*. Essa condição, fundamentada nos princípios do liberalismo econômico, influencia o trabalhador a se engajar em relações laborais desprovidas do vínculo empregatício, caracterizando-se pela flexibilidade extrema e pela ausência de garantias e proteções trabalhistas. Os trabalhadores são convocados de forma temporária e fragmentada, conforme as demandas do mercado, sem a estabilidade e os direitos usualmente associados ao emprego convencional. Essa nova modalidade de trabalhador revela a acentuação das tendências



neoliberais na esfera do trabalho, em que a lógica da maximização dos lucros e da flexibilidade se sobrepõe à segurança e bem-estar dos trabalhadores. Tal lógica, embora convença do oferecimento de certa autonomia no gerenciamento do tempo e na escolha de tarefas, também implica precarização e falta de proteção social (Abílio, 2019).

Reestruturação flexível como ciclo do capital: análise contemporânea

No contexto da precarização do trabalho, Abílio (2020) auxilia no esclarecimento de que, com a implementação de políticas neoliberais, a identidade do trabalhador vem ganhando uma nova significação junto ao entendimento prático e teórico dos termos *empreendedorismo*, *flexibilização do trabalho* e *uberização do trabalho*. As empresas tentam transferir os riscos e consequências do ato produtivo ao trabalhador, classe que vive de renda, mas na ótica neoliberal corresponde à figura do patrão schumpeteriano, caracterizado por uma ousadia criativa e cheia de disposição para assumir riscos, além de capital para realizar ações que rompam com padrões da produção.

Partindo do discurso que constantemente ressignifica os valores do trabalho, exaltando a autogestão, autonomia e a promessa de prosperidade financeira, a *uberização* do trabalho consolida a formatação do emprego nos moldes da contemporaneidade. Empresas de plataforma digital, como o aplicativo Uber, pioneira dentro do contexto da flexibilização do trabalho na atualidade e que inspirou o termo referente a tal processo, expõem o trabalhador a situações de precariedade no que diz respeito às suas condições sociais e laborais. A classe trabalhadora, nestes termos, pode ser sub-remunerada, ter seus direitos trabalhistas violados e conviver em meio aos riscos que afligem sua integridade física (Queiroz, 2016).

Mediante este contexto, torna-se imprescindível analisar os acontecimentos dentro do recorte histórico do século XXI. Pode-se exemplificar com os dados levantados pela Clínica de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2022, os quais constataram que ao longo de 2021, aproximadamente 1,5 milhão de indivíduos estavam inseridos no mercado de trabalho das plataformas digitais no Brasil, representando cerca de 1,6% da força de trabalho nacional (Machado; Zanoni, 2022). Esses números, acentuados pela pandemia da COVID-19, demonstram um cenário



preocupante diante do histórico brasileiro de mercado de trabalho. Dentre estes, cerca de 250 mil pessoas trabalhavam com transporte de passageiros. No entanto, em meio aos números, há diversas formas de trabalho digital distribuídas entre também diversos perfis, com níveis de escolaridade, sexo e etnia variados (Araújo; Macedo, 2022). Observa-se que, diante de uma crise sanitária que fragiliza os vínculos econômicos, o indivíduo é colocado em uma situação de maior vulnerabilidade perante o mercado de trabalho e sua subsistência.

Ainda no contexto da precarização, as plataformas digitais são meios para a compra e venda da força de trabalho online com o objetivo de conectar prestadores de serviços como transporte ou entrega aos contratantes. O trabalho na atualidade parte da perspectiva de um momento marcado pela reestruturação do modelo de produção capitalista e pela ampliação da subsunção real do trabalho intelectual, de onde as plataformas digitais emergem como mediadoras que coordenam o movimento entre oferta e demanda (Santos; Rosi, 2021). Associada ao processo de mundialização e financeirização do capital, conforme Martins e colaboradores (2023), a tecnologia digital incorporada ao trabalho representa uma tendência, embora seja um fenômeno em constante desenvolvimento. Atualmente, devido ao processo de reestruturação pelo qual o capital passou, as tecnologias da informação e comunicação, incluindo o aumento do acesso à internet e outras tecnologias avançadas, como os sistemas de aprendizado de máquina e ferramentas de coleta e tratamento de dados, tornaram-se viáveis.

A publicidade imbricada no recurso de captação da massa trabalhadora parte, como antes exposto por Abílio (2019), da ampliação das pautas neoliberais, que supervalorizam o trabalho autônomo, chamado de empreendimento. Cita-se como exemplo as propagandas de 2024 da Uber: “Dirija com a Uber – Faça seu horário” (Uber, 2024); do também aplicativo de viagens 99: “Ganhe dinheiro como motorista de aplicativo, corra com a 99” (Noventa e Nove, 2024); do aplicativo de serviços voltado para aulas: “Este trabalho completamente autônomo te permite de completar sua renda no fim do mês ou ainda de viver apenas desta atividade” (Superprof, 2024). São elementos como esses que podem também ser encontrados em outras propostas análogas expostos nos sites das plataformas, ornados por palavras no imperativo, de cunho apelativo: “faça”, “ganhe”, “melhore”, “facilite”, que, empregadas nas propagandas, sugerem uma

vantagem em relação ao trabalho tradicional e/ou, por vezes, revelam-se uma última opção. No entanto, a relação presente nos dados sobre desemprego expõe o verdadeiro caráter do trabalho na sociedade atual.

No contexto global, segundo os dados publicados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021) em maio de 2018, 2 bilhões de pessoas se encontravam em situação de informalidade no vínculo empregatício. Dessas, que representam mais de 61% da população empregada no mundo, a maioria está centralizada em países emergentes, como é o caso de algumas nações da América Latina e da África.

No Brasil, a implementação do neoliberalismo ocorreu de forma gradual, com a década de 1990 marcando um período de mudanças políticas significativas, impulsionadas pelo movimento de globalização. Nesse período, o neoliberalismo ganhou progressiva relevância e impacto no país, exercendo influência na configuração das políticas econômicas e nas reformas que estavam alinhadas com as premissas e diretrizes desse modelo político. Entre 2016 e 2018, a flexibilização das relações trabalhistas, implementada pelo então presidente da República, Michel Temer, juntamente com o fortalecimento do pensamento neoliberal que acompanhou a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no período de 2019 a 2022, bem como o avanço da pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, resultaram em mudanças significativas na estrutura do trabalho no país.

De acordo com os preceitos da metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o desemprego compreende todo indivíduo maior de 14 anos que busca ou está disponível para o trabalho, excetuando-se estudantes e donas de casa, categorias consideradas ocupadas. O número de desempregados no quarto trimestre de 2022 era de 8,6 milhões e, no que diz respeito aos desalentados, isto é, aqueles que gostariam de trabalhar, porém não procuram emprego por não acreditar que encontrarão vagas, o número era de 4,0 milhões, quase a metade da quantidade total de desempregados no período.

É importante salientar como, em meio à era da digitalização do emprego, a pandemia acentuou a desigualdade gerada pela informalização do trabalho, devido à diminuição das vagas de emprego ofertadas durante o *lockdown*, às demissões em massa



e às flexibilizações/reduções de carga horária. No contexto socioeconômico, o aumento excessivo dos preços dos alimentos, decorrente da má fase da economia externa, influenciou os rumos da relação de trabalho em sua situação de plena vulnerabilidade, como se encontra hoje (Silva; Silva, 2020).

Em território nacional brasileiro, conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Estatuto do Servidor Público, o setor informal engloba os trabalhadores que não possuem as condições laborais básicas e/ou proteção social. Essa condição abrange os terceirizados, autônomos, freelancers, os flexibilizados e os subcontratados. Tais trabalhadores, que são desprovidos de auxílios da seguridade social como férias, décimo terceiro e FGTS, no segundo trimestre de 2019, de acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da PNAD contínua, compunham 40,1% dos ocupados, mantendo-se em 39,6% em 2022 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA, 2022).

Abílio (2019, p. 20-21) defende que um dos aspectos centrais da uberização é que “as empresas não podem demitir, pois não contratam”, ou seja, subordinam o trabalhador a engajar-se com a marca sem manter vínculos empregatícios. Tal tendência na forma de gestão, organização e controle do trabalho corrobora para que diversos trabalhadores se tornem o que a autora irá denominar “auto gerentes-subordinados”, sendo subutilizados como empregados *just-in-time*, ou seja, que trabalham por demanda, sem garantias e limitações na jornada de trabalho.

Um ponto fundamental desse movimento é a consolidação dos monopólios no setor de serviços. As empresas que adotam esse modelo de produção muitas vezes conquistam posições dominantes em seus mercados, criando uma concentração significativa de poder. Esses monopólios exercem um controle considerável sobre as condições de trabalho e, em última análise, sobre os salários. Como resultado, a força de trabalho é desvalorizada, levando a menores salários e maior desigualdade. Além disso, a contratação sob demanda e a falta de garantias de emprego contribuem para o desemprego estrutural, onde muitos trabalhadores lutam para encontrar empregos estáveis e mais bem remunerados. Esse cenário cria um mal-estar social, à medida que a instabilidade econômica e a insegurança financeira afetam as vidas das pessoas. Portanto, a uberização não apenas reconfigura a forma de trabalho, mas também desencadeia

mudanças profundas na economia, contribuindo para a formação de monopólios que exercem influência sobre a força de trabalho e os padrões de remuneração, com implicações significativas para a sociedade em geral.

Retomando a lógica descrita por Engels (2010), sobre a condição da classe trabalhadora na Inglaterra durante o século XIX, é possível observar semelhanças na lógica atual do capital. Um exemplo notável é a persistência do trabalho precário infantil por meio das plataformas digitais, uma das características do período industrial, que continua presente na dinâmica do trabalho plataformizado (ONU, 2021). Engels descreveu, em suas análises, a exploração extrema sofrida pelas crianças nas fábricas, destacando as condições desumanas a que eram submetidas. De maneira análoga, o fenômeno da plataformização ou uberização do trabalho, caracterizado pela ascensão de plataformas digitais que conectam trabalhadores independentes a empregos flexibilizados, carece de proteções trabalhistas e pode contribuir para a exploração dos trabalhadores, incluindo crianças e adolescentes.

No capitalismo, cada mercadoria possui em si um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso se baseia na realidade material de utilidade do produto e, portanto, diz respeito ao valor essencial que este possui. Logo, o valor de uso faz com que cada produto se diferencie entre si. O valor de troca — porque cada mercadoria possui seu valor de uso, ou seja, sua singularidade — faz com que a troca exista em função da utilidade (Libório; Castro; Sakotani, 2013). Neste contexto, o sexo passa a também configurar um bem mercantilizado para intercâmbio comercial.

Dentro do contexto da digitalização e do emprego (subemprego) online, o mercado sexual se posiciona como um somatório de mercadorias, exercendo tanto valor de uso quanto valor de troca. A plataforma *OnlyFans* é um exemplo prático e teórico de como as plataformas digitais podem contribuir para a precarização do trabalho e a exploração sexual, incluindo a exploração infantil, como demonstram as análises da sociabilidade ao longo da história (Safae, 2021). Embora haja uma restrição de idade quanto ao uso do site, que proíbe menores de 18 anos, pesquisas indicam que crianças conseguem acessar a plataforma burlando o sistema, expondo-se, assim, a formas de violência.



O site *OnlyFans* é comercializado digitalmente como plataforma de mídia social com o intuito primário de conectar assinantes de conteúdos exclusivos aos produtores em diversas categorias, seja esportes, alimentação, educação física etc. Contudo, o senso comum, refletido no público médio, passou a considerar e utilizar a plataforma com o intuito voltado aos conteúdos adultos no início da pandemia da COVID-19, quando aconteceu um deslocamento dos trabalhadores do sexo de forma presencial para o mundo digital (Litam et al., 2022). Passando de 7,5 milhões de usuários, no início de 2020, para 130 milhões, em agosto de 2021, o site se consolidou como um mercado em expansão, afetando as fronteiras entre o trabalho e o sexo (Peres, 2022).

Vale ainda ressaltar a dinâmica complexa que envolve o trabalhador na plataforma *OnlyFans*, destacando a ilusão de controle percebida pelo indivíduo que vende seus serviços (força de trabalho) nesse contexto específico. Embora os trabalhadores possam se autointitular empreendedores devido ao suposto controle administrativo que possuem sobre suas atividades no site, é crucial questionar até que ponto essa percepção corresponde à realidade.

Estudos indicam que, sob a ótica do neoliberalismo, o trabalhador contemporâneo pode interpretar-se como um empreendedor, moldando sua identidade em consonância com as narrativas flexíveis do mercado. No entanto, essa autodeterminação aparente é confrontada pela perspectiva do consumidor (fã), que, por sua vez, visualiza o trabalhador como uma mercadoria, submetida a um acesso restrito e fetichizado (Peres, 2022). Essa dicotomia revela a natureza ambígua da relação, em que o controle ilusório do trabalhador se desvanece diante da visão mercadológica que o reduz a uma *commodity*.

A manifestação contemporânea do neoliberalismo nesse cenário moderniza a qualificação do indivíduo, que outrora poderia ser classificado como lumpemproletariado. No entanto, essa aparente atualização também se conecta a uma perspectiva romântica que, por trás das práticas insalubres e da exposição inerentes ao sistema capitalista, revela uma complexidade que desafia as narrativas simplistas sobre o controle e a autonomia do trabalhador na era digital.

De acordo com as observações de Abílio e Machado (2017), a uberização não surgiu com o advento da economia digital (*gig economy*), embora se materialize hoje nesse campo. Sua base vem sendo formada ao longo de décadas. Os serviços oferecidos

pela Uber envolvem interesses mútuos ao atender questões centrais do desenvolvimento capitalista, como é o caso da mobilidade urbana. Entretanto, para além disso, a Uber representa uma tendência global de transformar ideologicamente o proletário em microempreendedor. As empresas de aplicativo funcionam como intermediadoras tecnológicas entre o trabalhador (microempreendedor) e o consumidor final. Deve-se compreender o termo *flexibilização* no contexto do trabalho contemporâneo como um movimento contínuo de afrouxamento das leis trabalhistas, com o intuito de eliminá-las. É um deslocamento tanto do capital quanto da força de trabalho em âmbitos globais, que envolve a transferência de riscos e custos ao próprio trabalhador, além de envolver a extensão da intensificação do trabalho ou do aumento da quantidade de horas despendidas no mesmo. Essas mudanças estão intrinsecamente ligadas às relações entre o Estado, o capital e o trabalho, bem como à interação entre inovações tecnológicas, políticas adotadas pelos Estados nacionais para promover fluxos financeiros e investimentos, o aumento do desemprego e o surgimento de novas formas de exploração que afetam a percepção do trabalhador sobre seu próprio papel social.

Fica também exposta a relação entre a precarização e o emprego nas plataformas quando analisados os dados obtidos por meio de uma entrevista realizada por Cezario e Araújo (2021) com os motoristas da Uber. Foram realizadas 14 entrevistas, sendo que em torno de 90% dos entrevistados eram motoristas do sexo masculino. Verificou-se que o salário variou de dois a três mil reais, numa época em que o salário-mínimo correspondia a R\$1.049,00. 50% da amostra respondeu ter dívidas acima de três mil reais. Um dos entrevistados, listado como E14, que tinha 46 anos na data da pesquisa e trabalhava 12 horas por dia, alegava:

Como você ganha por produção de trabalho, tem que trabalhar muito e trabalhar todos os dias, principalmente porque a demanda do aplicativo é maior nos fins de semana. E aí você não tem descanso no sábado e domingo, como no setor privado. (Cezario; Araújo, 2021, p. 111)

Enumerada como E7, a única mulher da pesquisa, revelou ter passado por assaltos, assédios, entre outras dificuldades, das quais ela menciona: “Eu não tive nenhum tipo de auxílio. A Uber é um sistema muito unilateral, entendeu?”. Sobre os riscos, relataram outros participantes:



Você tem o desgaste do carro. A Uber tem a maior frota do mundo sem gastar um centavo com manutenção e combustível, fica tudo por conta do motorista (E14).

É tudo por nossa conta e risco. A gente é que paga o INSS e, para aposentar, é tudo por nossa conta (E14).

Ocorre a transferência do risco financeiro da empresa para o motorista (E13). (Cezario; Araújo, 2021, p. 116).

Com efeito, observa-se claramente o processo de uberização, focado na aceleração da degradação do ser humano. Assim como menciona Alves (2011), a precarização do trabalho sob os auspícios do capital implica não apenas na degradação do trabalho, mas também na do ser que trabalha, levando-o à desconstrução de si mesmo, como resultado da desassociação estabelecida pelo novo metabolismo social do trabalho. De acordo com Abílio e Machado (2017), na década de 1980, os motoboys eram contratados diretamente pelas empresas, sendo que as motos frequentemente pertenciam à empresa e não aos próprios trabalhadores. A partir dos anos 1990, começaram a surgir no mercado empresas especializadas em serviços de entrega terceirizados.

Segundo os dados levantados pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), no ano de 2023, no Brasil, estimou-se que existiam 1,66 milhão de pessoas trabalhando como entregadores ou motoristas de aplicativo (Callil; Picanço, 2023). O estudo analisou as informações fornecidas pelas empresas iFood, Uber, 99 e Zé Delivery, além de ter entrevistado mais de 3 mil trabalhadores dessas categorias. Sobre o perfil dos motoristas, constatou-se que a idade média é de 39 anos, 60% têm ensino médio completo e 62% são pardos ou pretos, 35% são brancos, 3% amarelos e 1% indígenas, sendo que destes 95% são homens; sobre os entregadores, 97% são compostos por homens, a idade média é 33 anos, 59% têm ensino médio completo e 68% são pardos ou pretos, 29% são brancos, 2% são amarelos e 1% indígena (Callil; Picanço, 2023).

Nesse contexto de flexibilização do trabalho e sua digitalização, evidencia-se o processo de uberização como um fenômeno marcante, com acentuada aceleração na degradação do ser humano, conforme abordado por Alves (2011). O advento das plataformas digitais e a terceirização dos serviços de entrega têm causado profundas transformações no mercado de trabalho, com impactos significativos para os indivíduos



envolvidos. Aponta-se para a expansão considerável desse modelo de trabalho precário e sua crescente importância na economia do país. As características demográficas dos trabalhadores também merecem destaque (Callil; Picanço, 2023).

A predominância masculina, especialmente entre os entregadores, levanta questões sobre os embates de gênero específicos nessa ocupação. Além disso, a maioria dos trabalhadores possui ensino médio completo, sugerindo que a falta de oportunidades em um mercado de trabalho competitivo os leva a aderir a essas atividades precárias. A predominância de pessoas pardas e pretas entre os trabalhadores, bem como a idade média mais elevada, ressalta desigualdades raciais persistentes e a existência de trajetórias profissionais anteriores. Em suma, a flexibilização do trabalho e sua digitalização no setor de entregas de aplicativos têm implicações complexas e plurilaterais na sociedade brasileira. Esse fenômeno não apenas está reconfigurando o mercado de trabalho, mas também está agravando desigualdades de gênero e raça, além de afetar a qualidade de vida e a dignidade dos trabalhadores envolvidos.

Considerações finais

O presente estudo fundamentou-se na análise dos impactos socioeconômicos e sociais decorrentes dos processos de precarização e informalização do trabalho no contexto brasileiro, tendo como base os pressupostos do materialismo histórico. Esse enfoque analítico considera o contexto em que muitas pessoas se encontram em situações de informalidade no mercado de trabalho. Observou-se que essa parcela significativa da população empregada tem enfrentado diversas transformações nas relações laborais, influenciadas pelos avanços tecnológicos e pela disseminação da ideologia neoliberal em contextos globais.

Ao observar as precárias condições enfrentadas pela classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, notaram-se surpreendentes paralelos com a atual precarização do trabalho. A história, como Marx alerta, tende a se repetir, e as explorações e desigualdades emergentes na era da *uberização* ecoam os desafios enfrentados por trabalhadores na Revolução Industrial. A compreensão da história, desta forma, oferece uma lente crítica para analisar não apenas as semelhanças, mas também as evoluções e



nuances que caracterizam a situação contemporânea, lançando luz sobre os fatores que contribuíram para a exploração e alienação dos trabalhadores. Isso destaca a necessidade urgente de se questionar as estruturas sociais que perpetuam injustiças ao longo do tempo.

A pesquisa possibilitou a averiguação das contradições e das precárias condições que marcam o mundo do trabalho contemporâneo. Nessas reflexões, percebeu-se as interseções entre a esfera do trabalho e o cenário macroestrutural do capitalismo global, assegurado pelo avanço científico e tecnológico na produção. Esses avanços revelam as tensões e os embates inerentes a uma ordem social que ainda prioriza a maximização dos lucros em detrimento dos direitos e das condições dignas de trabalho, continuando uma histórica tendência. Apesar dos progressos, que poderiam sugerir uma melhoria nas condições laborais dada a redução da necessidade do trabalho humano braçal, a lógica neoliberal desencadeou graves problemas na esfera laboral por meio do trabalho precário, fetichizado em sintonia com as demandas do novo padrão tecnológico de serviços.

À luz dos estudos de Marx e Engels, a presente pesquisa possibilitou ainda a reflexão acerca da necessidade de reverter as tendências da flexibilização desenfreada, repensando o trabalho como fonte essencial de solidariedade e desenvolvimento humano. Ao almejar uma realidade laboral mais justa e digna, é fundamental a articulação de forças sociais, sindicais e políticas em prol de um mundo do trabalho que não se renda às vicissitudes do capitalismo desenfreado, mas que se erga como um espaço de afirmação e realização da plena dignidade humana. Estimula-se que pesquisas futuras incorporem a perspectiva dos trabalhadores que estão em contato direto com o objeto de estudo, levando em consideração as limitações desta presente pesquisa.

Em síntese, destaca-se que a compreensão das flexibilizações do trabalho transcende uma análise exclusivamente econômica, sendo essencial abordá-la em sua complexidade sociológica e histórica. Frente aos desafios impostos por esse contexto, torna-se crucial estabelecer um espaço de conscientização e debate abrangente, fundamentado na busca por alternativas que reafirmem os valores do trabalho com dignidade e justiça social. Nesse sentido, torna-se imperativo promover um debate crítico sobre as políticas neoliberais, as quais intensificam as disparidades e desigualdades, reafirmando o compromisso com a construção de uma sociedade equitativa e solidária, cujo foco esteja centrado no bem-estar coletivo.



Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? **Estudos avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Acesso em: 25 out. 2023.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Val Paraíso, Chile, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>. Acesso em: 25 out. 2023.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; MACHADO, Ricardo. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **IHU On-Line**, v. 503, p. 20-28, 2017. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6826-uberizacao-traz-ao-debate-a-relacao-entre-precariizacao-do-trabalho-e-tecnologia>. Acesso em: 03 maio 2024.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da Ret – Rede de Estudos do Trabalho**, Portugal, v. 4, n. 8, p. 2-10, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P. Frigotto G. (org.) **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 35-48.

ANTUNES, Ricardo. **As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje**: os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Macedo; MACEDO, Davi. Pesquisa da UFPR traçou diagnóstico do trabalho por plataformas digitais no Brasil. **Agência Escola UFPR**, 2022. Disponível em: <https://agenciaescola.ufpr.br/site/?p=4161>. Acesso em: 25 out. 2023.

BAE, J.-M. Narrative reviews. **Epidemiology and Health**, v. 36, p. 1-8, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4178/epih/e2014018>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BATISTA, Erika. A dialética da reestruturação produtiva: a processualidade entre fordismo, taylorismo e toyotismo. **Revista Aurora**, Marília, v. 7, n. 2, p.17-34, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2014.v7n2.3848>. Acesso em: 25 out. 2023.



BAUMEISTER, Roy. Writing a literature review. In: PRINSTEIN, M. (ed.) **The Portable Mentor**. New York, NY: Springer, 2013. p. 119–132. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3994-3_8. Acesso em: 17 nov. 2023.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. O vocabulário da habilidade e da competência: algumas considerações neopragmáticas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 3-4, p. 69-71, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v3i0p65-76>. Acesso em: 25 out. 2023.

CALLIL, Victor; PICANÇO, Monise Fernandes (coord.). **Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos**. São Paulo: CEBRAP, 2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Amobitec12mai2023.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

CANIATO, Angela Maria Pires; RODRIGUES, Samara Megume. A construção psicossocial da competição: o engano na cumplicidade de uma falsa vida. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, p. 23-35, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100004>. Acesso em: 25 out. 2023.

CEZARIO, Madalena Barbosa de Oliveira; ARAÚJO, Wânia Maria. Pausa para entrevista: os motoristas da Uber têm o que falar. **e-hum**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 104-120, 2021. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/3361>. Acesso em: 25 out. 2023.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, do estado e da propriedade privada. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2014.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2010.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. [São Paulo]: LeBooks Editora, 2019. E-book.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=37807>. Acesso em: 07 mai. 2024.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, B. M. ; SAKOTANI, V. H. Abuso, exploração sexual, pedofilia e pornografia infantil na internet: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: WCF; ABMP Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensoria Pública da Infância e Juventude. (org.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes: novos olhares sobre diferentes formas de violação**. São Paulo: WCF/ABMP, 2013. p. 177-220. v. 1.

LITAM, Stacey Diane Arañez; SPECIALE, Megan; BALKIN, Richard S. Sexual attitudes and characteristics of *OnlyFans* users. **Archives of Sexual Behavior**, v. 51, n. 6, p. 3093-3103, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10508-022-02329-0>. Acesso em: 25 out. 2023.

MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan. **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR; Clínica Direito do Trabalho, 2022. E-book. Disponível em: https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf Acesso em: 07 mai. 2024.



MARTINS, Helena et al. A mediação do trabalho por plataformas digitais e seus impactos para a autonomia dos trabalhadores. **Laborare**, Salvador, v. 6, n. 10, p. 79-102, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2023-180>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOVENTA E NOVE (99). Ganhe dinheiro como motorista de aplicativo, corra com a 99. **Anúncio publicitário**. Disponível em: <https://99app.com/motorista/> Acesso em: 09 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza; grupos étnicos e mulheres são os mais afetados. **Onu News**. Postado em outubro de 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fLUXY>. Acesso em: 25 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabalho forçado. **Site da OIT/ONU**, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/lang-pt/index.htm> Acesso em: 30 jan. 2023.

PERES, Henry Frangel Madeira. **Expropriação do trabalho sexual plataformizado**: um estudo de caso na *OnlyFans*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/19473>. Acesso em: 25 out. 2023.

QUEIROZ, F. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 187–191, jan. 2018. Resenha de livro. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100012>. Acesso em: 25 out. 2023.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65–79, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678>. Acesso em: 09 mar. 2024.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. [São Paulo]: LeBooks Editora, 2018. E-book.

ROTHER, Edna Terezinha. Editorial: revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: <https://actaape.org/article/revisao-sistematica-x-revisao-narrativa/>. Acesso em: 3 maio 2024.

SAFAEE, Aryana. **Sex, love, and OnlyFans**: how the *gig economy* is transforming online sex work. 2021. Dissertação (Master of Arts in Political Science) — San Diego State University, San Diego, CA, 2021.



SANTOS, Artur; ROSI, Guilherme. Trabalho uberizado: precarização e resistência. **Seminário de Gestão Organizacional Contemporânea**, Vitória, v. 1, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/segoc/article/view/36870>. Acesso em: 3 maio 2024.

SILVA, Mygre Lopes; SILVA, Rodrigo Abbade. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS**, Santa Maria, RS, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2023-180>. Acesso em: 25 out. 2023.

SUPERPROF. Este trabalho completamente autônomo te permite de completar sua renda no fim do mês ou ainda de viver apenas desta atividade. **Anúncio publicitário**. 2024. Disponível em: <https://www.superprof.com.br/dar-aulas-particulares/> Acesso em: 09 maio 2024.

UBER. Dirija com a Uber – Faça seu próprio horário. 2024. **Anúncio publicitário**. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/>. Acesso em: 09 maio. 2024.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YIN, Robert K. O que é pesquisa qualitativa e por que você cogitaria fazer este tipo de pesquisa? *In*: YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 4-21.

Recebido em: 26/11/2023.

Aceito em: 18/04/2024.



| OFÍCIO DE CIENTISTA SOCIAL |



PELAS RUAS DO VELHO MUNDO: um relato fotoetnográfico sobre pobreza e segurança pública

THROUGH THE STREETS OF THE OLD WORLD: a photoethnographic report on poverty and public safety

Fábio Gomes de França *

Resumo

Este trabalho trata-se de uma experiência fotoetnográfica, obtida a partir de uma viagem de turismo realizada à Europa — mais especificamente para Portugal, Itália e França — entre o final de 2019 e início de 2020. A partir de uma observação livre, meu relato utiliza-se de fotos captadas de situações sociais das ruas de algumas cidades dos países citados, em diálogo com descrições textuais de minhas impressões dos locais pelos quais passei. Essa *etnografia de rua* me possibilitou refletir sobre problemas que envolvem a segurança pública no mundo europeu, ao mesmo tempo em que me auxilia a melhor entender o contexto brasileiro. Por fim, minha ênfase descritiva recai sobre a relação entre pobreza e segurança pública, e os dilemas atuais dessa relação.

Palavras-chave: fotoetnografia; etnografia de rua; segurança pública; pobreza.

Abstract

This article deals with a photoethnographic experience carried out in Europe during a tourist trip to Portugal, Italy and France between late 2019 and early 2020. Based on free observation my report makes use of photographic images of social situations on the streets of some cities in the countries referred to, including dialogue with textual descriptions of my impressions of the places I passed through. This ‘street ethnography’ enabled me to reflect on questions of public security in Europe in addition to helping me to better understand the Brazilian context. In conclusion, my descriptive emphasis reflects back upon the relationship between poverty and public security and the contemporary dilemmas around this relationship.

Keywords: photoethnography; street ethnography; public security; poverty.

Introdução

Este relato de experiência poderia ter sido apenas uma viagem comum de turismo à Europa. Sonho de muitas pessoas, essa viagem só se torna possível, na maioria das

* Doutor e mestre em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professor de sociologia e criminologia do Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba. E-mail: ffsociologia@gmail.com.



vezes, caso tenhamos uma situação financeira favorável que nos possibilite realizá-la. No entanto, quando se trata de um cientista social de férias como turista (que é o meu caso), dificilmente não desenvolvemos um sentimento paradoxal quando passamos a enxergar as contradições geradas pelo sistema econômico no qual vivemos em qualquer lugar do mundo. Nós, cientistas sociais, talvez devido ao modo crítico com que aprendemos a fazer certa leitura da realidade, corremos o risco de não conseguirmos experienciar o lazer como algo centrado em si mesmo, pois, a todo o momento, a *imaginação sociológica* está presente na forma como enxergamos as pessoas e as situações ao nosso redor, levando-nos a aguçar também a observação antropológica.

Foi assim que eu me deparei com situações as quais, sob um ponto de vista socioantropológico, despertaram minha atenção em minha primeira viagem de férias que realizei à Europa no final do ano de 2019 e início de 2020. Eu passei exatos 22 dias em cidades de três países (Portugal, Itália e França), e as experiências de vida enriquecidas com o deslumbramento pelo *berço da civilização* ocidental, que povoa nosso imaginário infantil desde a escola por meio de uma crença colonizada pela existência dos países considerados do *primeiro mundo* (econômica e culturalmente falando), não foram o suficiente para neutralizar minha visão crítico-subjetiva, a qual, na verdade, conduziu-me a buscar parâmetros pautados em certa objetividade que transformaram minha viagem em uma reflexão sociológica (Weber, 2003). Eu posso assegurar, também, que minha sensibilidade e atenção redobrada pelas ruas de algumas cidades europeias tornaram-me um verdadeiro *flâneur*, um indivíduo capaz de descrever com certo estranhamento um ambiente urbano do qual faz parte, caminhando livremente pelas ruas e avenidas, exercício típico das etnografias urbanas¹, já que a cidade se trata de um grande laboratório para o *flâneur* (Oliveira, 2015).

Para tanto, fiz uso do meu aparelho celular para captar moradores de rua através de fotografias em meio às cidades de Milão e Paris, assim como observei a presença e

¹ Segundo Oliveira (2017), o *flâneur* é um personagem baudelairiano que foi utilizado por Walter Benjamin para descrever a atitude de um indivíduo que passa a enxergar a cidade com um olhar diferenciado, perdendo-se nela e passando as horas do dia de forma ociosa, caminhando por ruas e avenidas, mas sem deixar de aguçar os sentidos sobre as coisas, pessoas e lugares que estão ao seu redor. Foi com essa mesma atitude que ele escreveu sobre a Paris do século XIX. Nesse sentido, alguns autores têm debatido sobre as experiências urbanas do *flâneur* escritas por Benjamin utilizando-se da mesma perspectiva para construir experiências etnográficas em contextos urbanos. Ver Oliveira (2015, 2017); Rocha e Eckert (2003).

comportamento dos imigrantes africanos em algumas situações com as quais me deparei em Paris e em Roma. Desse modo, aventurei-me em relatar, baseado em uma observação livre em diálogo com as imagens apreendidas, as nuances que perpassaram essa experiência sem, contudo, deixar de analisar o contexto entre segurança pública e pobreza, dado o meu campo de estudos na esfera da sociologia da violência e criminologia em diálogo com os problemas que envolvem a segurança pública. Nesse sentido, eu gostaria de destacar que não sistematizei uma pesquisa prévia, por isso deixo claro que minhas *reflexões* surgiram das observações quase que espontâneas ao longo da viagem, o que não me impediu de pensar os problemas que levanto com base em minha experiência como pesquisador na área na qual eu atuo. No final das contas acredito que meu relato se aproxima, colocadas algumas condições epistemológicas, de uma “etnografia de rua”, na qual incluí uma “câmera na mão” (Rocha; Eckert, 2003, p. 2).²

Portanto, minha narrativa fotoetnográfica é uma interação a partir das imagens que captei juntamente com minhas observações, pois “as ruas da cidade podem ser um laboratório prático para análise fotográfica de fenômenos sociais” (Collier Júnior, 1973, p. 49). Minha intenção foi criar um quadro coerente de percepção para o leitor, especialmente para nós, brasileiros, acostumados a querer importar modelos de segurança pública europeus e norte-americanos, como símbolo de eficiência para manter a organização social.³ Pelo que descrevo, melhor seria atentarmos para percebermos que o sistema econômico dominante está em todos os lugares, de modo universal, construindo seus padrões de beleza como dita o “sonho da pureza” pós-moderno, assim como descrito por Bauman (1998). Ao mesmo tempo esse sistema produz seus refugos humanos ou consumidores falhos (Bauman, 1998, 2005), aqueles indivíduos que não passam de *homo sacer*, a figura estudada por Agamben (2010), que não é nem sacra, nem maldita e cujo homicídio é negligenciado por tratar-se de algo insacrificável, uma vida incluída por exclusão. Assim, passo a descrever algumas de minhas experiências em terras europeias.

² Como ver-se-á adiante, as minhas descrições também abrangem a presença em um museu, um estádio de futebol e um trem, devido às considerações que faço sobre segurança pública, porém o foco central das experiências ocorreu nas ruas, o que pode ser visto pelas imagens que captei.

³ Nesse sentido, ver a obra de Belli (2004) e suas reflexões acerca da implantação de programas de segurança pública no Brasil baseados no Tolerância Zero importado de Nova Iorque e as consequências para a garantia dos direitos humanos em nosso país.

Olhares de um turista atento: quando falam as imagens

Viajei para a Europa na madrugada do dia 25 de dezembro de 2019 partindo do aeroporto de Recife, no Brasil, com destino a Lisboa, em Portugal. Correspondendo às minhas expectativas, minha primeira impressão, ainda pela janela do avião, avistando do alto a cidade de onde partiram aqueles que mudariam a história da América do Sul séculos atrás aportando no Brasil, foi de deslumbre. O encantamento por eu estar pisando em solo europeu, sonho de uma criança que amava estudar história e geografia na escola, realizava-se ao contemplar o imenso aeroporto de Lisboa e passar a sentir o frio europeu no inverno, que nos obriga a agasalhar-nos, mas também nos embevece pelo uso do casaco que o clima frio requer. Mas não demorou a que minha argúcia sociológica passasse a funcionar quando comecei a perceber os problemas estruturais que Lisboa apresenta. Assim, em meio ao deslumbramento com os primeiros passeios, também me chegaram os olhares para as sujeiras das ruas, as dificuldades para os carros estacionarem, os imigrantes negros vindos da África vendendo informalmente mercadorias falsificadas nas ruas. Os encantos europeus passavam a dialogar com as observações sobre um país que ajudou a difundir a mercantilização do capitalismo no mundo ocidental a partir do século XV. Um país, que em muito, foi responsável pelo tráfico e escravização de negros africanos no Brasil e que, assim, apresentava-me que lá, com tantos turistas pelas ruas e nos monumentos históricos, o capitalismo também, como sempre, apresentava suas consequências.

Mas até então eu ainda estava tentando apreciar as imagens que me chegavam pelos locais que passei a visitar com os amigos que me acompanhavam. E, vez ou outra, o quadro era pintado quando eu percebia pessoas negras trabalhando sempre em profissões pouco privilegiadas, como nas limpezas dos mercados públicos ou como segurança nas lojas. Os quatro dias passados em Lisboa transformaram-se em uma nostalgia maior quando fui para Roma e, a partir daí, minha viagem passou a ser um misto de diversão e observação constante em relação às dificuldades estruturais de uma cidade esplendorosa com seu antigo conjunto arquitetônico e seus problemas de uma grande urbe.



O lixo pelas ruas era bem mais evidente do que em Lisboa, assim também como a maior quantidade de turistas de todo o mundo. Foi então que observei o quanto Roma é uma cidade policiada. Em muitos lugares da cidade, encontramos parados em locais específicos, como praças e esquinas, militares do Exército, assim como policiais, sempre empunhando metralhadoras em uma atitude expectante. O fardamento atrelado ao modo viril de se portar nos indica como o modelo do ser militar parece tratar-se de uma identidade social universal. A diferença marcante em relação aos militares no Brasil fica por conta do uso da barba, algo comum entre os militares italianos, mas sempre aparada e bem desenhada na silhueta do rosto. Detalhes como esse talvez indiquem o grau maior de militarismo entre os militares brasileiros pela cobrança ao asseio pessoal, ou talvez seja apenas uma característica diferenciadora. Outro fator que me despertou a atenção foi a constante passagem de ambulâncias e viaturas policiais pelas ruas com as sirenes ligadas com seu barulho característico. Nesse caso, não consegui identificar se as situações se tratavam de emergências a serem resolvidas ou se era um artifício para abrir caminho entre os carros no movimentado trânsito da cidade.

No caso de Roma, existiam muito mais imigrantes africanos negros, assim também como outros de origem árabe e talvez indianos, se a minha percepção não estiver errada. E foi em Roma que vi pela primeira vez como a questão da segurança pública na Europa tem seus dilemas, o que me levou a ratificar que tratar da segurança pública sem levar em consideração as questões sociais é correr para permanecer no mesmo lugar (Rolim, 2006). Durante o *réveillon*, resolvi acompanhar o rito de passagem do novo ano no Coliseu, juntamente com meus amigos, e em meio a milhares de turistas de todo o mundo. Após a tímida explosão de fogos de artifício, as pessoas se dispersaram e, devido à grande quantidade delas para as poucas ruas de dispersão, resolvemos escolher um local íngreme que demandava uma subida para uma rua localizada em uma parte superior de frente ao coliseu. Minha intenção era também encontrar um amigo brasileiro que se encontrava em Roma e estava exatamente na rua que era o ponto final da subida. Muitas pessoas se apinhavam desordenadamente na estreita ladeira e, só depois, percebi que o tumulto dizia respeito a um grupo de africanos que estava furtando e roubando os turistas que tentavam passar.



Acompanhei uma situação na qual cerca de seis africanos, negros, rodearam um turista asiático que gritava de forma ininteligível, pelo menos para mim, certamente porque estava sendo roubado. Uma africana se jogava sobre o turista dentro do círculo protegido pelos colegas africanos e retirava os pertences das pessoas. Avistei mulheres chorando por ter tido objetos furtados.⁴ Pela leitura que fiz da situação, talvez tenham sido aparelhos celulares. Infelizmente, a grande quantidade de africanos no local acabava por nos fazer construir um olhar generalista como se todos fossem criminosos, mas alguns deles estavam vendendo bebida de maneira informal aos turistas.

Após anos de imperialismo e exploração das terras africanas, os europeus se deparam com um grave problema em relação aos imigrantes que deixam suas terras espoliadas do passado em busca de meios para sobreviver. Por ironia do destino, eles acabam buscando as terras daqueles que muito lhes tiraram, sofrendo preconceito e tendo de vender mercadorias baratas no mercado informal. É um quadro um pouco diferente da realidade brasileira, mas que em um ponto apresenta semelhanças com nosso país no tocante à segurança pública: as desigualdades sociais geradas pela engrenagem capitalista produzem as *classes perigosas* e um círculo difícil de romper.

Após um período de calma conhecendo cidades como Siena, Pisa, Assis e Florença, viajamos para Paris, onde passamos cinco dias. O comportamento comedido e discreto de boa parte dos parisienses (que talvez traduza, como sugere Simmel (2005), certa antipatia como modo de sobrevivência nas grandes cidades), aliado ao alto custo de vida da cidade, deixou-me impressões negativas que, ao mesmo tempo, contrastaram com a beleza arquitetônica da *cidade luz*. O esplendor da Torre Eiffel e do Palácio de Versalhes, das ruas famosas como a *Champs-Élysées* e o Arco do Triunfo, o Museu do Louvre e suas famosas obras, apesar das marcas que deixam em nossa memória, ainda assim, foi em Paris que meu olhar socioantropológico aguçou de forma mais peremptória. Sobre os imigrantes africanos, lá estavam eles novamente nas frias calçadas vendendo miniaturas da Torre Eiffel e gorros para o frio. Quando um carro da polícia se aproximava pelas ruas, eles ensaiavam uma fuga rápida, guardando os objetos de venda rapidamente

⁴ Juridicamente falando, pelo menos na legislação penal brasileira, roubo e furto são coisas distintas, o primeiro ocorre com violência à vítima e o segundo sem violência, até mesmo sem o conhecimento da vítima.

e nos lembrando os artifícios usados pelos vendedores ambulantes na famosa Rua 25 de março, em São Paulo. A contradição fica à mostra em Paris, pois, enquanto os transportes públicos, em sua maioria, estavam paralisados por conta de uma greve, ao ponto de o motorista de ônibus não nos cobrar a passagem em solidariedade às pessoas e como forma de protesto, a capital francesa exibe seu outro lado, aquele que não cabe nenhum *glamour* e contradiz os protestos sociais e a solidariedade das pessoas.

Figura 1 – Morador de rua em uma calçada em Paris



Fonte: arquivo do autor (2020).

Como nos ensina Bauman (1998), o sonho da pureza para os países considerados ricos da Europa é baseado em um ideal que se traduz pela limpeza e organização dos espaços. Só que, nesses espaços, projetados para ávidos consumidores de mercadorias e de si mesmos, é preciso descartar o supérfluo e excedente, para que não se transformem em sujeira e contaminem pessoas e ambientes. Nesse caso, não importa se o lixo a ser descartado sejam outros seres humanos que estejam impedindo a sociedade *civilizada* de manter-se higienicamente ordenada. Por outro lado, como pude constatar, existem espaços que transmitem perfeitamente o ideal de pureza pós-moderno e que bem dialogam com a noção de segurança pública que venho abordando. Essa minha percepção

ocorreu quando fui assistir a um jogo de futebol em Paris, no estádio *Parc des Princes*. A partida de futebol, com estrelas do futebol mundial, incluindo brasileiros que defendem o time da cidade, transcorreu na mais completa organização (apesar de, ao final, termos sofrido para conseguirmos voltar para onde estávamos hospedados devido à paralisação do metrô e de boa parte dos transportes públicos). Ainda assim, a beleza do estádio e de seu impecável gramado, dos assentos padronizados, da recepção e da indicação do local onde deveríamos sentar pelos funcionários denotam como o capitalismo funciona bem quando é colocado em destaque. Os seguranças, todos privados, estavam, em sua maioria, sentados de frente às arquibancadas, na parte de baixo na mesma altura do gramado. A única viatura policial que visualizei estava a alguns metros de distância do estádio com os policiais em seu interior, o que mostra uma discreta participação na segurança do evento.

Em comparação com o caso brasileiro, o policiamento no interior e fora dos estádios é realizado pelas polícias militares em jogos privados. Os policiais militares das tropas de choque, consideradas mais ostensivas no uso da força, fazem a proteção do gramado e dos árbitros. Os demais policiais espalham-se em meio à torcida e também ficam sempre de pé na parte de baixo, na altura do gramado, vigiando para evitar a invasão por torcedores. Na parte externa do estádio, policiais ficam dispostos a pé, em viaturas, sobre cavalos e motocicletas, o que nos revela a ideia de que parece existir uma indistinção entre a coisa pública e o mundo privado (Holanda, 1995) dos clubes futebolísticos por meio de uma estrutura relacional (DaMatta, 1985). Certamente não estou colocando as situações de França e Brasil como melhores ou piores no tocante à organização de um evento futebolístico e sua relação com a segurança pública, mas estou enfatizando que o capital privado do futebol mescla-se menos com as forças estatais de manutenção da ordem no caso francês, ao mesmo tempo em que fortalece meu argumento de que em um país no qual a economia mostra sua força, por outro lado, a pobreza encontrada nas ruas demonstra que o sonho do *primeiro mundo* também depende dos espaços nos quais o capital pode impor sua lógica. No Brasil, os eventos esportivos e a aproximação entre o público e o privado só deixam claro que as questões relativas à segurança pública e seus problemas são bem mais difíceis de serem percebidos e, quem sabe, resolvidos.



Figura 2 – Jogo de futebol em Paris

Fonte: arquivos do autor (2020).

Fui embora de Paris após visitar o Castelo de Versalhes, por muito tempo, local de residência dos reis e nobres franceses, símbolo de opulência, luxo e riqueza. Nessa visita, pude entender melhor sobre o *processo civilizador* descrito por Elias (1993, 1994) acerca de como o homem europeu, desde a Idade Média, passou a internalizar a violência por meio da exteriorização de hábitos cortesês e cavaleirescos, fazendo da etiqueta um mecanismo social de regulação das condutas e modos de ser. Em meio ao esplendor do castelo, podemos fazer uma digressão e conjecturar sobre como toda a riqueza dos reis franceses teve como contraponto a exploração de suas colônias, fazendo com que se torne mais claro que os “museus são testemunhos da dominação mais que de uma apropriação justa do espaço territorial e do tempo histórico. As marcas que o celebram fazem lembrar a frase de Benjamin que diz que todo documento de cultura é sempre, de algum modo, um documento de barbárie” (Canclini, 2013, p. 191).

A visita a Versalhes também me consolidou a visão de como os problemas de segurança pública que nos assola na América Latina têm suas raízes em processos históricos de longa duração como proposto por Elias (1993). A grandiosidade e brilho de

Versalhes, com os detalhes arquitetônicos, provavelmente esculpidos em ouro, revelam também que o saque das colônias durante o jugo imperialista europeu deixou marcas que se revelam em problemas como as desigualdades sociais em países como o Brasil, já que quando eu estava em Lisboa, visitei o Palácio de Queluz, sede da monarquia portuguesa durante o período colonial brasileiro e monumento conhecido como “Versalhes português”. O que estou querendo dizer é que a espoliação histórica portuguesa em relação ao nosso país adquiriu outras dimensões que estão atualmente presentes na dependência econômica no mercado mundial, a qual gera como consequência, graves questões sociais.

Por fim, no final da viagem, fui de Paris à Milão passar os dois últimos dias da excursão antes de embarcar para Roma e pegar o voo de volta para casa. Milão, a capital mundial da moda, impressiona com sua linda catedral na Piazza del Duomo. Além disso, também visitei, vizinha à catedral, a Galeria Vittorio Emanuele II, uma das mais famosas do mundo por conta das lojas que exibem muitas das grifes também mais famosas do mundo, como a Gucci, Prada e Versace. Um fato curioso é que na luxuosa galeria avistei dois policiais vestidos com uma roupa elegante e diferenciada, de sobretudo e espada. Eles faziam a segurança do local e completavam a imagem de opulência da galeria. Isso nos mostra como a segurança pública dialoga com o sistema econômico, moldando-se, digamos, ao cânon do capital, já que imagem, segurança e proteção de mercadorias luxuosas devem falar a mesma linguagem por meio de uma mercantilização completa da vida cotidiana de uma grande cidade (Simmel, 2005).

No entanto, foi em Milão onde vi o maior número de moradores de rua. Os imigrantes africanos, como sempre, estavam lá vendendo mercadorias falsificadas na praça. Foi também em Milão que me aconteceu uma situação inusitada quando resolvi fotografar uma moradora de rua. Ao perceber meu ato, ela levantou-se com muita raiva e veio ao meu encontro, enfurecida, querendo derrubar meu celular e me xingando, do que eu lembro apenas a expressão em espanhol *hijo de la puta*, e ela perguntava por que eu estava fotografando. Em meio ao embaraço e à vergonha eu apenas respondi: “por nada!”. Saí andando apressadamente, e meus amigos se interpuseram entre minha fuga e ela. Essa situação obviamente que demonstra a relação de poder (Foucault, 1987) entre mim e meus fotografados, visto que, naquele momento, para mim, a moradora de rua era objeto de

minhas especulações antropológicas, mas, talvez para ela, sua dignidade, já tão pisoteada, não permitisse que ela fosse fotografada como um monumento de atração turística.⁵

Um ponto a se destacar é que, desde os primeiros dias de janeiro, após o réveillon, os três países por onde passei estavam em liquidação total. Nas cidades italianas, incluindo Milão, boa parte das lojas estava sempre cheia. As pessoas passeavam pelas ruas com muitas bolsas de compras obtidas com a liquidação — *saldi*. Mas, pelos cantos das calçadas, apartados do luxo, *objetos* humanos compunham os espaços e eram, naturalmente, negligenciados pelos consumidores ansiosos por suas conquistas. De frente à loja da Gucci, pessoas faziam fila para entrar e outras chegavam em carros luxuosos. Como sempre, policiais por toda parte vigiavam as lojas. Traduzindo Marx, ao falarmos sobre o fetichismo da mercadoria, elas, as mercadorias, é que devem ser guardadas, protegidas, porque adquirem formas humanas enquanto nós, os humanos passamos a parecer cada vez mais com elas.

Figura 3 – Galeria Vittorio Emanuele II em Milão



Fonte: arquivos do autor (2020).

⁵ Para mais detalhes das relações éticas em uma “etnografia de rua” ver Rocha e Eckert (2003).

Figura 4 – Morador de rua em Roma



Fonte: arquivos do autor (2020).

Figura 5 – Morador de rua em Milão



Fonte: arquivos do autor (2020).

Figura 6 – Moradora de rua em Milão



Fonte: arquivos do autor (2020).

Figura 7 – Exposição de mercadoria em loja de Milão



Fonte: arquivos do autor (2020).

Ao final, quando eu partira no trem indo de Milão a Roma, eu estava sentado ao lado de um dos meus amigos de viagem, que é negro e usa cabelo *black power*. Dois policiais passaram em nosso vagão, que tinha várias pessoas. Ao retornarem do vagão vizinho, *coincidentemente* pararam apenas de frente aos nossos assentos. Reportaram-se a mim e pediram minha identidade. Verificaram alguma informação em uma espécie de equipamento do tamanho de um celular. Depois agradeceram e desejaram boa viagem, mas não interpelaram mais ninguém. Para mim, restou a curiosidade de saber por que apenas eu fui abordado e tive o documento solicitado. Talvez seja porque em um mundo como aquele, idealizado por nós latino-americanos como modelo de segurança pública a ser copiado, eles vejam em nós os suspeitos em potencial do que eles consideram suas classes perigosas.

Considerações finais

Certamente torna-se difícil para qualquer pesquisador(a) no campo das ciências sociais dissociar-se do seu *habitus* de pesquisa, não importa onde esteja, pois parece que a *imaginação sociológica* não tira férias, ao contrário das pessoas que buscam descanso e lazer. Foi por esse mote que surgiu a descrição socioantropológica aqui realizada, quando fiz de minha viagem à Europa também um momento de reflexão sobre alguns pontos que despertaram minha atenção envolvendo pobreza e segurança pública.

Tendo como destaque a fotoetnografia, fiz com que as imagens, que não precisam de legenda ou explicações quando do uso dessa metodologia, dialogassem com a narrativa como um todo, criando não um mosaico de informações, mas um quadro coerente que envolve problemas comuns para países europeus, acostumados com o rótulo de que pertencem ao lado rico do capitalismo, e o Brasil, berço da exploração colonialista de outrora.

Por fim, a experiência de viagem descrita sob o olhar objetivo de algumas reflexões amadurecidas pelo campo, no qual já pesquiso faz algum tempo, revelou-me importantes *insights* acerca de nossa própria postura diante de problemas como a pobreza e como isso pode se relacionar com a segurança pública. Em um mundo no qual mercadorias se humanizam e humanos são mercantilizados ou se tornam lixo humano

descartados pelas calçadas, é mais que necessário termos um olhar e, acima de tudo, certa sensibilidade que faz da ciência não apenas um exercício racional, mas também um ato de empatia diante das consequências de um sistema econômico que não encontra dificuldades em manter-se sem fronteiras.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BELLI, Benoni. **Tolerância zero e democracia no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2013.
- COLLIER JR., John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. 2.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Beatriz Salgado Cardoso de. **Olhar a cidade: o flâneur e o etnógrafo urbano**. In: VII SEMANA DE ANTROPOLOGIA DESAFIOS DA ALTERIDADE, 7., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tELOU>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- OLIVEIRA, Beatriz Salgado Cardoso de. Linhagens benjaminianas do pensamento etnográfico. **BIB**, São Paulo, n. 81, p. 42-65, 2017. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/414>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9160>. Acesso em: 01 fev. 2020.



ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2020.

WEBER, Max. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2003.

Recebido em: 03/12/23.

Aceito em: 26/04/24.



| ENTREVISTA |



PAIXÃO PELO OFÍCIO: o fazer antropológico por Ednalva Neves

PASSION FOR THE WORK: anthropological workout by Ednalva Neves

Ednalva Maciel Neves *

Mohana Ellen Brito Morais Cavalcante **

Geziane do Nascimento Oliveira ***

Esta entrevista registra a trajetória e carreira da professora Ednalva Maciel Neves, que, recém-aposentada gentilmente aceitou conversar sobre seu legado docente. Médica e antropóloga, atuou no Departamento de Ciências Sociais/CCHLA da Universidade Federal da Paraíba e foi professora universitária desde 1996. Também teve passagem pela Universidade Federal do Maranhão. Doutora em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), realizou estágio sênior junto ao PPGAS/UFRGS e CERMES3/CNRS, França (2013-2014). Professora permanente do PPGA e do PPGS/CCHLA da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura/GRUPESSC/UFPB e do Mandacaru – Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos/UFAL. Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 2001. Mesmo aposentada, continua com o ofício antropológico, participando de bancas, eventos e produzindo estudos com orientandos e amigos. Suas produções estão relacionadas aos temas de biossocialidades, biomedicina, adoecimentos e práticas de saúde, risco e práticas de produção de conhecimento. A entrevista foi realizada pelas editoras Geziane Oliveira e Mohana Morais Cavalcante, a partir de um questionário semiestruturado, e aconteceu de forma remota, via plataforma de vídeo conferência, no dia 04 de maio de 2024. Ednalva é mestra no saber e no ensinar e fez (faz) diferença na vida de muitos de seus alunos.

Mohana — Somos muito gratas a você por nos ter cedido este tempo para esta conversa. Todos os caminhos levam a algum lugar. Queremos saber sobre Ednalva. Deixando a professora um pouco de lado, conte-nos sobre sua infância, sobre a trajetória que te levou até a UFPB.

Ednalva — A minha infância foi vivida no interior da Paraíba, na cidade de Sumé, no cariri paraibano, o mesmo cariri onde, mais tarde, fui fazer pesquisas sobre doenças raras.

* Doutora em antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Professora titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: ednmneves@gmail.com.

** Doutora em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: mohanamorais@hotmail.com

*** Mestra em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professora de sociologia na Rede Pública de Ensino do Estado do Espírito Santo, Brasil. E-mail: gezianeoliveira91@outlook.com.



Foi uma infância típica, de brincar de roda, brincar de casinha e tudo mais que era de direito naquela época. Sumé era uma cidade pequena do interior, com a estrutura social provinciana, onde, inicialmente, meu pai trabalhava com o irmão dele. Depois, ele se tornou independente e virou comerciante.

Uma das coisas que marcou bastante a minha infância foi a convivência com famílias pretas. Minha mãe, às vezes, adoecia, e eu era deixada aos cuidados de mãe Dadinha e mãe Quitéria. Elas são lembranças boas do acolhimento vivido na infância. Quando eu estudei doença falciforme, descobri que eu era branca, porque até então, eu me achava parda. A minha família é bastante misturada.

Eu tenho lembranças de uma infância que mistura coisas agradáveis, cotidiano de famílias interioranas com suas rotinas de luta e a imagem de um pai que era muito ligado a livros e muito disciplinador. Na geladeira, ele colocava um cronograma especificando o que meu irmão e eu deveríamos fazer ao longo do dia. Eu ficava um pouco revoltada com esse controle todo, especialmente na adolescência, mas hoje eu entendo que era necessário.

Apesar da disciplina e controle, o meu pai e a minha mãe não só me apoiavam, como me davam liberdade e permissão para fazer as coisas sérias. Por exemplo, papai tinha negócios em Campina Grande e, mesmo ainda eu sendo jovem, ele me mandava para lá para resolver as questões do comércio. Isso, creio, ajudou-me a desenvolver autonomia e iniciativa para resolver problemas. Assim como ter responsabilidade para tomar algumas decisões, até porque eu sou a filha mais velha. Comparando a minha trajetória com a de algumas colegas daquela época, vejo que a minha trajetória se diferencia por causa desse apoio.

Eu vejo que as experiências e aprendizados que vivi na família influenciaram a minha trajetória como docente e como profissional da saúde. Nisso, sinto-me muito privilegiada. Minha mãe só tem a quarta série do, na época, ensino primário. Meu pai começou a estudar, praticamente, junto comigo e chegou a concluir o primeiro grau. A família mudou para João Pessoa e aqui ele fez o supletivo. Chegou a pensar em fazer vestibular para direito quando estava com sessenta e oito anos de idade. Ele gostava muito de ler.



Mohana — Você tinha quantos anos de idade quando veio para João Pessoa? Seu pai veio como comerciante?

Ednalva — Sim, como comerciante. Ele tinha caminhão e nós vendíamos cachaça, sabão e água sanitária. Tinha-se que fazer a contabilidade também. Assim, toda a família se envolvia nas atividades.

No começo, foi difícil porque se conhecia muito pouco de João Pessoa. Nós viemos morar em Manaíra, e o povo de lá era elitista; eles se referiam ao meu pai e à gente como caminhoneiros. Papai, além do caminhão, tinha um kombi que ele usava para vender os produtos nos bairros populares. No fim de semana, meu irmão e eu íamos receber o pagamento. Então, por causa disso, eu conhecia todas as barraquinhas e bodeguinhas da periferia, dos bairros bem simples das cidades da grande João Pessoa. Imagino que essa experiência me fez gostar e me sentir bem nesses lugares, o que é bom para quem faz antropologia.

No mestrado, por conta do tema da pesquisa, eu tive que selecionar famílias de bairros populares para discutir sobre a morte. Escolhi bairros como o Baixo Roger. Isso não me assustava porque eu já tinha a convivência com aquela realidade. Mais difícil seria se fosse o bairro Cabo Branco, bairro da chamada elite.

Mohana — O trabalho antropológico te lembra um pouco o trabalho de Ednalva comerciante?

Ednalva — Era um pouco isso. O trabalho de Ednalva filha de comerciante.

A família veio para João Pessoa em 1977, na época da Ditadura Militar. A imagem que eu tenho do meu pai não era a de um “bom capitalista”, porque ele não sabia trabalhar com juros e nas relações de trabalho. Não sabia calcular bem as coisas. Por isso, a gente estava sempre apertado financeiramente.

Geziane — A vivência da infância e da adolescência já preparava para antropologia no futuro?

Ednalva — Geziane, isso é tão interessante, coisa que fui perceber claramente depois que me aposentei. É algo que dá continuidade ao que eu fazia quando era jovem nas minhas



idas à periferia para receber o dinheiro dos clientes de papai. Hoje, eu acredito que esse fato tem a ver com as escolhas que fiz, incluindo a antropologia.

Mohana — Você já falou um pouco sobre isso, mas queria saber, de fato, quando a antropologia surgiu na sua vida? Quando ela cruzou o teu caminho?

Geziane — Aproveitando a pergunta de Mohana, de certa forma, a gente já sabe que na sua infância e adolescência havia elementos que poderiam te levar para a antropologia. Mas o seu primeiro caminho foi a medicina. Então, como se deu essa escolha profissional? E onde é que entra a antropologia?

Ednalva — Eu fiz o segundo grau, hoje equivalente ao ensino médio, no Liceu Paraibano. Lá, eu participava de um grupinho de quatro amigas. Quando chegou o vestibular, cada uma escolheu um curso. Eu escolhi a medicina. Eu não lembro bem, mas acho que foi um desafio que as quatro se colocaram. Quatro adolescentes vivendo uma época de Ditadura Militar, em 1979, em busca de afirmação.

Mesmo tendo escolhido a medicina, no curso, eu me inclinava muito para a epidemiologia, gostava dos dados estatísticos, queria fazer pesquisas nesse campo. Inclusive cheguei a fazer pesquisa com um professor da área da economia e com o pessoal do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC). Eu me aproximava de alunos, de um período à frente do meu. Na medicina, os quarenta alunos que ingressavam no primeiro semestre eram os mais privilegiados socialmente; os outros quarenta, que ingressavam no segundo semestre, eram pessoas mais modestas economicamente. Eu fui da segunda entrada, então, meus colegas eram quase todos de camadas populares.

Na época, eu conheci Severino – Biu, como era chamado — que, tempos depois, foi coordenador do Curso de Medicina. Ele era uma pessoa fora do comum, ele provocava, era do centro acadêmico, enfim. Eu não fiz parte do centro acadêmico, mas eu participava como plateia, até porque eu não tinha tempo. A vida era uma correria.

No curso de medicina, eu já tinha esse vínculo com o social. Quando eu terminei o curso, fui trabalhar no município de Guarabira, que tinha uma ligação com a *residência* em medicina preventiva e social. Aproveitando, quero deixar algo registrado sobre isso. A coordenadora dessa residência — uma residência multiprofissional, uma tradição forte



na Paraíba — era Ana Rita, uma comunista que tinha sido perseguida pela Ditadura Militar. Sob sua influência, a gente lia as obras de Karl Marx, como *O capital*.

O Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC) organizava e ainda oferece hoje, eu acho, um estágio rural (ERI) para todo estudante de medicina por dois meses, no último ano do curso, em uma cidade do interior. Eu fui para Guarabira. Eu já tinha feito pesquisa no NESC, como dito, com profissionais que já pensavam a medicina de forma diferente. Isso me influenciou bastante no trabalho que desempenhei em Guarabira, quando fui contratada como médica. Dois anos depois, eu pedi licença para fazer a *residência* em medicina preventiva e social.

Na residência, eu conheci grande parte dos meus amigos, como Cláudia Helena Freitas e muitos outros, cuja amizade permanece até hoje. Lá, a gente estudava ciências sociais, administração e planejamento de saúde. Tudo isso articulado pelas ciências sociais, e de uma forma muito clássica. Fátima Araújo, que era professora no Departamento de Ciências Sociais da UFPB, foi minha professora de ciências sociais. Ela nos passou os clássicos da antropologia. Quando eu terminei a residência, voltei a trabalhar, agora como médica sanitária. Eu tive também a oportunidade de fazer algumas formações, oferecidas pelo Ministério da Saúde, em saúde integral da mulher, saúde integral da criança e todas essas coisas.

Quando foi um belo dia, deparei-me com o edital para a seleção do mestrado em ciências sociais. Eu já trabalhava um pouco com o planejamento de saúde em Guarabira e, por isso, eu tinha visto uma alta taxa de morte sem assistência médica — era assim que a gente chamava o caso de pessoas que morriam em casa sem atendimento médico. Na época, não havia Instituto Médico Legal. Para os casos de morte por violência tinha o sistema de verificação do óbito. Então, o que acontecia? O médico dava atestado de óbito, mas no espaço reservado à causa da doença, ele registrava como “sem assistência médica”. E se você está fazendo planejamento em saúde, saber do que as pessoas vão morrer é super importante. Mas como você podia saber das causas de morte se cinquenta por cento dos óbitos vinham assinalados “sem assistência médica”? Ou seja, as pessoas estavam morrendo sem terem assistência médica no hospital.



Decidi que faria a seleção do mestrado em ciências sociais. O projeto de pesquisa estava voltado para a repartição da desigualdade a partir das representações sobre a morte na Paraíba.

Nessa época, eu já estava com meu companheiro, que era professor do Curso de Comunicação. Já conheci Otília Storni, por exemplo, que também era professora do DCS; já conhecia um pessoal do curso de artes também. Eu era médica, saía para dar plantão, saía para trabalhar, por isso tive que me dedicar bastante ao mestrado.

Passei na seleção, até bem colocada, décimo segundo lugar. Para mim, foi um grande desafio, mas foi muito bom porque eu tive a sorte de pegar o mestrado em outro momento, quando durava quatro anos. Com isso veio minha grande virada.

Destinaram-me uma antropóloga como orientadora, Simone Maldonado. Também tive a oportunidade de conviver com o grande antropólogo Theophilos Rifiotis e pude conhecer Maristela Oliveira de Andrade. Fátima Araújo não ensinava no mestrado, mas estava ali próximo, no Departamento de Ciências Sociais. Esses três professores foram marcantes na minha vida acadêmica. Simone foi quem me apresentou toda a literatura vinculada à antropologia. Foi ela que também me motivou bastante e me incentivou para fazer o concurso lá no Maranhão. Eu estava decidida a mudar de vida. Queria trabalhar em um só lugar, ganhar um salário que fosse suficiente para sobreviver. Foi, então, que surgiram dois concursos: em Goiás e no Maranhão. Meu companheiro estava cedido para o Maranhão, inclusive foi ele que me indicou o concurso. Como eu não conhecia nada de Goiás, concentrei-me no concurso do Maranhão. Eu já tinha ido para o encontro da SBPC que ocorreu em São Luís, então, eu já conhecia um pouco a cidade.

Durante o mestrado, eu tive uma disciplina de metodologia do ensino, de sessenta horas, dada, por sorte, por uma professora do Centro de Educação. Hoje, com a redução do tempo do mestrado, não se tem mais disciplinas como essa, que preparava para a docência. Hoje, a licenciatura cumpre essa função na formação profissional. Na disciplina, tive a oportunidade de aprender sobre o que era educação, o que era um plano de curso e um plano de aula. Aprendi com aquela professora a fazer meu plano de aula, aquele que eu fazia para as disciplinas, todo arrumadinho. Também aprendi a definir os temas e a dividir a aula. Usei esse conhecimento quando fiz o concurso no Maranhão. Uma das coisas que ela me disse, que é marcante até hoje — lembrando que eu não tinha



nenhum conhecimento de didática antes —, é que a relação de ensino-aprendizagem é uma relação processual, e para dar certo, deve ser uma relação “olho no olho”. Você precisa sentir como está chegando ao outro aquilo que você está dizendo. Eu não sei se eu alcancei essa capacidade, porque quando se começa a estudar demais, entra-se em um mundo de conhecimento gigantesco, no qual é necessário fazer a *transposição didática* (Abreu, 2024), o que é uma coisa muito difícil. Mas eu acho que, dentro das minhas possibilidades, consegui pescar alguns peixinhos.

Mohana — Considerando que seu interesse pelas ciências sociais surgiu durante o exercício da medicina, ou seja, antes do seu encontro com a antropologia, gostaria que você falasse sobre como você conseguiu unir medicina e antropologia, duas áreas aparentemente muito distintas.

Ednalva — São distintas, mas são complementares. Eu acho que a residência de medicina preventiva e social me deu o instrumental das ciências sociais para entender o mundo. Não na mesma dimensão que eu alcancei depois, no mestrado. Aprendi que o mundo biológico, do jeito que era apresentado pela medicina, não era suficiente para explicar o adoecimento. Eu trabalhei majoritariamente em serviço público — trabalhei apenas seis meses em um consultório privado —, então eu conhecia com precisão a dimensão das dificuldades de pessoas que vivem em situação precária. Era visível a diferença, por exemplo, no atendimento hospitalar, entre o perfil de uma pessoa de uma camada mais favorecida e outra de camada popular. Na trajetória da doença das crianças, principalmente, isso é muito perceptível. No caso de uma criança que vivia em situação precária de vida, a cada dois ou três meses, ela estava de volta ao hospital com problemas de saúde. Quando eu pensei em não mais trabalhar em unidade de saúde, a minha maior preocupação era perder o contato com essa realidade e, então, tornar-me cega a esse tipo de problemas. Vivi esse dilema. Eu tinha contato direto com a população, eu vi os problemas de saúde que a residência médica tinha me mostrado, como a desigualdade social, em termos gerais, pois naquele período não se falava tanto em gênero e em raça quanto se fala hoje. A grande linha crítica à sociedade se voltava para a desigualdade social, como a desigualdade no trabalho e a saúde do trabalhador, assunto que também me interessava. Então, eu já tinha uma posição crítica.



Há um texto de uma pesquisadora mexicana, Asa Cristina Laurell (1983), que era um dos primeiros textos usado na residência — hoje, acredito que não seja mais utilizado. Nele, ela analisa as estatísticas de saúde e demonstra a relação entre adoecimento e classe social. Laurell faz uma articulação entre quem adoece e a classe social à qual pertence. Esse texto foi marcante para mim, pois se tornava muito concreto e se materializava no meu trabalho como médica de hospital público. Eu tinha muito medo de perder isso, mas, ao mesmo tempo, eu entendia que meu papel na unidade de saúde era muito limitado: a gente só podia fazer a terapêutica. Por exemplo, para as crianças que chegavam com diarreia e desidratação, o tratamento era o soro. Daí, elas voltavam para suas casas, onde as condições precárias que levaram à diarreia persistiam. Quando eu pensei em fazer ciências sociais, eu já tinha um olhar mais instrumentalizado porque já tinha passado pela experiência da residência médica e já havia trabalhado no município de Guarabira como planejadora em saúde. Com esse acúmulo de atividades, percebi que eu não tinha qualidade de vida. Trabalhar no setor público, onde se ganha pouco dinheiro, obrigava-me a trabalhar em vários lugares simultaneamente para obter um salário digno. A classe médica nem sempre reconhece que também é classe trabalhadora, assim como qualquer outra. A diferença está no status, mas o trabalho é semelhante ao de qualquer outra profissão em todo o mundo capitalista. Em resumo, meu dilema, ao considerar deixar a medicina, era a possibilidade de perder o contato direto com a população e não mais visualizar os problemas que a prática médica me mostrava claramente.

Então, explicar a morte pela via da desigualdade, pela via de como as pessoas entendiam o que era morrer, era uma forma de articular a medicina com as ciências sociais. Ao mesmo tempo, isso me levava a entender qual era o lugar do hospital na morte. O que eu aprendi em seis anos estudando medicina foi que o lugar de morrer era o hospital. Quando, entretanto, comecei a trabalhar no hospital, eu encontrei um monte de atestados de óbito dizendo que as pessoas morreram em casa. No geral, as pessoas me diziam que o lugar de morrer era em casa, junto da família, junto das pessoas de quem se gosta, no seu lugar. Essa descoberta foi muito radical para mim. A ideia era manter essa articulação, ou seja, não sair de onde estava a minha formação, mas continuar com o olhar crítico.



Mohana — Muito interessante. Percebe-se no seu discurso uma importância muito grande para a humanização do trabalho médico. O que você acha que a antropologia tem para oferecer à medicina?

Ednalva — Tem tudo a ver. Para a medicina, tudo se reduz a um processo patológico, a uma desordem de caráter biomédico. Então, a atuação médica se reduz meramente a uma questão técnica, numa leitura reducionista. Se você está com verme na barriga, você trata e acabou a doença. Se você está com algo te deixando doente, você tira esse algo do seu corpo e acabou. Hoje, contudo, a gente tem elementos importantes, outras estratégias que são revolucionárias dentro da medicina por considerarem que a terapêutica não é tudo. Um exemplo disso são os cuidados paliativos. Assim, a principal contribuição das ciências sociais é fazer a crítica a esse modelo biologicista. Então, acho que o mestrado teve essa função de desconstrução.

Eu sou uma profissional que tem uma história de vida privilegiada, mulher branca que teve acesso à escola, que pôde fazer o ensino médio no Liceu Paraibano e isso me garantiu entrar na UFPB e tal. Não quero dizer para vocês que foi fácil, certamente não o foi. Eu estudava a noite inteira; minha mãe deixava a comida dentro do fogão; às vinte e duas horas, eu acordava, esquentava a comida, jantava e estudava a noite inteira. Então, esse era o ritmo. Não era fácil. Se para mim era assim, para quem não tinha acesso a um bom colégio, o esforço era, certamente, muito maior.

Na formação médica em geral, acho que falta a dimensão crítica. Em função do modelo capitalista de exercício da profissão não tem como a gente conseguir essa compreensão de toda a classe médica. Por conta também de uma ideologia hierarquizante. A gente tem uma sociedade na qual predomina um padrão de poder muito claro. Na nossa sociedade, tudo passa por relações hierarquizantes: um que é o dono do saber; o outro não é.

Esse modelo societário nos convence de que é preciso trabalhar para se ter o salário no final do mês, sem se preocupar para quem vai a mais-valia do trabalho. Esta é a crítica fundamental que une medicina e antropologia: estabelecer a ligação entre quem adoece, do que adoece e a posição que ele ocupa na sociedade. A outra crítica é sobre como nós estamos convencendo essa pessoa de que o lugar que ela ocupa na sociedade é o que ela merece. Por isso, não consigo desarticular as concepções de sociedade e cultura.



Afinal, acredito que se trata de um processo contínuo de interação. Uma só funciona com a outra.

A antropologia pode oferecer outra perspectiva para o modelo biomédico: uma perspectiva complementar. Eu não estou dizendo que se deve descartar a biomedicina, mas estou destacando suas limitações acerca das diferenças na distribuição das doenças e as condições de vida das pessoas.

Reflexo que se sente na forma como o hospital funciona. Por exemplo, os chefes de clínica no hospital universitário da UFPB não são professores com formação em medicina preventiva e social, o que evidencia a necessidade de uma abordagem mais humanizada. Sobre isso, o livro organizado por Suely Deslandes (2006) é bastante esclarecedor a respeito de tentativas de quebrar o viés biologicista da medicina, o que não é fácil, pois quem tem acesso aos cursos de medicina são pessoas de camadas diferenciadas. Por isso, as ações afirmativas são tão importantes, pois permitem que pessoas menos favorecidas possam acessar esses espaços e atuar de forma diferenciada. Quanto a mim, não sei dizer se eu era assim tão humanizada. Mas, certamente, não era uma médica conservadora no sentido clássico.

Mohana — Você não tinha uma história de três gerações de médicos na família, com duas clínicas e um hospital com o nome!

Ednalva — Quando eu estava concluindo o curso, eu entrei em crise. Pensava: “meu Deus, eu não vou ser contratada. Quem vai dar emprego para mim?” Preocupação à toa, pois emprego não faltava.

Mohana — Foi boa essa deixa. Sabemos que a área de ciências sociais tem sofrido preconceito público nos últimos anos. No último governo, por exemplo, as críticas ao nosso papel profissional eram claras e diretas. Queríamos saber um pouco mais sobre como foi essa transição diária, levando em consideração que você saiu de uma área altamente prestigiada para outra menos valorizada.

Ednalva — De fato, nessa transição, predominava uma dimensão pessoal muito forte que era o desejo de querer mudar de vida. Não estava satisfeita com a minha vida, especialmente por acreditar que estava sendo negligente com a minha família. Na época,



minha filha já havia nascido. Houve um tempo em que ela estava na escola, e eu não ia a nenhuma festa do Dia das Mães porque caía na sexta-feira, dia que eu dava plantão em São Paulo do Potengi. Acordava antes das cinco e meia da manhã, tinha que pegar o primeiro ônibus para Natal, e de lá pegar outro ônibus para São Paulo do Potengi. Eu fui concursada no Rio Grande do Norte, mas não fiquei em Natal, escolhi a cidade do interior porque o salário era maior. Eu chegava ao plantão na sexta-feira à tarde. O diretor — havia aí uma questão de gênero, inclusive uma de minhas colegas enfrentou situações ruins — determinava que eu cumprisse quarenta horas de plantão. Assim, eu saía no domingo à noite. Até que comecei a brigar e passei a sair no domingo pela manhã. E depois, com muita luta, comecei a sair no sábado à noite ou, às vezes, no domingo pela manhã, quando não tinha quem ficasse no resto do plantão.

As leituras que estava fazendo no mestrado estavam abrindo novos entendimentos. Tomava consciência de várias formas de opressão, como aquelas que o diretor do hospital de São Paulo do Potengi exerceu sobre nós, especialmente por sermos mulheres.

Eu comecei no mestrado sem bolsa e eu não fui liberada do trabalho. Assim, confluíram questões de ordem pessoal e questões de compreensão. Daí, eu mudei o meu desejo. Eu queria agora trabalhar num lugar só, ter dinheiro suficiente e poder conviver com minha família, especificamente com a minha filha pequena. Os problemas que o mestrado levantava, as leituras que eu estava fazendo, as coisas que eu estava gostando e uma orientadora maravilhosa me levaram a mudar de área e a mudar de estado.

A sensação de impotência em relação à medicina também foi uma coisa muito marcante para mim. Na época, eu também trabalhava no Hospital Clementino Fraga, exatamente no começo da epidemia de HIV/AIDS. Foi muito desafiante. Imaginem a situação dos pacientes internados com AIDS: situação de abandono e morte social.

O trabalho no Pavilhão Henfil do Hospital Clementino Fraga foi decisivo nas minhas tomadas de decisões. Eu estudava escondida, preparava os planos de aula escondida durante os plantões, porque eu também estava como professora substituta na Universidade do Rio Grande do Norte. Isso foi logo quando eu saí de Guarabira, porque lá assumiu um gestor que acabou com a estrutura do plano de cargos e salários dos profissionais, o que tirou todo o equilíbrio que havia. Ficar ali já não valia a pena.



Em resumo, eu trabalhava em São Paulo do Potengi, no Rio Grande do Norte; no Hospital Clementino Fraga, em João Pessoa; era professora substituta na UFRN; era aluna de mestrado na UFPB e tinha uma filha de quatro anos de idade. A essa altura, eu já estava morando na casa da minha mãe — considerando que meu esposo estava trabalhando no Maranhão —, o que me dava uma rede de apoio que, sem ela, eu não daria conta de tudo.

Se eu queria seguir esse outro rumo, então, precisava estudar muito para passar no concurso. Quero destacar que, nesse processo, Simone Maldonado foi muito importante. Mais que uma orientadora, ela foi uma grande incentivadora e amiga.

Mohana — É uma grande história.

Ednalva — E eu acho muito importante o que vocês estão fazendo, relacionando a trajetória de vida com a trajetória profissional. Permitam-me uma pequena digressão. Járdina Silva, minha orientanda, fez uma pesquisa sobre suicídio e racismo com mulheres no Centro de Referência João Balula. Nós organizamos uma proposta de roteiro pensando em tópicos de racismo, de injúrias raciais e a relação desses eventos com as tentativas de suicídio. Para nossa surpresa, as mulheres disseram que não era nada disso: “Nossa história com o racismo começa desde a primeira infância; desde quando eu entrei num colégio, já diziam que meu cabelo era feio”.

Elas nos deram uma rasteira acerca da trajetória de vida, no sentido de dizer: “Pesquisadores ampliem o olhar. Que é isso? A história da gente de vida não começa quando você tem uma tentativa de suicídio. E quando está relacionado ao racismo, é uma coisa que vem de muito tempo. É, eu consegui empoderar minhas filhas, mas a mim mesma eu não consigo”. Então, claro que o trabalho de campo dela é maravilhoso; a dissertação também, mas foi um alerta disso que vocês estão fazendo nesta entrevista, tentando articular a trajetória de vida com o que você faz.

Geziane — A sua trajetória, no sentido de carreira profissional, está muito atravessada pela saúde. Isso acabou se apresentando na sua forma de trabalhar, ou seja, na antropologia da saúde. Você é reconhecidamente uma grande teórica nessa área.

Mohana — Fizemos um estudo do seu currículo Lattes para poder perguntar sobre as incontáveis páginas com orientações de pessoas inteligentíssimas, com contribuições



ótimas, abordando temas que são delicados e precisariam justamente desse mergulho, desse pontinho na saúde. Você tem orientações e textos escritos em parceria a morte, luto, doença falciforme, utilização de medicamentos e vários outros temas dentro da área de antropologia da saúde. Nessas produções, você faz provocações importantes e as deixa como herança científica para pesquisadores da área.

Geziane — Como Mohana falou, em várias áreas da saúde, pesquisando sobre doenças, você e seus orientandos estão trazendo uma contribuição importante para a área. O que você pode nos dizer sobre essa relação que sempre esteve tão interligada com sua história de vida e que acabou entrando também na sua carreira acadêmica? Como é essa antropologia da saúde, segundo Ednalva, por Ednalva.

Ednalva — É aquela ideia lá na residência, ou seja, conseguir manter uma crítica à visão do corpo e da doença segundo o modelo de abordagem da medicina, trazendo o olhar de quem não é visibilizado. Eu acho que é isso. Quando eu era médica, estava deste lado da mesa, e quando eu me tornei antropóloga, eu queria saber o que o outro do outro lado pensava. Então, eu acho que antropologia da saúde teve o objetivo de manter o meu foco com a minha formação. Ou seja, eu não saí do meu lugar, continuei pensando sobre saúde e doença. Com certeza, espero continuar contribuindo. Eu acho que a segunda coisa é desconstruir um pouco o modelo biomédico, no sentido de trazer outros olhares e trazer a vivência de quem passa pelo sofrimento de adoecer e do morrer. E terceiro, eu acho que há uma luta dentro do campo das ciências sociais, coisa que eu só vim me dar conta depois, quando uma colega me disse que precisava comprovar para os colegas de departamento dela que a antropologia da saúde é ciência. Tenho que demonstrar que o que eu faço é científico, mais empírico, menos empírico, mesmo que não possa generalizar e produzir grandes leis.

Então, diante da atitude da medicina, pautada no modelo biomédico, quem teria coragem de desafiar o diagnóstico e o poder do médico? A antropologia da saúde traz questões científicas importantes a esse respeito.

Mohana — Na verdade, é um pouco do que a gente está falando aqui. É a medicina que olha para a doença e não para o indivíduo. O indivíduo, nesse caso, não tem voz, ele é levado a fazer o tratamento.



Ednalva — E não é dito para ele assim: “tem essa opção, tem essa e tem essa aqui”. Ao contrário, eles dizem “Olhe, você tem isso, então você vai fazer isso, isso, isso.” Pronto! No entanto, sabemos que existem alguns pacientes que não se submetem totalmente.

Em resumo, acho que a antropologia tem um grande desafio para demonstrar essas relações, essas propostas de atenção e de trazer a vivência para a reflexão médica. Já dentro do campo das ciências sociais, o desafio é ser reconhecido enquanto campo científico, com uma problemática importante. Vejam, o Comitê de Antropologia e Saúde da ABA, do qual faço parte, está na segunda gestão colegiada. Isso significa que o comitê existe há apenas quatro anos, sendo que a ABA está completando 70 anos.

Mohana — A próxima pergunta é justamente sobre isso, sobre o que você poderia falar a respeito da antropologia da saúde do futuro. O que você espera para área? Como você percebe que ela está evoluindo?

Ednalva — Ah, eu acho que a área está maravilhosa. Há um florescimento do interesse de novos pesquisadores pelos temas e problemas voltados para saúde e doença.

Acho que a antropologia da saúde deu um grande salto e quero destacar o trabalho realizado na Paraíba pelo GRUPESC. Esse grupo foi fundamental para revitalizar o movimento que já estava em andamento, como evidenciado na entrevista com a Daniela Knauth (Knauth et al, 2021). Houve um seminário de antropologia médica, possivelmente organizado por Luiz Fernando Dias Duarte, com apenas duas edições. Daniela mostra a luta que houve na ANPOCS para aprovar um grupo de trabalho específico de antropologia da saúde, assim como na ABA. Atualmente, temos reuniões regulares desse grupo de pesquisadores no campo da saúde — Reunião de Antropologia da Saúde (RAS). A primeira foi aqui na Paraíba, em 2015, passando por 2017, 2019, 2021 até o ano passado, 2023. Já estamos na quinta edição desse evento.

Há, portanto, uma consolidação muito promissora da antropologia da saúde, com temas muito interessantes. Por haver essa abertura de espaço, podemos pensar em mercado. Espero que tenhamos governos progressistas para beneficiar o quadro favorável para os profissionais da antropologia da saúde. Já há sociólogos no Ministério da Saúde, já existem concursos que estão convocando antropólogos(as) para trabalhar em unidades de saúde, o que é muito importante. Além disso, temos antropólogos(as) atuando em



unidade de saúde indígena e nos departamentos de medicina social e saúde coletiva. A Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) e o Cebes, que são grupos que vêm discutindo saúde coletiva desde antes da Ditadura Militar, indicam que, no Brasil, há uma forte tradição que junta saúde coletiva e antropologia. Um tema que está na vanguarda tem se voltado para a genética e a identidade genética relacionadas a doenças.

Se vocês perguntam como eu me sinto em relação a isso, sou muito feliz por ter ajudado na construção desse cenário. Eu não sei se sou uma grande teórica, e ao dizer isso, não estou sendo falsamente modesta. Por vir da medicina, sempre me castiguei por não ser cientista social de origem, com formação clássica. Por isso, talvez, eu sempre me ache aprendiz. O que, por outro lado, é muito bom, pois quando você é aprendiz, você está sempre buscando mais. Estou aposentada, mas ainda estou lendo um monte de coisas, orientando algumas alunas de pós-graduação, fazendo diversos pareceres, estou no Comitê de Antropologia e Saúde da ABA. Enfim.

Geziane — Aproveitando que você falou sobre suas orientandas, a próxima questão diz respeito a isso. Você foi minha orientadora e auxiliou muitos cientistas sociais na Universidade Federal do Paraíba, onde tiveram sua influência acadêmica, de carreira. Sua trajetória de trabalho e de orientação foi muito em parceria com os estudantes. Isso sempre foi muito marcante. Gostaríamos de saber como você vê essa produção científica nesse formato de coletividade. É uma tendência que está em crescimento nas ciências sociais? Vemos que você contribuiu muito para essa ideia de trabalho coletivo. Como você vê isso?

Ednalva — Olha, no Maranhão, eu não tive muitas oportunidades de ter orientações. Mas eu convivi com isso, e acredito que essa tradição eu aprendi com a Universidade Federal do Maranhão. Com Maristela de Paula Andrade, que tinha um grupo muito grande sobre camponeses; com Marcelo Sampaio Carneiro; e com Horácio Antunes. Outro colega que também me chamava atenção era Sérgio Figueiredo Ferretti. Ele tinha um grupo de estudos sobre religião e cultura popular com muitos orientandos. Quando eu vim para cá, eu fiquei apreensiva, pois os professores que me formaram são/eram do Departamento de Ciências Sociais. Ou seja, eu estava voltando para o lugar onde estavam os meus ex-



professores, como Jacob Lima, Fátima Araújo etc. Era uma preocupação. No começo, eu pensei em criar o meu próprio grupo, mas conheci Mónica Franch e Artur Perrusi e vi que nossos interesses convergiam, então passamos a trabalhar em um único grupo, o que foi muito bom.

Eu acho que eu tive uma grande vantagem, que foi ter pessoas que estavam interessadas e aceitavam compartilhar a formação e suas pesquisas.

O nosso trabalho era bom, eu gosto de ouvir todo mundo e procuro não fazer distinção a partir do grau de formação (doutorado, mestrado ou graduação). Então, quem estava nas reuniões, que leu o texto e disse alguma coisa, para mim era importante. No entanto, eu me deparei com algumas dificuldades, algumas situações problemáticas de orientação. Lembro de um caso em que não fui muito compreensiva com a orientanda, e ela, por sentir-se ofendida, acabou fazendo comentários públicos que me deixaram muito triste. Essa foi a única orientação cujas lembranças ainda me entristecem.

Depois dessa orientação, passei a ter um diário de orientação, no qual anotava tudo que fizemos na reunião. Hoje, eu tenho vários amigos e amigas que foram meus orientandos. Fiquei muito mais vigilante comigo mesma a ponto de exagerar no cuidado e zelo com meus orientandos. Esse caso serviu para eu perceber que não estava sendo tão antropóloga, porque eu não estava ouvindo o outro. Ou seja, eu era antropóloga para fazer pesquisa, mas não estava sendo antropóloga com os meus orientandos.

Mohana — Sua narrativa é bem interessante, pois me fez entender como é bom ter uma orientação na qual você vê o orientador como humano e se sente vista também como humana. Pegando esse gancho, queria te perguntar qual é a contribuição que, analisando a sua trajetória acadêmica, você destacaria como sendo a sua obra, seu legado?

Ednalva — Essa é a pegadinha. Ai, não sei. O meu legado são as pessoas que cativei, assim como as coisas que pesquisei, com quem pesquisei e que vi algum efeito de mudança. Por exemplo, durante minha pesquisa na Associação de Diabéticos de João Pessoa (ADJP), os membros da associação conseguiram que uma lei municipal fosse aprovada determinando que qualquer buffet nesta cidade deve oferecer uma comida própria para diabéticos, incluindo refrigerantes zero, diet e refeições adequadas. Se penso



para além dos muros, acredito que essa é a minha grande contribuição: lidar com esses temas e ver que eles ganharam visibilidade.

A segunda contribuição é a consciência, que procurei passar aos meus alunos, de que a produção de conhecimento é um ato político. Pesquisar é um ato político; escrever um artigo é um ato político; apresentar um trabalho é um ato político de “falar sobre algo”. Então, tantas vezes meus orientandos foram apresentar trabalho em evento e a plateia não sabia o que era anemia falciforme.

A terceira contribuição diz respeito às orientações acadêmicas. Vejo que colegas de grandes universidades — não que a UFPB não seja grande, eu amo esse lugar onde eu me formei e onde me aposentei — têm número grande de páginas no currículo dedicadas a orientações. Eu não tive isso tudo, mas todos os meus orientandos foram muito especiais. Aprendi muito com eles e sou-lhes muito grata.

Enfim, pensando em possíveis contribuições, listo essas três. Por último, poderia acrescentar a ideia de que a antropologia da saúde tem um espaço significativo no campo da antropologia e no campo das ciências sociais. Hoje, por exemplo, na sociologia da saúde, muito poucos profissionais estão produzindo na área; enquanto na antropologia da saúde, há vários grupos atuando e vários temas sendo discutidos. E mesmo quem está na sociologia recorre à antropologia para pensar saúde e sociedade, corpo e sociedade.

Geziane — Muitas contribuições. Já passando um pouquinho para o último bloco, sobre a questão da sua aposentadoria, eu imagino que você tem feito bastante falta na UFPB. Você sentirá falta do trabalho na UFPB?

Ednalva — Eu sinto muita falta. Em 2019, quando eu já tinha tempo para me aposentar, deixei de fazer projetos para concorrer ao edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), coisa que sempre fiz. Eu já comecei a sentir falta aí, porque não conseguia mais ter aquele grupo coletivo que, segundo vocês mesmas, era um coletivo que chamava atenção. Deixar de concorrer ao Pibic era uma perda para mim. Faltava-me ler os editais de publicação de financiamento de projetos. Frustrava-me o fato de ter abdicado da ideia de ser pesquisador-productividade. Diante de tantas oportunidades que não existiam durante os meus 20 e tantos anos de academia, eu sinto falta de estar na ativa. E, como não poderia esquecer, sinto falta da sala de aula. É certo que da graduação,



nem tanto. Porque eu ficava muito tensa e, por isso, eu voltava a ler muito. Como falei para vocês, descobri que não sabia fazer a *transposição didática* do volume de conhecimento teórico para um conteúdo mais sistematizado.

Hoje, também sinto falta da convivência com os colegas e de não estar mais assumindo orientações. Elas são para mim uma fonte de provocação, de leitura e de aprendizado. Em suma, sinto falta do reboliço na lanchonete de dona Socorro. A falta de ir ao CCHLA, de frequentar os espaços que eu ocupava, como a *bat caverna*, a concorrida sala 42. Eu estou declarando isso para vocês de forma muito emocionada, mas também acredito que estava no tempo certo de me aposentar, porque eu estava ficando cansada, impaciente e chata.

Além disso, há pessoas muito legais que estão chegando, e a gente deve saber em qual fase da vida a gente está. Vale destacar, por outro lado, que a aposentadoria não me fez parar totalmente. Semana que vem, mandarei um e-mail para um ex-orientando, convidando-o para escrevermos um artigo juntos. Para este ano, se vocês virem no Lattes, já tenho várias bancas. E há algumas que eu ainda nem coloquei lá porque ainda não recebi o certificado. Procuro deixar o meu currículo Lattes sempre atualizado.

Atualmente, preocupo-me muito em me manter sempre atualizada. Para isso, estou usando os meus problemas, isto é, ser cuidadora de uma pessoa com demência, o que é um grande desafio. Então, estou estudando um pouco sobre o que é o *cuidado com idoso*.

Mohana — Aproxima-se de mim... no meu caso, é o *cuidado* com crianças! Mas estamos no mesmo barco, discutindo o *cuidado*.

Ednalva — Pois é. O que é *cuidado*? Cuidar está muito na moda, mas o *cuidado* implica uma relação de poder que ninguém tem discutido.

Mohana — *Cuidado* tem muito a ver com a sua discussão. Tem a ver com saúde, com geração e com poder público.

Ednalva — Tem uma relação de poder. Porque é o cuidador que define o que a pessoa cuidada quer. Quem já foi cuidado sabe disso. Nem sempre você quis uma determinada



coisa, mas o outro leu daquela forma e fez a escolha por ti. O caso da pessoa com demência é mais grave ainda, pois ela não pode se expressar.

Mohana — Na minha tese, eu levanto a questão de que o *cuidado* é inerente à condição da vida humana, principalmente em duas fases: na primeira infância e na velhice. De fato, a questão do poder não pode ser esquecida.

Ednalva — É, principalmente, o pessoal da antropologia da deficiência que tem puxado a discussão sobre como a relação entre cuidador e a pessoa que está sendo cuidada é uma relação de poder. O pessoal da antropologia da(s) deficiência(s) está chamando atenção para essas questões. Estávamos tratando o *cuidado* como um grande conceito das ciências sociais, que consegue fazer a crítica ao gênero, à sociedade e a tudo, mas estávamos esquecendo de que vivemos em uma sociedade hierarquizante, ou seja de produção de hierarquias. Ela dita quem pode consumir, quem pode fazer isso etc.

Mohana — Pelo que ouvimos até aqui, podemos presumir que ainda vamos ler muito a produção de Ednalva autora, pesquisadora?

Ednalva — Coautora. Enquanto minhas parceiras me aceitarem como coautora, tudo bem. Preparem-se, pois já está no prelo um artigo e três capítulos de livro como coautora.

Mohana — Muito bacana. É muito bom saber que continuaremos lendo suas obras, e que você continua envolvida em ações da universidade. Finalizando, o que você diria para os futuros antropólogos? Para os alunos da UFPB? Como você resumiria a sua passagem de mais de 20 anos pela UFPB?

Ednalva — Eu não queria falar da minha passagem, acho que eu já disse tanta coisa para vocês.

O que eu queria dizer aos próximos antropólogos é sobre a minha paixão pela antropologia. Acredito que a antropologia implicou tanto na minha compreensão do mundo social quanto na minha visão existencial. E eu acho que esse é o grande desafio do cientista social, ou seja, perceber que ele tem que dirigir a crítica para o lugar onde ele se reproduz. Porque, quer queira ou não, você é mãe, você conhece o que é ser mãe pela análise sociológica da pesquisa, e você, ao mesmo tempo, tem que praticar esse ato de ser

mãe nesta sociedade com suas regras. Isso é muito difícil. Eu acho que era isso que eu via nos alunos dos Fundamentos de Antropologia I: “Poxa, eu aprendi isso? E essa sociedade não é a melhor do mundo?” Então, o que eu diria é isso: fazer ciências sociais é um desafio, como é um desafio ser profissional nessa área, mas, apesar disso, é muito instigante porque tem uma dimensão existencial e é, fundamentalmente, um ato político. Na minha visão, ser cientista social, ser antropólogo, é um ato político. São poucas, digamos assim, as profissões que têm essa visão crítica sobre a sociedade, que falam sobre as produções humanas, para o bem ou para o mal, como os constrangimentos. E não há sociedade humana que não produza constrangimentos sobre os indivíduos. Como diziam Lévi-Strauss e o velho Durkheim, nós temos que estabelecer algumas regras para convivermos juntos.

Em uma palavra, diria que é *desafiante*, mas para mim, o desafio se tornou emocionante e existencial. Tanto está no meu trabalho quanto na minha maneira de viver e de olhar a realidade. Estou sempre perguntando: “E se não fosse assim, como seria?” Por ser uma profissão difícil, ela se torna instigante e está ligada às escolhas pessoais em relação à sua visão de mundo e à sua visão existencial. Quando se é cientista social, é porque se fez a escolha. Só pode ser uma questão de escolha.

Mohana — Muito obrigada. Sua fala me deixou emocionada e creio que uma palavra não deve faltar no título desta entrevista: *paixão*.

Ednalva —Essa história de paixão pelo fazer antropológico, acho que ficaria legal, mas tenho um pouco de dúvida. Vocês, como minhas ex-alunas, acham que eu demonstrava bem a paixão pela antropologia?

Geziane — Era justamente isso que eu ia falar agora. Como sua aluna, posso dizer que você apresentava muita paixão pela antropologia. A minha primeira aula na graduação foi com você. Eu fico emocionada por fazer esta entrevista e ouvir tudo isso. Cada coisa dita estava em correspondência com o que de fato aconteceu. Essa era Ednalva. Você fazia com que nós, alunos dos Fundamentos I, quiséssemos pesquisar. Muito do que você nos ensinava era para nos tornamos pesquisadores. Na primeira aula, ao ver teu desempenho, tive a certeza de que tinha escolhido o curso certo. Era o que eu queria.



Como você falou, é uma escolha. Eu escolhi ser cientista social. Eu nunca tive uma oportunidade de falar, mas quero agradecer a você por tudo que você fez na universidade. Eu só me mantive na universidade por sua causa, por conta das suas aulas, da motivação que me deu ao me inserir num grupo de pesquisa. Com isso, eu pude me manter na universidade, porque se não fosse o primeiro Pibic — quando eu comecei, não tinha nem três períodos de curso ainda —, eu não teria me mantido na universidade porque eu não tinha condições financeiras suficientes. Durante os primeiros períodos, eu faltei muito por não ter dinheiro para pagar as passagens de ônibus. Quando eu consegui o primeiro Pibic por seu intermédio, a situação melhorou. Por esse motivo, abro uma exceção no protocolo desta entrevista para agradecer do fundo do coração por ter compartilhado o mesmo tempo de universidade com você.

Ednalva — Geziane, não acho que tenha feito grandes coisas além do meu trabalho. Suas palavras me deixam emocionada.

Então eu fico muito feliz. Espero que tenha tocado muitas pessoas. Eu realmente gosto da antropologia. Se você consegue levar a antropologia a sério, como paixão, vai doer um pouco. Falando como cuidadora, estou vivendo um pouco disso. A antropologia me deixa o tempo todo em estado de questionamento. “E aí, Ednalva, presta atenção. Tu estás ouvindo direito o que a realidade está te dizendo?”

Mohana — Muito obrigada, Ednalva, por ter cedido o seu tempo.

Ednalva — Eu quero agradecer a vocês e à *Revista Caos* por essa oportunidade de falar um pouco sobre mim. Além disso, aprendi bastante com vocês e espero também ter estimulado reflexões sobre essas relações que acontecem dentro da universidade, levando-os a relativizar os sentimentos e as paixões. Considero importante esse diálogo, e espero que possa reencontrá-las em algum momento, talvez, durante suas próprias orientações.

Mohana — Muito obrigada por ter cedido duas horas do seu sábado. É sempre bom fazer essas entrevistas, ouvir história, pegar um pouquinho de ânimo, impulso para que a gente continue.



Ednalva — Eu acho que foi até um pouco catártico. Disse coisas que, talvez, só tenha dito antes na terapia.

Mohana e Geziane — Sentimo-nos honradas pelo privilégio. Muito obrigada.

Ednalva — Beijo para vocês.

Referências

ABREU JR., Luiz Trajano de. **Transposição didática**: a experiência no programa residência pedagógica: sociologia como experiência formativa para os/as graduandos/as de ciências sociais na UFPB. 2024. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

DESLANDES, S. F. (org.). **Humanização dos cuidados em saúde**: conceitos, dilemas e práticas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

KNAUTH, Daniela Riva. Sobre antropologia e saúde, engajamento político e ética em pesquisa: uma conversa com Daniela Knauth. [Entrevista cedida a] Mônica Franch e Ednalva Maciel Neves. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 305-321, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/8349>. Acesso em: 27 maio 2024.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. *In*: NUNES, E. D. (org.). **Medicina social**: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global, 1983. p. 133-158.

Recebido em: 23/05/23.

Aceito em: 03/06/24.



| RESENHA |



O MATERNAR E A MULTIPLICATIVA DO CORPO FEMININO: a centralidade matriarcal em “As alegrias da maternidade” de Buchi Emecheta

MOTHERING AND THE MULTIPLICATION OF THE FEMALE BODY: matriarcal centrality in “The Joys of Motherhood” by Buchi Emecheta

Cassirene Milena Silva Lima *

Nanashara Carneiro Oliveira Santos **

Rodrigo Ribeiro Santos ***

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

Florence Onyebuchi Emecheta nasceu em 1944, em Lagos, na Nigéria, fazendo parte da etnia Igbo. Casou-se jovem, ainda na adolescência, com Sylvester Onwordi em 1960. Após o casamento, mudaram-se para Londres, onde tiveram cinco filhos. A vida marital durou pouco tempo e Bucchi, divorciada, enfrentou dificuldades para criar cinco crianças pequenas em um país estrangeiro. Diante das “alegrias de ser mãe”, ela se multiplicou em várias funções, conciliando trabalho, estudos e a maternidade. Por outro lado, isso possibilitou o avanço para sua bem-sucedida carreira de escritora, e um dos motivos do sucesso é o seu olhar sociológico para o feminino em enredos complexos. Bacharela em sociologia, mestra e doutora em educação (1974, 1976, 1991, respectivamente), seus romances-obras são um retrato significativo das imposições sociais que muitas mulheres em África vivem. As Áfricas possuem maneiras particulares de reger o papel de mãe e mulher, que ora estão imbricados com o ônus do divino e a tradição.

A obra analisada tem a proposta de repensar a maternidade em solo nigeriano, mais especificamente na cultura Igbo, uma das etnias mais numerosas localizadas no ocidente africano, em países como Guiné, Camarões e Nigéria. Nesta cultura, a maternidade é vista

* Graduada em Letras pela Faculdade Santa Fé, Brasil. Graduanda em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), Universidade Federal do Maranhão, Brasil. E-mail: milenacassirene@gmail.com.

** Graduanda em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), Universidade Federal do Maranhão, Brasil. E-mail: nanashara.santos@discente.ufma.br.

*** Graduando em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), Universidade Federal do Maranhão, Brasil. E-mail: rodrigo171746@gmail.com.



como objetivo central na vida de uma mulher. Os homens são projetados para sustentar e serem os provedores dos seus lares. Historicamente, são um povo guerreiro. A educação feminina é depreciada em relação à educação dos homens. Buchi vivenciou essa realidade e lutou para mostrar os estudos eram importantes para ela. A autora traz em sua escrita ficcional elementos biográficos, como os costumes de sua origem Igbo e o retrato colonial nigeriano. Isso proporciona aos leitores vivenciarem com profundidade os enredos complexos das personagens, como ocorre com a protagonista Nnu Ego, uma jovem mulher criada dentro da tradição.

Ao longo de dezoito capítulos, ela percorre uma jornada complexa, carregada de diversos sentimentos ambíguos e vários desafios até concretizar o sonho da maternidade. A narrativa da personagem central é indissociável do ato de maternar. Ela lutou muito para viver essa experiência, enfrentando a dor da perda com o aborto. No entanto, quando finalmente conseguiu, cuidou com todo zelo e amor. Ser mãe era uma dádiva alcançada e celebrada por Nnu Ego, mas isso não diminuiu as angústias vivenciadas em sua trajetória, marcada pelo contexto cultural e colonial. Como primeira esposa em um casamento poligâmico, Nnu Ego tinha a responsabilidade de administrar o lar e a segunda esposa. Além disso, seu marido, Nnaife, era um homem da capital, o que a expôs a um perfil masculino diferente do que ela estava acostumada em Ibuza. Quando seu marido foi para a guerra, ela precisou se reinventar para sustentar seus oito filhos. Essas responsabilidades, atreladas ao seu maternar, dividiram-na entre as alegrias e tristezas. No entanto, não houve espaço arrependimento em sua melhor e mais desafiadora jornada: ser mãe.

A autora lança luz sobre os estereótipos impostos às mulheres e à maternidade, em que não corresponder a estas expectativas gerava angústia e desprestígio social. No entanto, de maneira instigante, ela pondera sobre a identidade desses corpos femininos, colocando-os em evidência por meio dos sentimentos, circunstâncias e desafios vivenciados pelas personagens.

As trajetórias têm enredos, como a migração do interior para capital, o contraste com outra cultura, novos costumes e valores, o aprendizado através do luto, o encontro com o mundo ocidental colonizador. Além disso, ser filha, primeira esposa, mãe e empreendedora traz desafios e experiências marcantes. Essas vivências incluem momentos de fartura e escassez, amor e desamor, e mesmo cercada por pessoas, a solidão permanece como fiel



companheira. Esses são elementos que entrelaçam as diversas narrativas existentes nessa obra considerada clássica. Emecheta, de forma audaciosa, suscita indagações que desmistificam a visão romantizada de aceitação sobre o papel da mulher africana, buscando compreensão e aceitação por todas no contexto de Igbo, construindo, assim, um cenário que evidencia a complexidade para seguir a tradição com êxito.

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição (Badinter, 1985, p. 19).

Nesse recorte do território africano expressado no livro, a figura da mãe é sagrada, é uma dádiva. Este tema foi explorado por vários autores e autoras, como Flora Nwapa, que teve um papel fundamental para acender a escrita feminina em África. Ela é considerada a mãe da literatura africana, pois foi a primeira autora publicada na Nigéria. O seu primeiro livro, *Efuru*, publicado em 1966, ganhou destaque internacional. Nele, a autora evidencia a cosmogonia do povo Igbo, falando sobre casamento e maternidade, trazendo destaque para a espiritualidade, mostrando como ela rege a vida da mulher que busca ser bem-sucedida.

Flora Nwapa (1966) compõe a personagem Efuru de maneira muito semelhante à Nnu Ego, protagonista do romance de Buchi Emecheta. Ambas representam a história de uma mulher Igbo no momento da colonização, cuja escrita deu-se em meio ao contexto histórico da pós-independência da Nigéria, assim dizendo, na segunda metade do século XX. Verificando as duas narrativas, as personagens e autoras, mulheres na sociedade Igbo são evidências e realidades das Áfricas. As narrações produzidas não se limitam apenas à narrativa; versam também sobre cronologia, modo e argumento de construção dos enredos, instituindo uma interlocução direta das obras com os cosmos que as rodeiam. Tanto em *Efuru* quanto em *As alegrias da maternidade*, as vivências e enredos foram atravessados pelo colonialismo.

Entretanto, após o período colonial, essa visão começa a ser questionada e revisada sobre outros prismas que refletem as novas dinâmicas sobre o que significa ser mulher. Isso ocorre mediante as transformações sociais mundiais que impactaram o continente africano, como o colonialismo. Dessa nova perspectiva, Buchi é *uma* expoente.



Na obra que está sendo resenhada, de forma comovente, conhecemos a vida de Nnu Ego desde seu nascimento até sua morte. Nessa cronologia temporal e reflexiva, o romance pondera o que seria o *maternar* na visão dessa forte e emblemática africana. Ponderações que podem ser traduzidas nas seguintes perguntas: As alegrias encontradas no percurso de ser mãe advêm da expressão *padecer no paraíso*? O sonho da maternidade é naturalmente feminino ou construído socialmente? Se a mulher nasceu com o instinto maternal, quem não é mãe nunca será uma mulher completa? Ela é fracassada, e isso invalida sua existência? E o amor é, de fato, o mais forte sentimento norteador nessa trajetória? Ser mãe representa vitória, fracasso, alegria e tristeza para quem? Esses múltiplos sentimentos, contraditórios ou não, serão apresentados em uma perspectiva nada convencional ou simplória sobre a visão desta personagem central sobre a maternidade.

Nnu Ego e Ona: corpos femininos em evidência

Os questionamentos acima suscitados carregam em si a temática da maternidade. As personagens Nnu Ego e Ona, na composição deste romance, revelam e/ou descortinam os sofismas que as alegrias da maternidade anunciam a partir do momento em que uma mulher passa a ser mãe e como ecoam para a sociedade. A obra de Buchi Emecheta, *As alegrias da maternidade*, apesar de o título ter uma conotação feliz, de gozo e de contentamento, apresenta um conjunto de propostas sociológicas. A exemplo, a literalidade das tensões narrativas de mulheres africanas, nigerianas, com discussões cuja tônica são perquisições que vão desde relações historiográficas da Nigéria (Igbo), colonialidade, subjetividade e gênero. Emecheta realça de forma satírica as dicotomias vivenciadas por suas personagens.

A jovem Igbo, Nnu Ego, cresceu em Ibuza, filha de Ona e Agbadi. Os seus pais tinham características tão distintas; todavia, esses traços que os separavam também os uniam. Sua mãe era uma mulher arrogante e insensível, com uma personalidade complexa diante dos olhos tradicionais da sociedade Igbo; assim era Ona. Seu pai, o destemido, belo e viril, possuía uma liderança primorosa, sobretudo nas articulações de não ceder às modernidades advindas com a colonização; esse era Agbadi.

Os capítulos são icônicos em suas descrições, como o capítulo primeiro que se inicia descrevendo o quase autocídio de Nnu Ego. Evento que foi provocado pela morte de seu primogênito. Essa perda a deixou em transe, correndo pelas ruas movimentadas e caóticas



de Lagos. Felizmente, alguns conhecidos que por ali estavam, impediram-na. Nos capítulos seguintes, capta-se um desapontamento de Nnu Ego acerca da maternidade e suas utopias. De maneira especial, em consequência do rompimento de ritos tradicionais igbo, destaca-se o comportamento moderno de seu segundo marido no trato com os filhos e as outras esposas, no qual é permitido que a mulher fique com o papel funcional de provedora. Tudo isso adicionado à convulsão constante da colonização. Fica evidente que a escritora Buchi Emecheta reflete sobre os corpos femininos em seu romance, concebendo a relevância da mulher nigeriana para sociedade Igbo, em frentes verticais e horizontais concomitante ao domínio britânico (os colonizadores).

Derivando dos pareceres e observações enunciadas por Ifi Amadiume acerca das cosmocepções de seio familiar, corporeidade e da mulher em condição de mulher e mãe, constata-se o sistema da matrifocalidade e as correlações com a etnia Igbo. A matrifocalidade é abrangida como gênese estruturadora societal, estando também envolta nas demandas basilares intrínsecas. É imprescindível salientar que o prelúdio do matriarcado não se vincula a demandas de condições financeiras, isto é, se o homem ou mulher possuem ou não status econômico e social. Logo, o cenário do matriarcado é revestido de uma distribuição matricêntrica, cujo papel na sociedade se encontra na mulher como perspectiva de integração principal e mais proeminente (Amadiume, 2005).

Cotejar e ressaltar a filosofia de vida Igbo e de muitos territórios africanos, no prisma da maternidade, emite mais que entusiasmo para a fecundação e multiplicação social. Sem embargo, evoca a sociabilização de crenças, regras e moral. Assim, a maternidade está relacionada a outras construções fundamentais que se entrelaçam com a ancestralidade, pressupondo uma epistemologia e cosmovisão que transcende o superficial. Em *Theorizing patriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe*, Amadiume (2005) indica que o matriarcado, de maneira nenhuma, deve ser idealizado como uma classificação globalizante. todavia, ele é alicerçador e aglutina outras possibilidades, a exemplo códigos de consanguinidades favoráveis da cultura que enfoca, ou seja, a etnia Igbo.

A obra *A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*, de Cheik Anta Diop (2014), discorre, sobretudo, sobre as disparidades e múltiplas histórias que se apresentam nas Áfricas. Tem como sustentáculo



a disposição matriarcal, exibida como uma paridade no meio das sociedades africanas e suas agregações corporativas.

Questionamentos sobre a exemplaridade das mães e da maternidade têm seu impacto sobre o que é esperado da mulher no que tange à dedicação e ao reconhecimento, haja vista que o corpo de uma mulher, na sua plenitude materna, é enxergado, na cultura patriarcal, como uma figura devotada ao seu bebê indefeso. A narrativa do livro de Emecheta desencadeia interrogações que vão além da maternidade, mostrando que o corpo feminino se encontra atravessado por várias condições que são contrapostas a ela.

Se existe uma resposta para tais questões, vamos considerar o intenso terreno da história pessoal da autora, pois não há como negar o quanto foi excruciante e radiante a maternidade para ela. Apesar de ser uma obra ficcional, ela diz muito sobre realidades de muitos corpos. Emecheta movimentava sua própria autobiografia, trazendo à tona seu corpo, seu gênero, sua etnia, difundindo os ônus e os bônus de ser mãe. Dentre muitas possibilidades interpretativas, sopesa-se que a interseccionalidade dos corpos de Nnu Ego e Buchi Emecheta habitaram espaços de conflito e de silenciamento. Ambas não desistiram dos filhos e resistiram, inclusive, à morte.

Nnu Ego: da maternidade à morte

A maternidade vivenciada pela personagem Nnu Ego impõe inúmeras condições de sofrimento, sejam dores, perdas e decepções, culminando, de certa forma, em sua própria morte sob condição de solidão e abandono. A obra vem com o título bastante pitoresco e mórbido, pois Emecheta vivenciou situações semelhantes às da sua personagem principal.

A autora e a sua personagem têm em comum estes territórios: Ibuza e Lagos. Ambas vivenciaram momentos difíceis em suas vidas nesses lugares. No entanto, mantiveram-se firmes e decididas a melhorar suas condições de vida. Fica evidente que esses corpos estão conectados. A multiplicativa do corpo feminino na vida da autora e da personagem é apresentada sob a condição de ter que abarcar todos os momentos da vida de uma mulher: ser filha, mãe, provedora da casa e mantenedora do lar. Isso ocorre de maneira intensa e ainda enfrentando os problemas de um cenário patriarcal e de invisibilização, que subjuga a mulher a uma condição inferior à do homem.



A socióloga Oyèrónké Oyěwùmí, em *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, diz que a

[...] noção de sociedade que emerge dessa concepção é a de que a sociedade é constituída por corpos e como corpos – corpos masculinos, corpos femininos, corpos judaicos, corpos arianos, corpos negros, corpos brancos, corpos ricos, corpos pobres. Uso a palavra “corpo” de duas maneiras: primeiro, como uma metonímia para a biologia e, segundo, para chamar a atenção para a fisicalidade pura que parece estar presente na cultura ocidental. Refiro-me tanto ao corpo físico como às metáforas do corpo. Ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas. (OYĒWÙMÍ, 2021, p. 36)

Retomando a trama, a vida de Nnu Ego já tinha um destino traçado. Havia uma escrava que servia à esposa mais velha de seu pai Agbadi. Por ocasião da morte da referida esposa, a tal escrava suplicou para não morrer, contradizendo um ritual cultural de sacrifício no qual a escrava devia ir junto com a sua senhora para o túmulo. Contrariada, a escrava prometeu encarnar e interferir no curso da vida de Nnu Ego. Por esse motivo, seu pai sempre cuidou de acalmar a ira da escrava que morreu a contragosto.

Em seu primeiro casamento, Nnu Ego não foi feliz. Passados os primeiros meses, não engravidava. Assim, sofreu com a rejeição do marido e passou a ocupar o lugar de segunda esposa, sem ter filhos para cuidar. Envergonhada e rejeitada pela condição de infértil — condição que se aproxima do estigma da doença e da maldição —, ela assumiu uma condição social de solidão e rejeição.

Nnu Ego retorna à casa de seu pai. Ele, para reverter a situação constrangedora, decidiu mais uma vez entregá-la em casamento, pois, assim, amenizaria tanto a imagem do nome de sua comunidade local quanto as consequências psicológicas que ela enfrentou quando era esposa de Amatokwu. Nnu Ego continuava decidida em ser esposa e mãe, diferente de sua mãe Ona: “Uma expressão levemente pesarosa aflorou no rosto de Nnu Ego por um segundo, mas a moça se consolou dizendo em tom despreocupado: quem sabe na próxima vez que eu vier a Ibuza trago uma fileirinha de filhos!” (Emechetta, 2018, p. 49).

Seu pai, Agbadi, prometeu-a em casamento a Nnaife Owulum, também de Ibuza. Ele foi muito cedo para trabalhar e morar na cidade de Lagos. A chegada da prometida esposa para Nnaife Owulum estava mais que esperada. Porém, para Nnu Ego, foi um desapontamento, pois não era o que ela esperava.



Fez força para não derramar lágrimas de frustração. Estava habituada a lavradores altos, rijos, de mãos ásperas, escurecidas pelo trabalho no campo, pernas compridas e esguias e pele muito escura. Aquele homem era baixo, a carne da parte de cima de seus braços balançava enquanto ele se movimentava jubilante entre os amigos. E aquela barriga saliente!? Por que ele não a escondia? Nnu Ego o desprezou naquela primeira noite. (Emechetta, 2018, p. 56)

Ela não aceita Nnaife no primeiro momento como seu marido. Nnu Ego o vê apenas como um serviçal do homem branco por causa do seu ofício de lavador de roupas em Lagos. Para não desapontar o seu pai e ainda com desejo de se tornar mãe, Nnu Ego busca se adaptar à nova vida na cidade, mas em pouquíssimo tempo percebe o imenso contraste entre Ibuza e Lagos.

Mesmo insatisfeita com seu marido Nnaife, ela conseguiu ser mãe. O sentimento que Nnu Ego tanto desejava realizava-se finalmente. De Ibuza até Lagos, esse foi o percurso da jovem que tanto sonhava e alcançou o objetivo de ser mãe, a tal ponto de se submeter a viver em outra cidade com aspectos muito diferentes de sua comunidade local. Esse percurso inicial, que apresenta essa sequência de sofrimentos, aponta para uma multiplicidade mais real de como o corpo da mulher é suscetível e sujeitado pela cultura local, por crenças e costumes impostos às mulheres na comunidade local em Ibuza. Ao chegar à cidade de Lagos — onde a personagem irá vivenciar ebulições de sentimentos e questionamentos acerca da sua condição de esposa, mãe e mulher numa realidade bastante conflituosa no aspecto social, político e econômico — ela notou que seu marido ganhava pouco. Foi então que decidiu montar uma pequena venda de cigarros na rua para sustento dos filhos e da casa.

Nnu Ego chegou à conclusão de que os maridos e as esposas naquela cidade não tinham tempo para o amor. Apenas trabalhavam de sol a sol para garantir sua sobrevivência, fazendo o que fosse necessário para conseguir algum dinheiro.

Em Lagos, as esposas não tinham tempo. Precisavam trabalhar. Compravam os alimentos com o pouco dinheiro que os maridos lhes davam para a manutenção da casa, mas se fosse para comprar roupa ou qualquer tipo de implemento doméstico, às vezes até para pagar a escola das crianças, o ônus era das mulheres. (Emechetta, 2018, p. 69)

Um acontecimento que marcou também a vida dessa mãe foi o contexto da Segunda Guerra Mundial, que afetou Lagos. Homens foram alistados/convocados a favor dos ingleses, obrigando mais uma vez Nnu Ego a se desdobrar para sustentar os filhos. Em



Lagos, ela passou por momentos degradantes, como a falta de dinheiro e comida, uma pobreza latente e o trabalho exaustivo para conseguir proventos para alimentar todos os seus filhos, numa condição de desespero e miséria. Nnu Ego, ao longo da vida, foi desfalecendo devido às condições de trabalho e ao cuidado com os filhos, e envelheceu precocemente. Chegando à velhice, uma das muitas decepções dela foi com os seus filhos, especialmente o investimento feito em alguns deles para que saíssem daquela situação de extrema miserabilidade.

A definição de mãe na África é divina, sendo um aspecto inerente à mulher. Mesmo com a era colonial modificando o sentido da maternidade em África e trazendo novos formatos, a maternidade continua sendo um elo com o sobrenatural, representando um corpo feminino múltiplo. Buchi Emecheta faz um delineamento cultural em sua narrativa, esclarecendo que as mulheres têm como destino ser mãe. Tão somente a maternidade vai legitimar o que é ser mulher, considerando que sua anatomia e fisiologia foram feitas para isso. Maternar é intrínseco.

O sentimento de ser cuidada na velhice estava cada vez mais longe, e a solidão e o abandono cada vez mais próximos. A personagem Nnu Ego protagoniza constantemente comportamentos que ratificam, desde a sua juventude, que ser mãe é tudo que mais deseja. Ou seja, a vida só terá seu real frescor e plenitude quando seu corpo gesta um bebê e seus braços embalam seu bem mais precioso, um filho (Emecheta, 2018).

Finalmente, Nnu Ego retornou para Ibuza, sua terra natal. Assim, ela decepcionava totalmente os filhos, criticada pelos membros da família e pelo marido, que achavam que ela não tinha sido uma boa mãe. Todo o fardo pesado que a maternidade lhe impôs, ainda mais em condições extremas de miséria e abandono, resultou na solidão: sem esposo, sem os amigos e muito menos sem os filhos. E assim, a mãe desfalece.

Depois de um desses passeios, certa noite, Nnu Ego se deitou à margem da estrada, convencida de que já havia chegado em casa. Morreu ali, discretamente, sem nenhum filho para segurar sua mão e nenhum amigo para conversar com ela. Nunca fizera muitos amigos, de tão ocupada que vivera acumulando as alegrias de ser mãe. (Emecheta, 2018, p. 298)

E por fim, ergueu-se um túmulo para que seus netos e as pessoas que quisessem pedir por fertilidade pudessem realizar os seus pedidos. Porém, muitas vezes, esse pedido não era concedido, e ela ficou sendo vista como uma mulher má, mas não o era. É um corpo em



constante exercício, de uma mulher que deu tudo por seus filhos. Uma mulher resumida na fórmula: “Não sei ser outra coisa na vida, só sei ser mãe.” Uma boa mãe!

Considerações finais

A presente resenha traz em seu bojo reflexões sobre o maternar e as exigências condicionantes a essas mulheres no cenário ocidental do continente africano. A escritora Florence Onyebuchi Emecheta apresenta a África a partir de um *lócus*, a Nigéria, e contempla a etnia Igbo. Ela é um fio condutor real da narrativa encontrada em sua obra *As alegrias da maternidade*, de 1979. Buchi Emecheta, como ficou conhecida no espaço literário mundial, foi uma mulher que escrevia a partir de suas vivências, ou *escrevivências*, termo cunhado por Conceição Evaristo (2008). A aglutinação de escrever e viver fez desta romancista um espelho das muitas personas que uma mulher possui.

Emoldurar o continente africano sob a ótica singular e homogênea é uma composição perigosa e injusta. Nessa lógica de não uniformizar e enquadrar a(s) África(s), têm-se resultantes conflitantes de mulheres nigerianas que circulam entre a dualidade da tradição e modernidade, corpo feminino e maternidade, a centralidade imagética materna em África e os dissabores que a maternidade traz. *As alegrias da maternidade* é uma caricatura que oscila nas dicotomias rasas e profundas da escritora nigeriana Buchi Emecheta. Quando se imputa à mulher a função de mãe, sua permanência no espaço doméstico é sinônimo de abdicação em prol da prole. Ser mãe constitui o ápice sobrenatural do elo com o divino (Akujobi, 2011, tradução nossa).

O legado social que a mulher nigeriana tem como mãe é comparado com aquela que gesta nações e povos. Tem sua relevância, pois é Mãe África, constituinte da Terra. Se não for mãe, mulher nigeriana não é vista como um pilar necessário à sociedade; ao contrário, é considerada seca e improdutiva. A mãe-mulher africana é literalmente a força espiritual, sobretudo “[...] sagrada nas tradições de todas as sociedades africanas. [...] a fertilidade da terra é tradicionalmente ligada aos poderes maternos das mulheres[...]” (Amadiume, 1987, p. 191, tradução nossa). Dito isso, percebe-se que a busca por aceitação em conjunturas específicas, a sua etnia e conjunturas maiores da sociedade, torna claro que ser mãe não é apenas gerar filhos e ser feliz; é também carregar as adversidades, as desgraças e os



aborrecimentos. A narrativa da matrifocalidade contorna e demuda o espectro no que se refere ao significado da maternidade em África (Nigéria).

Referências

AKUJOBI, R. Motherhood in african literature and culture. **Comparative Literature and Culture**, West Lafayette, v. 13, p. 1-7, abr. 2011. Disponível em: <https://docs.lib.purdue.edu/clcweb/vol13/iss1/2/>. Acesso em: 3 maio 2024.

AMADIUME, Ifi. Theorizing matriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe. In: OYĒWÚMÍ, Oyèrónké (ed.). **African Gender Studies: A Reader**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 83-98.

AMADIUME, Ifi. **Male daughters, female husbands: gender and sex in an african society**. London: Zed Press, 1987.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade clássica**. Luanda: Edições Mulemba; Ramada: Edições Pedagogo, 2014.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

EVARISTO, C. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. **Releitura**, Belo Horizonte, n. 23, 2008. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/escrevivencias-da-afrobrasilidade.html>. Acesso em: 3 maio 2024.

NWAPA, Flora. **Efuru**. Londres: Heinemann, 1966.

OYĒWÚMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Recebido em: 13/05/2024.

Aceito em: 01/06/2024.

